

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 117.º



COIMBRA

1955

INSTITUTO DE COIMBRA

DIRECÇÃO

DIOGO PACHECO DE AMORIM	<i>Presidente</i>
JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS	<i>Vice-Presidente</i>
FRANCISCO TEIXEIRA DE QUEIRÓS	<i>Secretário</i>
JOAQUIM DE CARVALHO	»
ARISTIDES DE AMORIM GIRÃO	»
ALBERTO MOREIRA DA ROCHA BRITO	»
TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES	»
LUÍS REIS SANTOS	»
FRANCISCO DE SOUSA NAZARÉ	»
JOSÉ CAMPOS DE FIGUEIREDO	<i>Tesoureiro</i>
Coronel BELISÁRIO PIMENTA	<i>Director da Biblio- teca</i>

O INSTITUTO

VOLUME 117.º

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 117.º



COIMBRA

1955

COMISSÃO DE REDACÇÃO

DIOGO PACHECO DE AMORIM

TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES

JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua da Ilha n.º 1

COIMBRA



Doutor Francisco de Miranda da Costa Lobo



ELOGIO HISTÓRICO DOS DOUTORES FRANCISCO DE MIRANDA DA COSTA LOBO E GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LOBO

SENHOR PRESIDENTE:

Por amável deferência de V. Ex.^a, illustre presidente do Instituto de Coimbra, coube-me a honra, aliás imerecida, de fazer nesta sessão o elogio histórico de dois homens de ciência que muito honraram e engrandeceram esta nobre academia. E faço-o profundamente comovido, porque um, foi meu sábio e bondoso mestre; o outro, foi meu discípulo distintíssimo. E ambos me honraram em vida com uma franca e nunca desmentida amizade.

A ambos devo a homenagem que hoje lhes presto e só lamento que as minhas débeis forças não cheguem para gravar em bronze imperecível o meu preito de homenagem à sua memória.

SENHOR PRESIDENTE

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHRES:

No anuário da Universidade do ano lectivo de 1879-1880, acha-se, na lista dos alunos matriculados, o nome de Francisco Miranda da Costa Lobo, filho de Francisco Miranda Catalão, natural de Curopos, distrito de Bragança. Curopos é um lugar da freguesia de Val Paço, concelho de Vinhais. Lá nasceu Francisco Miranda da Costa Lobo, a 18 de Fevereiro de 1864.

Fez os preparatórios em quatro anos, parte no Liceu de Leiria, parte no de Coimbra, como externo. Em Leiria, onde então vivia com sua família, fez Matemática (1.^a parte), História e Cronologia, e Geografia, no ano 1875-76.

No Liceu de Coimbra, fez Matemática (curso completo); Física, Química e Introdução à História Natural; e Francês, em Agosto

de 1877. Fez Filosofia (1.^a parte), em Agosto de 1878. E fez Desenho (curso completo) em Julho de 1879; e Latim (1.^a parte) em Outubro do mesmo ano, e sempre como aluno externo. Isto nos faz crer que residiu em Leiria com sua família durante todo o curso liceal.

Sabemos por tradição que o Dr. Costa Lobo, que sempre conhecemos com excelente saúde e grande capacidade de trabalho, fora muito doente quando novo, e isso explica certas irregularidades que se notam no seu *curriculum vitae*, tanto liceal como universitário.

Acabado o curso dos liceus, aos 15 anos completos, assentou praça e matriculou-se na Universidade, no 1.^o ano de preparatórios para as armas superiores (Engenharia, Estado Maior e Artilharia) que eram constituídos pela 1.^a cadeira da Faculdade de Matemática (Álgebra Superior), pela 1.^a cadeira da Faculdade de Filosofia (Química Inorgânica) e pelo 1.^o ano de Desenho Matemático.

É curioso o horário daquele tempo. Álgebra, aulas todos os dias, menos às quintas-feiras, das 10 $\frac{1}{2}$ às 12; Química Inorgânica, às terças, quintas e sábados, das 12 às 2; Desenho, às terças e sábados, das 2 às 4. Às 4 da tarde acabavam as aulas na Universidade. Era a hora do jantar. Depois passeava-se até ao toque da cabra, hora a que tudo recolhia a suas casas. A Alta ficava deserta. Ainda assim era quando em 1907 me matriculei na Universidade. Em 1879-80, os alunos do 1.^o ano de preparatórios para as armas superiores tinham 17 horas e meia de aulas por semana e chegavam. Muitas vezes ouvi dizer ao Dr. Costa Lobo que no seu tempo, para estudar a valer só havia uma cadeira por ano. Hoje está tudo mudado para mais... menos o saber.

Neste 1.^o ano da Universidade, Costa Lobo ficou distinto apenas em Química e Desenho.

No ano lectivo de 1880-81, matriculou-se em Cálculo Diferencial e Integral, Física (1.^a parte), Economia Política, Análise Química e Desenho Matemático (2.^o ano).

Teve por lente de Cálculo o Doutor Gomes Teixeira, então no começo da sua gloriosa carreira. Os resultados deste ano foram brilhantíssimos para Costa Lobo que passa de aluno vulgar que tinha sido no ano anterior, a aluno mais classificado da Faculdade de Matemática. Teve *partido*, o único que a Faculdade deu naquele ano lectivo.

Prémios houve três: Duarte Leite, no 1.º ano; Arzila Fonseca, no 3.º; Luís Ignácio Woodhouse, no 5.º

Accessits houve seis: José Pedro Teixeira, no 1.º ano; Luciano Pereira da Silva e Henrique de Figueiredo, no 2.º; e nos restantes anos — João Maria Cerqueira Machado, António Gonçalves da Silva e Cunha e Jorge Guedes Gavicho. Que alfobre de homens distintos era naquele tempo a Faculdade de Matemática, de quem muitos anos antes, o brilhante e desgraçado Vieira de Castro, em panfleto envenenado contra a Universidade, dissera que ela, a Faculdade de Matemática, era madre-silva perdida em cerrado matagal...

Em 1881-82, Costa Lobo matriculou-se como aluno ordinário no 3.º ano de Matemática, e como voluntário, em Física, 2.ª parte, e em Desenho filosófico (1.º ano). Teve *partido* no 3.º ano de Matemática e na Física 2.ª; e ficou distinto nos Desenhos, tanto matemático como filosófico. Nestes cursos não havia classificação mais alta.

A pág. 130 do *Anuário da Universidade* deste ano lectivo, vem uma *nota* que foi para mim uma surpresa e que de certo o será também para muitos, mesmo dos que tiveram a honra de conviver de perto com ele. Diz assim:

«A aula de Desenho da Universidade foi convidada pela Comissão Académica de Lisboa, encarregada da comemoração do «Centenário do Marquês de Pombal», para concorrer à exposição de trabalhos de Desenho e Pintura que se realizou no edifício da Escola Politécnica — Foram enviados sessenta e dois desenhos executados por alunos da aula de Desenho da Universidade. O trabalho sobre desenho de architectura, executado por Francisco Miranda da Costa Lobo, obteve Diploma de Louvor, conferido pelo jury respectivo.» E nada mais diz a referida *nota*, o que mostra que foi este desenho o único premiado, pelo menos dos que foram de Coimbra.

*

Uma *portaria* do Ministério do Reino⁽¹⁾, de 3 de Agosto de 1853, dispunha, a pedido do Ministério da Guerra, que, no fim de cada ano lectivo, os alunos do 3.º ano de Matemática fossem classifica-

(1) Ver *Legislação Académica* do Dr. José Maria de Abreu.

dos numericamente em três grupos — alunos *distintos, nemine discrepante, e simpliciter* — isto para efeito de admissão às armas superiores. Francisco Miranda da Costa Lobo ficou no 1.º lugar do 1.º grupo e foi por isso promovido a alferes aluno de Engenharia e nessa situação se matriculou no 4.º ano de Matemática, no ano lectivo seguinte — 1882-83; e nas cadeiras de Química Orgânica, Botânica e Mineralogia, da Faculdade de Filosofia. Foi premiado em Botânica e Mineralogia.

Convidado para ambas as Faculdades que frequentava, Matemática e Filosofia, Costa Lobo, findo o 4.º ano, teve de optar por uma das carreiras — a militar ou a universitária. Optou pela segunda, o que o forçava a demitir-se do Exército.

Porém, não o quis fazer sem se avistar primeiro com o general José Estêvão de Moraes Sarmiento, a quem conhecera um ano antes, quando fora promovido a alferes aluno, mas a quem ficou ligado desde logo por estreitos laços de amizade, por assim dizer herdada, pois seus pais eram íntimos amigos e antigos companheiros de armas.

Fora o caso que o pai do general Moraes Sarmiento, sendo apenas tenente, revoltara o regimento de Aveiro, sua terra natal, quando da revolução da Patuleia; e Francisco Miranda Catalão veio juntar-se-lhe com uma companhia de milicianos que trouxera de Trás-os-Montes (1).

O general Moraes Sarmiento disse-lhe que não pedisse a demissão do Exército porque era sempre vantajoso pertencer à grande família militar e arranjou a passá-lo para a Arma de Infantaria com o posto de alferes graduado. Com as sucessivas promoções que foi tendo, chegou a tenente-coronel (1924?), sem ter passado pela Escola do Exército. Grande conselho este do general Moraes Sarmiento que lhe facilitou o granjeio e conservação de valiosas amizades, tanto no Exército como na Armada.

Matriculou-se como aluno ordinário no 5.º ano de Matemática e nas cadeiras de Filosofia que lhe faltavam para concluir a formatura nesta Faculdade (Zoologia e Agricultura), teve *prémio* em Matemática e Agricultura, e *accessit* em Zoologia.

(1) Sobre as relações do Dr. C. L. com M. S., ver vol. 103 do *Instituto*, pág. 386.

Concluiu assim as duas formaturas, tendo em ambas a classificação final de M. B. com 18 valores. Tinha 20 anos então.

*

Terminadas as duas formaturas no ano lectivo de 1883-84 e convidado, como já dissemos, para ambas as Faculdades, optou pela de Matemática e logo na congregação desta Faculdade de 23 de Outubro seguinte, era lido um requerimento seu, pedindo que lhe fosse assinado dia para o acto de licenciatura, tendo o Conselho designado para esse fim o dia 20 de Dezembro do mesmo ano.

Na congregação de 20 de Novembro foi escolhida a cadeira de Geodesia para assunto da dissertação e o catedrático, Dr. Torres Coelho, designou para esse fim o seguinte ponto, que o Conselho aprovou: «Dos métodos mais vantajosos para a compensação geral da rede geodésica». Note-se que esta cadeira fazia parte do 4.º ano, em que Costa Lobo não fora classificado.

Feito o acto de licenciatura em 20 de Dezembro de 1884, logo apresentou ao decano da Faculdade as teses que se propunha defender em acto de *conclusões magnas*, como consta da *acta* da Congregação de 19 Janeiro seguinte, em que se diz:

«O digno vogal Dr. Luís da Costa e Almeida, fazendo as vezes de decano, apresentou ao Conselho as teses de licenciatura de Francisco Miranda da Costa Lobo, ficando encarregados de as examinar os três vogais presentes (Drs. Luís da Costa, Pereira Falcão e Sousa Pinto).

Da *acta* da congregação de 15 de Maio deste mesmo ano de 1885, consta que:

«O mesmo digno Dr. Luís da Costa participou que o licenciado Francisco da Costa Lobo lhe anunciara ter quase concluídos os seus trabalhos para defesa de teses, e desejava lhe fosse marcado dia para esse acto. Decidiu-se tratar deste assunto também na primeira congregação.»

Realizou-se esta a 1 de Junho seguinte, e resolveu que fosse marcado o dia 27 para o dito acto de *conclusões magnas*, ficando encarregados os Drs. José Falcão, Castro Freire, José Bruno e

Arzila, respectivamente dos argumentos em Mecânica, Astronomia, Álgebra e Geometria Descritiva.

O acto realizou-se de facto a 27 de Junho, tendo o doutorando obtido a classificação de M. B. 18 valores. A dissertação inaugural apresentada tem por título: «Resolução das equações indeterminadas». O grau de doutor foi-lhe conferido no dia imediato, 28 de Junho de 1885, tendo como padrinho o Doutor José Falcão.

*

Na congregação de 24 de Outubro seguinte foi nomeado júri para o concurso aberto para lente substituto que ficou composto pelos Doutores presentes (Luís da Costa, José Falcão, Souto Rodrigues, José Freire, José Bruno e Arzila) e o suplente Dr. Rodrigo de Sousa Pinto, lente jubilado da Faculdade de Matemática. Foi deliberado também que as provas do concurso tivessem lugar nos dias 7, 11, 16 e 17 de Dezembro próximo. Foi único concorrente o Dr. Costa Lobo que apresentou como dissertação o «Estudo de algumas equações de congruência e indeterminadas».

Foi aprovado lente substituto em 24 de Dezembro do mesmo ano e tomou posse a 7 de Janeiro seguinte. Ainda não tinha 22 anos completos! Deve ser caso raro nos anais da Faculdade de Matemática...

*

Ainda nesse ano lhe foi entregue a regência da cadeira de Cálculo Diferencial e Integral, vaga pela transferência para o Porto do Dr. Gomes Teixeira. As suas lições versaram sobre a integração das equações diferenciais e foram compiladas pelos alunos Abel Augusto Dias Urbano e Alfredo Ernesto Dias Branco.

Na congregação de 22 de Dezembro deste mesmo ano de 1886 e seguintes, tratou-se da reforma da Faculdade, e na congregação de 29 do mesmo mês foi eleita uma comissão composta pelos Drs. Alfredo Filgueira da Rocha Peixoto, Augusto d'Arzila Fonseca e Francisco Miranda da Costa Lobo, destinada a dar o seu parecer sobre tão importante assunto. O Dr. Costa Lobo foi o relator e o parecer foi publicado sob o título de «Projecto de Reforma da

Faculdade de Matemática» (1). Os problemas da instrução não mais deixaram de preocupar o Dr. Costa Lobo, como veremos pelas obras que a este assunto dedicou pela vida fora.

No ano lectivo de 1886-87, substituiu o catedrático de Álgebra Superior em grande parte do ano, publicando as lições dadas: «Noções de Determinantes» e «Geometria Analítica», plana e no espaço. Na congregação de 12 de Outubro de 1887, foi resolvido «que ao Dr. Costa Lobo fosse distribuída a substituição da cadeira de Astronomia».

No ano lectivo de 1892-93 foi despachado catedrático e coube-lhe a cadeira de Astronomia.

*

Desde muito novo que o Dr. Costa Lobo se interessou pela política, sendo nomeado governador civil substituto no princípio de 1889, com 25 anos incompletos, tendo governado o distrito durante quase todo esse ano e princípio do seguinte por ausência do governador efectivo.

Em 1891 fundou o bi-semanário — *Gazeta Nacional* — de que foi director, tendo como redactores o Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e Augusto da Fonseca. Saiu o 1.º número em Outubro de 1891 e o último em Junho de 1894.

*

Suspensa a publicação da *Gazeta Nacional*, o Dr. Costa Lobo passou a colaborar na *Tribuna Popular*, órgão local do Partido Progressista, dirigido pelo Dr. António de Assis Teixeira, e tendo por colaboradores os Drs. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Dias da Silva e Almeida Leitão.

*

Em 1905, foi o Dr. Costa Lobo eleito deputado por Coimbra, sendo a eleição aprovada a 11 de Março pelo Tribunal de Verificação

(1) Há um exemplar na Biblioteca de Matemática encadernado juntamente com «Determinantes» e «Geometria Analítica» do mesmo autor.

de Poderes. Esta Câmara foi de pouca dura e no verão do ano seguinte realizaram-se novas eleições e o Dr. Costa Lobo foi reeleito por Coimbra, sendo a eleição aprovada pelo Tribunal de Verificação de Poderes a 13 de Setembro de 1906.

Fez a sua estreia parlamentar a 18 de Janeiro do ano seguinte, de 1907. A estreia foi felicíssima e o orador, muito aplaudido e cumprimentado, como consta do Diário das Sessões.

Esta Câmara foi também efémera, porque sobreveio o Governo de João Franco que a dissolveu. Estava-se num período de grande instabilidade política que culminou no Regicídio. Seguiram-se novas eleições e o Dr. Costa Lobo foi outra vez eleito por Coimbra, sendo proclamado a 30 de Abril desse ano fatídico de 1908.

A 22 de Junho apresenta um projecto de lei para autorizar o Governo a regular o plantio da vinha e a fiscalização dos vinhos. A 18 de Agosto deste mesmo ano fala de novo sobre a crise vinícola que se reacendera. Ficando com a palavra reservada, terminou no dia seguinte, mandando para a mesa uma *moção*. Foi outro grande sucesso parlamentar.

*

Durante os últimos vinte anos da Monarquia, o Dr. Costa Lobo foi relevante figura do Partido Progressista, amigo dedicado do seu chefe, o prestigioso e hábil político Conselheiro José Luciano de Castro, vivendo na sua intimidade política e até familiar, seguindo de perto a sua actuação e nela colaborando assiduamente. Os laços de amizade que o prendiam à família do seu chefe, não se desfizeram com a morte deste, ficaram inalterados pela vida fora.

Este conjunto de circunstâncias dá especial valor à obra que o Dr. Costa Lobo escreveu sobre o seu antigo chefe político e que denominou — *O Conselheiro José Luciano de Castro e o segundo período constitucional monárquico*. Esta obra é depoimento duma testemunha ocular, cuja memória foi avivada com a leitura de numerosa documentação colhida em arquivos particulares, designadamente no da família do falecido chefe progressista. É obra digna de todo o crédito e é a única publicada, que saibamos, tendo por fulcro a vida daquele grande vulto das últimas décadas da Monarquia.

*

Proclamada a República e dissolvidos os partidos monárquicos constitucionais, o Dr. Costa Lobo não ficou de todo desligado da vida pública, porque os monárquicos fiéis, de «uma só fé e de uma só lei», logo se organizaram em Partido da Oposição. Deixou de haver Progressistas e Regeneradores, Franquistas e Dissidentes, mas surgiu o Partido Monárquico de que o Dr. Costa Lobo foi um dos promotores e dirigentes.

Não obstante, a política deixou de ser para o Dr. Costa Lobo tão absorvente como tinha sido nas duas últimas décadas da Monarquia. Durante este período de vinte anos, que nos conste, só houve dois trabalhos científicos do Dr. Costa Lobo: a observação do eclipse parcial da Lua de 7 de Janeiro de 1898, de que publicou uma *memória* no vol. 45.º do *Instituto*; e a organização da missão científica que foi a Viseu observar o eclipse do Sol, de 1900. A partir de 1911, a actividade científica do Dr. Costa Lobo multiplica-se, como vamos ver, sem que a ciência bastasse todavia para lhe absorver toda a sua inesgotável energia. Dizia-nos um dia o Dr. Costa Lobo que em Portugal só faz ciência quem não pode fazer outra coisa, mas ele fez ciência e fez muitas outras coisas mais.

Logo em 1911 colaborou em dois congressos: um, em Granada, promovido pela Associação Espanhola para o Avanço da Ciência, em que apresentou uma comunicação sobre «As radiações e a atracção newtoniana»; outro, em Madrid, de Agricultura.

Em 17 de Abril de 1912 deu-se o eclipse total do Sol, visível em Portugal, sendo a região de Ovar a mais favorável para a sua observação.

O Dr. Costa Lobo organiza com os seus alunos de Astronomia, em cujo número me encontrava, uma missão a Ovar. Desta fazia parte o Capitão Carlos Nogueira Ferrão, excelente fotógrafo que a pedido do Dr. Costa Lobo levou um pequeno aparelho cinematográfico para registar as fases mais importantes do fenómeno. Já noutros eclipses tinha havido lá fora tentativas semelhantes, mas sempre sem resultado. O Dr. Costa Lobo teve mais sorte, porque o Capitão Carlos Ferrão

conseguiu tirar uma fita muito nítida, de grande interesse científico, que veio a ser a primeira na ordem cronológica.

A 28 de Maio seguinte, o Dr. Costa Lobo fez uma comunicação à Academia das Ciências de Paris que veio publicada no *Compte Rendu*, sob o título:

«Enregistrement cinematographique de l'éclipse du 17 Avril et forme un peu allongée du contour lunaire».

Neste mesmo ano de 1912, publicou o Dr. Costa Lobo no 1.º vol. da *Revista da Universidade* os seguintes trabalhos:

«Astronomia geral», «Princípios fundamentais da Teoria dos erros» e «Um problema de cálculo das probabilidades».

Em 1913 (ou 1912?) foi eleito presidente do Instituto. A este respeito disse o nosso ilustre presidente, Sr. Dr. Anselmo, no vol. 105.º do Instituto, dando a notícia do seu falecimento:

«Um grupo de sócios dedicados, tendo à frente o Dr. Júlio Henriques, promoveu a eleição do Dr. Costa Lobo. Conheciam o seu valor, apreciavam as suas qualidades de organizador: tenacidade inquebrantável, trato afabilíssimo, sociabilidade rara, em virtude da qual era largo o círculo das suas amizades, dentro e fora do país». Ainda neste ano, tomou parte no Congresso que a Associação Espanhola para o Avanço da Ciência realizou em Madrid, apresentando uma comunicação denominada «Cintilação dos Astros».

*

A 21 de Agosto de 1914 dava-se um eclipse total do Sol, visível na Rússia, sendo a Península da Crimeia a região mais indicada para a sua observação. O Dr. Costa Lobo tinha o maior empenho em presenciar o fenómeno, e sobretudo em obter dele um registo cinematográfico, que servisse de contraprova ao obtido dois anos antes em Ovar. Para tanto organizou uma missão, composta por ele, pelo Capitão Carlos Ferrão e por seu filho, o aspirante Álvaro Ferrão.

O ponto escolhido para lugar da observação foi a cidade de Theodósia, porto de mar situado na costa sul da Crimeia. A 10 de Julho despachou por via marítima os instrumentos destinados à observação e cuja preparação tinha levado três meses. A 25 do mesmo mês seguiu para Paris a comissão, levando consigo as peças ópticas

dos instrumentos. Nesta cidade obteriam o material fotográfico necessário, expressamente preparado para esse fim. Tencionavam chegar a Paris a 27, mas como o rápido da noite do dia da partida chegou atrasado à Pampilhosa, perderam um dia de viagem e só chegaram a 28. Gastos dois dias na recepção do material fotográfico, partiram no rápido da manhã de 31 para Berlim, na intenção de seguir logo para Varsóvia, e de lá para Odessa, onde chegariam no fim de três dias de viagem. Era este o melhor trajecto a seguir, segundo indicação do nosso cônsul em Odessa, Sr. Alfredo Riva. Mas no dia 30 já Deslandres, director do Observatório de Meudon, se mostrara receoso de que não pudessem levar a cabo a missão. A guerra estava iminente. Todavia, o Dr. Costa Lobo, segundo ele mesmo diz na notícia que publicou no vol. 3.º da *Revista da Universidade*, «guardava a esperança de poder passar à Rússia, em boas condições, acompanhando a embaixada daquele país em Berlim. E neste sentido obteve animadoras palavras na embaixada russa em Paris».

Chegam às 4 da manhã à gare de Friedrichstrass e por toda a parte viram preparativos de guerra. À meia-noite, isto é, quatro horas antes da sua chegada, o Governo alemão dirigira um *ultimatum* à Rússia, intimando-a a sustentar a sua mobilização, e perguntava à França qual seria a sua atitude em caso de guerra com a Rússia. Ao meio-dia estava decidida a guerra.

Segundo o plano que trazia de Paris, o Dr. Costa Lobo dirige-se à embaixada russa, por volta das 11 horas, mas esta nada pôde prometer. «É sabido, diz o Dr. Costa Lobo, que o pessoal da embaixada russa sofreu horas amargas antes de chegar ao seu país».

Apesar de tudo, o Dr. Costa Lobo não desanima. Vai à Legação Portuguesa, onde estava como ministro o seu colega e amigo Dr. Sidónio Pais, saber com que poderia contar nas linhas alemãs. À uma da tarde, grande manifestação ao Imperador. Às 4 é publicado o decreto de mobilização e começa o movimento de tropas. Às 6 chega Sidónio Pais que fora obter informações seguras do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Impossível seguir para a Rússia, diz-lhe, e mesmo difícil sair de Berlim e por isso o aconselhava a ficar ali. Aliás, havia a esperança de que a guerra não prosseguisse, fosse suspensa no fim de poucos dias... Era ainda uma probabilidade de poder chegar à Rússia a tempo de ver o eclipse. E teria chegado, se não fosse o atraso

da Pampilhosa, porque 24 horas antes ainda isso era possível. As probabilidades de chegar à Crimeia é que eram diminutas e as de regresso, de todo nulas.

Em vista das notícias que lhe deu Sidónio Pais, o Dr. Costa Lobo resolveu partir para a Suíça e aguardar lá os próximos acontecimentos. Cerca das 8 horas seguiram para a gare do sul, donde partia o último comboio para Basileia, antes das autoridades militares tomarem conta das linhas férreas. Valeu-lhes terem tomado a tempo um trem, porque depois das 5 horas tinham desaparecido os carros de aluguer. Viagem tormentosa. Comboio a abarrotar de passageiros e bagagens, sem carregadores em todo o percurso. Na fronteira, severa revisão de passaportes. Percurso da última estação alemã para a Suíça, a pé. «Depressa perdi toda a esperança de receber o prometido aviso para seguir para a Rússia, diz o Dr. Costa Lobo, e logo fui para Genebra, convencido de seguir dali mais facilmente para Portugal».

É do maior interesse a descrição que o Dr. Costa Lobo faz de toda esta viagem através da Alemanha, Suíça e França, em tão crítica ocasião. Mas apesar das perturbações de toda a ordem trazidas pela primeira Grande Guerra, os instrumentos que o Dr. Costa Lobo despachara para a Crimeia por via marítima, chegaram ao seu destino, e no fim das hostilidades apareceram e voltaram ao seu lugar no Observatório Astronómico.

Este sucesso dá, talvez como nenhum outro, a medida da tenacidade, da energia e da coragem do Dr. Costa Lobo, e ao mesmo tempo da sua dedicação à ciência que professava na sua querida Universidade.

*

No mesmo III vol. da *Revista da Universidade* em que publica a notícia circunstanciada desta missão, vêm mais dois artigos seus: um, sobre os «Princípios fundamentais do Cálculo das Probabilidades»; outro, sobre «Atmosferas e temperaturas astrais».

*

O ano de 1915 foi de grande actividade política para o Dr. Costa Lobo, principalmente durante o Governo do General Pimenta

de Castro, de quem era íntimo amigo. Esta circunstância e a de estar em relações directas com El-Rei D. Manuel, proporcionou ao Chefe do Governo português ocasião de obter do antigo soberano preciosas informações de política internacional. A colecção de cartas que o Dr. Costa Lobo recebeu de El-Rei, devem lançar muita luz sobre a nossa política, interna e externa, daquele período.

*

Ainda neste ano de 1915, tomou parte no Congresso de Valladolid, onde fez uma conferência sobre «Atmosferas e temperaturas astrais» a convite da Universidade de Madrid.

*

Em 1917, o Dr. Costa Lobo funda a Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, de que veio a ser presidente durante anos.

*

A 13 de Novembro deste mesmo ano fez uma conferência na Sala dos Capelos, intitulada: «Portugal na guerra e na paz».

Vem publicada no vol. 65.º do *Instituto*.

*

No dia 29 do mesmo mês de Novembro, o Instituto promoveu uma sessão na Sala dos Capelos, em que foi orador o Conde de Penha Garcia e de que o Dr. Costa Lobo fez o discurso de abertura. Vem publicado no vol. 64.º do *Instituto*.

*

No mesmo volume vem um artigo do Dr. Costa Lobo, intitulado: «Explicação física da atracção universal».

*

O ano de 1918 foi de grande actividade para o Dr. Costa Lobo. A 1 de Março fez um discurso na Real Academia de Jurisprudência e Legislação, de Madrid, sendo a apresentação do orador feita pelo seu presidente, D. Antonio Maura, o maior vulto político da Espanha de então. Vem publicado no vol. 65.º do *Instituto*.

No mesmo volume vem em artigo denominado: «Novas teorias físicas. Sua correlação com os fenómenos biológicos e sociais».

*

Com a subida ao poder de Sidónio Pais, de novo o Dr. Costa Lobo entrou na política activa, sendo eleito deputado por Miranda. Foi o presidente da Comissão da Reforma do Ensino.

*

De 7 a 12 de Setembro de 1919 realizou-se em Bilbao um congresso promovido pela Associação Espanhola para o Avanço das Ciências. O Dr. Costa Lobo publicou no vol. 66.º do *Instituto* uma notícia deste congresso, bem como o discurso que proferiu na sessão de encerramento e um extracto da comunicação que apresentou, intitulada: «Justificação da equivalência adoptada entre intervalos de tempo sideral e de tempo médio».

No mesmo vol. publicou ainda uma notícia biográfica do Dr. Luís da Costa e Almeida, nesse ano falecido, e a lista das suas principais publicações. E ainda um artigo intitulado «Reforma da instrução secundária».

*

O fascículo de Março de 1920, do *Instituto*, foi destinado a comemorar a paz. O Dr. Costa Lobo conseguiu para ele brilhante e autorizada colaboração: General Fernando Tamagnini, antigo comandante do Corpo Expedicionário Português; o Conselheiro Anselmo de Andrade e o comandante José Francisco da Silva, lente da Escola Naval. Abre o fascículo um artigo do Dr. Costa Lobo

— «Comemorando a Paz — e termina-o outro artigo do mesmo autor — «A situação económica».

*

De 22 a 30 de Setembro do mesmo ano realizou-se em Estrasburgo o Congresso Internacional de Matemática, a que o Dr. Costa Lobo assistiu como representante do Governo Português. Apresentou uma comunicação sobre «Espirais reversíveis» e proferiu na sessão de abertura um discurso que vem publicado no vol. 67.º do *Instituto*. Neste mesmo volume publicou uma curiosa notícia sobre este Congresso e sobre os métodos de ensino usados na Universidade de Estrasburgo. Só foram convidadas as associações dos países aliados e neutros.

*

No dia 27 de Abril de 1921 realizou-se na Sala dos Capelos uma sessão promovida pelo Instituto, comemorativa do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Sessão soleníssima que teria sido presidida pelo Presidente da República, se a doença o não tivesse impedido. Substituiu-o o Ministro da Marinha. Foram oradores: Presidente da Câmara; Reitor da Universidade; Presidente do Instituto; Ministro da Marinha; Henrique Lopes de Mendonça, representante da Academia das Ciências; Ernesto de Vasconcelos, Secretário perpétuo da Sociedade de Geografia, em substituição do Presidente enfermo; e o historiador Fortunato de Almeida.

Disse o nosso presidente a este propósito na já mencionada notícia:

«Também se lhe deve a comemoração do centenário de Fernão de Magalhães, e, só por ela, deveríamos ser gratos à sua memória.»

*

De 24 a 30 de Julho de 1923 realizou-se em Salamanca um congresso promovido pela Associação Espanhola para o Avanço da Ciência. O Dr. Costa Lobo colaborou com uma comunicação sobre a «Estrutura do Universo» de que vem um extracto publicado no vol. 70.º do *Instituto*; e com uma conferência na sessão de encerra-

mento que vem publicada no mesmo vol. Também nele publicou uma curiosa notícia sobre o General Morais Sarmiento.

*

De 11 a 15 de Agosto de 1924 realizou-se em Toronto (Canadá) o II Congresso da União Matemática Internacional, a que o Dr. Costa Lobo assistiu como representante de Portugal. No vol. 71.º do *Instituto* publicou uma extensa e curiosa notícia deste Congresso, com referências à Universidade de Toronto, sua história, rendimentos, quadro de professores e de cadeiras, compêndios adoptados, etc.

*

Em Junho de 1925 realizou-se em Coimbra um congresso promovido pela Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, sob a direcção do Dr. Costa Lobo.

*

Neste mesmo ano assistiu ao Congresso da União Internacional Astronómica, realizado em Cambridge (Inglaterra). Neste Congresso foi emitido o voto de poderem fazer parte da União representantes de todos os países, que é como quem diz, dos países da Europa Central.

*

Em 1926, publicou o Dr. Costa Lobo no *Instituto* dois artigos: «Les nouveaux instruments spectrographiques de l'Observatoire Astronomique de l'Université de Coimbra» e «Plan d'organisation traditionaliste actualisé pour une nation».

Assistiu à reunião que realizou em Bruxelas o «Conseil International des Recherches» que resolveu por unanimidade convidar todos os países europeus que ainda não fizessem parte das Uniões Internacionais, a incorporarem-se nestes organismos. O voto emitido no ano anterior no Congresso de Cambridge, produziu agora os seus efeitos.

*

O vol. do *Instituto* correspondente ao ano de 1927, insere um «In Memoriam» do Dr. Luciano Pereira da Silva que abre com um artigo do Dr. Costa Lobo.

*

Em Junho de 1928 realizou-se em Leiden o Congresso da União Astronómica Internacional. O Dr. Costa Lobo apresentou uma memória intitulada: «Quelques résultats obtenus par les observations spectro-héliographiques des années de 1926 et 1927» de que publicou um extracto no vol. 76.º do *Instituto*.

A este Congresso compareceram 17 astrónomos dos países da Europa Central, para ele convidados, mas nenhum veio como representante do seu país.

*

Em 1930 foi o Dr. Costa Lobo nomeado director da sua Faculdade, por ter sido o mais votado da lista de três proposta ao Governo, como então era de lei.

*

Em Agosto de 1930, realizou-se em Estocolmo a 4.ª Assembleia Geral da Secção de Geodesia da União Geodésica e Geofísica Internacional, a que o Dr. Costa Lobo assistiu como representante do Governo Português e a que apresentou um relatório intitulado «Travaux géodésiques récents exécutés au Portugal».

Em nome do seu Governo, o Dr. Costa Lobo propôs que o próximo congresso se realizasse em Lisboa.

Foi neste congresso que se designou o ano de 1933 para a chamada «campanha das longitudes».

*

A 19 de Fevereiro de 1931, fez uma conferência na Sala dos Capelos sobre «Ciência e Religião», a convite do Dr. Costa Lobo,

Monsenhor Baudrillart, arcebispo de Melitene, Reitor do Instituto Católico de Paris, da Academia Francesa, historiador e grande vulto das letras francesas. Segundo o programa estabelecido por Mr. Baudrillart para a sua vinda a Coimbra, chegaria a esta cidade em terça-feira de Entrudo. O Dr. Costa Lobo, sempre metuculoso e prudente, não achou bem, e propôs-lhe uma paragem no Buçaco, a pretexto de ver a mata e a paisagem. Para lhe fazer companhia, convidou dois colegas, o Dr. Pereira Dias e a mim. No dia seguinte regressamos a Coimbra, onde Mr. Baudrillart fez a sua notável conferência. De Coimbra seguiu o ilustre prelado para Lisboa e de lá para o Norte de África. O Dr. Costa Lobo acompanhou-o sempre e só o deixou na fronteira de Espanha. O ilustre prelado, no seu regresso a Paris, deu uma entrevista aos jornais, em que dizia ter levado de Portugal e dos portugueses, as melhores impressões.

É de notar que pouco depois veio a Portugal, a convite do Instituto para a Alta Cultura, salvo erro, outro estrangeiro de nomeada, com quem foram gastos cem contos e que chegou lá fora e disse nos jornais o pior possível de nós. Fez precisamente o contrário de Mr. Baudrillart, com quem o Governo nada gastou... O Sr. Dr. Costa Lobo, esse, sim que gastou, mas do seu bolso.

*

Em 26 de Novembro do mesmo ano de 1931 realizou-se a comemoração do Centenário de Newton, promovida pela Faculdade de Ciências, por proposta do Dr. Costa Lobo, feita na congregação de 28 de Outubro. A sessão realizou-se com toda a solenidade na Sala dos Capelos, com a presença do Embaixador de Inglaterra. Falaram diversos oradores. O Dr. Costa Lobo dissertou sobre o princípio da gravitação universal. Foi inaugurada no Observatório Astronómico a Sala Newton, para a qual o Embaixador ofereceu um busto do grande sábio britânico.

*

Em 1932, organizou o Dr. Costa Lobo o Congresso da Associação Portuguesa para o Avanço das Ciências que se realizou em Lisboa, no mês de Maio.

*

De 2 a 9 de Setembro deste mesmo ano de 1932, realizou-se em Cambridge (América do Norte) o Congresso da União Internacional Astronómica, em que apareceu pela primeira vez um delegado da Alemanha, o professor Koppf. O Dr. Costa Lobo que representou neste Congresso o Governo Português, fez dele minuciosa descrição num relatório que publicou no vol. 3.º da *Revista da Faculdade de Ciências*. Nesse mesmo relatório faz a história sumária da evolução das sociedades científicas internacionais a partir da primeira Grande Guerra.

*

De 14 a 27 de Setembro de 1933, realizou-se em Lisboa o Congresso da União Internacional Geodésica e Geofísica, cuja organização recaiu sobre o Dr. Costa Lobo e que foi um autêntico sucesso. Terminou este Congresso com uma excursão ao Douro, em que tomei parte e pude observar a satisfação dos congressistas estrangeiros e a sua admiração pelas belezas da nossa terra e dos nossos monumentos. Os vinhedos do Douro deixaram-nos maravilhados. A excursão compreendia uma visita às Caves da Raposeira, onde se almoçou; outra à Casa do Douro, onde serviram um lanche. Ao passar na Régua, em direcção ao Porto, aguardavam os congressistas uma dezena de meninas que distribuíram a cada um dos congressistas um cestinho de uvas. O sucesso de tudo isto foi extraordinário.

*

Em Outubro e Novembro de 1933, o Dr. Costa Lobo, com os seus colaboradores, realizaram com grande rigor a determinação da longitude do Observatório Astronómico (hoje demolido) como tinha sido deliberado em Estocolmo.

*

A 21 de Janeiro de 1934, realizou uma sessão de homenagem aos três grandes astrónomos Drs. Pedro Nunes, Monteiro da Rocha

e Rodrigo de Sousa Pinto. Presidiu o Reitor como representante do Ministro da Instrução Pública.

Foi a despedida do seu muito querido Observatório Astronómico, e da cadeira que regia há meio século, porque a 18 do mês seguinte, atingiu os setenta anos e foi jubilado.

*

Neste ano, a supressão da Imprensa da Universidade pôs o Instituto de Coimbra perante uma dificuldade financeira terrível. A grande verba das despesas desta instituição é a destinada à publicação da sua revista. Enquanto existiu a Imprensa da Universidade, as facilidades dadas por ela ao Instituto suavizavam muito esse encargo. Extinta a Imprensa, tornou-se necessário o pagamento imediato do custo de cada número, o que parecia incomportável, dada a insignificância dos recursos do Instituto. A dificuldade era de tal vulto que muitos desanimaram. Mas o Dr. Costa Lobo, animoso como sempre, encarou a situação com serenidade e confiança e a revista continuou como até ali, e ainda continua, louvado Deus. Dos muitos e grandes serviços que o nosso Instituto ficou devendo ao seu ilustre Presidente, Dr. Costa Lobo, este foi sem dúvida dos maiores.

Mas a sua actividade não diminuiu com a jubilação, porque lhe não faltava onde a exercer.

Logo no ano seguinte, como presidente da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, entrega uma mensagem ao Presidente da República, a solicitar que seja adoptada a designação de Império Português. Vem publicada no vol. 88.º do *Instituto*. Para comemorar o centenário do herói nacional, tinha o Dr. Costa Lobo, como presidente da mesma Cruzada, promovido uma série de conferências, em 1931, em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, e noutras cidades.

Ainda no mesmo ano de 1935 publica no vol. 89.º do *Instituto* um artigo intitulado: «Project pour l'organisation intégrale et traditionaliste d'un état».

*

A 28 de Maio de 1936 faz na Sorbone uma conferência, de título — «Théorie radiante» — a convite da Faculdade de Ciências, sob a presidência de Charles Maurin, decano da mesma Faculdade.

*

A 15 de Novembro do mesmo ano, o Instituto realizou no Salão Nobre da Câmara Municipal, com a presença do Embaixador de Inglaterra e das autoridades, uma sessão solene, em comemoração das seculares relações entre a Inglaterra e Portugal.

O Dr. Costa Lobo faz os dois discursos de abertura e de encerramento, sendo aquele merecedor de menção especial pelas referências que faz ao chamado «mapa cor de rosa». Vêm ambos publicados no vol. 91.º do *Instituto*.

*

Em 20 de Janeiro de 1937, faz uma comunicação ao Bureau des Longitudes de que vem publicado um extracto no vol. 90.º do *Instituto*. O Bureau des Longitudes é constituído por 12 sócios nacionais e 12 estrangeiros. O Dr. Costa Lobo foi um destes.

*

A 3 de Junho do mesmo ano faz em Tolosa uma conferência que designou — «Complements à la théorie radiante», a convite do Instituto Electrotécnico e sob a presidência do decano da Faculdade de Ciências. Vem publicada no vol. 91.º do *Instituto*.

*

A 9 de Dezembro, sessão solene realizada na Sala dos Capelos, com a assistência do Reitor, comemorativa da instalação definitiva da Universidade de Coimbra em 1537. Todo o vol. 92.º do *Instituto* é dedicado à Universidade. Abre com um artigo do Dr. Costa Lobo: «A Universidade e o Instituto de Coimbra».

*

A 29 de Abril de 1938 realiza-se na Sala dos Capelos uma sessão solene em honra do Embaixador de Inglaterra, Sr. Walford

Selby. O Dr. Costa Lobo fez o discurso de abertura. A 5 de Junho do ano seguinte, faz uma conferência na Sociedade de Economia Política de Paris. Ambos estes trabalhos vêm publicados no vol. 94.º do *Instituto*.

*

Em 1941, o Dr. Costa Lobo publicou no *Instituto* o valioso estudo sobre o Conselheiro José Luciano de Castro, a que já nos referimos. E em 1942, foi publicado o 100.º vol. da mesma revista, com uma breve, mas rica notícia histórica da mesma Instituição, da sua autoria. Colaborou igualmente nos volumes saídos em 1943 e 44, sendo o seu último artigo na revista que tanto lhe ficou devendo, intitulado «A verdade e a lenda de Preste João».

*

O Dr. Francisco Miranda da Costa Lobo faleceu no domingo, dia 29 de Abril de 1945. Conservou até ao fim lucidez perfeita e viva curiosidade pelo que se estava passando no mundo. Era seu filho quem ia solícita e carinhosamente ler-lhe as notícias dos jornais. Ao ouvir as de sábado, véspera da sua morte disse: «A guerra está no fim, mas acaba mal». E assim foi.

*

Além das obras e situações já mencionadas, o Dr. Costa Lobo recebeu as seguintes mercês honoríficas:

Director de Honra do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra, Sócio honorário do Instituto de Coimbra, Sócio honorário da Real Sociedade de Geografia de Madrid, Gran-Cruz de Afonso XII, Comendador da Legião de Honra, Comendador de Leopoldo da Bélgica, Conde Romano, Doutor Honoris Causa da Universidade de Strasburgo, Prémio Janssen da Academia das Ciências de França (Medalha de Ouro), Membro de 1.ª classe da Cruz Vermelha da Alemanha, Medalha de Ouro do Instituto de Previdência Social da Espanha, Medalha de Ouro da Associação para o Avanço das Ciências de França.

*

Pertenceu às seguintes academias científicas, ainda não mencionadas:

Academia das Ciências, Sociedade de Geografia, Real Sociedade Astronómica de Londres, Real Academia das Ciências de Madrid, Real Academia de História de Madrid, Real Sociedade Geográfica de Madrid, Academia de Letras de Barcelona, Academia Pontifícia de Ciências, Sociedade de Síntese de Paris, Sociedade de Economia Política de Paris, Sociedade de Ciências, Agricultura e Artes do Baixo Reno e Academia Diplomática Internacional.

*

Além das já mencionadas, exerceu as seguintes actividades científicas:

— Criou a secção de Astrofísica no Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra com a instalação dum «Espectroheliógrafo» e dum «espectrógrafo estelar Costa Lobo», construído sob a sua direcção na Inglaterra, com soluções originais.

— Fundou no mesmo Observatório a publicação: *Anais do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra* — 1.^a Secção — *Fenómenos Solares*.

— Realizou diferentes modificações na secção de Astronomia de posição, para o que adquiriu também uma nova pêndula de pressão e temperatura constantes, aparelho para recepção de sinais horários, níveis, etc.

— Efectuou estudos originais sobre o Sol, apresentando novas interpretações principalmente sobre fenómenos da fotosfera e cromosfera.

— Efectuou investigações sobre a explicação física do Universo.

— Representou a Universidade de Coimbra, O Instituto de Coimbra e Sociedade de Geografia de Lisboa em muitas manifestações científicas estrangeiras.

*

Foi o Dr. Francisco de Miranda da Costa Lobo casado com Dona Maria Estrela Gonzaga da Costa Lobo, formosa e gentil senhora que a morte arrebatou ainda na força da vida. Vingaram desse casamento, dois filhos: a Sr.^a Dona Branca da Costa Lobo Capmass, aqui presente, a quem presto as minhas mais rendidas homenagens; e o Dr. Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, a quem hoje rendemos também o nosso preito de saudade sempre viva.

*

O Dr. Gumersindo nasceu em Coimbra, a 12 de Abril de 1896. Fez nesta cidade os estudos primários e liceais e matriculou-se na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1913-1914. Fez em 1915 o grupo de Matemáticas Gerais e Cálculo Diferencial e Integral, sendo classificado com 19 valores. Em 1916 fez o grupo de Química Inorgânica, Análise Química qualitativa, Análise Química quantitativa, Química Orgânica e Química Física, classificado com 18 valores. Em 1917, fez o grupo de Mecânica Racional e Física Matemática e foi classificado com 18 valores. Em 1918 fez o grupo de Álgebra Superior, Cálculo Diferencial e Integral, Análise Superior e Cálculo das Probabilidades; com 19 valores; e o grupo de Astronomia e Mecânica celeste, com os mesmos 19 valores. Em 1919, fez o grupo de Geometria Descritiva e Geometria Projectiva, com 19 valores; e o grupo de Física dos Sólidos e Flúidos; Óptica, acústica e calor; e Electricidade, com 16 valores. Concluiu a formatura em Ciências Matemáticas com 19 valores.

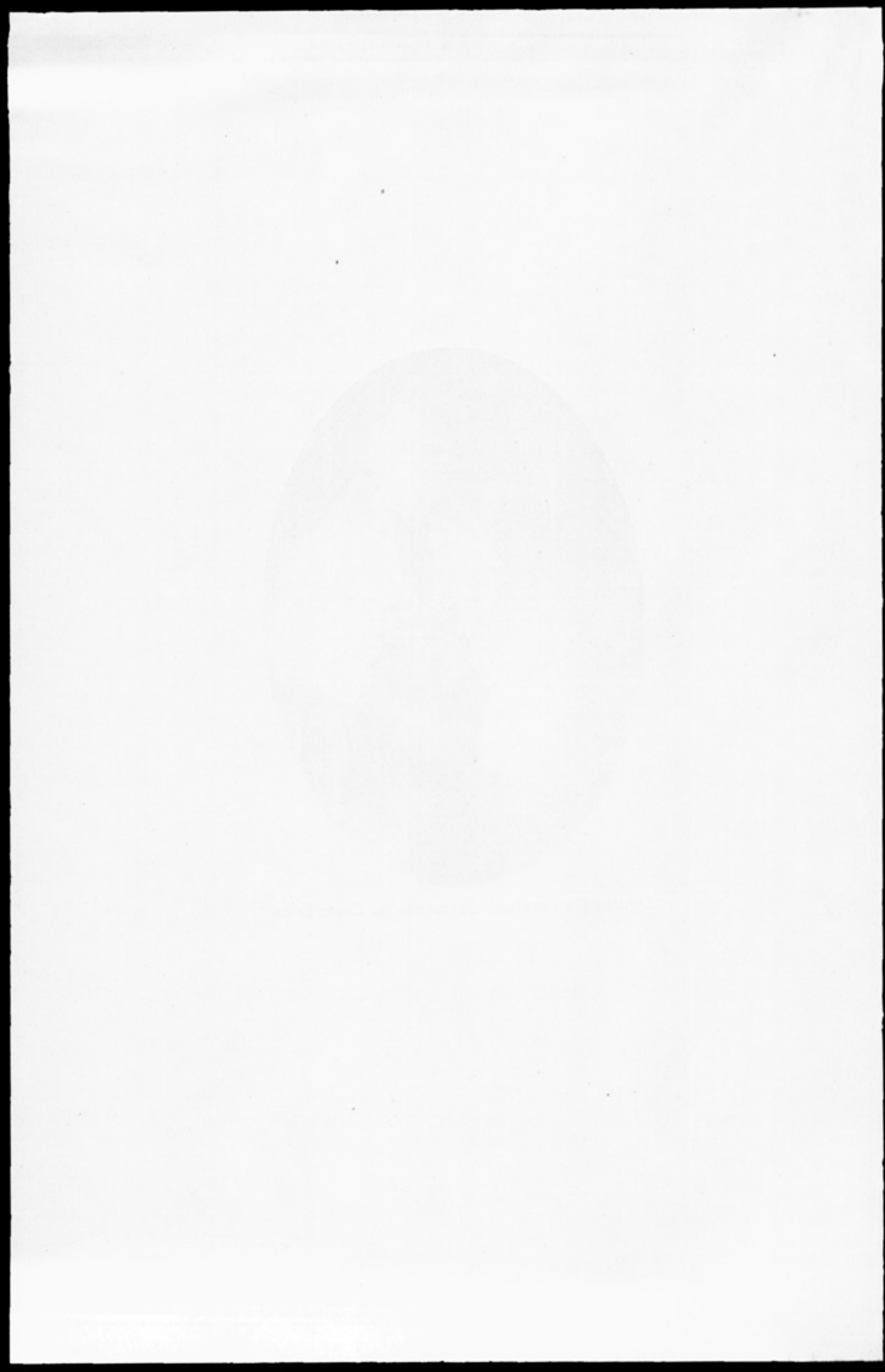
Prestou provas de doutoramento em 1926 e ficou aprovado por unanimidade. Apresentou como dissertação um trabalho sobre a «Resistência dos Flúidos».

*

De bem novo o Dr. Gumersindo se dedicou à Astrofísica. Logo em 1923, indo à sua custa em missão de estudo, fez um estágio em Meudon e no mesmo ano foi encarregado de todos os serviços de ins-



Doutor Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo



talação e investigação científica da secção de Astrofísica do Observatório Astronómico. A esta missão de estudo com estágio em Meudon, outras se seguiram em 1930, 35, 38 e 1950, igualmente à sua custa.

*

Foi nomeado 2.º assistente do 2.º grupo da Secção de Matemática em 16 de Julho de 1919 e foi promovido a 1.º assistente a 2 de Agosto de 1930.

Regeu cursos práticos de Mecânica Racional, Cálculo das Probabilidades, Astronomia e Aperfeiçoamentos de Astronomia. E regeu as cadeiras teóricas de Mecânica Racional e Mecânica Celeste; e a cadeira anexa de Desenho rigoroso.

*

Em 1925 tomou parte no Congresso Luso-espanhol para o Progresso das Ciências, realizado em Coimbra no mês de Junho, ao qual apresentou uma comunicação sobre a «Sistematização dos espectros cromofotográficos dos fluídos».

*

Em 1932 tomou parte no Congresso Luso-espanhol para o Progresso das Ciências, realizado em Lisboa, no mês de Maio. Apresentou uma comunicação «Sobre o estudo dos filamentos obtidos nos espectrogramas cromofísicos (risca K_3) efectuado com as imagens planificadas (sistema F. M. da Costa Lobo).

*

Em 1933, tomou parte no Congresso da União Geodésica Internacional, apresentando uma comunicação sobre a Medida e Métodos de Observação da Actividade Solar.

*

Neste mesmo ano publicou uma obra intitulada *Instrumentos espectroheliográficos e sua aplicação ao estudo da Atmosfera solar*.

*

E na revista *Terra*, publicou um artigo denominado «A classificação de alguns fenómenos cromosféricos e a sua comparação com os fenómenos terrestres».

*

Em 1935 tomou parte no Congresso da União Astronómica Internacional, em Paris, onde foi homenageado com especiais distinções, pelo que recebeu felicitações dum funcionário superior do Ministério da Educação. Sobre este Congresso publicou uma notícia no *Instituto* (vol. 93.º).

Neste mesmo ano publicou na revista *Las Ciencias*, de Madrid, um estudo intitulado: «Solução adoptada para o aproveitamento dum espectroheliógrafo como espectrohelioscópio».

*

Em 1937 publicou um trabalho denominado: «A observação dos fenómenos solares e algumas contribuições para a sua interpretação».

*

Em 1940 tomou parte no Congresso da Actividade Científica Portuguesa, ao qual apresentou uma *memória* intitulada: «A criação dos estudos de astrofísica em Portugal com a instalação da secção de astrofísica no Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra».

*

Em 1942 publicou um opúsculo denominado: «Resumo das notas enviadas para os trabalhos preparatórios do Congresso da União Astronómica Internacional de 1938». Este trabalho dá conta da actuação do autor no dito Congresso de 1938.

*

Neste mesmo ano de 1942 realizou-se no Porto o Congresso Luso-espanhol para o Avanço das Ciências. O Dr. Gumersindo apresenta uma comunicação sobre «A caracterização dos fenómenos solares e a sua classificação».

*

Em 1947, apresenta ao Congresso de S. Sebastian uma comunicação sobre as «Novas interpretações dos fenómenos cromosféricos e a organização dos estudos solares».

Representou neste Congresso o Instituto de Coimbra.

*

O presidente da secção de Astrofísica referiu-se com grande elogio à secção de Heliofísica do Observatório Astronómico de Coimbra e aos trabalhos que ali efectuou o Dr. Gumersindo.

*

Em 1948, realizou-se em Zurich o Congresso da União Astronómica Internacional, em que o Dr. Gumersindo da Costa Lobo foi como representante do Governo Português. Foi eleito neste Congresso para a 11.^a secção.

*

Colaborou ainda nos Congressos Luso-espanhóis realizados em Lisboa, em 1950; e em Málaga, em 1951.

*

Foi membro das Uniões Internacionais, de Geodesia e de Astrofísica; membro da comissão 11.^a da União Astronómica Internacional; e membro da Sociedade Belga de Astronomia, de Meteorologia e de Física do Globo.

*

Mas o Dr. Gumersindo não foi só um homem de ciência. Foi também um artista, pintor e músico. Tocou piano magistralmente. Era ainda muito moço e já tocava com a mestria dum profissional. Um dia, numa grande *soirée* que se estava realizando na casa de seus pais, o Dr. Gumersindo tocou ao piano uns trechos de música clássica. E no meio do entusiasmo com que a numerosa assistência o aplaudiu, ouvimos ao Dr. L. Pereira da Silva: «Este rapaz toca piano como um profissional».

Mas o Dr. Gumersindo era também um retratista exímio. Conheço-lhe um retrato de seu pai e outro dum tio avô que foi bispo de Bragança, que são dois autênticos primores. Sobretudo o do prelado, com quem aliás o Dr. Gumersindo se parecia muitíssimo, tanto nos traços fisionómicos, como no ar de bondade que neles se espelha, é dos que, vistos uma vez, não mais esquecem.

O Dr. Gumersindo foi também um admirável crítico de arte. Era um regalo espiritual visitar com ele um museu, uma exposição ou um monumento. Não lhe escapava nada que fosse digno de ser visto. E era tão objectivo nas suas observações, que tudo que notava, estava lá, e ficava patente, depois de assinalado, a todos que tivessem olhos para ver.

*

Eleito secretário do Instituto na assembleia geral de 6 de Março de 1935, justamente no auge da maior crise por que tem passado esta instituição durante a sua já secular existência, o Dr. Gumersindo da Costa Lobo prestou os mais relevantes serviços, porque, à sua extrema dedicação, juntava o manejo fácil das línguas estrangeiras, a lhaneza, distinção e sociabilidade que o distinguiam, qualidades que lhe permitiam conservar e alargar a esfera das suas relações pessoais, no país e no estrangeiro, tanto as directamente estabelecidas, como as adquiridas através de seu ilustre pai.

E quis o destino que fosse nesta casa e ao serviço do Instituto, que o acometeu a doença que dias depois lhe tirou a vida há precisamente um ano.

Grande foi o sentimento que o inesperado desenlace provocou em toda a cidade, onde o Dr. Gumersindo era de todos conhecido e estimado, pelos seus primorosos dotes de inteligência e de carácter e pelo seu trato afabilíssimo. E no Instituto de Coimbra, que tanto lhe deve, continua viva, como na primeira hora, a dor e a saudade que a sua perda nos deixou.

Disse.

DIOGO PACHECO DE AMORIM

EX.^{MO} SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO
EX.^{MAS} AUTORIDADES CIVIS E UNIVERSITÁRIAS
MINHAS SENHORAS
MEUS SENHORES:

Deliberou a Direcção do Instituto promover esta sessão de homenagem à memória do Professor Doutor Francisco Miranda da Costa Lobo e do Doutor Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, e quis incluir-me entre as pessoas que nela teriam de falar. A homenagem é de todo o ponto justa porque, sobre outros notórios merecimentos, o Professor Francisco da Costa Lobo teve o de ser um dos mais activos e prestimosos presidentes que desde o seu início tem tido esta agremiação, e o Doutor Gumersindo da Costa Lobo o de a ter servido num lugar de secretário com desvelo e eficiência incontestáveis. Mas a minha palavra é tão descolorida que eu não hesitaria em pedir dispensa do encargo, aliás honroso e agradável para um antigo aluno e colega, se não fora a circunstância de eu desempenhar funções universitárias outrora exercidas pelo primeiro e nas quais recebi colaboração do segundo dos homenageados.

Durante a sua longa vida, na maior parte consagrada ao estudo, o Professor Francisco da Costa Lobo interessou-se por diversos ramos dos conhecimentos humanos. Não me cabe segui-lo aqui em todas as suas preferências intelectuais, nem eu estaria suficientemente preparado para o fazer, nem devo fatigar V. Ex.^{as} com extenso arrazoado. Limitar-me-ei a recordar os pontos mais salientes do seu brilhante currículo universitário, da sua actividade científica em geral e das realizações que conseguiu no terreno da sua predilecção intelectual dominante, poderia dizer da sua paixão intelectual, que foi sem dúvida a Astronomia.

Em Outubro de 1879, sendo reitor o Visconde de Vila-Maior, e lente de prima, decano e director da Faculdade o Doutor Raimundo Venâncio Rodrigues, proprietário da cadeira de Cálculo infinitesimal, começava Francisco da Costa Lobo a frequentar na Universidade a antiga Faculdade de Matemática, que a reforma universitária de 1911 havia de converter em Secção de Matemática da nova Faculdade de Ciências. Cedo se distinguiu altamente como estudante, collocando-se à frente de todos os condiscípulos com três *accessit*, quatro prémios e três partidos alcançados desde o 2.º até ao 5.º ano. Os *accessit* eram simplesmente honoríficos, mas os prémios e os partidos eram pecuniários, de 40\$000 réis e 50\$000 réis respectivamente, quantias importantes naquela época. No mesmo ano de 1884 em que saía bacharel formado em Matemática fazia o difícil exame de licenciado, e no ano seguinte defendia teses, recebia o grau de doutor e fazia concurso de provas públicas para um lugar vago de lente substituto de que veio a tomar posse no princípio do ano de 1886. Sete anos depois era promovido a lente catedrático, na vaga aberta pelo falecimento do Doutor José Pereira Falcão, proprietário da cadeira de Astronomia. Entretanto ia ocupando cargos no Observatório Astronómico anexo àquela Faculdade: 3.º astrónomo em 1887, 2.º astrónomo em 1893, 1.º astrónomo em 1904 e finalmente director em 1922, quando o Doutor João Souto Rodrigues, que tinha sido seu professor de Álgebra Superior 43 anos antes e dirigia o Observatório desde 1900, se exonerou dessa direcção por causa da sua avançada idade. Mais tarde foi eleito director da Faculdade de Ciências, e nessa situação teve de deixar o serviço oficial em 1934 por ter atingido os 70 anos. Pouco depois era nomeado director honorário do Observatório, em reconhecimento dos serviços prestados a este estabelecimento.

O Doutor Francisco da Costa Lobo exerceu sempre distintamente a função docente, quer regendo a sua cadeira, quer regendo outras por acumulação quando as necessidades do serviço a tal o obrigavam. Mas com justa compreensão do papel do professor universitário não quis limitar à função docente, e ao desempenho rotineiro dos cargos exercidos no Observatório, a sua actividade. Interessou-se muito pelas relações culturais entre Portugal e o estrangeiro, o que o conduziu a participar em diversos congressos científicos internacionais e o fez ascender à presidência do Instituto, à presidência da Associação

Portuguesa para o Progresso das Ciências e à presidência da antiga Comissão Nacional das Uniões Internacionais Astronómica e Geodésico-Geofísica, presidências donde promoveu a vinda a Portugal de muitos homens de ciência estrangeiros com quem entretanto se relacionara. Destes não foram poucos os que se fizeram ouvir nas salas do Instituto, em conferências excelentes que acreditavam cada vez mais esta agremiação no conceito público nacional e estrangeiro, e assim não foi sem motivo que ela distinguiu o Professor Francisco da Costa Lobo com o título de seu membro honorário.

Muitos trabalhos publicou este professor sobre vários assuntos, parte dos quais, como era natural, referentes à Astronomia, e principalmente a questões de Física solar e estelar. A sua predilecção especial pela Astrofísica, com efeito, levou-o a solicitar persistentemente dos poderes públicos, a princípio na qualidade de 1.º astrónomo, de acordo com o director, depois na qualidade de director, os meios financeiros que, finalmente alcançados, lhe permitiram adquirir para o Observatório um espectroheliógrafo e um espectrógrafo estelar, destinados respectivamente, como os nomes indicam, a observações físicas do Sol e das estrelas, e com os quais criou a Secção astrofísica do Observatório. Em seguida fundou a publicação intitulada Anais do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra, 1.ª Secção, Fenómenos solares, destinada a fazer conhecer os resultados das observações feitas com o espectroheliógrafo, publicação de que só pôde fazer sair dois volumes, por ter entretanto atingido o limite de idade, mas que continua a editar-se essencialmente com a mesma orientação.

Não obstante o seu especial interesse por questões de Astrofísica ocupou-se também de Astronomia de posição. Assim, introduziu na respectiva secção do Observatório, particularmente na subsecção das observações meridianas, aperfeiçoamentos importantes, desde a instalação duma pêndula eléctrica de pressão constante, que promoveu ainda como 1.º astrónomo de acordo com o director, até à instalação dum micrómetro impessoal de ascensão recta e à dum receptor de sinais horários radiotelegráficos, a fim de aumentar a precisão das determinações de ascensões rectas, do tempo e da longitude. De facto, graças a estes aperfeiçoamentos pôde o observatório, sob a sua direcção, colaborar na Operação internacional das longitudes de 1933 com resultado muito lisonjeiro para o nosso País.

Foi por estes assinalados serviços ao Observatório que o Governo lhe conferiu o galardão que atrás mencionei.

Pouco depois do seu falecimento o órgão *Monthly Notices* da Sociedade Astronómica Real de Londres, de que era membro, consagrou-lhe um artigo da autoria do Professor Stratton, conhecido heliofísico britânico.

A segunda memória homenageada nesta sessão é a do Doutor Gumersindo da Costa Lobo, que também cursou a Universidade com altas classificações até obter o grau de licenciado em Matemática. Mais tarde defendeu tese e recebeu o grau de Doutor, ao mesmo tempo que exercia funções docentes na Secção de Matemática da Faculdade de Ciências. Para mim foi particularmente útil a sua colaboração no ensino da Astronomia, ciência pela qual sempre manifestou grande interesse, especialmente no respeitante às observações de Física solar feitas com o espectroheliógrafo. Participou fervorosamente em diversos Congressos Luso-Espanhois para o Progresso das Ciências e assistiu ao Congresso Astronómico de Zurique, o penúltimo dos efectuados pela União Astronómica Internacional. Era membro desta União como vogal da sua Comissão dos fenómenos da atmosfera solar e como vogal da Direcção da Secção Portuguesa das Uniões Internacionais Astronómica e Geodésico-Geofísica. Finalmente foi muito dedicado ao Instituto, onde exerceu um dos cargos de secretário durante longos anos no qual prestou reais serviços, entre outros o de colaborar devotadamente na intensificação do intercâmbio cultural com outros países, especialmente com a França. Deixou de existir faz hoje um ano, quando se supunha, e era desejo geral, que ele continuaria por muito tempo, apesar da sua compleição delicada, a dar à Universidade e ao Instituto a prestante colaboração que nunca lhes regateou.

Prof. Dr. MANUEL DOS REIS

ENERGIA DE LA MATERIA

En el año 1905 un joven físico y matemático, Albertor Einstein dió a conocer sus tres famosas memorias. Cualquiera de ellas habria sido suficiente para lograrle el gran prestigio científico que le colocó a la altura de los sabios. Lo más importante, que produjo en el mundo científico una gran convulsión, era su teoria de la relatividad. Las restantes, no eran de menor trascendencia; una de ellas trataba del movimiento Browniano que durante casi un siglo habia desconcertado a los hombres de ciencia. La otra memoria establecia la teoria del fenómeno fotoeléctrico, y reducía a expresión matemática la labor de Planck sobre la radiación.

La equivalencia entre masa y energia, segun la plantea Einstein, era solo uno de los aspectos de la teoria de la relatividad; mas tarde Cockcroft y Walton la confirmaron en el laboratorio, al bombardear el litio con protones y obtener el helio.

Todas las formas de la energia poseen inercia, que generalmente se consideraba relacionada con la materia. Un cuerpo que contiene energia térmica debe tener más masa que otro cuerpo idéntico, pero más frio. Igualmente si en una caja vacia de paredes internas reflectoras hay energia radiante circulando entre esas paredes, tiene más masa que si no existiese ninguna radiación. Según la teoria, la relación entre las magnitudes de masa M , y energia E , y llamando c a la velocidad de la luz (3×10^{10} cm. por segundo) és

$$M = \frac{E}{c^2} \quad \text{o sea, } E = M \cdot c^2$$

Puede extrañar por qué entra la velocidad de la luz en esta ecuación fundamental, pero ha de considerarse que dicha velocidad de la luz es una magnitud muy fundamental en la teoria de la relatividad

y por esto entra en muchas de las ecuaciones que de ella se derivan. Esa velocidad es, entre todas las formas conocidas, la más rápida de propagarse la energía, y es notable que sea la misma para todos los observadores, independientemente de la rapidez con que se mueven relativamente entre sí, es decir, es una constante fundamental.

En un principio, pareció que esta fórmula de masa-energía, no pasaría de ser una función matemática únicamente de interés filosófico; era debido a que la masa representada por todas las cantidades ordinarias de conversión de la energía es tan infinitamente pequeña en comparación con la masa de los materiales que toman parte en la generación o el almacenamiento de dicha energía. Esta suposición se modificó con la aparición de las reacciones nucleares dirigidas en laboratorio, consiguiendo la transmutación de elementos químicos, porque los cambios de masas que se verifican en estas reacciones son comparables a las masas de los elementos que en ellas participan.

Observemos los cambios de masa que ocurren durante el proceso de las reacciones químicas ordinarias. Consideremos la reacción del hidrógeno con el oxígeno para obtener agua. Cuando se obtienen 18 gramos de agua (cantidad igual al peso molecular del agua, denominada molécula gramo) por medio de la reacción entre el hidrógeno y el oxígeno, se desarrollan $2,4 \times 10^{12}$ ergios, o sea, 67 vatios hora, de energía térmica. Aunque es una cantidad apreciable de calor, supone la desaparición de una cantidad pequesísima de masa. Esta pérdida de masa que tiene lugar en la formación de cada gramo de agua es una y media billonésima de gramo.

Examinemos una reacción productora de calor, la combustión del carbón. Una tonelada de carbón combinada con el oxígeno produce unos siete millones de calorías grandes o sea 8.200 kilovatios-horas de energía. En este caso, también ocurre que la desaparición de masa es casi imperceptible; aproximadamente un diezmilígramo.

Consideremos otro problema típico. Cuando una molécula gramo de grafito (12 gramos) se calienta desde la temperatura ambiente hasta 4.150° C. absorbe 25 calorías kilogramo aproximadamente. De la absorción de esta energía en forma de calor resulta un aumento fraccional de la masa de grafito, comparable, aproximadamente a la que pierde el hidrógeno y el oxígeno en la reacción que se acaba de exponer.

Todos los cambios de masa en las reacciones térmicas, son tan pequeños que no se les concedió ninguna importancia técnica, pues escapan a toda medición. Los espectrógrafos de masas mas perfectos han permitido determinar diferencias de masa de los elementos más livianos hasta varias millonésimas, esta sensibilidad es insuficiente aun para determinar los cambios de masa que ocurren al combinarse el hidrógeno y el oxígeno para formar agua. Lo mismo ocurre en los cambios de masa cuando se calientan cuerpos ordinarios, hasta incluso a las temperaturas alcanzables en el laboratorio, que son por lo menos un millón de veces demasiado pequeños para ser registrados por los medios mas perfeccionados de que hoy se dispone.

La energía latente correspondiente a las masas ordinarias es enorme, según se desprende del hecho de que los cambios de masa correspondientes a las reacciones ordinarias sean tan sumamente pequeños en comparación con las masas empleadas para desprender energía. De la ecuación fundamental de masa-energía se deduce que la energía correspondiente a 28,5 gramos de cualquier materia es de unos 707 millones de kilovatios-hora, aproximadamente la energía eléctrica producida anualmente en una central de 80.000 Kw. al cien por ciento de factor de carga. Esto es igual a la energía desprendida en la formación química de unas 211.000 toneladas de agua, con hidrógeno e oxígeno.

Por desgracia, esta observación no es muy útil a no ser que se disponga de medios por los cuales pueda desprenderse la energía contenida en la materia, bien parcial o totalmente. Esto constituye el problema real de la física moderna.

Examinemos ahora las reacciones nucleares y los cambios de masa. Todos los átomos están constituidos por un núcleo central cargado positivamente y que contiene casi toda la masa del átomo, alrededor del cual giran en órbitas de diferentes radios los electrones cargados negativamente. La carga del núcleo, expresada en culombios nos dá a conocer la naturaleza de las órbitas electrónicas, que siempre es igual a un múltiplo exacto de la carga del electrón, con signo contrario y al que se designa por la letra P y se llama número o índice atómico, siendo el número de electrones planetarios que hay en el átomo cuando se encuentra en estado normal y sin carga. Es también el número de protones que hay en el núcleo normal. Por tanto el número

atómico del uranio, que es el elemento más denso de la naturaleza, es 92, y el del hidrógeno, 1.

Cuando se combinan los átomos en reacciones químicas ordinarias, los núcleos y los electrones de las órbitas más interiores no son afectados apreciablemente, es el movimiento de los electrones planetarios más alejados el que se altera, y las propiedades de estos electrones son las que determinan las propiedades químicas de los átomos.

La potencia derivada de las explosiones ordinarias, de la combustión, y de otros procesos químicos, utiliza la energía puesta en libertad cuando los átomos comparten entre sí los electrones que forman la parte exterior de una estructura de átomo. Solamente, los electrones más apartados del núcleo de un átomo son los que toman parte en las reacciones químicas ordinarias, permaneciendo el núcleo sin sufrir ninguna perturbación aun en las más energéticas de ellas. Es por esto, por lo que un átomo de carbono conserva siempre su identidad aun cuando es convertido en anhídrido carbónico en la combustión o es transportado en una serie complicada de reacciones orgánicas.

Desde que se descubrió el neutrón, es sabido que todos los núcleos están constituidos de protones y neutrones, ligados entre sí por la fuerza de su mutua atracción. En el núcleo del hidrógeno ordinario, el protón aparece en forma aislada y tiene una carga positiva igual a la carga negativa del electrón, pero es 1840 veces más pesado.

Como la carga del núcleo es determinada por el número de protones, y a su vez ella determina el comportamiento de los electrones satélites y su número, todos los átomos que tienen el mismo número de protones pertenecen a una misma especie química, independientemente del número de neutrones que pueda contener el núcleo. Todos los isótopos de un elemento son químicamente idénticos e inseparables, por tanto, por medios químicos ordinarios, diferenciándose en el número de masa, solamente por las diferencias en los neutrones del núcleo.

El múltiplo exacto que expresa el número de neutrones de un núcleo, se suele designar por la letra N , y la suma de neutrones y protones, que expresa el número total de partículas que hay en el núcleo, se llama número de masa A .

Se suele designar un elemento de determinado P y A de la forma ${}_P X^A$ en que X es el símbolo químico correspondiente. Así el

hidrógeno ordinario se designa por ${}_1\text{H}^1$ y el que contiene un neutrón por ${}_1\text{H}^2$. En esta forma de expresión el neutrón se representa por ${}_0\text{n}^1$ porque su carga es cero y su número de masa es 1.

Si las fuerzas de atracción entre neutrones y protones, cuando se combinan para formar un núcleo, fueran muy pequeñas en el sentido de que las energías de combinación fueran comparables a las de los átomos en las reacciones químicas ordinarias, la masa de un núcleo, sería igual, para todo efecto práctico, a la masa total de las partículas que lo constituye. Si llamamos P al número de protones que contiene y N al de neutrones, y teniendo en cuenta, que en la escala relativa donde se ha establecido arbitrariamente que la masa del oxígeno es 16.00 la del protón es 1.0076 y la del neutrón es algo mayor 1.0089, tendremos: $M(P, N) = 1.0076 P + 1.0089 N$.

La regla química ordinaria, establece que la masa de un compuesto es igual a la suma de los átomos que lo forman, la cual solo es válida como aproximación. El déficit o exceso de masa en la ecuación de una reacción termoquímica se desprecia por insignificante. Para que una ecuación nuclear quede equilibrada, uno de sus miembros ha de contener un término que exprese la energía que toma parte, además del que expresa la masa. La ecuación anterior podrá expresarse por $M(P, N) = 1.0076 P + 1.0089 N - E$, siendo E la energía de ligación expresada en unidades de masa.

La energía de las acciones mutuas de las partículas nucleares, son tan grandes que queda dentro de la precisión de los modernos espectrómetros de masa, los cambios que en ella ocurren. Consideremos la reacción entre dos protones y dos neutrones para formar helio. La masa de dos protones es de 2.0152 y la de los neutrones 2.0178, en total 4.0330. Pero, una vez combinado formando un núcleo de helio, su masa es 4.0028. Hay una disminución de 0.0302 unidades de masa cuando se forma el helio con partículas elementales, que representa un desprendimiento de energía de casi cinco millones de kilovatios-hora por cada 28, 50 gramos de helio obtenido.

Como se vé, las masas de los núcleos difieren apreciablemente de la suma de las masas de las partículas libres que los componen. Puede decirse que se conserva la masa en tales reacciones, únicamente si se tiene en cuenta la masa correspondiente a la energía transformada.

El que las reacciones nucleares lleven consigo cambios apreciables en la masa, nos sugiere que los cambios en la masa constituyen un medio de determinar la energía de tales reacciones. Por ejemplo, la diferencia entre la masa de un átomo y la masa de sus componentes separados, proporciona una medida de la energía de cohesión de un núcleo determinado, o sea, la energía necesaria para disgregar el núcleo en las partículas aisladas que le componen. A esta diferencia se le llama, energía cohesiva o defecto de masa.

La unidad de energía empleada es el electrón voltio. Cuando una partícula que tiene la carga de un electrón cae a través de un potencial eléctrico de un voltio, adquiere una energía cinética de un electrón voltio. Esta unidad de energía se emplea mucho como medida de la energía de átomos y moléculas individualmente.

Otra magnitud intimamente relacionada con el defecto de masa es la llamada fracción de compacidad, que se designa por f y es igual al defecto de masa D , dividido por el número de partículas que hay en el núcleo. Esta fracción de compacidad nos da una medida de la energía cohesiva de un núcleo por cada partícula integrante. Se deduce que cuanto mayor sea la fracción de compacidad, mayor es la estabilidad media de las partículas del núcleo.

En general, puede establecerse que habrá desprendimiento de energía si se pueden combinar núcleos muy livianos para formar otros más densos, y si se pueden descomponer los núcleos más densos en otros más livianos.

El primero de estos dos procesos exotérmicos es el que se cree tiene lugar en el interior de las estrellas. En el Sol, se estima que su interior está a una temperatura de veinte millones de grados y que a tal temperatura está teniendo lugar espontáneamente la siguiente serie de reacciones ${}_6\text{C}^{12} + {}_1\text{H}^1 \rightarrow {}_6\text{C}^{13} + e^+$, ${}_6\text{C}^{13} + {}_1\text{H}^1 \rightarrow {}_7\text{N}^{14}$, ${}_7\text{N}^{14} + {}_1\text{H}^1 \rightarrow {}_7\text{N}^{15} + e^+$, ${}_7\text{N}^{15} + {}_1\text{H}^1 \rightarrow {}_6\text{C}^{12} + {}_2\text{He}^4$, donde e^+ representa un positrón o electrón positivo. Se sabe que cada una de estas reacciones es exotérmica. En las reacciones primera y tercera se emiten electrones positivos. La suma total de las cuatro reacciones es equivalente a la reacción única $4 {}_1\text{H}^1 \rightarrow {}_2\text{He}^4 + 2 e^+$ como resulta de la suma de ambos miembros de las cuatro reacciones. Vemos, pues, que el carbono desempeña solamente el papel de catalizador y la reacción fundamental es la de formar helio del hidrógeno.

El desprendimiento de energía mediante la descomposición de los elementos más densos en otros más livianos es la que tiene lugar en la escisión del uranio (${}_{92}\text{U}^{235}$) y del plutonio (${}_{94}\text{Pu}^{239}$). Ambos isótopos se hacen inestables cuando se añade un neutrón a su estructura, y proceden a separarse en dos fragmentos iguales. La energía desprendida en este proceso es de doscientos millones de ev por átomo.

En las reacciones mencionadas, solo se transforma en energía disponible una pequeña parte de la materia. En el caso de la transformación del hidrógeno en helio, es casi un uno por ciento. Tanto en esta reacción como en la escisión del uranio, y del plutonio, no se altera el número total de protones y neutrones, y por tanto no cambia el número de partículas materiales; sólo cambia su disposición en otra forma más estable. La ganancia que se deriva en forma de calor corresponde a la diferencia en estabilidad entre la sustancia inicial y final. La masa de las sustancias finales es ligeramente menor que la de las sustancias iniciales.

En la primera y tercera reacción de la transformación del hidrógeno en helio, se produce un electrón con carga positiva. Estos electrones positivos, que tienen la misma masa que un electrón negativo ordinario, solo existen brevemente. En cuanto tiene oportunidad de chocar con un electrón negativo se combinan con él y producen rayos X, que son precisamente ondas luminosas de muy corta longitud de onda. En este proceso, dos partículas materiales, un positrón y un electrón, se combinan para producir energía radiante; sus masas desaparecen por completo. Puede decirse, que en este caso, la conversión de materia ponderable en energía es completa.

Hay que considerar también el proceso inverso, ya que los electrones positivos fueron descubiertos por vez primera en esta forma. Los rayos X de longitud de onda más corta, producidos en un tubo de rayos X que funcione a más de un millón de voltios, producen parejas de electrones de signos contrarios cuando pasan cerca de los núcleos. La energía de comienzo de los rayos X es justamente el valor necesario para generar la masa de los dos electrones, uno positivo y otro negativo. La energía que posean los rayos X, por encima de este valor de comienzo, se convierte en la energía cinética del movimiento de los electrones. Los electrones positivos y negativos así formados, tienen poca duración, pues vuelven a combinarse y su masa desaparece en

forma de energía radiante, esta vez de mayor longitud de onda que la iniciadora del proceso.

Pueden suponerse que otras partículas materiales puedan ser generadas y destruidas de análoga manera, cuyos procesos serán observados en el futuro. En cuanto a la reacción fundamental de masa-energía podemos afirmar que los protones y neutrones, que son los componentes básicos de la materia ordinaria, no serán generados hasta que dispongamos de unidades de energía de unos mil millones de electronvoltios para hacer la conversión, ya que esta es la energía correspondiente a la masa de cualquiera de aquellas partículas. Por esto, para poder utilizar los rayos X para la generación de neutrones o protones, sería necesario obtener unos rayos X de tan corta longitud de onda, que habrían de generarse en tubos que funcionen a mil millones de voltios o más. Algunos rayos cósmicos poseen mayor cantidad de energía apropiada para inducir reacciones, y es posible que la primera generación de neutrones y protones sea observada estudiando las reacciones inducidas por los rayos cósmicos.

La predicción de Einstein sobre la intercambialidad de masa y energía, ha tomado gran importancia técnica con el estudio de la física nuclear.

S. SÁNCHEZ-ROIZ

DURANTE O OSTRACISMO

(Continuado do vol. 116.º, pág. 377)

POSSUIDORES DA CASA BRASONADA DA RUA DA ALFÂNDEGA DE BRAGANÇA

Na capa de pergaminho do livro mais antigo de Bragança, existente no chamado *Cartório Notarial do Arquivo Distrital*, lê-se:

«N.º 103 — 1710-1711 — Tabalião Francisco Correia — Começa 7 de Março de 1710 — Finda a 23 de Agosto de 1711», escrito pelo Sr. Abade de Baçal. E no interior da capa lê-se: «De 1709 até 1712», o que prova o desaparecimento de folhas no princípio e no fim do livro — desaparecimento por que se dá logo à simples vista.

É verdadeiramente lastimoso o estado actual do livro! É que, devido à acção destruidora do tempo, as extremidades das suas folhas ou caíram ou estão a cair de carcomidas. E por isso já não existe o número da primeira página; existe, porém, o da segunda que é 51. No princípio do livro desapareceram, pois, 49 folhas, não se podendo saber quantas desapareceram no fim. A última folha existente tem o n.º 145.

Foi precisamente na folha 51.ª que encontrei a «escritura de composição duma obra entre o sargento-mor Francisco Joseph de Losada Sarmiento com Manuel Dantas, moradores nesta cidade, «feita no dia 6 de Maio de 1710». E dela consta que o segundo «tinha ajustado e contratado com o primeiro fazer-lhe as suas casas na rua da Alfândega da maneira seguinte: toda a frontaria como vai feita na obra principiada, levando as janelas seus remates de cantaria e a cornija que liga com as sacadas com suas gárgulas e fazer meio cunhal de cantaria na esquina que divide a casa de Luís Francisco e o que passar a cima da casa do dito será cunhal inteiro como o de cima e a parte que divide a dita

casa será desde o alicesso até cima de argamassa e a parede da fronteira da mesma sorte e as paredes hão-de crescer até ao telhado até pegar no madeiramento dele e nas casas antigas há-de puxar a porta principal mais para cima para meter uma janela no pátio por onde se entra e abrirá outra janela aonde está a do sótão e os baixos hão-de ser levantados na altura da rua para que não entre a água dentro e até as janelas ficara lugar para as pedras das armas».

Afinal ficaram duas pedras de armas — uma em cada cunhal. Segue-se depois a planta do interior da casa e da sua saída para o quintal.

A construção duma esquina da frontaria a meio cunhal até ao cimo da casa contigua e a cunhal inteiro daí para cima mostra que a casa que lhe fica a poente, já então era como é hoje, e a construção da esquina, que fica para sul e nascente, a cunhal inteiro, que pelo nascente ainda não havia casa alguma e que o terreno em que assentam as que actualmente existem, devia pertencer ainda às eiras de S. Bento — designação por que ainda hoje é conhecido o largo que dá para a Estacada.

A nova casa foi construída no assento de duas casas velhas, tendo pertencido, pelo menos, uma delas a António da Ponte Galego de Figueiroa, como o prova o apzrecimento duma lápide com este nome a servir, pelo menos últimamente, — não «de soleira duma porta» — mas de peitoril dumã janela, mandada transformar em porta pelo falecido Luís Lopes Saldanha dos Santos que comprou a casa por escritura de 7 de Outubro de 1903. Foram operários que trabalharam na obra de transformação quem me informou de que a lápide estava a servir de peitoril — o que explica este passo constante da pág. 93 do tomo I das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito*:

«Deve ainda faltar uma carreira de letras por quebradura, que levou também a parte inferior das seis primeiros da última linha que existe». Foi, pois, para poder servir de peitoril de janela que a pedra foi quebrada.

Como era natural, a construção de obra tão importante devia ocasionar dificuldades financeiras ao seu proprietário, que são testemunhadas pela escritura de 25 de Julho de 1711, inserta na

pág. 142.^a do livro atrás citado, em que Pedro Ferreira de Sá Sarmiento, natural de Vimioso onde nasceu em 20 de Outubro de 1658, e coronel dum regimento de cavalaria de Bragança diz que, por causa de obras executadas nesta cidade, «dava assistência a seu filho Francisco Joseph Sarmiento de Losada, sargento-mor do seu regimento, e por isso lhe fazia firme e irrevogável doação de hoje para todo o sempre de todos os serviços que tinha feito a sua majestade assim em tempo de paz como de guerra, os quais todos lhe dá e doa para que o mesmo Senhor despache ao dito seu filho com os mesmos despachos que ele doante podia requerer e o mesmo senhor farer-lhe mercê». Nestes tempos os serviços militares transmitiam-se como qualquer propriedade.

Francisco José Sarmiento de Losada, que também nasceu em Vimioso no dia 19 de Março de 1686, foi filho do coronel Pedro Ferreira de Sá Sarmiento, neto de Aires Ferreira de Sá; bisneto de João Ferreira de Sá; trineto de Pedro Ferreira de Sá; quarto neto de Aires Ferreira de Sá; quinto neto de D. Genebra Ferreira de Sá e 6.^o neto de Lopo Ferreira, que também foi tronco da família dos Ferreiras, e casou no dia 11 de Abril de 1709, na Igreja de Santa Maria de Bragança, com D. Joana Francisca Caetana de Moraes, filha do governador de Vinhais, Duarte Ferreira de Moraes, os quais tiveram numerosa prole, como consta do arquivo paroquial daquela freguesia.

Francisco José Sarmiento de Lousada obteve em 1726 Breve Apostólico para poder ter em sua casa, de onde por vezes não podia sair por causa dos seus achaques, oratório onde pudesse ouvir missa e nos respectivos autos prova-se que ele era «pessoa nobre e das principaes da provincia».

Morgado de Tuiselo

Do *Arquivo Judicial* da comarca de Bragança, maço n.^o 1, livro de notas n.^o 11 — 3.^o officio — f.^{as} 41.^a, 42.^a, 43.^a, 44.^a e 45.^a, consta:

«Saibam quantos este público instrumento de traslado de instituição lançado em nota do próprio livro de notas, aonde se acha feita ou como em direito melhor lugar haja virem, que sendo

no ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de 1748 anos aos 15 dias do mês de Novembro do dito ano nesta cidade de Bragança e casas da morada de mim tabalião aí perante mim e testemunhas appareceu presente em sua pessoa Pedro Ferreira de Sá Sarmento, cavaleiro professo na ordem de Cristo, moço fidalgo da casa de sua majestade, em nome e como procurador bastante de seu pai, Francisco José Sarmento de Losada Ferreira, moço fidalgo da casa de sua majestade, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, familiar do Santo Offício, tenente-coronel de dragões do regimento desta provincia e comandante do mesmo, morador nesta cidade, e por ele me foi apresentada uma petição com um despacho nela posto pelo doutor juiz de fora Luís Freire, do teor seguinte: Diz Francisco José Sarmento, tenente-coronel de dragões desta cidade que em poder de um José Pires de Miranda, tabalião da vila de Vinhais, se acha um livro antiquíssimo em que está a instituição do morgado de Tuiselo, instituído por Duarte Rodrigo de Moraes e sua mulher, do mesmo lugar *do qual morgado se acha por actual administrador o suplicante* e porque teme este que levando o dito tabalião o tal livro que tem nesta cidade para a vila de Vinhais se desencaminhasse e nunca mais haja notícia dele por haver contendas sobre a entrega do dito livro e para evitar isso necessita que qualquer tabalião deste juízo, a quem for apresentado lhe copie no livro de notas a dita instituição para depois se poder dali tirar os instrumentos e certidões necessários. Pede a vossa mercê, senhor Doutor Juiz de fora, seja servido mandar que qualquer dos ditos tabaliões faça a diligência referida e receberá mercê. — Despacho — Como pede em termos — Freire. E não se continha mais em a dita petição e despacho. E logo perante mim appareceu em sua pessoa José Pires de Miranda, tabalião de público judicial e notas da vila de Vinhais, pessoa de mim tabalião conhecida, de que dou fé, e por ele me foi apresentado um livro de notas antigo que consta de 203 meias folhas de papel escritas pelo tabalião Roque de Seixas e pelo que consta a folhas quatro pelas mais folhas antecedentes estarem rotas se mostra principiar no ano de 1530 anos e findou em 20 de Abril do ano de 1531 e no mesmo livro, folhas 74.^a, 75.^a, 76.^a, 77.^a está a instituição do morgado de Tuiselo que a petição atrás

inserta faz menção do teor seguinte — Testamento do senhor Duarte Rodrigues e de sua mulher em nome de Deus Amem.

Saibam quantos este instrumento de testamento e instituição ou por outra qualquer via que mais firme possa ser virem que em o ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de 1530 anos aos 16 dias do mês de Abril do ano sobredito no lugar de Tuiselo, nas casas da morada do Senhor Duarte Rodrigues, cavaleiro fidalgo da casa del-rei nosso senhor logo hi em presença de mim tabalião e das testemunhas que adiante são nomeadas pareceu o dito senhor Duarte Rodrigues e a muito honrada senhora Catarina Gonçalla, sua mulher, e logo por eles ambos juntamente foi dito que eles estando hora sanos e em todo seu siso e entendimento faziam como defeito fizeram este testamento, enstrumento e instituição ou doação por qualquer via que esta escriptura possa por direito mais firme e estável ser para todo o sempre disseram que eles encomendam suas almas a nosso senhor Deus que as fizera à sua semelhança como cousas preciosas e a nossa senhora virgem Maria, sua madre, e assim a todos os santos da gloria do paraíso que eles sejam rogadores por elas e quanto as carnes por serem terra e a terra ser o mais precioso metal dos metais se mandavam lançar nela na capela da senhora Santa Maria Madalena do dito lugar de Tuiselo no corpo da igreja junto do arco a mão direita e tomavam todas suas terças de raiz, nas quais suas terças entravam três casais que tinham em o lugar dos Salgueiros e assim o Teixedo que trazem os de Sancta Cruz e assi cinco casais que tinha no lugar de Landedo e assi quatro casais que tinham nas Carvalhas e assi abegoaria da Coroa que trazem os da Coadra e asi o que traz Fernando Afonso da Coadra e asi o que traz João Fernandes e seus parceiros e asi o casal de João Vaz dos Casares que traz Bertolomeu e a aldeia de Vilarinho e a si o casal de Afonso de Aloire e o casal que foi de Rodrigo do Cabo e asim o casal que traz a mulher de João Rodrigues que paga 4 alqueires de grão meio trigo e meio centeio e estes no lugar do Nuzedo e assim o casal de Pedro Anes de Contim, e asi o casal que traz Fernando do dito lugar de Tioselo que paga 10 alqueires de pão meio trigo e meio centeio e estes casais estão nestes lugares sobreditos termo da dita vila de Vinhais e a si

tomavam o casal de Francisco Santos e o casal do Garrido e o casal de Estêvão Rodrigues que estão no lugar da Muimenta, termo da cidade de Bragança e a si o que o dito Estêvão Rodrigues erda em Montouto e a si tomavam toda a sua quinta que têm no dito lugar de Tioselo e Nuzedo toda redondamente como a eles têm e possuem subcampo do senhor Santo André que nenhuma cousa não fique do todo o que eles a si têm e possuem redondamente que nenhuma cousa ficasse fora em caso que pudessem dizer que era móvel a si como poderiam dizer por o vicairo e etrones (?) porque tudo tomavam, as quais suas terças todas e quinta de Tioselo davam e instituïam e entregavam deste dia para todo o sempre a dita capela da Senhora Santa Maria Madalena honde se mandavam enterrar e leixavam por ministrador da dita capela a *seu filho mais velho e di por diante se succederá por linha direita de macho sem nunca o erdar fêmea e, se seu filho mais velho não ouver filho macho ou neto macho em sua vida que o erde para ser ministrador, o erde outro seu filho deles instituintes, se o hi ouver e não o havendo o erde outro parente mais chegado que seja macho com tanto que não seja crérigo porque haviam perhencher a sua vontade que nunca viesse a crerigo nem fosse da dita capela ministrador sòmente leigo nem se desse a dita capela nem menistração dela por a igreja nem por El-rei nosso Senhor. Sòmente a erdasse e succedesse o erdeiro mais chegado que fosse macho sem nunca se partir sòmente andar como Morgado e que a dita quinta de Tioselo e tudo o que a ela pertence e a si os lugares e casais e foros que se deles pagam em nenhum tempo se pudessem perder por traição nem dívida nem trespasso nem obrigação que o dito erdeiro e ministrador devesse nem fizesse e em caso que a traição fosse contra El-rei nosso senhor ou seu real estado ou fosse hereje — o que Deus não queira — nem por isso a dita instituição que a si faziam a dita capela se não perca per nenhuma via que seja sòmente se trespassse a outro erdeiro mais chegado e este que a si for ministrador não poderá vender nem trocar nem empenhar nenhuma coisa da dita instituição nem fazer dela por nenhuma via que seja e, fazendo-o, logo perca por esse mesmo feito a dita menistração e a erde e se trespassse logo a um outro*

parente mais chegado de maneira que sempre hande a dita instituição junta e livre com o morgado e o dito menistrador será obrigado a dar pelas almas deles Duarte Rodrigues e Catarina Gonçalves, sua mulher, e pelas almas daqueles cujos foram quantos bens de raiz e fazendas eles têm e ao diante ouverem duas missas cada semana na dita capela da Senhora Santa Maria Madalena para todo o sempre, as quais missas se dirão — hua á 2.^a feira dos finados e outra a 6.^a feira a honra das cinco chagas de N. S. J. Cristo com seis responsos sobre eles defuntos e que tudo se fará per as suas almas e daqueles de quem ouveram seus bens e fazendas e assim pelas almas daqueles que são obrigados e os ditos menistradores e sucessores que forem da dita capela e bens e morgado darão ao dito capelão que as ditas missas disser 150 alqueires de pão meio trigo e meio centeio e assim dará mais 30 alqueires de pão meio trigo e meio centeio para reparo e ornamentos da dita capela e isto tudo assim do capelão será para todo o sempre em cada um ano e assim dará mais ao dito capelão se no dito lugar de Tioselo viver umas casas de Rodrigo do Cabo e assim per cima delas a erdade que está demarcada que levará 5 alqueires de pão de sementeira e mais a cortinha dos pasiadeiros como esta serrada que levará 4 alqueires de pão e assim a erdade que está a lama tremedeira ao sequeiro de Pedro Diz que leva 4 alqueires de pão e a si a erdade da fonte Vasque enes da de cima do caminho que foi de Rodrigo de Espital que levará 4 alqueires de pão e assim outra desde o caminho que vai para os Moinhos até o de Santa Catarina que levará três alqueires de grão e assim outra ao caminho dos Moinhos do Abade e de João Tomé tão comprida como a da igreja que levará um alqueire e meio e assim a leira do ribeiro como parte com o rigueiro e com o caminho de vilandesos que levam nove alqueires de pão, as quais casas e erdades se tirarão da quinta de Tioselo e se o capelão não viver no lugar de Tioselo para as possuir se arrendarão a quem por elas mais der e serão também para reparo da dita capela e quando não for necessário os 30 alqueires de prazo e renda das casas e erdades que o capelão há-de haver se não viver no dito lugar se gastarão em ajuda de... ficarem algumas para estas e cumprido e satisfeito tudo isto que

dito é todo o mais que os ditos bens, quinta de Tioselo; lagares casais e foros renderem hajam para si os ditos ministradores e possuidores da dita capela para sempre e os 150 alqueires de pão que o dito capelão há-de haver e a si os 30 para o reparo da dita capela serão os primeiros que se arrecadam e em caso que, ao dito ministrador fique... em caso nenhum o do dito capelão e reparo se page para todo o sempre no melhor parado e quanto a serventia da dita capela e reparo dela o fará cumprir a visitador que visitar a igreja paroquial do dito lugar de Tioselo em cada um ano ou o juiz dos resides qual primeiro vier contanto que não seja visitada mais de uma vez no ano e ao que a visitar dará o capelão do pão que há-de haver trinta réis ao visitador e ao escrivão o qual capelão seja elegido em cada três anos de três em três anos pelos moradores do dito lugar de Tioselo em conselho, e domingo ante do dia de S. João e até que elegerem sirva os ditos três anos sem mais haver carta de cura pois não tem cargo de casas somente seja visto pelo visitador ser idóneo e pertencente para o cargo e se um servir os ditos três anos se podera eleger por outros três e assim de três em três a quem os bem sirva e se algum parente deles ditos instituintes requerer a serventia da dita capela antes que outro seja enlegido e sendo auto (apto) se darão a ele antes que a outro nenhum emparem (h)á-de ser emlegido por os sobreditos de três em três anos, a qual capela não servirá nenhuma (vez, nunca?) Abbade somente capelão... somente Baltasar de Moraes a poderá servir em caso que o Abbade e os ditos capelães que a dita capela ouverem de servir dirão uma missa aos fiéis de Deus cantada cada mês das que é obrigado e assim em dia de Santa Maria Madalena outra e a sua custa catará quem lha ajude a officiar e quanto aos 30 alqueires de pano e renda das casas e erdades se o capelão não viver no dito lugar de Tioselo os moradores do dito lugar de Tioselo ponham um mordomo que o arrecade e o despenda no que o visitador ou juiz dos resides mandar nas coisas que dito têm pois que a eles ditos moradores de Tioselo é tanto necessária a dita capela e serventia por serviço de Deus e honra sua e se se ouver de dar alguma orfã será principalmente do dito lugar de Tioselo e parente deles instituintes ou a quem mais mister fizer, a qual

capela eles ditos instituintes ambos possuirão em sua vida e eles mesmos porão capelão em sua vida e por morte do derradeiro a possuirão os erdeiros que dito têm e quanto as suas terças de móvel não falavam agora nelas sòmente depois despoirão delas se o que lhes parecer que era serviço de Deus e descargo de suas consciências e quanto as terças de raiz que agora tinham e ao diante esperavam de haver até às oras de suas mortes as tomavam nas posses aqui declaradas e les aprazia que assim se cumprisse para todo o sempre e que esta escritura valesse asim por testamento como por todas as outras vias e direitos que ela possa ser firme e valiosa para nunca ser renunciada por nenhum deles instituintes em parte nem em todo e que podendo-se renunciar e não obstando como estava feita e abastava fazerem doação das ditas terças para o que dito é faziam a dita doação deste dia para todo o sempre asim a dita capela como o que pertence ao dito ministrador e que em caso que alguma cláusula de direito ou acostumada faltar nesta escritura e instituição que eles a haviam aqui por posta, expressa e retificada como que aqui fosse escrita.

Tabalião Roque de Seixas —

- a) Duarte Rodrigues
Caterina Gonçalves — uma cruz —
- a) João Gonçalves — capelão da Aldeia
de Tioselo —
- a) Godofredo Lages — crerigo».

De harmonia com os elementos que encontrei, vou rectificar e aumentar a lista dos administradores do morgado de Tuiselo, publicada desde a página 481.^a à 485.^a do tomo VI das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Começa ela por Rodrigo de Moraes, pai do instituidor do morgadio que foi:

1.^o Duarte Rodrigues, cavaleiro fidalgo da casa de El-rei, casado com «a muito honrada Senhora Catarina Gonçala», que por testamento de 16 de Abril de 1530, atrás transcrito, insti-

tuíram aquele morgadio, leixando para suceder na sua administração a seu filho mais velho.

Seguem-se agora os nomes dos sucessores imediatos, segundo a lista publicada, mas com numeração diferente:

2.º Francisco de Moraes;

3.º Duarte Ferreira de Moraes;

4.º Jerónimo Ferreira de Moraes;

5.º Duarte Ferreira de Moraes, que deve ser o Duarte Ferreira, falecido na freguesia de Santa Maria, no dia 4 de Novembro de 1650.

6.º Hierónimo Ferreira Moraes, filho de Duarte Ferreira Moraes e D. Hierónima Velosa, da vila de Chaves, que casou com D. Francisca Botelha, filha de Francisco Botelho de Abreu e de D. Maria Teixeira, de Bragança, no dia 14 de Outubro de 1656, como consta do registo paroquial da freguesia de Santa Maria.

7.º Duarte Ferreira Moraes, capitão, que casou com D. Teresa Moraes;

8.º Miguel Ferreira de Moraes, filho legítimo do antecedente e não «bastardo», como erradamente se afirma na lista publicada, foi padrinho em 1716 da sobrinha Joana Maria, em cujo assento é chamado «morgado de Tioselo», casou com D. Francisca Maria Caetana, de Tuiselo, e faleceu na freguesia de Santa Maria de Bragança no dia 7 de Outubro de 1735, deixando por testamenteiro a seu cunhado Sebastião Moraes, de Tuiselo. Não foi, porém, incluído na lista dos administradores do morgadio.

9.º Francisco José Sarmiento de Lousada, casado com D. Joana Francisca Caetana de Moraes, irmã do precedente administrador, a qual ocupa este número na lista publicada, ocupando um filho o 10.º e o marido o 11.º Também isto não está certo. É que a instituição do morgado é bem clara e terminante, quando diz que os instituidores «leixavam por ministrador a seu filho mais velho e di por diante se sucederá por linha direita de macho sem nunca o herdar femea».

E os factos provam que esta cláusula foi ainda então respeitada. É que, segundo consta do rol dos confessados da fre-

guesia de Santa Maria relativo ao ano de 1737 e ao de 1744 (pág. 338.^a do tomo X das *Memórias* citadas), aquela senhora continuava a viver na rua da Alfândega com o marido e filhos e o seu falecimento ocorrido antes de Agosto de 1763, como os filhos confessam em escritura desta data, dizendo ser seu irmão Francisco José «o sucessor da casa de seus pais» só poderia constar do livro ou livros que vão desde o ano de 1749 a 1769 que não aparecem. E no entanto o marido é que era o administrador do morgado, como ele próprio o afirma no requerimento em que pediu que, para se não perder, se copiasse num livro de notas de Bragança a instituição do morgado de Tuiselo que foi copiada no dia 15 de Novembro de 1748. E só pelo n.º 9.º da Carta de lei de 3 de Agosto de 1770 é que «os morgados de agnação ou masculinidade foram extintos e abolidos, ficando existindo nos actuais administradores e seus descendentes legítimos, como se as disposições de agnação ou masculinidade nunca houvessem existido». E só daí em diante é que as fêmeas podiam ser administradoras de morgados. D. Joana Francisca Caetana de Moraes não podia ser, pois, senhora ou administradora do morgado de Tuiselo, como também o não foi seu filho, Pedro Ferreira de Sá Sarmiento. Foi-o, porém, o que se segue.

10.º Francisco José Ferreira de Sá Sarmiento, moço fidalgo da casa de sua Majestade e capitão de cavalaria, a favor do qual por escritura de Agosto de 1763, feita em Bragança e convento de Santa Clara, o irmão Pedro Ferreira de Sá Sarmiento, capitão de dragões, e as irmãs D. Francisca Josefa, D. António Maria Caetana, D. Maria Sebastiana e D. Rosa Teresa Ferreira de Sá Sarmiento, recolhidas no sobredito convento, «cederam e trespassaram de sua livre e espontânea vontade toda a acção que lhes competia nos últimos serviços militares obrados por seu pai, Francisco José Sarmiento, até o posto de marechal de campo, em que faleceu na campanha da guerra do ano de 1762, para que em contemplação dos ditos serviços possa obter de El-rei as merces com que sua Grandeza costuma atender aos beneméritos e por ser *aquela seu irmão o sucessor da casa de seus pais*» (Cartório Notarial, L.º n.º 270, f.ª 117.^a). Sendo, pois, o sucessor

da casa dos pais, como o afirmaram os irmãos, foi-o consequentemente do morgadio de Tuiselo, embora fosse filho segundo.

As casas da rua da Alfândega, bem como os outros bens não vinculados, pertenciam contudo a todos os herdeiros. Na verdade, numa escritura de 27 de Outubro de 1775, por que se vendeu uma casa da rua da Alfândega, dizia-se que esta confrontava com «casas dos herdeiros de Francisco José Sarmento de Lousada». E os dois irmãos continuavam a morar nelas, como o prova a escritura de 30 de Janeiro de 1777, feita «nas casas da morada de Pedro Ferreira de Sá Sarmento e seu irmão Francisco José Ferreira de Sá Sarmento», pela qual foram emprazadas umas casas sitas na rua Direita com passagem para a rua do Espírito Santo e uma vinha em Fonte Arcada, de que estes eram senhores.

De muitas propriedades era, porém, único senhor Francisco José Ferreira de Sá Sarmento que, vivendo já em Tuiselo, fez por procurador o emprazamento dumas casas sitas no Alto da Costa Grande em 26 de Julho de 1785; o dum terra nos Vales de S. Francisco em 12 de Dezembro de 1789; a venda dumas casas nos Batocos em 11 de Outubro de 1785; o emprazamento da quinta de Fonte Arcada com vinha em 3 de Abril de 1786 e o dumas casas sitas nas Eiras de S. Bento em 29 de Abril de 1790.

Pedro Ferreira de Sá Sarmento e Francisco José Ferreira de Sá Sarmento, professos na ordem de Cristo, moços fidalgos da casa de sua Majestade, aquele brigadeiro de cavalaria e este tenente-coronel da mesma, etc., fizeram uma procuração, datada da Casa de Tuiselo, 5 de Outubro de 1788, para serem emprazadas as suas casas sitas na rua do Espírito Santo. É a última escritura em que encontrei a intervenção do primeiro — que faleceu em Tuiselo no dia 6 de Novembro de 1790 (Cartório Notarial, livro n.º 270, f.ª 117.ª; livro n.º 201, f.ª 30.ª, v.; livro n.º 185, f.ª 72.ª; livro n.º 77, f.ªs 99.ª, v. e 100.ª; livro n.º , f.ª 23.ª; livro n.º 45, f.ª 6.ª, v.; livro n.º 92, f.ª 6.ª, v.; livro n.º 157, f.ª 74.ª; e livro n.º 265, f.ªs 143.ª, v. e 144.ª).

Depois de falecido o irmão, foi concedido o seguinte diploma régio: «Dona Marja faço saber que tendo respeito a Me repre-

sentar Francisco José Ferreira de Sá Sarmiento Moço Fidalgo da Minha Casa, tenente-coronel reformado de cavalaria, de Bragança, que por falecimento de Pedro Ferreira de Sá Sarmiento, brigadeiro reformado também de cavalaria, unico irmão do suplicante e filhos do marechal de campo Francisco José Sarmiento, que ficara vago o officio de Feitor e Recebedor da Alfandega da villa de Vimioso, de que seu irmão fora proprietário encartado, assim como seu pai.

Hey por bem fazer-lhe merce da propriedade do officio de Feitor e Recebedor da Alfandega da villa de Vimioso que vagou por falecimento de seu irmão Pedro Ferreira de Sá Sarmiento. Lisboa 13 de Março de 1792» (Chancelaria de D. Maria I, liv.º 40, f.ª 104.ª).

Em 2 de Março de 1792 haviam falecido todos os irmãos de Francisco José Ferreira de Sá Sarmiento, como se prova pela escritura da mesma data, feita em sua casa e em que ele «disse que por se achar em idade avançada sem ascendentes nem descendente algum habilitado para poder succeder em sua herança como também porque os seus soldos, a sua tença e o rendimento dos morgados que possue, lhe seguram uma abundante sustentação para toda a sua vida com a decência devida a sua qualidade sem dependência dos bens livres que possue, e pelo muito affecto que tem a seu sobrinho, Francisco Xavier da Veiga Cabral, solteiro, fidalgo da casa de sua Majestade, filho que ficou de Francisco Xavier da Veiga Cabral, general que foi das provincias do Minho e Trás-os-Montes, também desta cidade, pelo presente instrumento lhe fazia doação pura e irrevogável de hoje para todo o sempre para ele e seus herdeiros de todos os bens que possue livres e alodiais, presentes e futuros, assim de raiz como móveis de toda a especie, direitos, acções, foros, prazos e quaisquer pensões que lhe sejam devidas e somente reserva um conto e seis centos mil reis com a unica obrigação de contribuir com 150.000 reis em cada um ano a D. Maria Antonia Ferreira de Sá Sarmiento, filha espuria dele doante e educanda no convento de Santa Clara desta cidade, enquanto ela for viva, para seus alimentos e, tanto que ela faltar, ficara extinta a mesma obrigação, como entendido que na sobredita doação também se

incluem os direitos dele doante do posto de capitão até o de sargento-mor de cavalaria, os de seu irmão Pedro Ferreira de Sá Sarmiento, brigadeiro da mesma, como também os de seu pai Francisco José Sarmiento de Lousada, marechal de campo dos exercitos de sua Majestade e governador que foi das armas desta provincia».

A tão ampla doação seguiu-se, como era de esperar, a escritura antenupcial do doado e da filha do doante, feita no dia 9 do mesmo mês de Março no convento de Santa Clara, dizendo o noivo que «por beneplácito de sua mãe e senhora» e a noiva que «por consentimento de seu pai e senhor se comprometiam por suas livres vontades, mutua e religiosamente, para casarem ambos com tal condição e contrato que, se ele contraente supraviver a sua futura esposa sem lhe ficarem filhos do mesmo matrimonio, se levantarão com todos os bens moveis e de raiz com que entrar para esta conjugal sociedade sem mais alguma comunicação de bens do que daqueles que se adquirissem, constante a mesma sociedade, e que acontecendo que a dita contraente supraviva a seu futuro esposo sem filhos do mesmo matrimonio, em tal caso ficara ela tão somente com os 150:000 reis que seu pai e senhor lhe tem constituido para seus alimentos, enquanto for viuva e mais não, porque tem entendido que serão muito suficientes para passar com decencia recolhida em um convento como estava; e por estarem presentes o pai e mãe dos contraentes disseram que se compraziam muito com este contrato e casamento». E o casamento celebrou-se no dia 18 de Abril do mencionado ano na igreja do mosteiro de Santa Clara e na presença do Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara, bispo eleito do bispado, que deu as bênçãos aos nubentes, como consta do respectivo assento de um dos livros do arquivo paroquial da Sé, em que se diz ainda ser a nubente D. Maria Antónia Ferreira de Sá Sarmiento «filha natural de Francisco José Ferreira de Sá Sarmiento e de D. Maria Madalena da Conceição Lopes Botelho, natural de Casais do Douro, bispado de Lamego».

A insofismável prova da filiação da dona nubente, resultante dos documentos autênticos citados, obriga-me a contradizer o que se afirma nesta nota transcrita da *Memória Genealógica*,

de Carneiro de Fontoura, referente a Pedro Ferreira Sarmiento de Sá — sendo, porém, o seu nome Pedro Ferreira de Sá Sarmiento — e publicada na pág. 281 do tomo VI das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*: «Este entrou em hum bau no convento de Santa Clara de Vinhais e teve de hũa freira chamada D. Maria Antónia hũa filha chamada D. Maria Antónia que casou com Francisco Xavier da Veiga, fidalgo da casa real e filho de general A.... e não teve sucessão e acabou esta casa».

Todas estas indicações mostram que se trata daqueles nubentes, dando-se erradamente à nubente como pai Pedro Ferreira de Sá Sarmiento e como mãe a freira D. Maria Antónia, quando ela era filha de Francisco José Ferreira de Sá Sarmiento, irmão daquele, e de D. Maria Madalena da Conceição Lopes Botelho. E também erradamente se afirma que casaram em Tioselo e que a dona nubente «nasceu em Bragança, Sé, a 15 de Novembro de 1783», f.^{as} 162.^a e 688.^a do tomo citado. É que se assim fora, teria casado e tido intervenção na escritura antenupcial, tendo apenas 9 anos de idade, quando só poderia intervir, sendo maior de 25 anos, e não poderia ter passado procurações para ser madrinha na Sé Catedral de um baptizado em 10 de Janeiro de 1779 e de outro em 10 de Março de 1777. Atendendo à data daquela escritura, teria nascido, pois, antes de Março de 1767; mas, atendendo à da procuração, para o último baptizado, teria nascido antes de Março de 1752, sendo assim mais idosa do que o nubente que «justificou judicialmente ser baptizado solenemente em casa de seus pais no dia 19 de Março de 1756 por seu tio, o Rev.^{do} Sebastião da Veiga Cabral, como consta do fim do livro de baptizados da Sé desde 1763 a 1782. E assim a idade destes casados teria sido a principal causa da falta de filhos e esta o principal motivo da venda da grande fortuna que chegaram a ter.

Francisco José Ferreira de Sá Sarmiento no seu testamento de 5 de Março de 1793, feito nas suas casas da morada em Bragança, «instituiu por seu universal herdeiro em todo o resto de seus bens livres móveis e de raiz, duma e outra qualidade, que se acharem por sua morte, tanto na casa desta cidade, como nas

de Vimioso, Tuiselo e Chacim, a seu sobrinho Francisco Xavier da Veiga Cabral, a quem nomeava por seu testamenteiro».

A este sobrinho e genro deixava, pois, Francisco José Ferreira de Sá Sarmiento tudo quanto podia legar-lhe, continuando porém ele na administração dos morgados. E no testamento dizia ainda que, falecendo em Bragança, queria ser sepultado na igreja de S. Francisco e, falecendo em Tuiselo, na capela das suas casas com a invocação de Santa Maria Madalena; e que «deixava para a obra da Senhora dos Remédios em Tuiselo, caso ele testador a não concluísse em sua vida, 600:000 reis por uma vez somente».

Francisco Xavier da Veiga Cabral não tardou a mostrar documentalmente que entrara na posse da fortuna doada. E assim é que por escritura de 18 de Fevereiro de 1793 recebeu a quantia de 400:000 réis dum devedor do doante; e assim é que ele e sua mulher, D. Maria Antónia Caetana Ferreira de Sá Sarmiento, dão o seu consentimento em 22 de Março de 1793 para o trespasse do prazo da quinta de Fonte Arcada, que havia sido feito em 3 de Abril de 1786 por seu sogro e pai; que em 20 de Junho de 1793 emprazam uma terra de Grandais; que em 25 de Junho de 1793 trocaram as suas «casas sitas na Costa Pequena com quintal que lança para a Costa Grande, as quais são grandes e nobres, partem pelo dito quintal com a rua da Costa Grande e pela outra com a rua da Costa Pequena aonde são situadas, em que vivia Francisco de Figueiredo Sarmiento com a pensão anual de 38:400 reis por escritura feita na nota de Soares em 26 de Abril de 1783», por outras casas da rua Direita e por uma quinta em Fonte Arcada; que em 14 de Maio de 1798 intervieram no trespasse do emprazamento dum casal da rua do Espírito Santo da parte da sombra que partem pelo nascente com casas do morgado Francisco de Moraes Pimentel e que haviam pertencido a seu sogro e pai; que em 22 de Dezembro de 1798 o marido pediu a renovação do prazo dum casal em Meixedo com o fundamento de lhe haver sido trespasado o anterior pelo sogro; e assim é que pelo Cónego Xisto Xavier Rodrigues, como procurador, venderam em 18 de Dezembro de 1799 uma casa sita na rua do Espírito Santo; em 9 de Janeiro de 1800 o domínio útil dum casal

sito no lugar de Meixedo; em 29 de Janeiro de 1800 uma quinta que ficava entre Serapicos e a Freixeda; em 12 de Maio de 1801 umas casas de moinhos no sítio dos Batocos; em 24 de Maio de 1801 um casal sito no lugar do Campo, termo de Vimioso, que lhe doara seu sogro; em 11 de Junho do mesmo ano umas casas sitas na rua Direita com saída e servidão para a do Espírito Santo; em 13 de Novembro de 1801 emprazaram um monte na Candaira; em 25 de Janeiro de 1802 uma terra nos Vales de S. Francisco e em 9 de Junho de 1802 o domínio directo dum prazo; e contraíram empréstimos em 5 de Junho de 1801 e em 3 de Maio de 1802, sendo este da quantia de 300 moedas de ouro de 4:800 reis cada uma — quantia que deveria servir para o distrate duma escritura do dia 1.º do mesmo mês de igual dívida (Cartório Notarial, livro n.º 27, f.ªs 37.ª e 39.ª; livro n.º 274, f.ªs 71.ª, v., e 72.ª; livro n.º 260, f.ª 57.ª; livro n.º 260, f.ª 65.ª; livro n.º 274, f.ªs 98.ª, v., e 99.ª; livro n.º 27, f.ª 90.ª; livro n.º 199, f.ªs 18.ª, v., e 19.ª e 43.ª e 44.ª; livro n.º 221, f.ªs 5.ª, 6.ª, 7.ª e 8.ª; livro n.º 221, f.ªs 11.ª, v., e 12.ª; livro n.º 162, f.ªs 13.ª, v., e 14.ª; livro n.º 171, f.ªs 15.ª, v., e 16.ª; livro n.º 162, f.ª 29.ª e v.; livro n.º 55, f.ªs 2.ª e 11.ª; livro n.º 222, f.ªs 39.ª e 40.ª; livro n.º 171, f.ª 58.ª e livro n.º 162, f.ª 61.ª),

Tem a data de 9 de Junho de 1802 a última escritura em que interveio Francisco Xavier da Veiga Cabral que faleceu na freguesia da Sé no dia 22 de Agosto de 1802, sendo sepultado porém na capela-mor da igreja de Santa Maria em sepultura própria.

No dia 4 de Junho de 1803 foi lavrada escritura em que a irmã, D. Joana Francisca Maria Josefa da Veiga Cabral, disse que: «lhe pertência *in solidum* a recompensa dos serviços de seu tio, Domingos de Moraes Pimentel, comendador da ordem de S. João de Deus de Malta, sargento-mor e governador do Forte de S. João de Deus de Bragança, e igualmente os de seus irmãos João da Veiga Cabral, fidalgo da casa real e capitão de cavalaria de Bragança, e *Francisco Xavier da Veiga Cabral*, comendador da ordem de Cristo, fidalgo da mesma casa real e tenente do regimento de cavalaria de Miranda, e *todos três falecidos*, pelo que cedia de todo e qualquer direito que lhe assistisse em seu marido, António Doutel de Almeida, para pedir a sua alteza real a recompensa dos mesmos serviços».

O «Il.^{mo} António Doutel de Almeida, fidalgo cavaleiro da casa real, tenente do regimento de cavalaria de Bragança, e a Ex.^{ma} Senhora D. Joana Francisca Maria Josefa da Veiga Cabral» casaram no dia 17 de Janeiro de 1803, testemunhando o casamento o Il.^{mo} Pedro Vicente da Veiga Cabral, abade de Santavalha, e o Il.^{mo} Manuel Doutel Figueiredo Sarmiento, cónego da Santa Catedral de Bragança, como representantes do Príncipe Regente que para isso lhes enviou os competentes avisos, segundo consta do respectivo livro de casados da freguesia da Sé.

A nubente teve de justificar judicialmente que havia nascido no ano de 1758. E, como atrás se disse, também o irmão Francisco Xavier teve de fazer igual justificação. Ora quando isto sucedia com pessoas de tão elevada categoria social, não é de admirar que a outras sucedesse ficarem também sem os respectivos assentos de nascimento ou de casamento ou de óbito. E assim se explica que fosse em vão que eu procurei alguns documentos desses...

A Francisco Xavier da Veiga Cabral sobreviveu-lhe o sogro que, datando-a da «Casa de Tioselo, 16 de Abril de 1803», passou procuração para vender uma cela em S. Bento — que naturalmente reservava para a filha, D. Maria Antónia de Sá Sarmiento, que havia falecido em Tuiselo no dia 30 de Março anterior, isto é, 16 dias antes da data da procuração.

Havendo perdido todos os irmãos, o genro e agora a filha única, Francisco José Ferreira de Sá Sarmiento, fidalgo dos quatro costados, fugia com 86 anos de idade de Tuiselo, onde vivera tantos anos e deixava ainda quase quente o cadáver da filha estremecida, e passava de fugida por Bragança, onde vivera nas suas casas nobres que pleitos judiciais com as claristas lhe fizeram perder, para ir encontrar a morte na vila de Vimioso — terra da naturalidade do pai — no dia 28 de Agosto de 1805 — na tarde de cujo dia «foi sepultado por motivo da corrupção», e «fez uma disposição codicilar de que deve dar conta o Rev.^{do} Reitor de Tuiselo, a quem nomeou por seu terceiro», como se diz no seu assento de óbito! *Sic transit gloria mundi!*

11.^a Não encontrei documentos que mostrem expressamente que a Fr. José Ferreira de Sá Sarmiento sucedesse na

administração do morgado de Tuiselo a sobrinha D. Joana Francisca Maria Josefa da Veiga Cabral; mas as modificações que a lei de Pombal, atrás citada, introduziu, quanto à sucessão dos morgadios, e o que vai ler-se, convenceram-me de que o foi.

Em virtude da ampla doação feita e de os bens doados, não deixando filhos, passarem para os herdeiros de Francisco Xavier da Veiga Cabral, herdou os não vendidos a irmã deste atrás mencionada que, como se viu, desistiu logo dos seus serviços a favor do marido. De esperar era, pois, que também herdasse as casas da rua da Alfândega. Orientando nesse sentido as investigações, fui encontrando documentação comprovativa de António Doutel de Almeida e sua mulher, D. Joana Francisca Maria Josefa da Veiga Cabral, serem herdeiros de Francisco José Ferreira de Sá Sarmento. Para se chegar a esta conclusão, basta citar a escritura de 3 de Fevereiro de 1813 em que a mencionada senhora disse que vendia em Tuiselo um lameiro «que lhe havia acontecido por herança do defunto Francisco José Sarmento de Lousada»; a de 21 de Dezembro de 1813 em que disse que vendia outro lameiro no sítio de Vale de Tainha e outro bocado de trás da Touça, limite de Tuiselo, propriedades que «lhes haviam acontecido por herança do defunto Fr. José Sarmento de Lousada; e a de 24 de Agosto de 1813, feita na portaria de Santa Clara, em que foram 1.^{as} outorgantes a madre abadessa e outras freiras e 2.^{as} outorgantes o Il.^{mo} António Doutel de Almeida e sua mulher, a Ex.^{ma} D. Joana da Veiga Cabral da Câmara Pimentel, dizendo as primeiras outorgantes que «elas haviam obtido uma sentença contra Francisco José Ferreira Sarmento e Lousada, do lugar de Tuiselo, na qual o mesmo era condenado em certa soma da qual já haviam recebido, restando a dever-se-lhe outra parte, e porque os 2.^{as} outorgantes eram representantes do dito Fr. José Ferreira sobre o que já tinham litigado e se achava dos autos por apelação na relação do Porto...
.....neste conflito de dívidas e acções recíprocas convinha a uns e outros outorgantes desistirem de suas respectivas e de umas e outras se darem plena paga e quitação, dando os 2.^{as} outorgantes as 1.^{as} e sua comunidade a quantia de 600:000 reis, em metal, ficando deste modo extintos todos os títulos, sequestros, penhoras

e quaisquer outras obrigações que entre uns e outros haja, sendo livre desde logo aos 2.^{os} outorgantes o poderem vender todos e quaisquer bens que se achem penhorados ou embargados na vila de Vimioso ou em outra qualquer parte, de cuja venda os 1.^{os} outorgantes receberão a quantia de 600:000 reis que lhes será entregue dentro em um mês contado da factura desta».

12.^a D. Maria Rosa Pinto Cardoso de Moraes Sá Ferreira Pimentel, filha legítima de Inácio Pinto Cardoso Ferreira Pimentel e de D. Matilde Olímpia de Meneses Gouveia, foi sem dúvida senhora e administradora do morgadio de Tuiselo, como se vê da escritura antenupcial, feita em Bragança no dia 27 de Agosto de 1840 entre a primeira e Manuel da Costa Pessoa, fidalgo da casa de Sua Majestade «cavaleiro da ordem de Avis e Torre Espada, condecorado com a cruz de campanha n.º 3 e coronel do 1.º regimento de lanceiros, natural de Vinhais, na qual a nubente é chamada «*morgada dos vínculos de Mirandela e Tuiselo*» e «a mãe diz ser ela sua filha primogénita e ter-lhe administrado os bens livres e vinculados como tutora».

Perante isto era de admitir que herdasse do pai os bens vinculados de Mirandela e Tuiselo; mas tal não sucedeu. É que do processo de partilhas entre maiores, requerido em Bragança no dia 2 de Junho de 1842 (Maço n.º 3, 3.º ofício), consta o testamento com que falecera em Braga o pai no dia 28 de Janeiro de 1815 — e nem dele nem das partilhas constam quaisquer bens vinculados de Tuiselo —, constando porém os de Mirandela que constituíam o morgado de S. Tiago. O testador não foi, pois, administrador do morgado de Tuiselo, embora o viesse a ser a filha ainda quando menor. É que esta que nasceu em 5 de Fevereiro de 1811, tinha apenas 9 anos quando faleceu em 14 de Outubro de 1819 D. Joana da Veiga Cabral que, como fica dito, a deve ter precedido na administração daquele morgado. E succedeu-lhe D. Maria Rosa Pinto Cardoso de Moraes Sá Ferreira Pimentel, já porque com a morte da viscondessa de Mirandela se extinguiu a linha sucessória dos Veigas Cabrais, já por descender ela de Duarte Ferreira de Moraes que fora senhor e administrador do morgadio de Tuiselo que assim passou para a posse dos condes de Vinhais e depois para a de novos possuidores.

Morgados de S. Francisco. D. Joana da Veiga Cabral Pimentel herdou também do irmão Francisco Xavier da Veiga Cabral o morgado de S. Francisco, também conhecido pelo morgado dos Pimentéis, que a este fora deixado em testamento de 12 de Setembro de 1789 pela mãe, D. Rosa Joana Gabriela de Moraes Pimentel, dona viúva que ficou do general das armas da província, Francisco Xavier da Veiga Cabral, — morgado que à mãe fora legado por testamento de José Manuel de Moraes Pimentel que «instituiu seu universal herdeiro dos bens livres a seu sobrinho Francisco Xavier da Veiga Cabral, alferes do regimento de cavalaria de Miranda, para que pudesse ajudar a sua mãe no governo da sua família». Este testador «reparou e aumentou as grandes casas — cabeça do morgado — ao valor de mais de 8:000 cruzados do que antes valiam». Fundada nisto, D. Joana da Veiga Cabral Pimentel pediu a subrogação por propriedades do morgado que vendeu em virtude da Régia Provisão de 18 de Janeiro de 1815 (Cartório Notarial, livro n.º 47, f.ª 18.ª; livro n.º 211, f.ª 63.ª; livro n.º 294, f.ªs... e 61.ª, v., e 62.ª; livro n.º 301, f.ªs 5.ª e 6.ª; livro n.º 92, f.ªs 42.ª, v., e 43.ª; livro n.º 27, f.ªs 5.ª, v., 6.ª...; livro n.º 294, f.ªs 61.ª, v., e 62.ª).

E, justificando em 3 de Dezembro de 1812 (maço n.º 46 do 3.º ofício) que a herança de seu irmão, o visconde de Mirandela, Francisco António da Veiga Cabral da Câmara, falecido *ab intestato*, pertencia a ela e ao bispo do diocese, D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara, porque algumas irmãs mais que existiam, eram religiosas professoras (e, segundo o determinado no n.º 10.º da Carta de declaração à Lei dos Testamentos, de 9 de Setembro de 1769, os religiosos professoras «ficavam inteiramente excluídos não só de serem herdeiros *ab intestato*, mas também das heranças e legítimas paternas e maternas») foi também herdeira daquele irmão. E tanto assim é que em escritura de 23 de Maio de 1815, feita em sua casa, a Ex.^{ma} D. Joana Francisca da Veiga Cabral da Câmara Pimentel, viscondessa de Mirandela, «disse que, tendo-lhe Sua Alteza Real, o príncipe regente, feito mercê em remuneração dos serviços de seu irmão, Francisco António da Veiga Cabral da Câmara, visconde de Mirandela, deste mesmo título e das comendas da ordem de

Cristo, Santa Maria de Bragança, e da chamada um quarto de S. Bartolomeu de Rabal e de 300:000 reis de tença pagos na Alfandega do Porto e almoxarifado de Viana e 400:000 reis pagos pela casa das frutas de Lisboa, e tendo-lhe mais feito merce duma comenda da lotação de 100:000 reis, vaga ou que haja de vagar, e tudo isto em sua vida; e porque ela outorgante não tem herdeiro necessário que haja de suceder-lhe, por isso desde já cede e desiste todo o direito que tem a esta dita comenda da lotação de 100:000 reis e os renuncia em seu marido, António Doutel de Almeida, fidalgo cavaleiro da casa de sua Alteza Real e major de cavalaria».

Morgados dos Doutéis. Falecida a viscondessa de Mirandela em 14 de Outubro de 1819, succedeu-lhe no viscondado e nas comendas o marido que em procuração passada no Rio de Janeiro, em 15 de Junho de 1820, se intitula: António Doutel de Almeida Machado Vasconcelos, visconde de Mirandela, do conselho de sua Majestade Fidelíssima, fidalgo da sua real casa, cavaleiro professo da ordem de Cristo e na mesma comendador das comendas de Santa Maria de Bragança, S. Romão de Baçal, Santa Maria de Pena de Águia, coronel graduado de cavalaria, deputado do ajudante geral da divisão de voluntários reais de El-rei e comandante do regimento de dragões da provincia de Montevidéu. Nesta procuração dava poderes a seu irmão, o cônego Manuel Doutel de Almeida, para administrar e arrendar todos os bens que possuía em Portugal, fossem morgados, livres ou comendas», e em virtude dela foi arrendada em 1 de Fevereiro de 1826 a comenda de Santa Maria e Baçal e em 17 de Outubro de 1825 e em 27 de Junho de 1829 o casal dos Eixes, concelho de Mirandela. Este casal voltou a ser arrendado em 8 de Maio de 1835, mas agora pelo visconde de Ervedosa como procurador do Barão de Portela, por sua vez também procurador e usufrutuário dos bens pertencentes a seu irmão, o visconde de Mirandela, (embargante Manuel Doutel de Almeida, maço n.º 74, 2.º officio).

O mesmo visconde como procurador de Bernardo Doutel de Almeida Machado Vasconcelos, barão de Portela, moço fidalgo com exercicio, alcaide-mor de Alcobaça, comendador da

ordem de S. Bento de Avis, cavaleiro de Torre Espada pela legião de honra em França, condecorado com a cruz de ouro da Guerra Peninsular e marechal de campo, vendeu em 28 de Março de 1849 «o casal dos Eixes que compunha o vinculo de que este foi o último administrador e que foi abolido por sentença do juiz de direito de Bragança de 3 de Dezembro de 1843». Foi vendido a Jacinto José de Sá Lima por dois contos e quatro centos mil réis.

E em 22 de Maio de 1844 haviam já sido vendidos os seguintes bens que compunham o morgado dos Doutéis em Bragança: «uma casa com seu quintal, entradas e saídas, sita na rua do Espírito Santo que parte com casas de Francisco Nogueiro, de Gostei, e com as de António Caetano Pavão; a regada que consta de terras, lameiro e hortas no sítio da Trajinha que parte com o caminho público e com José António Ramires e com o rio Sabor; uma terra de pão ao Alcaide que parte com Joana Dias e caminho público; outra terra no mesmo sítio; as hortas denominadas do Chafariz no sítio do Loreto que margeam com o rio Fervença, muradas sobre si, com seu palheiro; uma terra a Vale de Álvaro e outra em Baçal», a Francisco de Assis Ledesma e Castro pelo preço de quatro contos de réis.

Pela morte de D. Joana da Veiga Cabral a administração do morgado de S. Francisco não passou para os Doutéis. É que segundo a sua instituição não podia ela passar para administradores que não fossem descendentes do seu instituidor. E foi por isso que em 7 de Setembro de 1827, D. Maria Águeda Pinto Bacelar, de Vilar de Ossos, filha legítima de Manuel Pinto Bacelar e sua mulher, D. Joana Delfina Vanzeler, requereu a fim de justificar que «ela por morte da viscondessa de Mirandela, D. Joana da Veiga Cabral de Morais Pimentel, moradora que foi em Bragança, onde morreu no dia 14 de Outubro de 1819, sucedeu em toda a casa e bens do morgado de S. Francisco da mesma cidade, de que a dita viscondessa era senhora, por falta de sucessão directa, por esta não deixar sucessão e se extinguir nela a linha directa e a suplicante ser bisneta de D. Josefa Maria de Morais Pimentel, tia da referida viscondessa, segundo as determinações da instituição do morgado, cuja certidão se junta;

que nesta herança se tem conservado até o presente, mansa e justificadamente, desde a morte daquela viscondessa; que todos os bens pertencentes à herança são vinculados sem que haja bens livres «que, no dizer das testemunhas, haviam sido vendidos, como consta do processo constante do maço n.º 61 do 3.º ofício da comarca de Bragança.

Em 26 de Maio de 1832 ainda administrava o morgado esta senhora; mas em Abril de 1843 e em Janeiro de 1846 já o administrava Manuel Pinto Vaz Guedes Bacelar Sarmiento Pereira de Moraes Pimentel, moço fidalgo da casa real com exercício no Paço e acrescentamento a fidalgo rendeiro.

Francisco de Moraes, o Palmeirim. O Sr. Abade de Baçal, levado pelo amor à sua terra, diz que Francisco de Moraes, parente dos Moraes de que atrás se tratou, foi natural de Bragança e, porque Diogo Barbosa Machado o dá na *Biblioteca Lusitana*, primeiramente, como nascido em Bragança e, depois, como natural de Lisboa, «sem apresentar os fundamentos que para isso teve», conclui por afirmar que «o seu testemunho em nada invalida a opinião geral que o faz oriundo da nossa cidade».

No número do dia 1.º de Setembro de 1941 da *República* e em artigo intitulado — *Francisco de Moraes e Barbosa Machado* — e assinado por Jorge de Campos, para explicar a emenda que Barbosa Machado fez no suplemento da *Biblioteca Lusitana*, de ser Francisco de Moraes natural de Lisboa e filho de Sebastião de Moraes, são transcritos de uma carta de Lúcio Xavier de Moraes, escrita em 1746 àquele escritor, estes passos: «Francisco de Moraes foi natural de Lisboa, cavaleiro e comendador na ordem de Cristo, na qual fez profissão a 17 de Agosto de 1566, como consta do livro antigo de matricula dos cavaleiros, a fl. 167; foi tesoureiro-mor do reino e neto de Francisco de Balcaral e de Juliana de Moraes, que era parenta dos Moraes de Bragança, donde o mesmo Francisco de Balcaral e sua mulher passaram a viver para Lisboa. Francisco de Moraes foi pai de D. Isabel de Moraes, que casou em Bragança com Manuel de Moraes Pimentel, de cujo matrimónio nasceu, entre outros, um varão que mais tarde seria Fr. Diogo de Santa Ana, o qual escreveu um memorial por aditamento ao Nobiliário de

Haro na família de Pimentel, em que dá notícias de seu avô materno Francisco de Moraes, o Palmeirim».

Confirmam afirmações da transcrição precedente: este passo do códice genealógico dos Moraes: «*Manuel de Moraes Pimentel, filho 4.º de Aleixo de Moraes Pimentel, casou com D. Isabel de Moraes, filha de Francisco de Moraes Cabral, cavaleiro da Ordem de Cristo, chamado o Palmeirim, e de sua mulher D. Bárbara Madeira*», publicado na página 158.^a do tomo VI das «*Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*», este assento de óbito: «*Isabel de morais molher de M.^{el} de morais faleço aos dezaseis dias do mes de dezembro de mil e seis centos e quinze fes testam.^{to} por scripto testam.^{tro} seu marido e seus f.^{os} recebeo os sacram.^{tos} e enterrouse em s.^{ta} clara desta cidade e o assinei A Joam guomez*» e este outro: «*Manoel de Moraes cidadam desta cidade faleceu aos vinte e hum de maio da era de mil e seis centos e dezaseis mandouse sepultar em S. clara e deixou por seus testamenteiros seus filhos Aleixo de Moraes e Bento de Moraes, e mandou se lhe fizessem os officios como se costumauam fazer aos homens nobres de sua qualidade e assinei ut supra Jorge fêz*» — assentos que constam do respectivo livro dos defuntos da igreja de S. João Baptista de Bragança.

Do livro de casamentos da mesma igreja consta ainda que Manuel de Moraes assistiu ao casamento do médico Belchior de Sequeira Pacheco com Joana de Moraes, celebrado no dia 30 de Dezembro de 1613.

Este Moraes aparece com o nome de *Manuel de Moraes* e com o de *Manuel de Moraes Pimentel*, não havendo dúvidas — em face das referências feitas à mulher, ao marido, ao seu enterro em Santa Clara, aos filhos e à sua fidalguia — de que se trata da mesma pessoa. Quanto à fidalguia do sogro o Sr. Rodrigues Lapa diz no *Palmeirim de Inglaterra* que publicou: «Pouco se conhece da vida de Francisco de Moraes. Os seus biógrafos e admiradores teem por hábito enaltecer a nobreza da sua estirpe. Ora os documentos da chancelaria apresentam-nos os Moraes de Bragança como escudeiros do duque do mesmo título, que exerciam, na segunda metade do século xv, por terras de Bragança,

Vinhais, Lomba e Valpaço, ofícios modestos, como o de contador dos gados, recebedor das sisas e escrivão dos órfãos. Foi por ocasião da guerra de Castela, em 1475, que D. Afonso v promoveu a fidalgos, por bons serviços prestados, alguns escudeiros da família Morais (João e Gonçalo de Morais). Era pois uma fidalguia de fresca data. Num documento de 1550 ainda se nomeia o nosso autor como «escudeiro-fidalgo»; e num escrito seu Francisco de Morais toma partido pelos homens da sua condição».

Num assento de casamento, celebrado no dia 22 de Janeiro de 1559 na igreja de Santa Maria de Bragança, aparece como testemunha *Gisgorio de morais escudeiro* e no código genealógico dos Morais afirma-se que «Gonçalo Rodrigues de Morais — certamente aquele Gonçalo de Morais a que atrás se faz referência — foi «vassalo de El-rei D. Afonso 5.^o e padroeiro do Capítulo de S. Francisco de Bragança».

*

Nestas digressões genealógico-administrativas não encontrei mais referências à casa brasonada da rua da Alfândega; mas sabia que esta em 1841 pertencia a Manuel Inácio Romarim de Miranda e que depois fora hipotecada por causa do alcance deste como recebedor do concelho, — cargo que já exercia em 4 de Agosto de 1840, em que entregou no cofre da Contadoria de Fazenda do Distrito de Bragança o produto da cobrança efectuada (*Diário do ano económico de 1840-1841*, f.^a 10.^a), continuando a fazer o mesmo até 13 de Novembro de 1841, excepto no dia 4 de Novembro de 1840 em que a entrega foi feita pelo recebedor Inocência António de Miranda, seu irmão, f.^a 46.^a do *Diário* citado. E em 16 de Setembro do mesmo ano também este assinava um documento como recebedor do concelho (Cartório Notarial, livro n.^o 97, f.^a 13.^a).

No *Diário da Contadoria de Fazenda do Distrito* relativo ao ano económico de 1841-1842 há, nas folhas 129.^a e 133.^a, inscrições sobre o «alcance do ex-recebedor Manuel Inácio Romarim de Miranda» e da f.^a 177.^a constam os lançamentos

Francisco António Machado Moraes Antas, da vila de Outeiro, fiador e principal pagador do ex-recebedor deste concelho, Manuel Inácio Romarim de Miranda, recebido por conta do alcance deste, conforme a guia do juízo contencioso datada de hoje»; e «214\$870 que entregou neste cofre o P.^o Inocêncio António de Miranda, importe da arrematação de bens móveis e semoventes penhorados e que remiu a seu pai José Rodrigues de Miranda, de Paçó de Outeiro, fiador e principal pagador do ex-recebedor deste concelho, Manuel Inácio Romarim de Miranda, recebido por conta do alcance deste, conforme a guia do juízo do contencioso datada de hoje».

Em face de tais elementos entendi que no arquivo judicial da comarca devia haver documentação bastante para se poder continuar a história daquela casa. E não me enganei. É que em ofício, datado do dia 13 de Novembro de 1841, comunicou o contador do Distrito de Bragança a Manuel Inácio Romarim de Miranda que, «não tendo este satisfeito inteiramente a quantia de 1:619\$175 reis de saldo que se liquidara cobrado na data do dia anterior, ficava demitido do cargo de recebedor do concelho que exercia por nomeação sua». E «nesta conformidade devia fazer entrega ao novo recebedor, o Sr. Leonardo Mendes Pereira, de todos os documentos de cobrança a seu cargo, mediante a guia de transição».

Não tendo o ex-recebedor Manuel Inácio Romarim de Miranda feito a entrega pedida, o contador da Fazenda do Distrito de Bragança oficiou no dia 18 do mencionado mês ao D.^{or} Delegado do Procurador Régio na Comarca, pedindo-lhe que requeresse no juízo contencioso que aquele ex-recebedor fosse judicialmente intimado para fazer, sem demora, a entrega dos documentos de cobrança a seu cargo.

A intimação para a entrega foi feita no dia 22 de Novembro de 1841; mas no dia 25 deste mês continuava o novo recebedor a informar que ela não havia sido feita ainda, motivo por que o ex-recebedor Romarim de Miranda foi novamente intimado, no dia 1 de Dezembro de 1841, para — a horas certas — «prestar suas contas e fazer entrega ao novo recebedor, sob pena de prisão».

Começou no dia imediato a fazer-se a entrega, mas no dia 10 do mesmo mês oficiava o novo recebedor ao seu superior, informando-o de que «indo por vezes procurar o ex-recebedor a sua casa para objecto de entrega de papeis da Recebedoria, lhe disseram que se achava ausente fora da terra; e isto era tão verdade que o mesmo seu agente, José António Pimentel, no acto de lhe entregar umas relações de foros afirmava que estava ausente havia quatro dias e que só lhe restava a entregar o livro das sisas e que não podia passar a guia geral de transição sem que ele voltasse para a assinar».

Intimado pela terceira vez para fazer a entrega da guia de transição dentro de duas horas, sob pena de prisão, o ex-recebedor Romarim de Miranda pretendeu atirar com a responsabilidade da demora para o novo recebedor que se justificou a ponto de o juiz da comarca lavrar este despacho: «Visto que o suplicado é menos verdadeiro no que pondera e não cumpre, como deve, as ordens deste juízo e menos ainda satisfaz ao que deve à F. N.; mando por isso que seja capturado e recolhido à cadeia, desta cidade, e até que não satisfaça ao que deve cumprir, e já se acha condenado, não será solto. Bragança, 21 de Dezembro de 1841. G. Lages».

E neste mesmo dia deu entrada na cadeia civil de Bragança Manuel Inácio Romarim de Miranda, de cujo auto consta ser ele natural de Paçó, julgado da vila de Outeiro, solteiro, ter de altura 61 polegadas (1^m,63), rosto redondo e cor trigueira, olhos e cabelos castanhos, barba cerrada com suíças inteiras e bigode e 35 anos de idade; vestir casaco de pano cor de pinhão, calça de casimira riscada e ser proprietário de bens e haver sido preso «por liquidação de contas que tinha com a fazenda real em consequência de ter sido recebedor deste concelho». E da cadeia datou logo um requerimento em que, acusando o sucessor de «falsário» e «inexacto nas participações», pede que lhe seja também aplicada a pena de prisão.

Prestadas novas informações e ouvido o D.^{or} Delegado que disse: «Para se concluir esta demorada e encantada entrega dos conhecimentos fiscaes e respectiva guia, que os acompanhe, requeiro que se assine um dia e hora em que presentes sejam

o ex-recebedor requerido pelo Ministério Público e o recebedor actual contra quem aquele dirigiu o seu requerimento»; foi designado o dia 24 de Dezembro de 1841 para a entrega requerida. Reunidos neste dia nas casas do Tribunal judicial da comarca os D.^{ores} juiz e delegado, o recebedor do concelho e o secretário geral da Contadoria da fazenda pública «e não estando presente o ex-recebedor Manuel Inácio Romarim de Miranda, como havia sido intimado, sem o qual se não podia fazer o apuro das contas da sua gerência, ele juiz mandou que fosse às cadeias públicas desta cidade, onde o sobredito ex-recebedor se achava preso pelo alcance liquido das mesmas contas que lhe foram tomadas até o dia 15 de Novembro último, a fim de o acompanhar e conduzir ao tribunal para com a sua assistência e audiência se effectuarem as suas contas e poder entregar na forma que a lei lhe prescreve, a sua guia de transição, como por uma e mais vezes lhe tinha sido ordenado, o que fiz dirigindo-me às sobreditas cadeias, para acompanhar debaixo de custódia o sobredito ex-recebedor, o qual, achando-se de cama, me declarou que não podia comparecer por se achar enfermo; mas como não apresentasse atestado de facultativo que esse seu impedimento certificasse, ele juiz ordenou que para não ficar iludida a sua determinação, desprezada a lei que a este acto o obrigava a comparecer, e prejudicada a fazenda pública com a demora da effectividade do apuro das contas e entrega da respectiva guia de transição, me ordenou que intimasse o médico e cirurgião do partido da cidade para *in continenti* examinarem o estado do ex-recebedor declarando na sua informação se pode, ou não, comparecer pessoalmente a prestar as suas contas no tribunal, para que no caso de não poder lhe serem tomados na cadeia».

Feito o exame médico, os facultativos declararam que «o examinando poderia sem perigo de vida ir à casa da audiência e prestar suas contas, sem daí se lhe seguir incómodo algum de saúde na cadeia onde em seguida foram prestadas perante as autoridades judiciais e fiscaes as decantadas contas (De folhas 1 a 22 do processo da Entrega de Contas pelo ex-recebedor M.^{el} Inácio Romarim de Miranda, maço n.º 6, 3.º officio).

Penhora e adjudicação. Ao mesmo tempo seguia seus termos o processo de execução por dívida à Fazenda Nacional, maço n.º 75 do 3.º ofício, de que consta, a f.ª 7.ª, v., a nomeação à penhora da casa de morada do executado, sita na rua da Alfândega e que parte com Joana Dine e com a rua pública, «a qual houve por compra que em seu próprio nome fez aos herdeiros de Francisco de Figueiredo Sarmiento». Penhorada a casa, foi ela entregue ao Prior de Santa Maria, Inocêncio António de Miranda, que nela morava (f.ª 9.ª, v.). O agente do Ministério Público, afirmando porém que «segura não estava a Fazenda Pública porque certo não era que o prédio penhorado chegasse para a dívida fiscal nem estava demonstrado que o executado dele todo fosse senhor»; requereu que este apresentasse em juízo os títulos da compra (f.ª 12.ª e v.) e em virtude deste requerimento foram juntas aos autos desde f.ª 15.ª a 36.ª três certidões de escrituras, respectivamente datadas de 20 de Janeiro e de 13 de Abril de 1839 e de 5 de Dezembro de 1840 e feitas em Lisboa, e dum auto de venda com data de 3 de Dezembro de 1840, também feito em Lisboa, com que Manuel Inácio Romarim de Miranda provou ter comprado toda a casa pela quantia global de 1:058\$970 réis.

E agora se vê a razão por que não me fora possível encontrar no arquivo Notarial de Bragança a escritura ou escrituras por que Romarim de Miranda pôde chamar suas às casas nobres da rua da Alfândega. É que, ao contrário do que geralmente se faz, não foram elas feitas na localidade da propriedade transaccionada! De folhas 29.ª a 31.ª do livro n.º 210 do Cartório Notarial encontra-se, porém, a escritura de 10 de Outubro de 1803, em que as Freiras de Santa Clara, de Bragança, disseram que «elas eram senhoras e possuídas duma morada de casas sitas na rua da Alfândega que partem com casas do Deão Caetano José Saraiva e com as de prazo de que é enfiteuta Vicente José Ferreira, cujas casas foram adjudicadas à sua comunidade por autoridade judicial em execução que moveram a Francisco José Ferreira de Sá Sarmiento, tenente coronel de cavalaria reformado, do lugar de Tioselo (aliás de Bragança e residente em Tioselo), termo de Vinhaes, e que pelo presente instrumento as

vendiam a Francisco José de Figueiredo Sarmiento, oficial de cavalaria, e a sua mulher, D. Luísa Peregrina Vasconcelos, com seu quintal, altos e baixos, entradas e saídas, regalias, isenções e servidões, portas e janelas, velhas e novas, livres e isentas de foro ou pensão pelo preço de dois contos e quatro centos mil réis».

Por compra feita em 28 de Setembro de 1841 acrescentou-lhes Romarim de Miranda umas casas contíguas que lhe custaram 160:000 réis (Cartório Notarial, livro n.º 228, f.ª 50.ª) e no dia 2 de Dezembro de 1841 procedeu-se à avaliação das casas penhoradas que os louvados puseram no valor de 1:200\$000 réis (f.ª 42.ª).

No dia 23 do mesmo mês foi o ex-recebedor Romarim de Miranda condenado a pagar o alcance até então apurado de 922:395 réis e na prisão de um ano. Como atrás fica dito, deu entrada na cadeia civil no dia 21 de Dezembro de 1841, donde por motivo de doença foi removido no dia 6 de Janeiro de 1842 para a prisão militar, chamada *Guarda Principal* (f.ªs 77.ª e 78.ª). Hoje chama-se, porém, o *Principal*. Quer dizer: em virtude da lei do menor esforço *Principal* passou a significar o mesmo que *Guarda Principal* e, perdida a lembrança de *Principal* haver concordado com *Guarda* que é palavra feminina, porque significava um sítio da cidade, passou a concordar mentalmente com este e por isso passou a dizer-se o *Principal* e não a *Pincipal*.

Verificando-se depois documentalmente que o alcance do ex-recebedor Romarim de Miranda era de 2:859\$738 réis e que, por isso, o valor atribuído na primeira louvação às casas penhoradas não chegava para o seu pagamento, «disse ele que, não tendo dinheiro para solver a dívida que o Ministério Público lhe pedia, nomeava bens à penhora pela maneira seguinte: umas casas sitas na rua da Alfândega que se compõem de cocheira, duas cavalariças, pátio, dois quartos e escadas de cantaria nos baixos e nos altos 5 salas, 5 quartos, varanda e uma cozinha com poço e duas lojas em baixo; um pátio anterior, uma casa de forno; um palheiro pegado a esta, um quintal e um outro palheiro que deita para a rua da Estacada, uma outra casa, que também

está servindo de palheiro, chamada a *Alfândega Velha* que possui por compra a Diogo Albino de Sá Vargas» (f.^a 92.^a e v.).

A 4 de Fevereiro de 1842 procedeu-se a nova avaliação das casas que, no dizer dos louvados, «se compõem nos baixos de estrebaria, cocheira, adega, sotos, pátio e escadas de cantaria e nos altos de 4 grandes salas na frente e na retaguarda 3 com cozinha e varanda formada em arcos e colunas de cantaria, tendo na frente 9 janelas de sacada com grades de ferro, com seu quintal e neste casa de forno, palheiro dentro do mesmo quintal e outro fora, tendo mais 2 poços, sendo um no quintal dito e outro dentro de casa, com entradas e saídas pelo lado da Estacada, a qual casa e pertenças têm 52 portais interiores e exteriores de cantaria e mais uma escada da mesma pedra que baixa da varanda para a adega e quintal. Mais disseram ter visto e examinado um palheiro pegado às mesmas casas, o qual pertenceu aos Vargas; e assim a casa dita e todas suas pertenças pelo modo que descrito fica, a avaliam visto o seu local, estado, merecimento e porque não paga foro ou pensão alguma, bem como o dito palheiro pegado, na quantia de dois contos de réis, votando um louvado só a de 1:600\$000 réis» (f.^{as} 110.^a, 111.^a e 112.^a).

Não chegando o novo valor das casas para o pagamento do alcance, o executado nomeou à penhora mais os seguintes bens: «dois portais de cantaria lavrados e prontos — que estão no pátio das casas do nomeante — que lhe custaram 48:000 réis; 450 alqueires de argamassa que custaram 36:600 réis; uma arca que levará 150 alqueires de pão que está na cocheira da mesma casa e custou 10:600 réis; uma dita que levará 30 ditos que está no quarto junto ao do correio que custou 3:200 réis; um leito de pau preto para casados que custou 6:800 réis; 160 alqueires de trigo a 400 réis pelo preço da Câmara 64:000 réis; 100 alqueires de centeio a 370 réis 37:000 réis; 42 almudes de azeite a 3:600 réis 151:200 réis. E por não possuir mais nada que possa nomear, nomeia as quotas que lhe pertencem na importância de 179:737 réis (f.^{as} 117.^a, 118.^a e 119.^a).

Acusada de ilegal a avaliação, procedeu-se a terceira em 11 de Junho de 1842, sendo atribuído às casas e suas pertenças somente o valor de 1.760:000 réis (f.^a 196.^a, v.). E postas depois

com este valor em arrematação, não houve quem lançasse nelas, motivo por que foram «adjudicadas ao credor exequente Tomé António Ferraz de Lima e Castro, contador da Fazenda do distrito», por sentença de 8 de Agosto de 1842 (f.^{as} 210.^a e 211.^a). E, porque o valor dos bens adjudicados não chegava para o pagamento do alcance, continuou a execução contra os fiadores do alcançado, dos quais já haviam sido penhorados móveis e semoventes. E foi nesta altura que o Prior Inocência de Miranda requereu lhe fosse permitido remir os de seu pai, José Rodrigues de Miranda, que já era então octogenário. Deferido o pedido e marcado prazo para entrar com a quantia devida, porque não fez a entrega dentro dele, foi novamente intimado a fazê-la sob pena de prisão (f.^{as} 161.^a, v., 162.^a e 164.^a).

*

Aproximemos factos e datas e ouçamos a sua bem expressiva eloquência. Em virtude da carta precatória para inquirição de testemunhas em processo cível, em que foi requerente Inocência António de Miranda, prior da Vila, e requerido o comendador Joaquim António da Costa, de Assentiz, julgado de Riomaior, comarca de Santarém (maço n.º 99, 1.º ofício), em 3 de Julho de 1861 foi inquirida em Bragança a testemunha António José Teixeira Basto, chefe dos quadros da Alfândega, que disse que as suas relações com Manuel Inácio Romarim de Miranda começaram em 1832, quando ambos estiveram emigrados em Espanha, e continuaram em 1834 e 1835 em Lisboa onde viveram juntos «coisa de ano e meio», vivendo tanto num como no outro sítio o Romarim de Miranda do dinheiro que o irmão lhe mandava, e o major Manuel António Fernandes que disse que, tendo convivido em 1840, em Lisboa, «de cama e mesa» com o falecido Romarim de Miranda, este recebia ali dinheiro do irmão e «os soldos de várias pessoas de Bragança e até das aldeias» e que «gastava largamente».

Em procuração feita em Lisboa no dia 27 de Dezembro de 1834, isto é, pouco depois do triunfo dos liberais, Manuel Inácio Romarim de Miranda intitula-se «capitão do batalhão

móvel de Bragança, condecorado com a medalha da Torre Espada, tesoureiro-mor da bula da cruzada das comarcas de Valença e Viana do Minho e correio assistente da cidade de Bragança» e nela dá «poderes ao Rev.^{1.º} Inocêncio António Rodrigues de Miranda, pároco encomendado na freguesia de Santa Maria, para tomar posse de correio assistente e nomear o respectivo pessoal» (Cartório Notarial, livro n.º 235, f.ªs 23.ª, v., e 24.ª, v.).

Ao tratar da *revolta dos marchais*, a História de Portugal, edição monumental, diz que o visconde das Antas, chamado de Espanha pelo Governo, não pôde evitar que uma das suas divisões tomasse o partido dos cartistas (vol. VII, pág. 268.ª); mas nem esta história nem a de Pinheiro Chagas dizem mais coisa alguma sobre a divisão revoltada. A revolta deu-se em Bragança, «onde (como se afirma na pág. 208.ª do tomo I das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito*) um tal Romarino excitava o povo dando vivas à rainha e à carta, em altos berros» e a ela se refere o «auto de vereação extraordinária», feito no dia primeiro de Setembro de 1837 nos Paços do Concelho, onde se reuniram «o coronel do regimento de infantaria n.º 9 José de Sousa Pimentel e Faria, comandante da 2.ª brigada da divisão expedicionária à Espanha, com toda a oficialidade dos corpos de que ela se compõe, a Câmara Municipal, clero, nobreza e povo, abaixo assinados, por todos eles e por cada um *in solidum* foi dito que de suas livres e espontâneas vontades, sem a mínima coacção, ratificavam o juramento de fidelidade, puro e simples, que outrora prestaram a sua majestade fidelíssima, a Rainha, Senhora D. Maria 2.ª e à Carta Constitucional da Monarquia, como única lei fundamental, outorgada em 29 de Abril de 1826 pelo imortal sr. D. Pedro de Alcântara, de saudosa memória, enquanto rei destes reinos; e de novo protestavam obediência àquele governo legítimo, havendo por nulo, como se nunca tivesse existido, o auto de juramento vão e ilegal que foi extorquido em virtude da revolta que teve lugar em Setembro do ano passado com o único fim de destruir a constituição do Estado e coarctar a autoridade legítima que por ela competia a Sua Majestade, a rainha constitucional dos portugueses, substituindo a tudo o arbítrio e o favor de uma facção anárquica e desorganizadora; declarando além

disso o coronel comandante e officialidade da referida brigada que, achando-se naquela época em um país estranho, distantes da capital do reino, não acharam oportuno resistir aos decretos de Sua Majestade que mandavam prestar aquele juramento, mas desde logo protestaram e reservaram para a primeira ocasião restituir a Nação, os seus foros e a rainha à sua liberdade. E ponderando-se pelas pessoas acima mencionadas o estado de coacção em que Sua Majestade se acha na capital do reino sem poder ditar a seus fiéis súbditos as medidas conducentes à salvação da Pátria, do trono constitucional e da liberdade legal, garantida na Carta Constitucional da Monarquia, e sendo ao mesmo tempo indispensável que, em tão ponderosas circunstâncias haja uma autoridade superior donde elas dimanem: acordaram em nomear uma junta que, provisoriamente e enquanto durar o impedimento e coacção de Sua Majestade Fidelissima, tome o governo do reino e assegure por todos os meios possíveis a restauração da Carta Constitucional da Monarquia e por ela o trono de Sua Majestade; e no mesmo acto foram para ella nomeados, para presidente o coronel comandante da brigada, José de Sousa Pimentel e Faria, para vice-presidente o conselheiro Francisco António de Almeida Morais Pessanha e para vogais o brigadeiro Bernardo Baptista da Fonseca e Sousa Pereira do Lago, o capitão de cavalaria Luciano de Almeida Pimentel, José Cabral Teixeira de Morais, Martinho Carlos de Miranda, António Pereira Carneiro Canavarro e José Marcelino de Sá Vargas, deputado eleito às cortes gerais da Nação, que servirá de secretário da junta, havendo-se esta por instalada com os membros que se acharem presentes, para desde logo entrarem em exercício de suas funções governativas. E sendo presentes o presidente José de Sousa Pimentel e Faria e os voagis Bernardo Baptista da Fonseca Pereira do Lago, Luciano de Almeida Pimentel e José Marcelino de Sá Vargas, immediatamente lhes foi deferido o juramento pelo presidente da Câmara Municipal e eles, pondo suas direitas sobre um livro dos santos evangelhos, prometeram de bem e fielmente cumprir seus deveres, mantendo a Carta Constitucional da Monarquia, sendo fiéis à rainha e entregando-lhe o governo, logo que cessar o seu impedimento (Livro dos

Acórdãos da Câmara Municipal de Bragança de 1835 a 1838, f.^{as} 54.^a, v., e seguintes).

Por ofício-circular do governo civil foi logo comunicada às câmaras do distrito a relação dos indivíduos, de que se compunha a Junta do Governo, e dizendo-se que esta mandava «em nome de Sua Majestade» que o seu signatário «reassumisse imediatamente o emprego de governador civil do distrito, de que fora privado pelo governo intruso» (f.^{as} 173.^a, v., do livro da 2.^a Repartição — Câmaras — de 1835 a 1838).

Entre as muitas assinaturas daquele auto figura a de «*M.^{el} Ignacio Romarim de Miranda — Ten.^{te} C.^{el} Comand.^{te} do B. M.*», o Romarim — que excitava o povo à revolta e que perdeu os lugares, porque os cartistas, vencidos em Ruivães, assinaram em 20 de Setembro a convenção que punha termo à guerra civil. E três dias depois reuniam-se nos Paços do Concelho de Bragança «os membros da Câmara Municipal, o Ex.^{mo} Governador do bispado, governador militar, o comandante e oficiais do esquadrão de cavalaria n.º 6 e os mais da guarnição da cidade, clero, nobreza e povo» que, «animados pelos princípios da honra e da sua adesão às instituições proclamadas em Setembro do ano próximo passado e juradas por ordem de Sua Majestade, a Rainha, ratificaram e houveram por válido o juramento que espontâneamente haviam prestado no dia 19 de Setembro último e declararam não haverem tomado a mais pequena parte nos anárquicos e revolucionários acontecimentos que nesta cidade tiveram lugar contra as instituições liberais que felizmente nos regem» (Livro citado, f.^{as} 60.^a e 61.^a); mas deste auto já não consta a assinatura de Romarim de Miranda como comandante do batalhão móvel e deveria constar, se ainda o fosse, porque nele afirma-se haverem comparecido na Câmara *todos os comandantes e oficiais da guarnição*. Dele consta, porém, a assinatura do irmão, «*Innocencio Ant.^o de Miranda — Parocho de S. M.^a*» que, ao contrário do afirmado no auto que subscreveu, não tinha jurado a constituição de 1822, dizendo por isso ratificar um juramento que não fizera! E os que o haviam feito, fizeram-no — não espontâneamente —, mas em virtude de determinação superior.

Mas o Prior Inocência — que de inocente devia ter pouco e que passara meses antes de pároco encomendado a pároco colado — não hesitou em condenar o próprio irmão por haver tomado «parte nos anárquicos acontecimentos» praticados «contra as instituições liberais que felizmente os regiam»! E diziam-se — ele e os outros — «animados pelos princípios da honra, como se fora honroso faltar à verdade e acusar um irmão de anárquicos actos políticos, bem possivelmente praticados de acordo entre ambos! E em requerimento de 13 de Julho de 1838, junto ao processo em que o regedor e membros da junta da freguesia de Santa Maria o acusaram (*o inocente!*) «de dever à Confraria do Santissimo Sacramento a quantia de 16.000 réis, procedidos de 20 réis por cada cabeça de casal, que recebia na ocasião da desobriga» — motivo por que foi condenado — (maço n.º 3, 3.º ofício), continuava ele a dizer-se «constitucional»; mas já não jurou a Constituição *setembrista* promulgada naquele ano — talvez porque já havia passado de pároco encomendado a colado — e no ofício de 25 de Junho de 1850, dirigido ao presidente da Câmara Municipal, quando a Constituição já havia sido substituída pela Carta Constitucional, já se afirmava «cidadão liberal, amante (*sic*) da Rainha e da Carta», contra a qual tão indignadamente se tinha afirmado antes de ela haver sido restabelecida! E, quando esta foi restabelecida e jurada em duas sessões camarárias, nem na de 27 de Fevereiro nem na de 2 de Março de 1842 — assinada pelo irmão Manuel Inácio Romarim de Miranda, como correio assistente — compareceu ele a assinar-se seu respeitador e cumpridor! (f.ªs 133.ª, 134.ª e 135.ª do livro das sessões de 1838 a 1842). É que o seu amor à Carta Constitucional só apareceu depois de esta estar definitivamente radicada!

É a velha e sempre nova e lucrativa doutrina de se comer sempre — ou directamente ou por intermédia pessoa — de quem está no poder! É a doutrina praticada pela fauna dos camaleões de todos os tempos, que só em si pensam e só de si tratam, tendo ainda o desplante de proclamar: «nós não mudamos; os governos é que mudam e, quando mudam, nós lá estamos à espera dos sucessores — frase atribuída a um sobrinho daqueles típicos irmãos!

Acautelem-se pois de tais *tubarões* tanto os governos que os procriam, como aqueles de que sucessivamente se vão dizendo correligionários!

Perdidos o comando militar e o cargo de correio assistente por causa dos «anárquicos acontecimentos» em que — no dizer do irmão-prior — se envolvera o Romarim de Miranda, era preciso não perder a possibilidade de os recuperar ou de obter nova colocação. E o seu instinto conservativo não se enganou...

É que tendo sido substituído no lugar de correio assistente no dia 2 de Outubro de 1837 por Rafael José Lopes da Silva que, por motivos políticos, havia «emigrado e prestado serviços no cerco do Porto», embora cartista vencido, conseguiu ser nele reintegrado no dia 12 de Março de 1840 depois de demitido aquele que por isso «ficou reduzido à maior indignação» (ofícios da Câmara Municipal para o subinspector dos Correios de 10 de Janeiro de 1838, de 30 de Abril de 1840 e de 14 de Fevereiro de 1852). E é bem possível que, para conseguir a nova nomeação, Romarim de Miranda haja oferecido parte da casa da rua da Alfândega, para a instalação do correio.

É que quando a comprou, andava ela arrendada a uma pessoa particular e não ao Estado e, quando nomeou bens à penhora por causa do seu alcance como recebedor do concelho, declarou estar instalado o correio num quarto dela. O que não oferece dúvidas é que mais tarde uma sobrinha sua foi nomeada professora de ensino infantil por ter sido para tal oferecida parte da dita casa...

Como fica testemunhado, Manuel Inácio Romarim ou Romarino de Miranda, ora vivia em Bragança ora em Lisboa aonde ia, como se diz nas escrituras de compra de quinhões das casas nobres da rua da Alfândega, feitas em Janeiro e Abril de 1839, «a negócios», dando-se porém como morador em Lisboa, na rua de Pedro Dias, n.º 30, na escritura de 5 de Dezembro de 1840. Trazia, além disto, de renda a quinta de Santa Apolónia, em Bragança e em Mirandela e noutros sítios bens do conde de S. Vicente; mas os seus negócios não lhe davam o suficiente para viver à larga, como vivia, visto que o irmão tinha de o subsidiar amiúde. Vivvia, pois, com dificuldades financeiras, quando

se abalançou a comprar a casa de morada e a fazer-lhe logo obras de reparação, como mais tarde fariam aqueles seus mencionados sobrinhos... E assim se explica que, mal se viu recebedor de dinheiros públicos, esquecendo-se de que o eram, dispusesse deles como se fossem seus e se alcançasse durante um ano e pouco mais de exercício do cargo em quantia superior às das compras e das obras somadas.

A compra da casa nobre foi a desgraça do comprador plebeu e principalmente dos seus fiadores!

*

Hipoteca

Manuel Inácio Romarim de Miranda continuava a cumprir a pena de prisão de um ano na Guarda Principal, onde compareceram no dia 29 de Abril de 1842 seu irmão, o Prior Inocência António de Miranda, por si e como procurador de seus pais, José Rodrigues de Miranda e D. Maria José Gonçalves de Miranda, naturais e moradores em Paçó de Outeiro, e Francisco António Machado de Moraes Antas, natural e morador na vila de Outeiro. «E pelos primeiros outorgantes foi dito que, tendo sido executado pelo juízo de direito da comarca Francisco António Machado de Moraes Antas na qualidade de fiador de Manuel Inácio Romarim de Miranda, ex-recebedor do concelho, pela quantia de 2.832.958 réis e que prontificando-se o mesmo a pagar esta quantia por sua pessoa e bens ao contador da Fazenda do Distrito, eles Manuel Inácio Romarim de Miranda e seu irmão, o Rev.^{do} Inocência António de Miranda, por si e como procurador de seus pais, se obrigavam solidariamente — um por todos e todos por um — a pagar ao referido Francisco António Machado de Moraes Antas a referida quantia de 2.832.958 reis, custas do processo, multas e seis por cento, se os houver, e que para segurança de semelhantes quantias hipotecavam em geral todos os bens que nesta data possuíam e com especialidade hipotecavam Manuel Inácio Romarim de Miranda as suas casas de

morada, sitas na rua da Alfândega com seu quintal e mais pertenças, à excepção do palheiro que com ela pega no fundo do quintal; o Rev.^{do} Inocência António de Miranda por si as propriedades de vinha, cortinha e casas, sitas no sítio de S. Sebastião, arrabalde da cidade, o lameiro da vinha da Ana, sito no termo de Paçó de Outeiro, e a terra do Cardal. E como procurador de seus pais hipotecava a propriedade do Vale, que consta de cortinha e lameiro, e o lameiro de Valdeigão e o Vale de Carvalho, termo de Paçó. E mais disseram que se obrigavam a pagar a dita quantia em prazos mensais até o último de Junho do próximo e futuro ano de 1843» (Cartório Notarial, livro n.º 97, f.ª 66.ª, v., e seguintes).

Não obstante as insofismáveis e perentórias determinações desta escritura, a dívida não foi integralmente paga dentro do prazo marcado como o mostra o processo de execução de sentença, em que foi autora D. Maria da Conceição Antas, de Outeiro, por si e como tutora dos filhos menores, e réus Inocência António de Miranda e José Rodrigues de Miranda e mulher. O processo inicial começou em 18 de Maio de 1846 (maço n.º 58, 1.º ofício, f.ª 3.ª) e o juiz diz na sentença em que condena os réus: «os documentos são autênticos, a prova é mais clara que a luz do dia; nem os réus se atreveram a contestá-la, antes a confessaram» (f.ª 11.ª, v.). Apesar de tanta clareza e justiça o Prior Inocência de Miranda não hesitou em usar e abusar da chicana em prejuízo duma viúva e de seus filhos — alguns menores e todos órfãos — que apenas pretendiam receber o que ele, irmão e pais se haviam obrigado a pagar a seu falecido marido e pai!

E assim é que aquele evangelizador das doutrinas de Cristo não trepidou em pôr embargos à penhora de bens que hipotecara para garantir a dívida confessada por ele e pela família (maço n.º 58), alegando que uns eram do seu património — e portanto inalienáveis — e outros que, tendo sido comprados por si, não lhe podiam ser penhorados «enquanto se não executassem os do devedor original», embora com este seu procedimento se contradissem e autocondenasse. É que a parte contrária em sua resposta provou que os bens patrimoniais deixavam de ser

inalienáveis desde que o clérigo tivesse benefício que lhe garantisse a decente sustentação.

E o embargante era pároco colado e contradizia-se em suas afirmações. Na verdade, quando para garantir a dívida, agora pedida, hipotecara bens patrimoniais, ou acreditava que estes eram inalienáveis ou não: se inalienáveis, então andou de má fé, porque pretendia dar aspecto de garantia ao credor com bens que no caso não eram bens e por isso nada garantiam; se alienáveis, então, contradizendo-se, veio mostrar que defendia e seguia uma doutrina e a oposta, conforme as conveniências ocasionais. E caiu-se em igual contra-senso com as casas do irmão Romarim, também hipotecadas para garantir a mesma dívida. É que se pretendia que, antes de serem penhorados bens que o embargante comprara, o fossem os do irmão. E para isso pretendeu-se provar documentalmente que a sentença de adjudicação à Fazenda Nacional das casas do Romarim fora confirmada por acórdão da instância superior. Quer dizer: pretendia-se o absurdo jurídico de bens já adjudicados a um o poderem ser novamente a outro!

Os embargos não foram recebidos e o embargante foi condenado em multa por sentença de 7 de Junho de 1948, de que apelou (f.^{as} 11.^a e 12.^a).

Também pôs embargos de terceiro D. Maria José Miranda, dizendo-se possuidora de metade da propriedade de S. Sebastião por ter sido adquirida por prazo na sociedade com seu irmão, o Prior Inocência António de Miranda. A propriedade pertencia ao morgado de S. Francisco ou dos Pimentéis e era então foreira a Manuel Pinto Bacelar e estava hipotecada pela dívida executanda, applicando-se-lhe também o que fica dito sobre bens patrimoniais.

Também não foram recebidos estes embargos e foi condenada a embargante em multa por sentença de 7 de Junho de 1848, de que se apelou (maço n.º 58, 1.º ofício, f.^{as} 17.^a, v., 18.^a e 21.^a).

Foram recebidos, porém, os embargos de nulidade, — pelo que foi anulado «todo o subsequente processo à nomeação de bens feita pelo executado» —, por sentença de 8 de Agosto de 1848, datada de Rio de Fornos e da autoria do Dr. João de Figueiredo

Sarmento, juiz substituto em exercício no processo, por se ter declarado suspeito o juiz efectivo, e co-herdeiro da casa da rua da Alfândega de que se tem tratado. No requerimento de apelação desta sentença afirmam os exequentes que «a consideraram injusta e ofensiva da lei e do direito, contrária a este e aos autos», f.^a 147.^a e verso do processo de execução.

Na impugnação aos embargos de nulidade o advogado dos autores da causa, depois de citar as afirmações dos executados, quanto à adjudicação das casas da rua da Alfândega, que haviam pertencido ao julgador destes embargos e aos irmãos, diz: «se as casas foram, como eles dizem, adjudicadas ao contador Ferraz por sentença, então já não são dos executados, porque pela adjudicação passou a domínio para o contador, como é de direito; e se não são suas, como querem agora nomeá-las? Pois não mostra essa adjudicação que elas não são livres e desembaraçadas para esta execução? Já se vê, pois, que por este lado o artigo que analisámos, nada aproveita aos executados-embargantes: além de que a certidão junta não prova que tal sentença fosse confirmada, porque nem dela se conhece a que causa é relativa: e demais está nos autos o depoimento do delegado, que àquele tempo era, e do procurador do exequente contador, dos quais consta que, sendo impugnada a adjudicação da casa por um e outro, fora pelo procurador do contador interposto recurso para a Relação em que obteve provimento o exequente, o que sabe pelo ver: e que a sentença a que se refere a junta certidão foi proferida sobre a apelação do executado, Manuel Inácio, em sentença contra ele proferida neste juízo: depondo a outra testemunha que ele ainda há pouco tinha visto junto aos outros por apenso o instrumento em que fora provido logo também nesta parte não têm razão os executados, porque tal adjudicação não teve efeito, como provaram os depoimentos das testemunhas», f.^{as} 137.^a, v., e 138.^a, e como se diz na respectiva sentença.

E de harmonia com esta doutrina procederam ambas as partes na escritura de 23 de Dezembro de 1851, em que pelo primeiro outorgante, o Rev.^{do} Inocência António de Miranda, foi dito que, tendo liquidado com o 2.^o outorgante, António Caetano de Moraes Antas, como procurador de sua mãe, D. Maria

da Conceição de Moraes Antas, as contas de que à mesma senhora devia, pelo que haviam pago ela e seu marido pelo alcance em que ficou seu irmão, Manuel Inácio Romarim de Miranda, como recebedor, tinham verificado que o líquido que se lhe deve é a quantia de 800:000 réis e que esta quantia ele toma sobre si como dívida sua própria e ao pagamento se obriga. A esta obrigação sujeita a hipoteca ele devedor, especialmente, *o rendimento da administração do correio, o rendimento da sua quinta a S. Sebastião e todos os bens que lhe pertencem de sua legítima paterna (o que não se harmoniza com a desistência da herança paterna que havia feito em 10 de Novembro de 1847, f.^a 61.^a da execução citada) e materna no lugar de Paçó, assim como a casa que o mesmo seu irmão possui nesta cidade, que é aquela em que ele outorgante actualmente vive*, pelos quais bens dum e do outro poderá o credor haver pagamento» (Cartório Notarial, livro n.º 228, f.^a 50.^a).

Desta vez o Prior Inocência de Miranda pagou a dívida dentro do prazo marcado, como se vê da escritura de distrate de 25 de Junho de 1852, de que consta ficar paga toda a dívida, declarando ainda os outorgantes «que tendo corrido pleito sobre ela, cujos autos se acham por apelação na cidade do Porto, e tendo-se mandado sustar seu seguimento por se terem os outorgantes convencido, se por acaso forem ainda reclamadas algumas custas que se devam, estas ficam a cargo do 2.º outorgante pagá-las».

Depois de haver cumprido a pena de um ano de prisão, Romarim de Miranda foi posto em liberdade no dia 21 de Dezembro de 1842 e ausentou-se de Bragança, como o mostram a prova testemunhal e o processo da execução, requerida em 1 de Maio de 1843 pela quantia de 17:744 réis de décima e impostos devidos pela quinta de Santa Apolónia, em que, na sua ausência, foi intimado o irmão, o Prior Inocência de Miranda (maço n.º 6, 3.º ofício), para pagar e pagou. E em 28 de Setembro de 1849 lavrou-se em Assentiz, concelho de Riomaior, a escritura antenupcial entre a viúva D. Leocádia Rita de Azevedo Costa e Manuel Inácio Romarim de Miranda, solteiro, de 44 anos (pois havia nascido em Paçó de Outeiro no dia 16 de Junho de 1804),

em que os nubentes se dotaram com os bens próprios, se comprometeram a pagar somente por eles as dívidas do seu proprietário e se instituíram herdeiros um do outro (maço n.º 85, 3.º ofício, autor o P.º Inocência António de Miranda contra D. Leocádia Rita de Azevedo e Castro, de Assentiz).

Segundo afirma o Prior Inocência em requerimento de 28 de Dezembro de 1858 seu irmão Romarim «foi assassinado em 1853 depois de haver contraído matrimónio com D. Leocádia Rita da Costa Miranda, de Assentiz» e, pouco depois, em 20 de Fevereiro de 1854 (Cartório Notarial, livro n.º 228, f.ºs 190.ª e seguintes) fez testamento em que «disse que, tendo de sair da sua casa para longe e por algum tempo, determinava fazer suas disposições testamentárias, conhecido como é quanto contingente se deve considerar a vida do homem».

Essa longa viagem foi a que fez a Lisboa por causa da herança do irmão, aonde se fez acompanhar por duas pessoas e para sair de lá — diz uma testemunha — «teve de tomar precauções em consequência de ameaças ou tentativas contra a sua segurança por parte daquela viúva que não quisera pagar-lhe o que seu defunto marido lhe havia ficado a dever.

No mesmo ano procedeu-se na 3.ª vara da comarca de Lisboa a inventário dos bens que ficaram por falecimento do comendador Manuel Inácio Romarim de Miranda, de que foi inventariante a sua viúva, D. Leocádia Rita da Azevedo Costa e Miranda, que aceitou a herança a benefício de inventário por termo de 30 de Maio do mencionado ano (maço n.º 100, 3.º ofício, autora a Comissão Administrativa do Santo Cristo de Outeiro e réus, o Prior de Santa Maria e irmãos). E foi como herdeira que requereu o inventário de maiores a que se procedeu por falecimento dos pais do seu 3.º marido falecido.

Não tardou muito que esta viúva, pela terceira vez, tratasse de casar em quartas núpcias. É que no dia 3 de Fevereiro de 1855 fazia ela contrato antenupcial — nas condições do citado atrás — em Lisboa com Joaquim António da Costa Freire, solteiro, major graduado e também comendador. E foi depois de casarem que pagaram «a dívida de 661:606 réis, em que ficou para com a Administração Geral dos Correios o correio assistente, que foi

de Bragança, Manuel Inácio Romarim de Miranda pela sua responsabilidade até ao 1.º de Agosto de 1852, em que, tendo sido demitido, deixou de servir o dito emprego, — dívida que foi posteriormente paga pela viúva do sobredito ex-correio-assistente, D. Leocádia Rita de Azevedo e Costa e seu segundo (aliás 4.º) marido Joaquim António da Costa Freire» (maço n.º 92, 3.º ofício, requerente Joaquim da C. Freire e requerido Inocência António de Miranda).

Como fica dito, Romarim de Miranda depois de 1842 ausentou-se de Bragança, aonde talvez só voltasse de visita, não podendo por isso exercer o cargo de correio-assistente até o dia 1.º de Agosto de 1852 em que foi demitido.

Confirma-o a Câmara Municipal de Bragança, quando no ofício de 14 de Fevereiro de 1832 diz: «É igualmente verídico que Manuel Inácio Romarim de Miranda actualmente com a nomeação do referido cargo (o de correio assistente) *está há muitos anos ausente desta cidade*».

Era *oficialmente* o responsável; mas quem *realmente* exercia o lugar era o irmão, o Prior Inocência de Miranda, que, como consta duma escritura atrás citada, hipotecou o seu rendimento como propriedade sua, devendo ser por isso o verdadeiro responsável — pelo menos — por parte do alcance; mas quem o pagou foi a herdeira do irmão... Este também disse ser «tesoureiro-mor da bula da cruzada das comarcas de Valença e Viana do Minho»; mas, como nesta qualidade a sua acção se passou fora de Bragança, não sei se como tal se alcançou também. Mas a sabedoria popular lá diz: *cesteiro que faz um cesto, faz um cento se lhe dão tempo e verga*. E a Romarim de Miranda nem faltava a matéria prima nem a arte de fazer.

A também notável D. Leocádia — cuja notabilidade por força das circunstâncias se torna agora conhecida — faleceu em 3 de Fevereiro de 1857, deixando viúvo o seu quarto marido que se habilitou como seu herdeiro e, conseqüentemente, como herdeiro de Manuel Inácio Romarim de Miranda. E por isso também teve que se defrontar com o aguerrido litigante, o Prior Inocência de Miranda, na sua habilitação, na partilha material e arrematação dos bens da herança e nos embargos de nulidade

a artigos de preferência no ano de 1858 (maço n.º 92, 2.º ofício); na execução por dívida à Comissão Administrativa do Santo Cristo de Outeiro em 1860 e em 1862; na execução por multa da Fazenda Nacional também em 1862 e no processo por dívidas do irmão, instaurado no julgado de Riomaior, comarca de Santarém, de que emanou em 1861 carta precatória para inquirição de testemunhas (maços n.ºs 100 e 103, 3.º ofício; e n.º 99, 2.º ofício).

Por escritura de 8 de Fevereiro de 1837 (Cartório Notarial, livro n.º 242, f.ª 11.ª) foram emprazados ao Prior Inocência António de Miranda os bens dum morgado, instituído em 1742 por Bernardo de Barros e seus irmãos, sitos em Carrapatas, Amendoeira, Izeda e Santa Apolónia em Bragança e por causa deste prazo teve questões com D. Rita Augusta de Barros, do Rio de Janeiro; e em 14 de Janeiro de 1842 foi executado, a pedido de João António Rocha, de Carrapatas, pelas custas dum processo em que fora condenado, que pagou depois de lhes serem nomeados para penhora 70 alqueires de pão centeio, «e quando estes não fossem encontrados na casa do executado», 80 almudes de vinho (maço n.º 83, 3.º ofício).

Em 16 de Maio de 1851 «constituiu seu procurador ao Bacharel Manuel Joaquim Cardoso Castelo Branco para o defender na causa da policia correccional que foi por apelação para o Supremo Tribunal de Lisboa» (Livro do tabalião Assédio, f.ª 34.ª, v.).

E em 23 de Setembro do mesmo ano José Inácio Pereira e mulher e Luis Gil e mulher constituíram seu procurador ao Bacharel Acácio Alfredo Pereira, de Lisboa, «para lhes defender uma causa no Supremo Tribunal em que foram apelados por Inocência de Miranda, prior de Santa Maria» e em 20 de Fevereiro de 1852 os mesmos, que eram cunhados, passaram procuração a «Manuel Eustáquio Quinto de Queiroz para lhes seguir no Tribunal de Revista a causa que ali se acha contra o Rev.º Inocência António de Miranda, prior de Santa Maria» (Idem, f.ªs 35.ª, v., e 36.ª, v.).

E tudo isto mostra que o Prior Inocência fora condenado na primeira instância.

A Câmara Municipal de Bragança em sessão de 7 de Fevereiro de 1850 «deliberou fazer mais uma rua no Passeio de S. Sebastião e junta à que já se acha em frente da capela, principiando desde já a plantação das árvores que a devem aformosear e a respectiva parede, logo que se ache habilitado o cofre do município com os fundos necessários, cujo terreno ficava já vedado do trânsito de carros, cavalgadas, etc., e que se fizesse público para conhecimento de todos e muito principalmente do Prior de Santa Maria que abusivamente tem feito a servidão de carro pelo terreno em questão para a sua propriedade depois de ter a pouca distancia os caminhos ou estradas públicas», f.^a 78.^a, v., do Livro das Actas de 1847 a 1853.

Na sessão de 20 do mesmo mês a Câmara proferiu num requerimento do Prior de Santa Maria este despacho: «que, visto o suplicante dizer em seu requerimento que esta Municipalidade cometeu força e esbulho em lhe vedar a passage para a sua propriedade, sem que junte documentos que comprovem a posse que alega, mas só sim fundar o seu requerimento em ditos que nada provam a favor do suplicante, por quanto é da atribuição das câmaras o poderem mudar não só os caminhos particulares, mas até mesmo os públicos, quando convenha para bem e aumento da utilidade do município, por isso antes de deferir, procederão à competente vistoria e concordam que não podia ter lugar a petição do suplicante, só sim em abrir a sua passage pelo terreno plano da estrada real, fazendo desde já responsável o suplicante por todo e qualquer abuso que possa cometer-se contra o presente acórdão», f.^a 81.^a e v.

Na sessão de 30 de Junho de 1850, «sendo presente o ofício que o Prior de Santa Maria, Inocência António de Miranda, dirigiu a esta Municipalidade com data de 25 do corrente», a Câmara «achou que o mesmo não era uma representação legal àcerca dos direitos que ele diz lhe pertencem e julga prejudicados, e sim um sumário infamatório à mesma Municipalidade pelos insultos que lhe dirige, e como se julga de sobejo ofendida por um tão desusado procedimento, deliberou que aquele documento fosse remetido ao Delegado do Procurador Régio para fazer punir com o rigor da lei o autor dele («que, esquecido dos deveres

do seu ministério, insulta assim uma corporação», diz-se no ofício n.º 43 de 2 de Julho de 1850 para este magistrado), e bem assim se remetesse por cópia ao Ex.^{mo} Bispo desta diocese, para que, ciente das acres expressões que formam o tecido de semelhante ofício, não houvesse de censurar o procedimento desta Câmara por ser accionado, a seu requerimento, no Poder Judicial um seu subordinado», f.^a 96.^a, v.

Instaurado o competente processo criminal, foi condenado o Prior Inocência de Miranda por causa daquele ofício, cujos «termos foram julgados pouco comedidos e injuriosos para a Câmara, devendo ser o seu (como se diz na sentença) mais discreto não só como eclesiástico, mas mesmo como pároco». E o condenado mais uma vez perante o poder judicial recorreu da postura municipal, estabelecida sobre o trânsito no passeio de S. Sebastião, para o Conselho do Distrito. Sobre o recurso foram ouvidos, além da junta de paróquia, cinco cidadãos dos mais probos e velhos da freguesia que declaram na sessão da Câmara, realizada no dia 29 de Agosto de 1850, «que a antiga entrada para a propriedade do recorrente até à época em que lhe foi traspassada por Lucas Gonçalves, cabo de esquadra da companhia de veteranos e sua mulher, era um boqueiro que apenas entrava um homem, de frente das Duas Cruzes e ao cimo da Ladeira, tapado com uns poucos de espinheiros, e que os cancelos para passagem do carro só foram colocados no local, em que se acham, pelo Prior recorrente muito depois que a propriedade foi para seu poder, cuja declaração é conforme com a do 3.º membro da junta de paróquia». Em face desta informação o recurso não foi atendido, f.^{as} 111.^a, v., e 112.^a e 117.^a, v. do livro citado. E foi por isso que a Câmara Municipal voltou a acusar perante o poder judicial em 23 de Fevereiro de 1851, o Prior Inocência de Miranda que foi novamente processado e condenado em multa, porque, como se afirma na sentença, «o réu mandou pelos seus criados desfazer e suberrar o caminho que a câmara tinha mandado fazer, e torcer as árvores plantadas com a passagem de carros de bois».

Relaciona-se com o assunto a representação de Manuel Inácio Romarim de Miranda, a que a Câmara Municipal res-

pondeu no officio n.º 54, de 30 de Maio de 1851, dirigido ao administrador do concelho, dizendo que «não pode deixar de notar que na queixa transluz, a-par do zelo farisaico que a ditou, uma falta reconhecida da verdade e que, à sombra do zelo público, encobre aquêle denunciante a intenção — em parte já posta em prática — de se assenhorear com prejuizo público do concelho de uma servidão que pretende arrogar-se. Quando uma Câmara, cumprindo os seus deveres, repele pelos meios legais a arbitrariedade com que um cidadão indevidamente pretende arrogar-se sobre os bens do concelho uma servidão que, incomodando o público, o prejudica, essa Câmara não usurpa, antes evita — como deve — as usurpações de outrem. É o que se dá entre a Câmara e o zeloso defensor do Castelo e suas pertenças. A Câmara possui e administra como do concelho uma porção de terreno no sítio de S. Sebastião que pega com a capela e com o caminho público, — terreno que foi sempre considerado como do concelho e como tal o tem a câmara administrado desde todo o sempre, sem opposição de alguém, já construindo ali um passeio em 1834 e já plantando árvores há mais de 60 anos.

Este terreno não pertence ao Castelo, porque o que lhe pertence, esse está bem definido e bem distintamente conhecido porque está separado do caminho público pelo passeio para o lado do norte e desse lado comprehende o terreno que desde aí decorre até junto das muralhas e fora desse e muito separado está o terreno a que a queixa se refere; pelo lado do nascente comprehende o Castelo como pertença sua o terreno que desde a base do aquartelamento se estende também até ao passeio público, ficando separado deste por uma parede que o separa do caminho público: é pois entre o caminho e a capela que fica o termo que a Câmara administra, e que não é do Castelo nem tem sido em tempo algum considerado como tal, já porque assim se reconheceu, não se conferindo posse dele ao alcaide, quando a tomou, porque do respectivo auto, que por certidão se junta, consta havê-la só tomado do Castelo e casa da torre, e já porque a Câmara o tem possuído e administrado como seu, constituindo ali um passeio e alameda pública. Por uma das ruas deste passeio pretendeu um irmão do queixoso constituir uma servidão de

passagem com carro para uma propriedade que tem nesse sítio, — servidão que a Câmara lhe impedia e sobre a qual pende pleito em juízo, porque não só cortou e arrancoû as árvores que bordavam o passeio, mas até atuiu um valado que a Câmara mandara fazer. É quanto pode a Câmara responder: e melhor fora que o queixoso aguardasse a decisão dos tribunais do que apresentar uma queixa falsa, infundada e indevida».

À parte desta informação em que se diz que «à sombra do zelo público, encobre o denunciante a intenção — em parte já posta em prática — de se assenhorear com prejuizo público do concelho duma servidão que pretende arrogar-se», se refere o officio da Câmara de 22 de Março de 1841, em que esta se queixa de os criados de Manuel Inácio Romarim de Miranda terem «usurpado do Prado de Vale de Ovelhas a água que servia para a rega do mesmo, cortando-a e dirigindo-a para a quinta de Santa Apolónia e sendo, como é de direito, permitido o desforço em continente, a Câmara mandara fazer desforço pelo official de diligências e coveiros, o que com effeito effectuaram no dia anterior, acontecendo porém que aqueles criados tornaram a cortar a corente de água, dirigindo-a outra vez para a quinta e não só praticaram este escandaloso factó, mas até chegaram a ameaçar os empregados da diligência se lá tornassem».

O Prior Inocência de Miranda litigou ainda por causa da propriedade de S. Sebastião com Gomercindo de Miranda Catalão, intervindo no processo a partir de 22 de Fevereiro de 1864 a sua herdeira. E não é preciso citar mais litígios para, com verdade, se poder afirmar deste prior: viveu e morreu litigando; foi litigante de profissão: *talis vita finis ita*.

O Prior Inocência António de Miranda faleceu no dia 22 de Janeiro de 1864, «na casa n.º 8 da rua da Alfândega, com testamento feito em 20 de Fevereiro de 1854 (Cartório Notarial, livro n.º 228, f.ºs 190.º, v., e seguintes) em que instituiu por sua universal herdeira a sua irmã, D. Maria José de Miranda, que requereu cópia dele em 14 de Março de 1864. A esta senhora só foi dado o tratamento de *dom*, depois de passar a viver com os dois mencionados irmãos e, não obstante isto, em documentos públicos chegou a antepor o *dom* à assinatura como soiam fazer

as fidalgas *de verdade*. O respeito da verdade histórica obriga-me a falar no facto que é pior do que o de mão desconhecida antepor o *dom* a baptizadas que depois o obtiveram em virtude de importância social superveniente...

Especificando nele os seus bens, o testador não fala na casa brasonada da rua da Alfândega, em que morou; «deixa, porém, a casa da vila, que foi de Lourença Novais, por morte de sua irmã, D. Maria José de Miranda, para residência do coadjutor da freguesia de Santa Maria». Quer dizer: deixava à irmã para sua residência a casa que possuía na Vila; mas de melhor vontade lhe deixaria a da rua da Alfândega, em que ambos viviam, se fosse sua. Mas não era sua: era do irmão Manuel Inácio como o próprio testador o afirmara sempre e, nomeadamente, na escritura de 23 de Dezembro de 1851, atrás citada, em que a hipotecou *em nome e como procurador daquele irmão* e, depois da morte do verdadeiro e único possuidor, o reconheceu, reconhecendo como herdeira a sua viúva, a qual juntamente com o seu novo marido, Joaquim António da Costa Freire, requereu no dia 4 de Janeiro de 1857, em Bragança, acção de despejo contra o Prior Inocência António de Miranda, como consta do processo de apelação existente no *Arquivo Distrital do Porto*. E o apelante também então reconheceu e confessou que a casa da rua da Alfândega pertencia aos apelados e não a ele. Não é por isso exacta a afirmação, feita na pág. 45.^a do tomo VI das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito*, de a casa pertencer em 1841 àqueles dois irmãos. Viviam nela, mas só pertencia a um deles que a legou à sua viúva, contra a qual o Prior Inocência de Miranda requereu, em 27 de Abril de 1857, dizendo que «foi fiador, abonador e principal pagador de seu falecido irmão, Manuel Inácio Romarim de Miranda, recebedor do concelho de Bragança, como se vê do documento n.º 1; que este seu falecido irmão foi condenado a pagar à Fazenda Nacional a quantia de 2:296\$794 réis, em que foi alcançado, sendo executado Francisco António Machado Morais Antas, de Outeiro, também fiador e depositário judicialmente para segurança do pagamento a quantia de 1:996\$794 réis em mão de Francisco de Assis Ledesma de Castro, desta cidade, como se vê do dc.^{to} n.º 2; esta

quantia e mais a de 300\$000 reis foi o suplicante e seus falecidos pais obrigados a pagá-la, dc.^{to} n.º 3; foi esta quantia paga pelo suplicante, dc.^{to} n.º 4; o suplicante a fim de resgatar os bens penhorados a seus pais no 1.º processo feito ao seu dito irmão dispendeu em custas a quantia de 323:477 réis, dc.^{to} n.º 5.

É pois o total de 2:620\$271. O suplicante quer haver as quantias mencionadas de D. Leocádia Rita de Azevedo e Costa de Miranda, viúva de seu falecido irmão e originário devedor, Manuel Inácio Romarim de Miranda, e sua herdeira, dc. n.º 6».

O juízo de Bragança não era o competente para esta acção e por isso e porque a requerida faleceu pouco depois, desistiu dela o autor que a renovou na comarca de Santarém com os mesmos fundamentos e documentos, como se depreende dos depoimentos das testemunhas aqui ouvidas por deprecada e da procuração feita pelo tabalião, Assédio «no dia 1.º de Agosto de 1859 ao Rev.^{do} Inocência António de Miranda, constituindo seu procurador ao Rev.^{do} beneficiado António José Pires, pároco da freguesia da Serra do Vouso, e ao Il.^{mo} Francisco Ferreira da Costa, de Riomaior, e aos substabelecidos para demandarem ao comendador Joaquim António da Costa Freire, de Assentiz, julgado de Riomaior, comarca de Santarém, para lhe pagar as quantias que lhe ficaram a dever sua mulher, D. Leocádia Rita de Azevedo Costa Miranda, e o marido desta, Manuel Inácio Romarim de Miranda, de quem aquele ficou universal herdeiro» (Livro do Assédio, f.^a 48.^a).

A acção não chegou a ser julgada na vida do seu autor que faleceu em Janeiro de 1864 e, por isso, nunca chegou a pertencer-lhe a propriedade da casa da rua da Alfândega em que viveu. É que só no dia 9 de Maio de 1867, isto é, passados mais de três anos após o falecimento do autor, foi distribuída ao 4.º ofício da comarca de Bragança a acção de «procedimento do juiz», intentada por D. Maria José de Miranda, — herdeira do Prior Inocência António de Miranda —, contra Joaquim da Costa, de Assentiz. Tratando-se das «causas com os recebedores» e «devedores de devedores fiscaes», diz a *Novíssima Reforma Judiciária*, então em vigor, nos seus artigos 345.º e 346.º: «o mesmo procedimento terá lugar contra os devedores dos devedores de dívidas

fiscais, quando as dívidas tiverem origem na obrigação principal» e «contra os herdeiros dos devedores».

E por isso não pode haver dúvida de que a questão terminou com a passagem da propriedade da casa da rua da Alfândega de Joaquim da Costa, de Assentiz, para D. Maria José de Miranda que faleceu no dia 8 de Dezembro de 1875, deixando testamento que não pude encontrar nem pelos índices dos actos notariaes nem pelos registos administrativos quer dos testamentos públicos quer dos cerrados. Ou foi feito fora da comarca ou deixou de ser registado. Do que não pode duvidar-se, é de que ele existiu. É que a herdeira ou, pelo menos, uma das herdeiras da testadora teria sido sua irmã Isabel Miranda, casada com Roque Gonçalves, e os filhos destes, José Inácio Gonçalves, Inocência António Gonçalves e José Manuel Gonçalves, menor de 21 anos mas emancipado por alvará de 19 de Dezembro de 1875, todos solteiros, lavradores, de Paçó de Outeiro, é que na escritura de 20 de Dezembro de 1876, feita na nota de José Claudino da Costa, disseram ser «senhores e possuidores duma morada de casas, sitas na rua da Alfândega, com altos e baixos, casa de forno e quintal e mais pertences, que tem saída para a Estacada e é deles outorgantes livre e desembaraçada de foro, pensão ou hipoteca e tal qual a possuem com todas as suas servidões e regalias a vendem de hoje para sempre às segundas outorgantes, D. Luísa Praça Saldanha, viúva, e D. Maria Joaquina Rodrigues Praça pela quantia de um conto e trezentos mil réis».

Confronte-se a data de 8 de Dezembro de 1875, em que morreu a testadora, e a de 19 do mesmo mês, em que foi emancipado o seu herdeiro menor, e não poderá deixar de se concluir que a emancipação foi feita para se evitar o inventário orfanológico por causa da herança.

Para isso não foi preciso, porém, usar da criminosa habilitade de alterar a data do nascimento do menor. É que, mediando entre a morte da testadora e a emancipação do herdeiro menor apenas 14 dias, este prazo era curto de mais para se organizar processo judicial que lhe aumentasse a idade. Nem humildes aldeãos eram capazes de descobrir tão *milagroso processo*, só reservado para pessoas influentes, habilidosas, gananciosas...

Fica, pois, documentalmente demonstrado que D. Maria José de Miranda herdou os bens dos seus dois irmãos tristemente célebres; mas com estes herdou também matéria litigiosa e o gosto e a arte de litigar. E assim é que a comprovar o que sobre o caso fica já patenteado, está a escritura de 12 de Dezembro de 1864, feita na nota do tabalião Beça, 4.º ofício, em que aquela senhora disse que «na qualidade, de única e universal herdeira de seu falecido irmão, o Rev.º Inocêncio António de Miranda, o qual havia recebido e arrecadado a herança que do falecido cónego José Joaquim de Moraes pertencia ao outorgante, Rev.º Marcelino António de Moraes, ela tinha liquidado o que ao 2.º outorgante pertencia que em final ajuste, descontado já o que o mesmo havia recebido, *era o alcance* em que se achava para com o mesmo 2.º outorgante e que lhe devia a quantia de 697:509 réis, quantia que se obriga a pagar no prazo de três anos, bem como o juro legal de cinco por cento». E para garantia do pagamento de mais este *alcance* da família teve de hipotecar propriedades em Paçó e em Bragança!

E lá estão, entre outros, os litígios que requereu contra Francisco Eugénio de Sá Barros, contra Luís Gil, de Ousilhão, e contra Francisco Manuel Ferreira no ano de 1865; contra Maria Madalena, de Donai, no de 1866 e contra Francisco Pires Miranda, de Paçó, em 1870, como consta dos respectivos livros de distribuição!

Pela morte de D. Luísa Praça Saldanha, ocorrida no dia 4 de Março de 1900, passou para os filhos a metade da mencionada casa da rua da Alfândega e a outra metade legou-a a irmã, D. Maria Joaquina Rodrigues Praça, que faleceu no dia 26 de Maio de 1901, por testamento registado no livro n.º 27, f.ª 14.ª, aos sobrinhos José António Saldanha e Paulino Augusto Saldanha. E os novos possuidores venderam todo o prédio a Luís Saldanha Lopes dos Santos por escritura feita na nota do notário Delfim Direito em 7 de Outubro de 1903 pela quantia de 1:200\$000 réis.

Mandada construir por um oficial de cavalaria e possuída depois por oficiais da mesma arma, a casa nobre da rua da Alfândega foi desde início utilizada para alojamento de cavalos e,

depois de a adquirir Romarim de Miranda, de cavalgadas destinadas à condução do correio, como o prova a execução, requerida em 4 de Junho de 1840 contra este, da «dívida de 2:040 réis, proveniente de décima e impostos do ano económico de 1836 a 1837 como *correio-mor*, e de 5:800 réis, proveniente do imposto de um criado e *duma cavalgada* pelo ano de 1838 a 1839» (maço n.º 6, 3.º officio). E como os seus moradores tinham propriedades arrendadas, natural era que nela alojassem também burras suas e até de outros. E assim se explica que a bailes, que lá houve por ocasião do Carnaval, se desse o nome de *bailes da burra*, o que ainda é do conhecimento de muita gente. E serviu ainda para espectáculos de circo ou de cavalinhos.

E, repetindo-se a história, no inventário a que se procedeu por falecimento do seu último comprador, foi novamente adjudicada por motivo de dívidas, voltou a estar envolvida em coisas públicas e hipotecada a casa nobre da rua da Alfândega, — triste vítima durante a sua secular existência de litígios judiciais e, depois de passar a mãos plebeias, de repetidas extorsões de dinheiros públicos e particulares e testemunha impassível de dores e lágrimas de fidalgos, de freiras, de pais e mães, de viúvas e de órfãos!

Rejuvenescida pelas beneficiações nela últimamente feitas, não utilizada já para estábulo de cavalos e burras nem para espectáculos de gáudio público, proporciona-se novamente às recepções e opíparos banquetes dos antigos fidalgos que a mandaram construir e habitaram, podendo restabelecer-se assim o uso das iguarias raras e de fina doçaria das *claristas* e de outras nobres senhoras que também a possuíram.

A ela — à casa fatídica em que há mais de um século moradores seus, pertencentes à mesma família, por causa da administração da Recebedia do Concelho, do Correio, do Liceu, da Misericórdia, do Celeiro e do Asilo se viram envolvidos em processos criminaes, continuando a ecoar por ela a voz condenatória da Justiça e a do Povo — e *vox populi vox dei* — voltaremos a referir-nos ainda, na continuação da história dos seus possuidores.

NECESSIDADE DE CORRIGIR

Quem se mete a investigador, arrisca-se a ver desmentidas afirmações suas por elementos de prova depois aparecidos. É que como afirma algures o nosso maior historiador, por vezes é mais difícil ler no passado do que no futuro. E por assim ser é que já lembrei ao ilustre autor das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* a necessidade de rever a sua já grande obra. Reconhecendo essa necessidade, confessa porém que já não conta com forças e vida bastantes para tamanha empresa; mas que vai deixando notas para, em futuras rectificações, se poder restabelecer a verdade. E é neste intuito — e só neste — que tenho feito rectificações a afirmações suas.

Para comprovação do afirmado começarei por transcrever o passo em que, na história da minha terra natal para fazer parte da do concelho de Vimioso, exponho este meu caso:

«A data constante do fragmento da lápide funerária há três anos encontrada perto da Igreja de S. Bartolomeu obriga-me a fazer uma rectificação. É que esta parte da confrontação de *Ulgosello* feita em 1187: «*Freixiosa e dy a Val Covo a proo, como colhe a agoa, e dy a Saabor*» e a que lhe corresponde na de 1691: «*Começa no rio Sabor, no ribeiro de Sao Bartolomeu aonde sai a agua e de hi ribeiro assima por tras da Igreja do dicto Santo a Freixiosa*» levaram-me a concluir na pág. 229 do vol. 108.º d'O Instituto que esta «Igreja não existia ainda em 1187».

«Ora a data 1.107 da era romana, a que corresponde a cristã de 1.069, constante da lápide é anterior à de 1187; e, como a lápide mostra ter havido ali um cemitério, porque os cemitérios eram então dentro das igrejas ou nos adros, de concluir é agora que a Igreja de S. Bartolomeu já existia antes do ano de 1.069.

«Sobre a primeira transcrição disse eu na pág. 84 d'O meu *Apelido e a minha Terra*: «O Elucidário de Viterbo no vocábulo *carril* transcreve este passo dum documento do Mosteiro do Castro de Avelãs de 1501: «*Parte pelo rio apróó á moinheira velha*» — passo que é transcrito no dicionário de Moraes desta maneira: «*pelo rio aproo á molinheira velha*», sendo dada a *aproo* a significação de «adiante, em direitura».

Ora no documento, de que me estou ocupando, de difícil interpretação como os que são escritos em latim bárbaro de mistura com português arcaico, está ainda a *proo*, isto é, uma expressão que depois se transformou na palavra *aproo*. E esta expressão proveio da latina: *ad pronum locum* em que a *pronu* pela redução da frase continuou, contudo, a ter a mesma significação: para ou junto de lugar inclinado, para a frente. Depois de transformado o *u* em *o* por assimilação, e o *n* nasala o *o* precedente, ficou a *prõo*, pronunciando-se como ainda hoje alguns pronunciam *bõa*, *lũa*, etc., e ficando a *aproo* com o desaparecimento da ressonância nasal do primeiro *o*, como também se dá na pronúncia geral de *boa* e *lua*. O final da demarcação deve entender-se, pois: «*a Val Covo na inclinação, onde se ajunta a água e daí ao Sabor*».

«Podendo ser aplicável a interpretação às demarcações de 1187 e 1691 e à actual, bem como ao vale e ribeiro de S. Bartolomeu, de esperar era que a falta de referência à Igreja deste santo levasse a afirmar que esta não existia ainda em 1187, o que não afirmaria depois do aparecimento daquela lápide e de saber que da mesma Freixiosa parte não só o vale e ribeiro de S. Bartolomeu — sempre situados no termo de Argoselo, mas também o vale Covo — só depois situado no termo de Outeiro — o qual fica em frente do *Castro Mau* sito no termo de Parada; correndo perto, ao lado um do outro, os irmãos de origem, irmanados lançam as águas no Sabor.

«E isto é que está de harmonia com a afirmação de *Ulgosello* confinar «*cum Parada per rivulum Salabor*», feita na demarcação de 1187, em que interveio como parte o Mosteiro do Castro de Avelãs que passava a ser senhor de *Ulgosello* e continuava a sê-lo dos terrenos sitos ao norte de S. Bartolomeu».

*

Pelo decreto de 16 de Maio de 1832, assinado em Ponta Delgada, foi criado o Prefeito, «chefe único de toda a administração da Província e o delegado da autoridade do rei», como se diz no seu artigo 30.º, e o Sub-Prefeito, «instituído para vigiar mais de perto na sua comarca como delegado e sob a autoridade do Prefeito. Seu officio é o de agente intermediário entre os povos da comarca e o seu administrador único, o Prefeito, artigo 51.º

Este decreto só podia executar-se na parte de Portugal então já governada pelo regime liberal. Por isso Bragança, cuja Câmara protestava fidelidade a D. Miguel na sessão extraordinária de 26 de Setembro de 1831, continuava, como parte metropolitana do país, sob o jugo da usurpação, de que se viu livre em Abril de 1834, quando as tropas liberais do comando de Jorge de Avilez dela expulsaram os miguelistas. E foi em virtude desta vitória que o corregedor da comarca, a câmara, o clero, nobreza e povo, reunindo-se no dia 17 de Abril de 1834 «em acto de vereação extraordinária no Paço do concelho», puderam dizer que «tendo até aqui a força armada sufocado a expressão dos sentimentos de fidelidade e adesão que constantemente têm consagrado a Sua Majestade Fidelíssima, a Senhora D. Maria 2.ª, e à liberdade da Pátria consignada na Carta Constitucional, hoje que, pela sua retirada desta cidade, se achava livre de coacção e em estado de poder francamente manifestar a sua vontade, cada um de per si e todos conjuntamente como representantes das respectivas classes do concelho reconheciam a muito Augusta Senhora D. Maria 2.ª como rainha legítima e reinante de Portugal e como tal lhe juravam obediência e fidelidade; renovavam o juramento que outrora prestaram à Carta Constitucional outorgada pelo melhor dos príncipes, o invicto Sr. Duque de Bragança, enquanto rei de Portugal e a ele como regente do reino na menoridade da rainha, sua augusta filha, tributavam os mais puros e solenes votos de obediência, respeito e eterna gratidão pelo valor e constância com que Sua Majestade Imperial tem

empregado em libertar a nação portuguesa e arrancá-la do jugo da mais feroz tirania, retirando-a do abismo a que a usurpação mais pérfida e inaudita a tinha levado».

E foi ainda a mesma vitória que permitiu ao seu comandante poder nomear por cartas de 18 de Abril de 1834, datadas do seu *Quartel General em Bragança*, corregedor da comarca de Bragança a José Maria de Sá Vargas e juiz de fora a Agostinho José da Fonseca, alegando nelas Jorge de Avilez os relevantes serviços que os nomeados haviam prestado ao regime liberal por ocasião da sua evasão e estada em Alcaniças, onde organizou tropas «para destruir o jugo da usurpação e restabelecer a liberdade pátria» (*Registo Maior 7 — Câmara —*, f.^{as} 17.^a e v.).

Restabelecido o regime liberal em Bragança, foi então possível efectivar-se o estabelecimento da sua Sub-prefeitura, sendo nomeado seu sub-prefeito Martinho Carlos de Miranda, outro perseguido político que teve de viver durante anos homiziado em Espanha. E exerceu o cargo até à extinção da sub-prefeitura da comarca de Bragança em 2 de Setembro de 1835 por virtude do decreto de 18 de Julho do mesmo ano que criou os distritos administrativos do país, sendo constituído o de Bragança pelas sub-prefeituras desta cidade e de Moncorvo. O governador civil era o chefe da administração do seu distrito, concentrando em si atribuições do antigo Prefeito e Sub-prefeito, administrando porém área menor do que o primeiro e maior do que o segundo.

Por decreto de 25 do mesmo mês foi nomeado governador civil do distrito de Bragança Venâncio Bernardino de Ochoa, natural de Gastei, que tomou posse na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino no dia 27 de Agosto imediato e foi exonerado em 11 de Maio de 1836 (f.^{as} 1.^a e 13.^a do livro n.º 1, *Diplomas Régios*).

O segundo governador civil de Bragança foi João Manuel de Almeida Morais Pessanha que foi nomeado por carta régia de 12 de Maio de 1836 e exonerado por carta de 1 de Outubro do mesmo ano após o triunfo do *Setembrismo* (f.^{as} 13.^a, v., e 14.^a, v. do citado livro).

Pelo artigo 1.º do decreto de 11 de Setembro de 1836 determinou-se que «em lugar de governadores civis, houvesse administradores gerais», e pelo decreto de 17 do mesmo mês foi nomeado secretário geral da administração geral do distrito de Bragança o notável António Rodrigues de Sampaio, devotado e vigoroso defensor do *Setembrismo*, quer no exercício do seu cargo que começou a exercer no dia 8 de Outubro seguinte, quer nas lides da imprensa em que tanto se notabilizou (f.ª 14.ª do mesmo livro e f.ª 97.ª do livro 1, *Ministério do Reino*). E logo no dia 15 do mesmo mês começou ele a fazer as vezes de administrador geral e no dia 17 de Dezembro immediato comunicava este que, «havendo sido eleito deputado pelo distrito administrativo de Vila Real, no dia 20 entregava a administração do distrito ao mui digno secretário da mesma, António Rodrigues de Sampaio (f.ªs 104.ª, v., e 199.ª v. do l.º 1, *Ministério do Reino*). E em relatório de 9 de Janeiro de 1837 dizia António Rodrigues de Sampaio: «Tendo sido precedido e acompanhado nesta administração por um governador civil e dois administradores gerais, inclusive o actual — varões excelentes — todos de grandes luzes e vasta erudição em todas as matérias e com conhecimentos práticos das necessidades do distrito, cujo são ou naturais ou vizinhos, os quais vão tomar assento nas cortes. Do alto da tribuna com voz forte e sonora, a qual a mim falece, eles promoverão os interesses do distrito, suprirão as minhas insufficiências e emendarão os meus defeitos».

É de notar a forma elogiosa como neste documento é tratado o ex-governador civil, João Manuel de Almeida Morais Pessanha, que pouco antes havia sido demitido por motivos políticos, por um seu adversário que não teve dúvida de o associar nos encómios a dois correligionários seus.

Chamava-se um destes Manuel de Castro Pereira que, como se vê do officio de 30 de Maio de 1837, dirigido ao Sub-inspector Geral dos Correios e Postos do Reino, era administrador geral do distrito no principio de Novembro de 1836, «porque estando nos dias 4 e 5 de Novembro um homem à porta do correio esperando pela posta, quando ela chegou, já ali se não achava o fiel, nem queria vir de sua casa dá-la, sendo chamado, até ao ponto

de ser necessário que o Ex.^{mo} Manuel de Castro Pereira mandasse buscar dois soldados que arrombassem a porta e lhe fizessem dar a correspondência. Não foi contudo necessário empregar a força, porque o fiel, vendo que o negócio era sério, veio abrir a mala» (2.^a Direcção, *Avulsos*, f.^a 214.^a). Não são, pois, verdadeiras as afirmações publicadas de que este administrador geral «nunca aqui appareceu»; «nunca veio exercer o cargo» (tomo VII das *Memórias*, f.^{as} 385.^a e 475.^a).

O outro era o Barão da Ribeira de Sabrosa que foi nomeado administrador geral, interino, por decreto de 9 de Novembro do mesmo ano e exerceu o lugar, pois que no decreto de 9 de Setembro de 1838 que o exonerou a seu pedido, se diz que «no seu desempenho deu manifestas provas da sua intelligência, actividade e zelo pelo bem público» (f.^{as} 15.^a e 16.^a do livro *Diplomas Régios*).

De um seu officio, datado do dia 6 de Setembro de 1837 (*Avulsos*), vê-se que João Manuel de Almeida Morais Pessanha reassumiu as funções de governador civil do distrito no dia 31 de Agosto anterior por ordem da «Junta do Governo criada nesta cidade em nome e durante o impedimento de Sua Magestade» e exerceu-as até à derrota dos *cartistas*.

Por decreto de 1 de Dezembro de 1838 foi nomeado Joaquim Ferreira Real administrador geral do distrito de Bragança, cujas funções exerceu até o dia 5 de Março de 1840, pelo menos (f.^a 16.^a, v., *Diplomas Régios*).

Finalmente, João Manuel de Almeida de Morais Pessanha que havia exercido por duas vezes, como fica dito, o cargo de governador civil, foi nomeado administrador geral do distrito de Bragança por decreto de 25 de Fevereiro de 1840 e tomou posse, por procuração, no dia 23 de Abril seguinte, f.^{as} 35.^a, v., e 36.^a do livro citado; mas entrou em exercício do cargo no dia 9 de Março anterior, f.^a 117.^a do livro 3.^o — *Diferentes Ministérios*. Restaurada a Carta Constitucional de 1826 por decreto de 10 de Fevereiro de 1842 e restabelecidos os governadores civis pelo artigo 3.^o do Código Administrativo de 18 de Março do mesmo ano, voltou o administrador geral Pessanha a ser governador civil do distrito e como tal faleceu em Março de 1846,

segundo a comunicação do secretário geral, Diogo Albino de Sá Vargas, a quem por isso ficou «incumbindo a administração superior do distrito».

Comunicando ao Ministério do Reino que a Junta do Governo da Província (estava-se na revolução da Maria da Fonte) o nomeara governador civil do distrito, dizia Júlio do Carvalho Sousa Teles: «Desejava a Junta e desejava eu estabelecer-me na capital do distrito; mas este desejo não pode realizar-se para evitar derramar mais sangue português, por quanto o secretário geral, servindo de governador civil, Diogo Albino de Sá Vargas, não querendo reconhecer a actividade da Junta e apoiado na força armada estacionada em Bragança, negou-se a entregar o governo do distrito e a secretaria dele. Nestas circunstâncias a Junta, desejando evitar a efusão de sangue, ordenou-me que estabelecesse provisoriamente nesta vila (Mirandela) o governo civil do distrito e que daqui procurasse estender a minha autoridade e o reconhecimento da Junta aos concelhos que ainda o não haviam feito» (f.^{as} 49.^a, v., 50.^a do livro n.º 1, *Reino*). Segundo comunicação do comandante de caçadores 3 e do administrador do concelho, Bragança aderiu porém ao «movimento popular da Província» no dia 11 de Junho de 1846 (f.^a 52.^a do mesmo livro); mas, continuando as mutações políticas, Francisco Xavier de Morais Pinto comunica no dia 1.º de Dezembro de 1846 haver assumido a gerência do cargo de governador civil, para que fora nomeado por decreto de 8 de Outubro e em que tinha sido empossado pelo presidente e membros da Junta Governativa do distrito, afirmando ainda noutra ofício da mesma data que «suspendeu todos os empregados da secretaria que haviam sido nomeados pelo seu antecessor, Júlio do Carvalho Sousa Teles, não só pelo facto de serem desafectos à justa causa em que estamos empenhados, como porque, logo que a Junta se se instalou, abandonaram completamente os cargos para que haviam sido nomeados, lhes fiz saber que cessavam os seus vencimentos desde o dia 25 de Outubro antecedente em que se retiraram» (f.^a 307.^a, l.º 4 — *Registo do Reino* — 1843 a 1851).

Do exposto vê-se, pois, que os magistrados administrativos dos direitos se chamaram primeiramente governadores civis,

depois administradores gerais e, por último, novamente governadores civis, tomando posse os primeiros no Ministério do Reino e o ultimamente indicado e seguintes na secretaria do governo civil.

É a verdade histórica e jurídica incontestável; mas com ela não se pode harmonizar a atribuição da autoria de ofícios, a partir de 12 de Setembro de 1835 até 20 de Março de 1838, ao sub-prefeito da comarca de Bragança — que já não existia —, tantas vezes feita desde as págs. 97.^a a 148.^a do livro *Talhinhas e as Guerrilhas Liberais Notícias Monográficas Inéditas* por Florinda Ferreira. E também é errada a atribuição da autoria dos ofícios de 13 de Setembro de 1834 e de 8 de Abril de 1835, não ao sub-prefeito a quem pertenciam, mas ao governador civil que ainda não existia (f.^{as} 130.^a e 128.^a do mesmo livro).

O erro deve ter provindo, em parte, de os ofícios da Sub-prefeitura da comarca terminarem por «o sub-prefeito» como a entidade sua responsável, enquanto que nos copiadores seguintes não terminavam eles nem pela de «governador civil» nem pela de «administrador geral»; mas no corpo desses ofícios é frequente encontrar-se referência a este «Governo civil» e depois a esta «Administração geral».

A confusão das designações legais dadas aos primeiros magistrados dos distritos contribuiu ainda para a deturpação da verdade histórica. E assim é que no *Documento n.º 5 — Perseguições políticas* são incluídos 5 ofícios, dirigidos a Manuel Inácio Romarim de Miranda e um ao irmão Inocência, cuja autoria é atribuída ao «sub-prefeito do distrito de Bragança» — entidade que nunca existiu com esta designação —, mas, sim, com a de «sub-prefeito da comarca de Bragança», visto que, quando existiu ainda não havia distritos no país. Ora atribuir ao sub-prefeito da comarca aquilo que pretende apresentar-se como perseguição política, é fazer de Martinho Carlos de Miranda — também apontado no mencionado documento como perseguido político, mas este com razão — perseguidor de Romarim de Miranda no ano 1837, quando o lugar do suposto perseguidor havia sido extinto dois anos antes!

Esses ofícios eram da autoria do administrador geral do distrito que, citando no de 8 de Junho de 1837 as disposições

legais que o obrigavam a proceder como procedeu, «porque, de contrário, resultava prejuizo para a Fazenda Pública e além disso seria um ataque a tanto cidadão benemérito que vê com horror que um bando de plebeus, esquecendo o berço em que nasceram, quererem trajar as brilhantes penas de pavão», assim o terminava: «sirva-se V.^a S.^a fazer apresentar nesta Administração Geral (aqui está uma das provas de o administrador geral ser o autor do officio) os diplomas de comendador da Ordem de Cristo e de official da Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada do valor, lealdade e mérito, das quais à face de toda a cidade tem usado».

Refere-se ao mesmo assunto o officio de 12 de Agosto de 1837, dirigido ao Delegado do Procurador Régio, que, por não ter sido publicado, se publica na íntegra: «O decreto de 10 de Novembro de 1834 impõe-me a rigorosa obrigação de fiscalizar o pagamento dos direitos a que são obrigados os graduados com mercês honoríficas, e o artigo 6.^o do decreto de 3 de Agosto determina que eu remeta para o Delegado do Procurador Régio, a fim de proceder segundo as leis, todo aquele que usar de insígnia que lhe não pretence. Neste caso está Manuel Inácio Romarim de Miranda, o qual depois de lhe ser por mim oficiado em data de 8 de Junho para me apresentar o diploma que o autorizava a usar da insígnia da ordem militar da Torre e Espada, me confessou não o ter, ou estar affecto não sei aonde, do que se vê que não está autorizado a usar de semelhante insígnia e, sendo por mim admoestado para mais não usar dela, o tem feito pelo contrário, o que agrava mais seu delicto. Nestes termos V.^a S.^a procederá contra ele com todo o rigor das leis».

Limitando-se o administrador geral do distrito a dar cumprimento à lei, poderá alguém ver nisto e na comunicação duma transgressão dela ao Poder Judicial perseguição política? Ninguém a poderá ver, decerto.

No segundo officio publicado diz o administrador geral do distrito que, para responder a «uma conta» que o Romarim de Miranda contra ele dera ao Ministério do Reino, precisava que o acusador lhe citasse a ordem ou ordens que dera aos administradores dos concelhos, para que se não pudesse reorganizar

o batalhão do seu comando, e «os excessos vergonhosos por ele praticados»; que, «para bem seu», lhe dissesse como «soubera extrajudicialmente das suas participações ao Ministério, aliás ver-se-ia obrigado a informar que o acusador lhe abria os ofícios quando lançados no correio, de que era administrador, o que já algumas pessoas haviam suspeitado»; que «como devia informar o Governo sobre os seus padecimentos, poderia informá-lo da época em que fora nomeado capitão das Ordenanças (vulgo da Bicha) e se não apareceu ainda de fardinha verde na ponte de Vale de Armeiro em 1834 (este sítio era como que o quartel general do célebre miguelista e guerrilheiro Cachapuz), sendo por isso impossível ter estado no cerco do Porto, porque lhe constava que ele fora assanhado miguelista e por esse motivo mereceu aquela nomeação, chegando a tanto o seu furor, que até os Sn.^{tes} seus manos se escondiam dele para falar em notícias favoráveis ao sistema liberal». No ofício publicado saiu, em vez de *manos*, *maiores*. E o ofício termina assim: «De tudo isto e de mais outras circunstâncias estou informado; porém não quero dizer senão a verdade, tendo a acrescentar que deste mesmo ofício e da sua resposta mandarei cópia ao Ministério do Reino, para que ele conheça a franqueza com que ambos falamos, certificando V.^a S.^a que, no caso de não dar resposta, ficará tido por um vil caluniador».

Quem assim falava, é porque estava convencido da verdade e da sua lealdade — própria dos fortes — continuou ele a dar provas neste ofício de 19 de Junho de 1837, dirigido ao seu acusador: «Tenho a honra de remeter a V.^a S.^a a cópia da informação que remeti ao Ministério do Reino sobre a conta que V.^a S.^a deu contra mim e que me foi mandada informar por Portaria de 29 de Maio. Sou inimigo de calúnias e por isso, quando falo de alguém, gosto que a parte contrária o saiba para rebater as minhas asserções. Nisto dou uma prova da minha franqueza e de que falo a mesma linguagem aos ministros da Rainha e aos que habitam na pobre choupana» (f.^a 220.^a, v., dos *Avulsos*).

Haverá também nesta parte perseguição política? O que há é sinceridade, amor da verdade, correcção e até longanimidade da parte do acusado para com o seu acusador que, a haver no

caso espírito de perseguição, devia ser acoimado de perseguidor que não de perseguido, como se pretende sem razão...

Parecerá, porém, inarmónica a acusação de Romarim de Miranda ter sido «assanhado miguelista» com o prémio com que os liberais o condecoraram por serviços que lhes prestou. É harmonizável — e bem — à face do decreto, datado do Paço do Porto, em 5 de Setembro de 1832, pelo qual «todo o oficial do exército» que, abandonando «as bandeiras da usurpação, fizesse um serviço relevante e de manifesta utilidade» para a causa liberal, não só seria mantido no posto adquirido, mas também «recompensado extraordinariamente na proporção do serviço prestado». E Manuel Inácio Romarim de Miranda, feito capitão de ordenanças pelos miguelistas, como tal apareceu de fardinha verde na ponte de Vale de Armeiro, para depois aparecer como capitão liberal e como tal assinar a representação de 11 de Junho de 1834, mandada pela Câmara Municipal e liberais de Bragança ao Governo, dizendo-se capitão do Batalhão móvel e pouco depois seu comandante, condecorado e tenente coronel graduado, — tudo isto em perfeita harmonia com a doutrina e letra do citado decreto.

O ofício de 9 de Maio de 1837 refere-se a questões entre a Guarda Nacional e o Batalhão Móvel e nele diz o administrador geral do distrito ao comandante deste: «Tenho a acrescentar que os queixumes de V.^a S.^a são bem informados, porque em vez de procurar manter a ordem, tem procurado perturbá-la. Um façanhudo miguelista, chamado Teixeira, insultou uma sentinela: foi preso e um denominado Maça tentou forçosamente tirá-lo. Foi este igualmente preso à ordem do comandante da 5.^a divisão militar e V.^a S.^a aplaudiu este procedimento criminoso, escrevendo aos dois revolucionários uma carta e lhes prometia todo o socorro, no que bem mostrou que concorreu para a desordem. Eu devia mandar proceder civil e criminalmente (contra) os dois revolucionários, porque os seus voluntários não gozam de foro militar e o seu crime foi civil. Mas atendi a que o esquecimento da minha parte e a repreensão que V.^a S.^a lhes daria, eram castigo suficiente para quem tivesse sentimentos de honra. Não aconteceu assim e V.^a S.^a ainda veio pedir satisfações.

Eu somente direi a V.^a S.^a que, se qualquer individuo voluntário ou da Guarda Nacional perturbar o sossego, será imediatamente preso e processado civilmente; e se as rivalidades continuarem, eu me verei obrigado a fazê-lo cessar com uma única penada: que é fazer passar para a Guarda Nacional os voluntários honrados que mil vezes me têm requerido os afaste do Batalhão, o que muito bem posso fazer em conformidade da Portaria do Ministério da Guerra de 31 de Outubro e 26 e 28 do mesmo mês do Ministério do Reino» (f.^{as} 207.^a, v., e 208.^a do L.^o da 2.^a Direcção, *Avulsos*).

No ofício do dia 13 do mesmo mês continua o Administrador geral a dizer ao comandante do Batalhão Móvel: «Que V.^a S.^a eleve até às nuvens os heróis de Alcanices, pouco me importa nem que barafuste injúrias contra a Guarda Nacional que não carece dos seus elogios. V.^a S.^a não pode escrever duas linhas sem que se lembre da Guarda Nacional, que tão gravada lhe existe na alma, e sem que se doa não sei de quê. Depois de factos revolucionários praticados por dois sargentos do Batalhão Móvel; depois do ofício do digno comandante interino da 5.^a subdivisão militar que qualificava os seus crimes, como na verdade devia, V.^a S.^a respondeu-lhe que o herói Teixeira somente fora pedir lume a uma guarda, composta de miguelistas!!! Boa razão é essa. Vai-se buscar lume a uma guarda? E um homem liberal vai misturar-se com miguelistas? E vós crê-lo-eis, vindouros?!

Mas quando alguém da Guarda seja miguelista, que tem V.^a S.^a com isso? E que tem igualmente o seu honrado Teixeira? Não pode porventura tirar satisfações a algum deles quem na qualidade de esbirro ou beleguim do usurpador assolou os liberais que ainda hoje gritam contra as suas violências?

.....

Eu não sabia que V.^a S.^a, quando escreveu a carta protectora, estava despido do comando, porque não sei quem fosse então chefe dos seus dois companheiros de armas, como nele se explicava. Talvez V.^a S.^a tenha duas naturezas, ambas distintas e separadas, como as de Cristo. Se isto não é autorizar e apoiar um crime, não sei que nome se lhe possa dar.

A ordem e o sossego tem sido perturbado em algumas partes pelas ordens ilegais que V.^a S.^a tem dado, em segredo, aos seus agentes, de que tenho em meu poder autos, a que poderei dar seguimento criminal, sendo necessário. Nestes documentos se mostra que V.^a S.^a, para conseguir seus fins, tem usado de meios bem pouco leais, e até os seus agentes têm chegado a abusar do meu nome» (no ofício publicado saiu *seu*, em vez de *meu*, que consta do original existente a f.^{as} 209.^a, v., e 210.^a, v. do respectivo livro dos *Avulsos*).

Também nestes dois ofícios, em que o Administrador geral do distrito acusa Romarim de Miranda de, em vez de manter a ordem, a perturbar; de fomentar rivalidades entre o Batalhão de seu comando e a Guarda Nacional; de defender e proteger antigos miguelistas, ferozes perseguidores de liberais, e de usurpar funções alheias, não dando porém seguimento criminal a tais crimes, longe de haver perseguição política, continuou a haver magnanimidade política...

Os ofícios publicados provam, pois, exuberantemente o contrário daquilo que se pretendeu provar. E ainda se omitiu a publicação de outros, mais eloquentes ainda e a que não podemos deixar de nos referir por causa do amor que tributamos à verdade histórica.

Na verdade, no dia 12 de Agosto de 1837 oficiava o Administrador geral do distrito ao comandante do Batalhão Móvel, remetendo-lhe novo ofício «que o mandava entregar o armamento, a que se tinha recusado» e insistindo por que se fizesse a entrega imediata, «aliás ficaria responsável por qualquer prejuízo que pudesse acontecer ao serviço público, visto a facção poder penetrar a província e ser necessário fazer-lhe resistência» (f.^a 20.^a do coprador *Avulsos*).

Em ofício da mesma data, dirigido a Francisco Pedro Celestino Soares, Porto, dizia o mesmo magistrado: «No meu ofício de 7 do corrente disse eu a V. Ex.^{cia} para o fazer chegar à presença do Ex.^{mo} Visconde de Sá da Bandeira, lugar-tenente de S. M., a Rainha, o que havia a respeito da entrega dos armamentos que me devia fazer o comandante do Batalhão Móvel desta cidade: e tendo depois disto baixado repetidas ordens do

comandante da 5.^a Divisão militar para que este comandante me entregasse os armamentos novos, ele tem desprezado tudo e tem-se recusado à entrega. É preciso desmascarar por uma vez este indivíduo que tem feito um mal considerável a este país. Tem mandado os seus voluntários pelos povos, entram as casas dos seus habitantes, dizem que venham apresentar-se no seu batalhão, quando a ele nunca pertenceram, devoram as subsistências das famílias e assim andam de povo em povo, assolando o género humano. Tem introduzido a discórdia entre os cidadãos da Guarda Nacional e os do Batalhão, os quais têm resistido à intriga que tem fomentado aquele comandante, proibindo aos seus voluntários se unam com os cidadãos da Guarda Nacional por serem paisanos, alcunhando-os de miguelistas e chamorros. Não me quis este comandante entregar os armamentos requisitados, dizendo a mim mesmo que a Guarda Nacional não era da sua confiança. Tem contudo distribuído armamento a quem ele muito bem tem querido. Eu sou um empregado *setembrista* (aqui está uma prova de António Rodrigues Sampaio continuar a exercer as funções de Administrador geral do distrito como secretário geral), organizei uma Guarda Nacional brilhante e veio agora quem diga que não tem confiança na Guarda Nacional! Que ele a não tem, sei eu; mas é porque com ela não pode ele organizar o seu batalhão; pois nestas terríveis circunstâncias todos os cidadãos, que por lei são isentos do serviço da guarda, têm corrido voluntariamente às armas e feito manter o sossego público. Para enganar o povo e promover a anarquia fez aquele comandante afixar editais, de que remeto a V. Ex.^{cia} um exemplar para ver que ele abusa do nome do lugar-tenente de S. Majestade para esmagar os povos e promover a anarquia entre a Guarda Nacional.

Eu respondo pela tranquilidade de todo este distrito, sem uma baioneta a quem se pague, uma vez que este comandante seja posto fora de Bragança e se dêem passagens aos voluntários que a têm pedido» (f.^o 21.^o do mesmo copiador).

Em officio do dia 19 de Agosto de 1837 diz o Administrador geral ao comandante da 5.^a divisão: «O Manuel Inácio não tem carácter porque por duas vezes tem ficado comigo de me entregar o armamento e apenas sai de ao pé de mim e mando receber o

armamento, apresenta-me o incapaz. Assim me tem feito duas vezes e pela terceira entregou-me apenas 50 correames novos e isto foi porque eu juntamente com o capitão Vale e tenente Bernardo nos dirigimos ao seu depósito para todos nós informarmos a V. Ex.^{cia} sobre o procedimento escandaloso que ele praticasse e então ele, possuído de medo, entregou aquela pequena porção e todas as armas velhas».

Fundados eram os receios, expostos por Rodrigues Sampaio, de «a facção poder penetrar a província» e das consequências da obstinada recusa da entrega do armamento por parte do Manuel Inácio, cuja transferência por isso pedira. Esta não foi feita e por isso poucos dias depois o Manuel Inácio oficiava como comandante do Batalhão Móvel à Câmara Municipal para que proclamasse a Carta Constitucional e juntamente com o capitão de cavalaria, Luciano de Almeida Pimentel, que em Bragança «preparou o movimento revolucionário que aqui teve lugar antes da entrada das tropas facciosas», «transtornou as medidas tomadas para obstar à revolta» (ofício de 7 de Outubro de 1837 do Ad. geral para o comandante da 5.^a divisão, f.^a 50.^a, v., *Arulsos*).

Manuel Inácio Romarim de Miranda andou então a dar vivas à Rainha e à carta em altos berros, tomou parte na sessão da Câmara de 1 de Setembro, em que se proclamou a Carta Constitucional e cuja acta fica transcrita noutra capítulo desta obra, foi nomeado pelo efémero governador civil *cartista* membro da comissão municipal, a que deveria presidir o Visconde de Ervedosa, em 14 de Setembro de 1837 e, porque este titular não aceitou a presidência, nomeado presidente em 19 do mesmo mês, como se vê dos ofícios das respectivas datas.

A seguir ao ofício, datado de 29 de Agosto de 1837, da autoria ainda do Administrador geral do distrito, escreveu-se este espirituoso dito: «Começou o reinado da estupidez». Findo este dentro de dias, começou a desandar a roda do Romarim de Miranda, como revolucionário vencido que era. E assim é que em 2 de Outubro de 1837 lhe era comunicada «a Portaria de Setembro, pela qual Sua Ex.^{cia}, o Visconde de Sá da Bandeira, lugar-tenente de S. M., o demitia do emprego de correio-mor

de Bragança»; no dia seguinte (e não em 3 de Setembro como erradamente foi publicado) era intimado o irmão, Inocência Rodrigues de Miranda, com quem vivia, a entregar no prazo de 24 horas, sob pena de prisão, as armas com que ele e três voluntários haviam desaparecido de Bragança e no dia 12 de Novembro do mesmo ano era-lhe enviada cópia da Portaria que o mandava sair do reino por se ter constituído «chefe da revolta e por consequência incurso nas penas do artigo 3.º da Convenção de Chaves», perdendo assim o comando do Batalhão Móvel que fora dissolvido. Não obstante a determinação daquela Portaria, António Rodrigues Sampaio, fazendo de administrador geral, em vez de o pôr fora do reino, como o devia fazer, cumprindo a ordem superior, desterrou-o para Paçó de Outeiro, terra do seu nascimento, continuando assim a dar provas — não de «má-vontade» — mas de extrema generosidade para aquele em quem se pretendeu ver «o seu pesadelo constante». «Pesadelo» no sentido de preocupação pela boa administração do distrito que lhe estava confiado, ainda se admitiria...

Sintetizando, vê-se que Manuel Inácio Romarim de Miranda militou nas hostes miguelistas, onde ascendeu ao posto de capitão de ordenanças, passou-se depois para os liberais que lhe mantiveram o posto, o condecoraram e o fizeram comandante do Batalhão Móvel, graduando-o em tenente-coronel; mas, conspirando depois contra o *Setembrismo*, foi vencido e como tal submetido à lei do vencedor que nos termos dela o demitiu dos cargos públicos que desempenhava, e o desterrou para a terra da sua naturalidade. E, depois de o governador civil cartista que o nomeara presidente da comissão municipal, conseguir a nomeação de administrador geral em Fevereiro de 1840, conseguiu ele — ainda na vigência do *Setembrismo* — naturalmente por influência deste chefe do distrito ser novamente nomeado correio assistente em 12 de Março seguinte e depois recebedor do concelho, cargo de que foi demitido por se ter alcançado em alguns contos, como noutro capítulo ficou demonstrado. E então foi preso por expressa disposição legal até que os infelizes fiadores pagaram aquilo que criminosamente fizera seu, sendo do Estado!

Dando o dicionário de Moraes ao verbo *perseguir* a significação: «fazer a autoridade pública violência contra alguém, vexando-o, oprimindo-o, prendendo-o, desterrando-o contra a lei ou sofismando a lei», vê-se à face do exposto que o administrador geral não perseguiu Romarim de Miranda que, sendo combatente político, teve a *habilidade* de ser beneficiado por *gregos e troianos*.

Foi, pois, em vez de perseguido político, protegido político e — *mirabile dictu* — até pelo partido que o havia demitido!

Das transcrições feitas vê-se bem que Rodrigues Sampaio se limitou a dar cumprimento à lei e a fazer justiça — mas justiça benévola. E a posteridade já se encarregou de também a fazer às suas intenções, convicções e invulgares méritos.

(*Continua*)

ADRIÃO MARTINS AMADO

ADENDA

JOÃO RAMALHO

PATRIARCA DOS BANDEIRANTES E FILHO DE VOUZELA

Dissemos na nossa monografia sobre João Ramalho, publicada anteriormente, que dum documento descoberto por Wasington Luís e pertencente a Francisco Godoi Moreira, constava que aquele nosso Conterrâneo, antes de embarcar para o Brasil, havia sido em Portugal «escudeiro da Rainha» e de páginas 73 do grosso volume de Afonso Taunay — «João Ramalho» — transcrevemos outrossim que o Patriarca foi «cavaleiro, guarda-mór, mas não se sabia no Brasil quem lhe conferiu tais honras, se El-rei, se o Donatário».

Rebuscado cuidadosamente o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, pelo seu distinto funcionário Sr. Dr. Alcino Manuel da Silva, encontrou este nosso amigo a *Carta de Cavaleiro de João Ramalho* no registo da *Chancelaria de D. João II* e com data de 1487, verificando ainda que, em nenhum dos reinados seguintes, qualquer outro personagem do mesmo nome obteve semelhante mercê nobiliárquica, embora existam mais e sòmente os seguintes registos de *João Ramalho*, nos cargos seguintes:

- a) *Carta de Feitor do Passo do Trigo em Setubal*
(1550 — Fev.º — 5) L.º 64 — Fls. 50;
- b) *Carta de Procurador do Número do Concelho de Baião*
(1539 — Jan.º — 20) — L.º 26 — Fls. 11 v.º;
- c) *Carta de Recebedor das Sisas do Redondo*
(1554 — Outubro — 9) — L.º 25.º — Fls. 176.

Como se vê, nem desde 1539 a 1550, período em que o Patriarca vivia no Brasil, nem antes de 1539, se faz qualquer referência, nas nossas Chancelarias, a mais que um João Ramalho como elemento da

Nobreza, tão-pouco o sendo aquele João Ramalho que, conforme menção do Sr. Dr. Sousa Costa, ocupou, no século XV, o cargo de membro do Senado do Porto; e nestas circunstâncias, não se documentando a existência de um homónimo fidalgo, o documento descoberto por Wasington Luís diz respeito, ao que parece, por exclusão de partes e alusão directa, ao fundador de Santo André da Borda do Campo.

*

* *

Tendo, porém, em consideração a data do falecimento da Rainha D. Isabel — mãe de D. João II — em 1455 e atendendo a que todos os Autores e, especialmente, o Sr. Dr. Júlio Dantas descreveram ou pintaram o Patriarca como «Beirão duro, fragueiro, hirsuto, sem um cabelo branco na cabeça e na barba aos 65 anos, andando sem fadiga nove léguas a pé por dia» e a que, por outro lado, todos conjecturaram, inclusivé o eminente historiador Afonso Taunay, que João Ramalho morreu, com 110 ou 112 anos, em 1582, torna-se necessário rectificar a idade do Patriarca para 140 anos, pelo menos, ou sejam 125 anos correspondentes à diferença das datas 1580-1455 (esta última da morte de D. Isabel) acrescidos os 125 de mais 15 anos que João Ramalho Maldonado teria, quando, possivelmente à volta de 1455, foi considerado escudeiro ou talvez simples pagem da referida Rainha.

E perguntar-se-á agora: será admissível tão propecta idade e ainda que João Ramalho, com 140 anos, estivesse, em 1580, em estado mental de testar?

Como não somos interessados no pleito e as afirmações feitas, há muito, no Brasil sobre a nobreza do Patriarca devem pesar na balança dum bom julgador, pronunciamo-nos pela afirmativa, na resposta à pergunta formulada, a despeito da extraordinária anormalidade, aduzindo, por isso, as seguintes razões:

1.º João Ramalho, além de fisicamente sólido, devia ser dotado de altas qualidades de intelligência, nem doutra forma se explicando que, aprisionado por Índios antropófagos, conseguisse salvar, *só e sem qualquer defesa*, a vida e acabasse depois por dominar os aborígenes de Piratininga e ser seu chefe prestigioso;

2.º Teve J. Ramalho numerosíssima prole, muito mais que aquela que lhe é atribuída oficialmente, e tanto assim que, no final duma conferência do Sr. Professor Dr. Hernâni Cidade e a propósito do nosso amigo P.º Alberto Lopes Andrade, que viveu longos anos em S. Paulo, perguntar àquele ilustre Catedrático porque se não referira, na sua lição, ao Patriarca, S. Ex.ª, em tom de blague e para evitar a explicação, respondeu à pergunta com estoutra! «é verdade que J. Ramalho teve 5.000 filhos?»

3.º Na sua comunicação ao *Colloquium Luso Brasileiro de S. Paulo*, feita pelo ilustre escritor Sr. Dr. Sousa Costa sobre João Ramalho, comparou S.ª Ex.ª a vida do Patriarca à de Abraão, que morreu, segundo a Bíblia, com 175 anos, teve numerosa prole, não só de sua mulher Sara, mas, entre outras, da sua creada Agar, que esposou aos 86 anos. Nesse estudo, S.ª Ex.ª referiu-se a Nuno Álvares Pereira, armado escudeiro de D. Leonor Teles aos 13 anos e ainda ao facto curioso do nome do baptismo cristão de Bartira, filha de Tibiriçá, ser o mesmo de Isabel, mãe de D. João II;

4.º Em 13 de Agosto do último ano, o «Primeiro de Janeiro», em correspondência de Coriscada (Mêda), referiu-se a João Matias, centenário, que ao Brasil foi cinco vezes, ali trabalhou nas matas virgens e ainda hoje percorre grandes distâncias a pé, roendo a côdea com as gengivas duras»;

5.º Conhecemos pessoalmente um macróbio de raça negra, que viveu em Penso de Serrazes (S. Pedro do Sul) e morreu, com 135 anos, no Hospital da vizinha Vila, sendo acompanhado à última morada pelas duas corporações dos Bombeiros Voluntários. Chamava-se Francisco Matusalém e foi um dia recebido festivamente no «Primeiro de Janeiro», que para o bom velho abriu uma subscrição pública;

6.º Há anos, um dos diários do Porto, como nos contou o professor de Carvalhais (S. Pedro do Sul) Sr. Manuel Tavares, publicou a notícia de que, no Rio Grande do Sul (Brasil), havia falecido um português, de nome Braz João, com a linda idade de 145 anos;

7.º Em 7 de Fevereiro último, lia-se na secção de «O Diário de Lisboa» *De ontem para Hoje* o seguinte: «O Século regista hoje o falecimento de três centenárias em diversos pontos do País. A mais nova, D. Jacinta Maria, de Chãs das Maias (Tomar) tinha 100 anos. Outra, D. Joaquina dos Santos, do Areeiro (Pombal), faleceu

com 109. E a mais velha, a Sr. Adelaide Bragança, do Vale das Fontes, contava 115 anos; nunca ingeriu remédios de botica e era devota do Baco»;

8.º O «Primeiro de Janeiro», de 16 de Fevereiro de 1955, refere-se ainda a vários «Casos de Longevidade»; e na sua última página, em 5 de Março seguinte, o mesmo jornal aludia, em correspondência da Irlanda do Norte, à senhora Margaret Lítulo, que comemorou, naquela data, o seu 108.º aniversário; o nosso amigo Sr. Dr. Sales Loureiro, professor e escritor distinto, em carta que nos enviou, relatou-nos a história dum prelado católico da Índia, morto, há pouco, com mais de 140 anos;

9.º Ainda o «Janeiro», de 23 de Dezembro de 1954, sob o título «A Longevidade na Rússia», se refere a um homem que conta 143 anos e com netos de mais de 70, acrescentando que, na Geórgia, há centenários que ainda se recordam dos dias de Napoleão I.

10.º O Sr. Padre Alberto Lopes Andrade, já referido e agora residente em Lisboa, teve a amabilidade de nos remeter as «Novidades», onde, na última coluna da 6.ª página de 16 de Fevereiro findo, se insere a seguinte correspondência:

«Rio de Janeiro-15. O mais idoso habitante do Brasil é João Ventura Pereira, que conta 143 anos de idade e ainda espera viver mais alguns com a boa saúde que sempre tem tido. Casou-se duas vezes e é pai de vinte filhos, o mais novo dos quais tem 21 anos.

João Pereira reside na cidade de Guavães (Minas Gerais), foi escravo, guia de tropas e conta actualmente mais de 100 netos, grande número de bisnetos e trinotos»;

11.º Pechawar (Paquistão Ocidental) 22-4-55. Uma mulher paquistânica, conhecida pela «Avó da Fronteira», faleceu ontem com 160 anos, na aldeia de Daulat. Teve 13 filhos e 6 filhas, mais de 100 netos e bisnetos, de que o mais novo conta 3 anos e o mais velho, 79;

12.º Medellin (Colombia) 29-4-55. Um grupo de médicos eminentes desta cidade está examinando Xavier Pereira, de origem portuguesa, que diz ter mais de 160 anos. Afirmam os médicos que os ossos deste homem de mais de século e meio estão gelatinosos como os de um recém-nascido, mas que o seu estado geral é bom. Acrescentam, porém, que é difícil precisar o número de anos de observado.

Este diz que se lembra perfeitamente de Bolivar e conta factos passados realmente há muito mais de um século, mas pode tê-los ouvido e julgar que os viveu;

13.º De «O Universo Ilustrado» — 1877-1878 — dois volumes — permitimo-nos ainda respigar:

«O caso mais notável de longevidade, que se conta, nos últimos anos, é o dum soldado russo, falecido em 1801, com perto de 200 anos! Fez a *Guerra dos 30 anos*.

Samit-Mong, escossês, viveu, porém, 185 anos, Peter Czarten outros 185; Hensich Jânseu, inglês, 169; Tomas Dame, inglês, 155; Drukembong, Dinamarquês, 146; e Jokat Essinghan, alemão, viveu 136 anos.

Se tudo isto foi possível e não sofre dúvidas, porque é história do nosso tempo, porque não há-de aceitar-se o que dissemos acerca da idade de João Ramalho — patriarca dos Bandeirantes — quando, apesar do mistério que envolve a sua ida para o Brasil, vários autores admitem já como certo que a sua chegada ali se deu no período pré-Cabralino?

*

* *

Frei Amador Arrais, nos seus «Diálogos», afirmou que «é melhor ser princípio e origem de nobre família e ilustre casa que fim e menos — cabo dela».

O Sr. Dr. Jaime Brasil, ilustre escritor e eminente crítico, a propósito de J. Ramalho, afirmou-nos: Um seu descendente, que foi Bispo-Conde, invocou os seus títulos de Nobreza para blasonar fidalguias. O grande antepassado nobilita-se pelos seus próprios feitos. Fôí um fundador de estirpe, o tronco gigantesco duma grande família que se espalhou pelo Brasil».

Tudo isto é verdade e vale mais que todas as mercês concedidas pelo Estado aos seus concidadãos que se não hajam distinguido por altos feitos. Contudo, a Genealogia não deixa de interessar e ser ciência auxiliar da História dos Povos e, no caso presente, interessa especialmente aos descendentes de João Ramalho no Brasil, que se nos têm dirigido em amistosas cartas.

Por isso, permitimo-nos, em reforço do que afirmámos, a liberdade de darmos estes esclarecimentos:

1.º Pelo lado dos *Velhos* — Velhos de Viana, de Diogo o Velho, da Ilha de Santa Maria, ou ainda os Velhos de chapéu de romeiro negro — apelido herdado de seu pai, João Ramalho era nobre;

2.º Sua mulher Catarina Fernandes das Vacas, que deixou perpetuado o seu apelido Vacas nas famílias de Vouzela que se consideram suas descendentes, também era de origem nobre, pois é por demais sabido que os *Vacas* usam o brasão dos *Beserras*, segundo o *Brasonário de Portugal*, do Dr. Armando de Matos, vol. II, XCV e este brasão é assim ali descrito: 244 — *Beserra* — de verde, com duas beserras de ouro, uma sobre a outra. Timbre: uma beserra de escudo».

E o Sr. D. Sousa Costa, na sua tese ao Colloquium, acrescentou ainda:

Catarina Fernandes das Vacas tinha apelido heráldico, como heráldico era, já no século XIV, o do Bispo-Conde de Coimbra, D. João António Cabeça de Vaca.

E do nobre apelido Vacas saiu o diminutivo Vaquinhas «— conclue S. Ex.^a — usado na descendência dos Valgodes da Beira».



João Ramalho e um dos seus filhos, neto de Tibiriçá

Fotogravura do painel a óleo de J. Wasth Rodrigues, existente no Museu Paulista.

JOÃO RAMALHO — PATRIARCA DOS BAN-
DEIRANTES — FILHO DE VOUZELA

UM GRANDE PORTUGUÊS NO POVOAMENTO
E CONQUISTA DO SERTÃO BRASILEIRO

Aos Ex.^{mos} Senhores:

DOUTOR AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY, insigne Historiador e Académico Brasileiro,

DOUTOR AURELIANO LEITE, prestigioso Presidente do Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros,

ENGENHEIRO HUGO DE MACEDO, ilustre Presidente da Comissão Executiva do Monumento a João Ramalho, erigido em S. André da Borda do Campo; e finalmente aos queridos amigos

PROFESSOR DOUTOR ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO, antigo Catedrático e eminente Sócio da Academia de Ciências e Presidente do Instituto de Coimbra.

PROFESSOR DOUTOR JOAQUIM DE CARVALHO, glória da Universidade de Coimbra e doutras Universidades Europeias e do Brasil,

DOUTOR JAIME CORTESÃO, professor do Curso de Diplomatas do Itamarati,

DOUTOR MENDES CORREIA, cientista de reputação mundial,

MESTRE AQUILINO RIBEIRO, primeiro Escritor da Língua Portuguesa da Actualidade,

DR. NUNO SIMÕES, ilustre escritor, antigo ministro e economista luso-brasileiro e

DOUTOR ALEXANDRE DE LUCENA E VALE, Director da revista «Beira Alta» e principal animador deste modesto estudo, dedica

O AUTOR



Monumento erigido a João Ramalho, em Santo André da Borda do Campo
— S. Paulo (8-4-1553 a 8-4-1953)

Prezado Amigo e Sr. Cristóvão Moreira de Figueiredo

Muito obrigado pelas primícias do estudo que o seu amor de vouzelense dedicou a João Ramalho, o Patriarca dos bandeirantes. Penhorou-me deveras a sua atenção, tanto mais que ela deu ensejo à recordação de um dos dias mais agradáveis da minha estadia no Brasil e ao incentivo de algumas leituras, que me ajudaram a avaliar o alcance do seu trabalho e a penetrar um tanto nas densas e enigmáticas dificuldades suscitadas pela existência do seu imorredouro conterrâneo no planalto de Piratininga.

Jamais posso esquecer, com efeito, a inauguração, no dia 10 de Maio de 1953, da Exposição industrial de Santo André da Borda do Campo, comemorativa do IV Centenário da municipalidade desta Vila, e a que assisti a convite do nosso compatriota Eng. Hugo de Macedo, Presidente da Comissão executiva do monumento a João Ramalho, de iniciativa da Colónia Portuguesa e solenemente inaugurado um mês antes da Exposição, em 8 de Abril. Guardo para mim as impressões afectivas da visita e os ensinamentos das conversações, designadamente com o insigne historiador Afonso d'Escragnolle Taunay, mas ao meu bom Amigo creio não ser indiferente saber que a Exposição industrial, em cujo arranjo participou activamente o artista português Landerset Simões, constituiu a afirmação admirável dos progressos da municipalidade que conserva o nome do povoado fundado por João Ramalho no caminho do mar e à borda do campo, isto é, da clareira na floresta circundante, e cuja primitiva localização não tem sido possível determinar. Bastará dizer-lhe que Santo André da Borda do Campo, cuja população orçava no ano findo por 130 mil habitantes, tinha em 1940 trezentos e três estabelecimentos industriais, cujo número se elevou em 1952 a setecentos e quatro. O valor da produção industrial foi em 1940 de seiscentos e noventa e seis milhões de cruzeiros, e em 1951, de seis biliões, cento e vinte e nove milhões

de cruzeiros; e nas suas fábricas trabalhavam em 1952 quarenta mil operários, que contribuíram para o Instituto de Aposentadoria dos Industriais com a importância de 75 milhões de cruzeiros. Estes números sugerem o que é e o que representa Santo André, cujo desenvolvimento não tem par em qualquer outro município do interior do Estado de S. Paulo e cujo progresso urbano está em relação com o progresso industrial, pois somente no ano de 1952 foram construídos cerca de 1.900 prédios.

Como vê, bastaria a conservação do nome do povoado que o seu conterrâneo fundou, e cujo paço municipal e cujas defesas militares custeou do seu bolso quando foi elevado a Vila, em 8 de Abril de 1553, para lhe perpetuar o nome, mas a verdade é que a sua vida tem mais amplo e profundo significado. É que a personalidade de João Ramalho é como que inseparável da ideossincrasia paulista e, porventura, também da própria fundação de São Paulo.

No que toca a este último assunto, o meu bom Amigo não toma partido, mas esclarece o leitor acerca de alguns dos dados essenciais de uma controvérsia, na qual têm sido apresentados como candidatos e favoritos os Padres Manuel da Nóbrega, provincial da Companhia de Jesus no Brasil, Manuel de Paiva, que rezou a missa padroeira, e José de Anchieta, no qual como que se cristalizaram os empreendimentos da Companhia no planalto piratiningano, e os leigos João Ramalho, o fundador de Santo André da Borda do Campo, Tibiriçá, o brasilíndio sogro de João Ramalho e que participou na defesa de Piratininga, e por fim, mas não em último lugar, Martim Afonso de Sousa, «conquistador» e primeiro donatário da Capitania de S. Vicente, que oficialmente iniciou a colonização e no planalto paulista fundou um povoado de efémera existência, que, por causas desconhecidas, não logrou a continuidade do que se constituiu à volta da igreja da missão instituída por Manuel da Nóbrega e cuja missa padroeira se rezou em 25 de Janeiro de 1554.

Não desejo tomar partido na controvérsia. E não tomo partido, porque, dentre outras razões, penso que no caso de São Paulo não é o quem fundou que importa e tem significado, mas o que motivou o estabelecimento de um povoado no planalto piratiningano, o qual, volvidos quatro séculos, graças a condições propícias de conservação e desenvolvimento, se tornou na urbe absorvente e na metrópole poderosa

dos nossos dias. Não pretendo, de forma alguma, diminuir o papel da vontade na fundação de aglomerados no Brasil. É um facto que se impõe, e a que o geógrafo Pierre Deffontaines deu o devido relevo no estudo *Como se constituiu no Brasil a rede das cidades*. O que tenho em vista é o equívoco inerente à mentalidade antropomorfizante, que é a mentalidade que se compraz em desvendar no curso dos acontecimentos históricos o imaginário espectáculo de desígnios e premeditações, e se detém, coerentemente com a sua estrutura, em problemas de individualização, de directiva e de comando. No caso de São Paulo o que importa é a compreensão do condicionalismo, que, para empregar a nomenclatura do Sr. Ernâni Silva Bruno, na recente *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, elevou sucessivamente o «arraial sertanista (1554-1828)» a «burgo de estudantes (1828-1872)» e a «metrópole do café (1872-1918)», e fez com que os seus naturais adquirissem feição peculiar no conjunto da alma brasileira e contribuissem, como ninguém, para a expansão geográfica e para a constituição das fronteiras do Brasil, com a audácia das bandeiras, que está para as terras do interior sertanejo como as nossas navegações para as rotas no mar ignoto, como notou, com sagaz acerto, o Dr. Júlio de Mesquita Filho, que aos méritos intelectuais junta a respeitabilidade moral da direcção de *O Estado de S. Paulo*, honra do jornalismo brasileiro.

Nesta ordem de idéias, é legítimo extrair dos documentos conhecidos o alcance da determinação do P.^e Manuel da Nóbrega em fundar no Campo de Piratininga uma igreja como centro de catequização e como núcleo do Colégio em que pensava; e assim, o arraial ou aldeamento de São Paulo teria nascido e crescido em torno da capela da missão, o que aliás se verificou noutros povoados do Brasil e faz lembrar, de certo modo, a constituição das nossas freguesias medievais. Sendo eminentemente plausível, senão exacta, esta ilação, nem por isso é suficiente e única, pois a par da motivação religiosa cumpre atender às exigências de ordem defensiva e económica, a que a vontade de quem quer não podia furtar-se, sob pena de se condenar ao suicídio.

Pròpriamente, não contaram, na localização, como não contam hoje, os mimos e produtos do solo. Como escreve o sr. Caio Prado Júnior, no ensaio sobre *O factor geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo*, «parece que os factores físicos

e naturais não tiveram aqui influência alguma. Na qualidade das terras, é esta uma das regiões mais pobres do Estado. Os centros agrícolas de importância não se localizam nas suas proximidades, e quem percorre os arredores da cidade, impressiona-se com a vida primitiva que aí domina... É este um fenómeno curioso e quiçá único no mundo. Num raio de muitas dezenas de quilómetros, a região de São Paulo é uma das mais primitivas e miseráveis do Estado. Apesar disto, contudo, acrescenta o penetrantíssimo historiador, de velha e notável ascendência paulista, o local de São Paulo é, sob vários aspectos, privilegiado».

É que o que o solo lhe nega, dá-lho, com larga compensação, o clima, benigno, sem a insalubridade do do litoral, e a situação topográfica, como que de comando das vias de penetração para o interior e sem a qual não teria sido possível o bandeirismo.

Para encurtar razões, basta notar que é na latitude de São Paulo, e partindo de São Vicente, que a abrupta muralha da Serra do Mar, ainda hoje revestida em largos troços de «mato» denso e impenetrável, apresenta maior facilidade de acesso. Era por este caminho, trilhado pelos índios, e não por outro, que do litoral vicentino se podia, com menor risco e fadiga, subir ao planalto, no qual habitavam numerosas tribos de indígenas, cujos braços proporcionavam a mão-de-obra indispensável, cujas almas atraíam o zelo missionário e cujos arraiais podiam ser — e foram-no — um perigo para os estabelecimentos e povoados do litoral e constituíam o único celeiro onde o colono de São Vicente podia abastecer-se de alguns víveres, que o solo da estreita faixa costeira não podia produzir.

Ao contrário da colonização do Nordeste, caracterizadamente costeira e desde o início vinculada ao açúcar, a colonização do litoral vicentino, desprovida de qualquer riqueza exportável, tinha necessariamente de avançar para o planalto onde se situa São Paulo, como imperativo vital de conservação e defesa, e pelo único caminho que a geografia impunha. Para se firmarem com segurança à beira-mar, os nossos careciam de poder escalar a Serra sem surpresas e de dominar o campo de Piratininga como fronteira contra ataques de indígenas.

Destas sumaríssimas considerações salta à vista o significado histórico da existência de João Ramalho no planalto, tornado, por assim dizer, tangível na nomeação por Martim Afonso de Sousa, no próprio

ano em que fundou a vila de São Vicente, em 1532, de Guarda-mor, ou fronteiro, do Campo de Piratininga, e na miscigenação euro-brasilica, que nele entronca, «reforçadora, como escreve Afonso de Taunay no vol. I, da História das Bandeiras Paulistas, da capacidade mental do vermelho e da musculatura do branco.»

Rigorosamente, isto é, com base na letra expressa dos documentos, talvez não possa falar-se de João Ramalho como fundador de São Paulo, mas não oferece dúvida que ele foi o pioneiro que tornou possível a fundação, volvidos somente dois decênios sobre a ocupação do litoral vicentino, quanto mais não seja por haver afeiçoado o índio à convivência com o invasor. Sem ele, o inevitável acontecimento da constituição duradoura de um povoado no planalto piratiningano é de crer que se viesse a verificar muito mais tarde, de sorte que a existência do seu conterrâneo se apresenta como condição prévia e necessária da gênese do arraial que foi o nódulo da actual urbe, orgulho do Brasil.

Outra feição da sua vida o prende à Pauliceia: a familiaridade com os índios, de cujo conúbio com o branco surgiria a índole paulista, independente e altiva, e o bandeirismo, que Paulo Prado, nesse livro encantador que é a Paulística, e Cassiano Ricardo, na Marcha para Oeste, consideram consequência da colonização do planalto e do caldeamento das duas raças.

Falem por mim Paulo Prado, o C.^{te} Eugénio de Castro, meu saudoso e sábio Amigo, e o Dr. José Pedro Leite Cordeiro, a quem quero cordialmente e felizmente se encontra na pujança do vigor e dos mais sérios anelos historiográficos.

O primeiro, neste passo do discutível e tão inteligente Retrato do Brasil: João Ramalho «foi o ascendente por excelência dos mamelucos paulistas que viriam a exercer tão grande influência na história do Brasil; foi o antepassado típico, como o descreve o primeiro governador, do antigo piratiningano, fisicamente forte, saudável, longevo, desabusado, e independente, resumindo as qualidades com que dotou gerações de descendentes».

O segundo, levando mais longe o juízo, assim fechou o livro sobre A Expedição de Martim Afonso de Sousa. 5.º Centenário da fundação de S. Vicente (1932): «Outro foi o espírito da gente que se caldeou à borda e nos campos de Piratininga, em oposição ao espírito vicentino, cuja acção a cordilheira e a orla do mar limitavam.

«*João Ramalho, afrontando as serras e as matas em tantos passos difíceis de varar, pela trilha do índio galgou-as, dominou-as. E ao natural da terra se ligou para vencer o campo que se lhe abria largo ante os olhos, para, a seguir, com a geração mameluca de que foi o patriarca, vir iniciar o domínio do sertão. Tornara-se com a sua grei um produto do meio geográfico, para quem era sedução da Natureza ou pendor de sua aventura acompanhar a corrente dos rios em busca do interior. Seguiram-no, já esquecidos do mar de que os separava a cordilheira; e daí, a bandeira; daí, o paulista; daí, o Brasil que amanhecia.*»

O terceiro, finalmente, no capítulo sobre A Fundação de São Paulo, no volume I, do São Paulo em quatro séculos, em via de publicação: «*Nessa evocação, não podemos olvidar o invulgar relevo do «Patriarca do Campo», esposo de Bártira, daquele a quem Martim Afonso de Sousa dera o título de guarda-mor do Campo, guindado a alcaide-mor do Campo por Tomé de Sousa, quando elevou o povoado de Santo André à categoria de vila, e que, mais tarde, sob o honroso título de primeiro capitão de guerra de São Paulo, a ele concedido «por vozes e eleição», ajudou Tibiriçá na defesa do berço onde nasceu a nossa metrópole. Trata-se de João Ramalho, origem máscula da ciclópica, audaciosa e impetuosa grei, cuja formação ele começou juntamente com Bártira e que se continuou, através dos anos, em outras uniões sadias e prolíficas de índias e de brancos, de virgens americanas e de portuguesas varonis, caldeadores da prole avassalante dos «calções de couro», que dilatou na América a conquista portuguesa, que traçou no mapamundi as fronteiras da pátria, dando a São Paulo o apanágio de ter sido o primeiro guardião dos limites do país, a espiar nos longínquos portais da demarcação os picos nevados dos Andes, as florestas verdejantes do Amazonas ou as coxilhas sulinas a espraia-rem-se nas margens do Rio da Prata.*»

Tanto basta, meu bom Amigo, para que a reivindicação da glória de João Ramalho, que o seu amor ao torrão de Vouzela lhe ditou, se sinta justificada. E não só justificada, senão também compensada, porque, se das suas buscas e indagações não resultou o esclarecimento das dúvidas que pairam sobre as razões que levaram João Ramalho a terras do Brasil, pelo menos fica decisivamente posta de parte a hipótese dele ser judeu de nascença, que, ao que leio no livro sobre os

Primeiros Povoadores do Brasil (1500-1530) do dr. João Fernando de Almeida Prado, que muito recordo, aprecio e estimo, teve curso sob o amparo do grande Capistrano de Abreu.

É possível, senão certo, que outros venham depois de si, com novas contribuições e achegas, e, porventura, com fundamentais revisões, porque a História que se escreve jamais é definitiva e terminante; tenha, porém, a certeza de que esse possível monografista vindouro se deterá nas suas páginas como marco do estado actual dos nossos conhecimentos sobre o Patriarca dos Bandeirantes, o famoso Johann Reimelle das Warhaftige Beschreibunge (Francfort do Meno, 1576), cujo autor, o alemão Ulrich Schmidel, não conheceu pessoalmente quando visitou Santo André, em 1553, mas de quem diz que «havia guerreado e pacificado a província, reunindo 5 mil índios, enquanto o Rei de Portugal sòmente ajuntaria 2 mil».

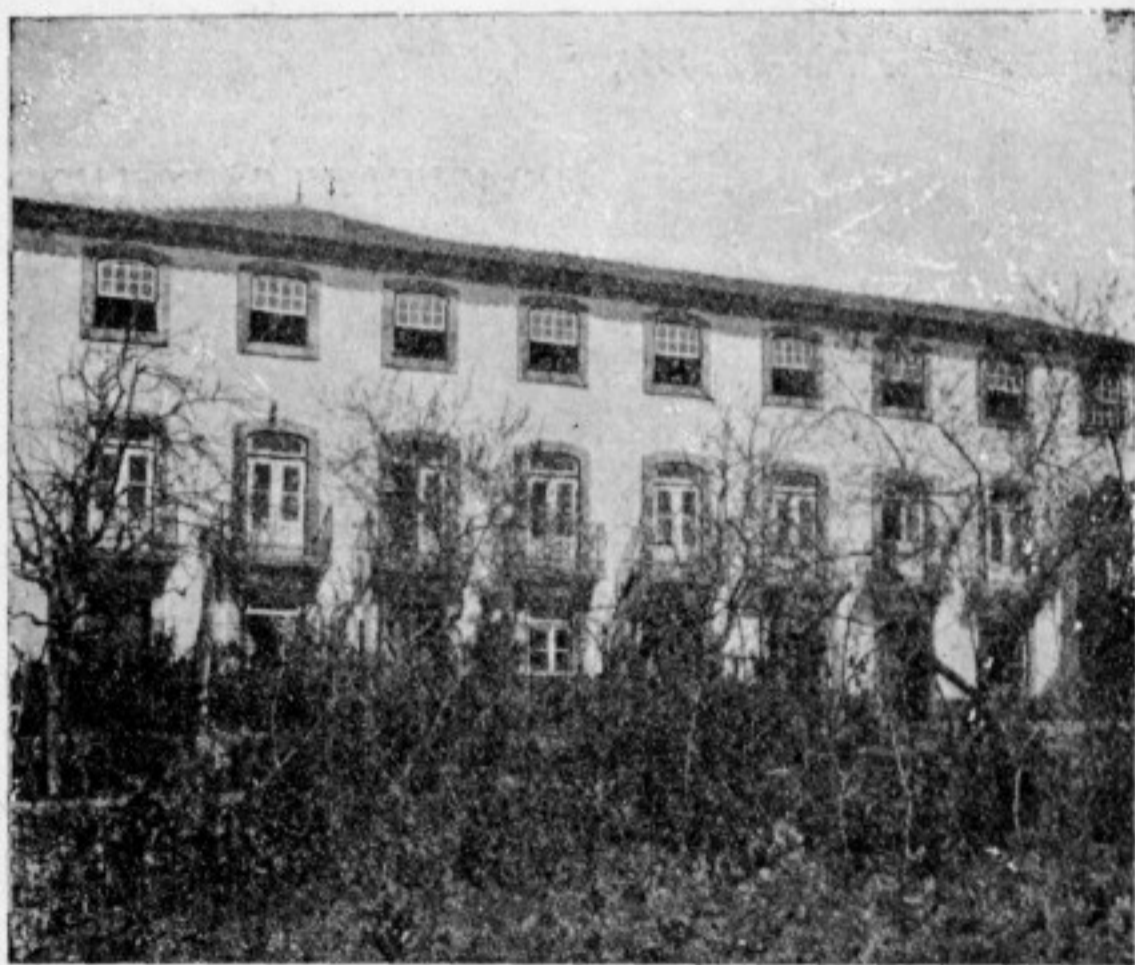
Grata e afectuosamente,

Figueira da Foz, Páscoa de 1954.

JOAQUIM DE CARVALHO



Igreja românica de Vouzela



Casa brasonada da Cavalaria, dos Almeidas do Decepado — Vouzela

CARTA DO SENHOR PROFESSOR
DOUTOR A. FERRAZ DE CARVALHO
AUTORIZANDO ESTA PUBLICAÇÃO

Sr. Cristóvão Moreira de Figueiredo:

.....
Vai o «Instituto de Coimbra» publicar a sua curiosa Monografia sobre João Ramalho.

Para os Beirões o interesse é manifesto pelo conhecimento exacto desse Beirão assinalado, tão intimamente ligado à empresa do estabelecimento dos Portugueses no Brasil.

É por conseguinte da máxima importância para a História da nossa querida Beira a divulgação dos preciosos dados colhidos por V., o que plenamente justifica a sua publicação simultânea no «Instituto de Coimbra» e na revista «Beira Alta».

Com os meus cumprimentos afectuosos e respeitosos para o ilustre Director da «Beira Alta» Sr. Dr. Lucena e Vale, dirijo também a V. as minhas saudações de velha amizade, etc.

13-V-54

a) ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO
Presidente do Instituto de Coimbra

EX.^{MO} SENHOR ENGENHEIRO HUGO DE MACEDO,
DIG.^{MO} PRESIDENTE DA COMISSÃO ERECTORA DO MONU-
MENTO A JOÃO RAMALHO

São Paulo

Recebi, em devido tempo, pela mão fidalga do eminente Cate-
drático da Universidade de Coimbra Senhor Professor Doutor Joa-
quim de Carvalho, o precioso, oportuno e notável livro que, sob o título
—*João Ramalho e Santo André da Borda do Campo*—Vossa Exce-
lência, com cativante e inexcedível gentileza, se dignou oferecer-me,
para que eu, como modesto investigador de Genealogia, História e
Arqueologia, de algum modo acrescentasse à *Biografia* do grande
e laureado Luso-Brasileiro do Século XVI mais algumas achegas.

Sinceramente agradecido pela imerecida deferência com que me
distinguiu e que só amigas referências do Senhor Professor Joaquim
de Carvalho podem ter justificado, quero, sem mais delongas, afirmar
a Vossa Excelência que, com o maior interesse, me vou dedicar à tarefa
a que me obriga tão comovedora honraria.

Nesta conformidade, apraz-me mesmo informar Vossa Exce-
lência que procedi à leitura e exame cuidadoso do todos os livros de
nascimentos, casamentos e óbitos dos antigos *Arquivos Paroquiais* de
Vouzela e doutras freguesias circunvizinhas, desde 1557 — data dos
mais antigos registos — até ao presente e iniciei, após isso, o estudo
dos grossos volumes dos *Cartórios Notariais* da mesma *Região Lafonense*, para, de seguida, me deslocar a Coimbra, Lisboa e Porto e,
nessas capitais universitárias e respectivas *Bibliotecas*, estudar os fichei-
ros das espécies recolhidas e tomar notas sobre o *Povoador Número
Um de Terras Brasileiras* e sua parentela.

Entretanto, como contribuição para o 4.^o Centenário de
São Paulo, nas comemorações portuguesas, e no propósito legítimo e

justiceiro de quebrar o silêncio que, de um lado e de outro do Atlântico, sem qualquer explicação, se tem feito, em certos sectores, acerca do meu Conterrâneo, peço vénia a Vossa Excelência para transcrever e publicar, nos jornais e revistas do meu País em que colaboro, alguns passos do livro e demais documentos que Vossa Excelência se dignou enviar-me, pois considero aviltante para a *Cultura Portuguesa* manter no olvido uma figura nacional de tão alto relevo, bem superior, sem dúvida, à de *Diogo Álvares* — o Caramuru — que já teve felizmente, como seu cronista, a alta figura mental e literária do grande Amigo do Brasil Sr. Doutor João de Barros.

Terminando por hoje e esperando que Vossa Excelência me relevará de tão tardio *Bem Haja*, tenho a honra de me subscrever, com os mais sinceros votos pelas suas felicidades pessoais,

Viseu — C. de V. Ex.^a — 20-XI-53

Camarada muito atento e obrigado

CRISTÓVÃO JOSÉ MOREIRA DE FIGUEIREDO

(Sócio da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, do Instituto de Coimbra, e sócio fundador do Instituto Cultural da Beira e da Associação dos Arqueólogos Portugueses)

CENTENÁRIO DE SÃO PAULO

JOÃO RAMALHO — PATRIARCA DOS BANDEIRANTES

I

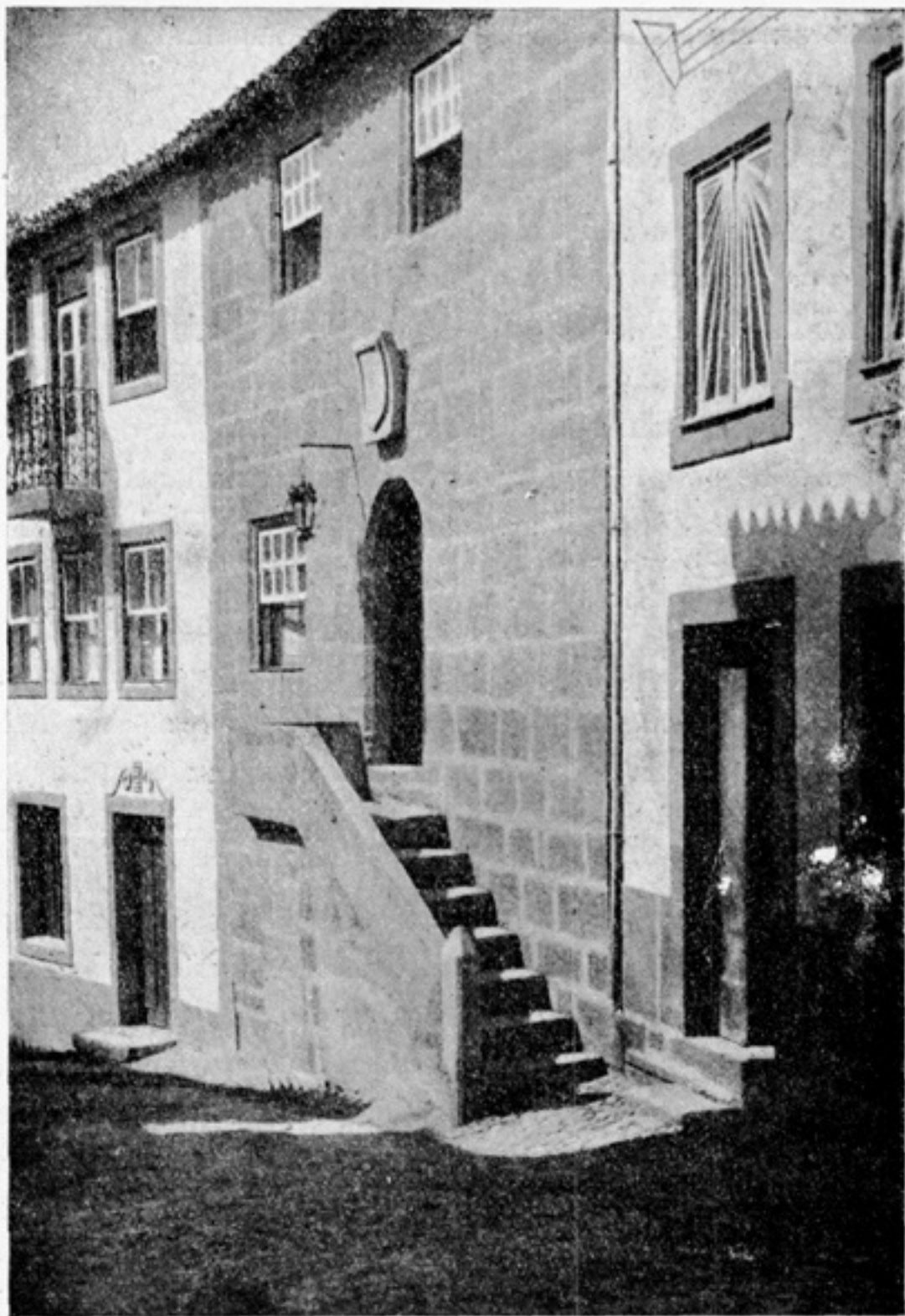
Continuam as comemorações do Centenário da fundação de São Paulo, a grande urbe brasileira com dois milhões cento e quarenta e dois mil habitantes, inúmeros arranha-céus e, na sua periferia, bairros industriais imensos, que hão-de transformar a economia do grande País irmão e confirmar a sua hegemonia na América do Sul.

Falou a tal respeito a voz autorizada do insigne Presidente da Academia de Ciências de Lisboa Sr. Dr. Júlio Dantas, dissertou, com a sua costumada eloquência e incomparável saber, o historiador luso-brasileiro e Mestre de Diplomatas no Itamarati Sr. Dr. Jaime Cortesão e o eminente cientista Sr. Doutor Mendes Correia e, depois dos discursos e votações da Assembleia Nacional, pronunciou-se finalmente a Igreja Católica, a propósito da sua obra de Evangelização no Novo Mundo, pela pena do doutíssimo Sr. P.^o Serafim Leite e pela oratória fluente do Sr. P.^o Domingos Maurício.

Além destes nossos prestigiosos compatriotas, muitos outros—professores catedráticos, académicos e jornalistas — em Portugal e no Brasil — em oratória vibrante, puseram em devido destaque a obra dos nossos Maiores, na era de Quinhentos ou seja na Idade Média Brasileira.

Apesar de tudo isto, que acompanhámos com vivo interesse, como Beirão cioso das suas tradições e convicto de que as glórias da sua Pátria Regional o são também de Portugal inteiro, pedimos vénia para dar mais umas achegas e, de passo, sem disprimor para quem quer

que seja, fazemos umas rectificações oportunas e até indispensáveis ao que se tem dito e escrito sobre o assunto.



Uma casa quinhentista da Rua de S. Frei Gil — Vouzela

(Távora)

Pretendemos, antes de mais, referir-nos a João Ramalho, Patriarca dos Bandeirantes e filho de Vouzela — terra natal também de Duarte de Almeida, de S. Frei Gil e do primeiro Provincial da Com-

panhia de Jesus em Portugal, P.^o Simão Rodrigues; e, de passo, porque não podemos deixar perder a oportunidade e temos em nosso poder documentário suficiente, vindo de S. Paulo e respigado de livros e jornais brasileiros, vamos de todos dar uma sùmula.

*

João Ramalho era natural, como dissemos, de Vouzela, no Vale de Lafões, e possivelmente da Quinta de Valgode, que pertenceu à família Malafaia, filho de João Velho Maldonado e de Catarina Afonso Valbode e casou ali com Catarina Fernandes das Vacas, que dele ficou grávida, quando, em data incerta, partiu para o Brasil.

Tudo isto consta do seu testamento, feito pelo tabelião Lourenço Vaz, em S. Paulo de Piratininga, e pode ler-se no Caderno rubricado por João Soares — Título Abril — Folhas 10 — 1580.

Da chegada ao Novo Continente deste escudeiro da Rainha e cavaleiro fidalgo existe mistério absoluto e apenas se afirma a sua presença em S. Vicente, ignorando-se, contudo, se fez parte da expedição de Álvares Cabral, se foi voluntariamente ou compelido como degredado ou ainda se a talassofobia ou os violentos trabalhos de bordo o levaram a escapar-se em terra, quando desembarcado.

Não resta, porém, dúvida alguma que o seu nome ilustre e glorioso pertence há muito à História Luso-Brasileira e pertence indiscutivelmente, depois que, em Santo André da Borda do Campo, em 8 de Abril do ano findo, se lhe erigiu uma estátua, assistindo ao acto as Autoridades de S. Paulo e do Estado Federal, as Academias, os Diplomatas estrangeiros, o Prelado da Diocese, as forças vivas e o Povo de S. Paulo, lendo-se, no plinto do monumento, esta legenda:

João Ramalho — Fundador de Santo André da Borda do Campo—Patriarca dos Bandeirantes—Símbolo da Raça—Orgulho do Povo e Glória da Pátria.

*

Uma vez em S. Vicente, porventura em 1506, crê-se que os Piratininganos o tenham encaminhado, nove léguas serra acima, até ao planalto, à presença do Rei ou cacique Tibiriçá, mais tarde baptizado

com o nome de Martim Afonso Tibiriçá e supõe-se ainda que este prestigioso chefe selvícola, simpatizando com João Ramalho, se lhe dedicou e o casou à *maneira Índia*, com sua filha Bártira, também depois baptizada com o nome de Isabel Dias.

Do casal, houve os seguintes descendentes: André Ramalho, Joaquim Ramalho, Margarida Ramalho, Victório Ramalho, António de Macedo, Marcos Ramalho, Joana Ramalho, Jordão Ramalho e Antónia Quaresma, dando-se assim origem a uma vasta ramificação mameluca ou sejam os troncos da maioria das famílias de S. Paulo, de que, noutra lugar, nos ocuparemos.

Antes de prosseguirmos e no intuito de justificarmos o que deixamos dito, seja-nos permitido transcrever, desde já, estas notas do prefácio de Afonso Taunay, em seu notável livro sobre João Ramalho:

«É ímpar nos anais do apossamento luso primitivo da região meridional, do qual foi o agente, o mais antigo senão o de máximo relevo e eficiência. Cabe-lhe a glória do título de incomparável propulsor do planalto paranapiacabano, de fronteiro-mor da Civilização, à fimbria da selva brasileira, acastelado à mais velha boca do sertão da nossa terra.

«Foi o posto avançado ramalhense do cimo da Serra o centro do intenso caldeamento luso-brasílico, que garantiu a subsistência das duas vilas portuárias da ilha Vicentina, nos incertos milésimos das suas décadas iniciais.»

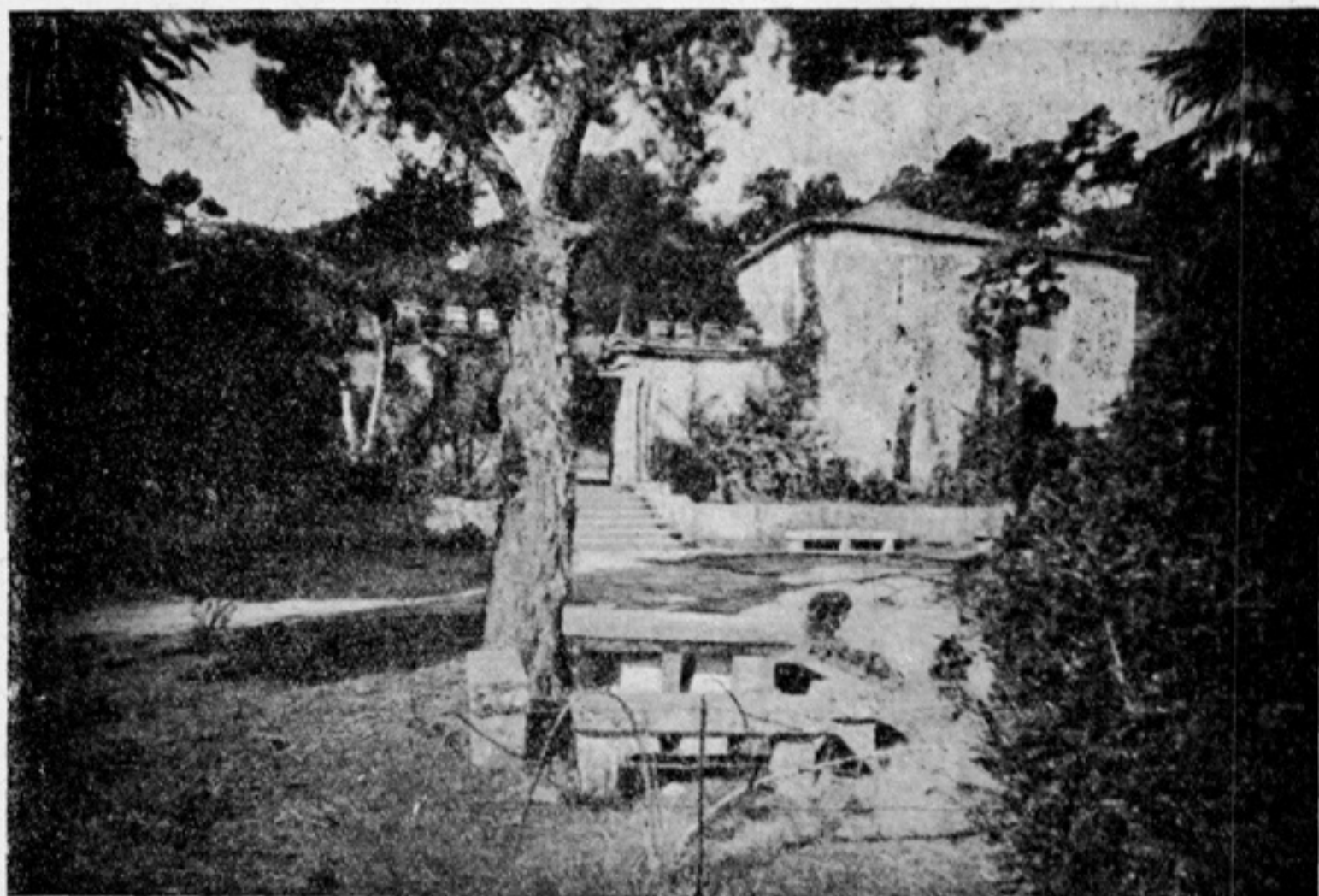
II

Após as pretéritas e sumárias notas acerca de João Ramalho e doutros Portugueses na fundação e desenvolvimento da cidade de S. Paulo, julgamos do nosso dever referir-nos mais desenvolvidamente à sua obra no Planalto de Piratininga, historiar o aparecimento ali dos Jesuitas e as causas dos atritos havidos entre estes e os primeiros povoadores brancos e mamelucos, até que o primeiro Provincial da Companhia do Brasil P.^o Manuel da Nóbrega, grande missionário e habilíssimo diplomata, com a sua larguíssima visão, pôs termo às lutas de influência entre os elementos civis simbolizados no *Patriarca Bandeirante* e o Poder Religioso representado pelos *Inacianos*.

Nestas circunstâncias, continuando a seguir Afonso Taunay, na sua excelente biografia de João Ramalho, diremos que, «dentre a meia

centena de Portugueses aqui e acolá espalhados pelos milheiros de quilómetros da nossa costa (o Brasil), foi aquele o único que se afastou da *Orla Atlântica*, alcandorando-se nas grimpas da *Cordilheira Marítima*, como precursor do movimento de devassa e de conquista da selva imensa.

E seu nome refulge entre os dos maiores construtores do Brasil que surdia, em desfile de apelidos, onde aparecem os dos grandes



Casa de Prazias — Ventosa — Vouzela

Governadores Gerais Tomé de Sousa e Mem de Sá, dos intemeratos capitães como Estácio de Sá, os da legião heróica dos evangelizadores como Nóbrega, Anchieta e Leonardo Nunes, os de povoadores como Duarte Coelho, os de Régulos como Tibiriçá e Aririgboia.

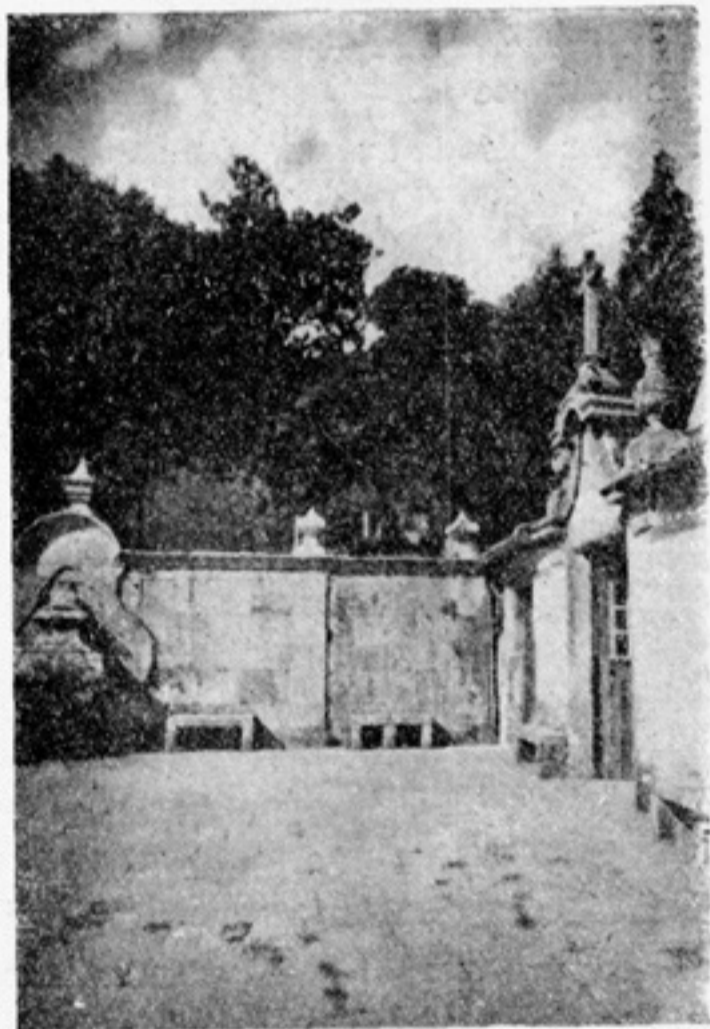
Deve-se a João Ramalho a fundação de Santo André da Borda do Campo, hoje desaparecida, e onde porventura estão situados os municípios de Santo André, S. Caetano do Sul e S. Bernardo do Sul.

«Assim, a figura formidável do patriarca de Santo André — nome inseparável da evocação do filho de Vouzela — exalta-se

do modo mais notável no conspecto geral dos anais do nosso primeiro século.»

* * *

A «História da Expansão Portuguesa no Mundo», a «História Trágico-Marítima», a «História da Colonização Portuguesa no Brasil», todas as nossas velhas «Crônicas» e, enfim, a História da Raça



Pátio da Casa de Prazias —
Ventosa — Vouzela

Lusitana, feita e immortalizada por Camões nas estrofes dos Lusíadas, estão muito longe de se concluir, faltando mesmo à Epopeia, no dizer de Afrânio Peixoto, o Décimo Primeiro Canto, respeitante à nossa acção no Novo Mundo.

* * *

Na sucessão de viagens a terras de Santa Cruz, a par de voluntários aventureiros de várias nações, iam muitos emigrantes portugueses

com vida regular na Metrópole à mistura com «desterrados»; e desta forma, Martim Afonso de Sousa e seu irmão Pero Lopes puderam encontrar, na sua chegada ao Brasil, compatriotas em franco convívio com os aborígenes, de nenhum modo podendo considerar-se indesejável quem, segundo o Livro 5.º das Ordenações de D. Manuel, era abrangido por algum dos duzentos casos de delitos punidos com degredo.

De resto, afirmando o barão Homem de Melo, em seu comentário à legislação ao tempo vigente, que «só se tornava estranho que a nação inteira não houvesse sido degredada em massa», concluiremos que não poderá ser considerada aviltante a situação em que João Ramalho aportou em S. Vicente, Diogo Álvares — o Caramuru — na Baía e, finalmente, o célebre bacharel Cosme Fernandes em Cananeia, ou seja nas povoações do litoral brasileiro, onde foram encontrados aqueles portugueses por Martim Afonso e onde lhe haviam de prestar os mais relevantes serviços, familiarizados como já estavam com os Índios, cuja língua conheciam e com os próprios régulos da categoria e prestígio de Tibiriçá.

* * *

Não existe documento algum comprovativo de que João Ramalho seguiu com Álvares Cabral para o Brasil, nem antes, como também se continua a afirmar, mas Varnhagen admite que, em 1506, ele ali se encontrava; Américo de Moura afirma, por outro lado, que, em 1513, o futuro Patriarca se tinha estabelecido em Piratininga; a Crónica do Brasil—L. I—N.º 77—refere-se à excomunhão de João Ramalho, em 1549, por andar amancebado, há quarenta anos, com Bártira, filha de Tiribiçá, fixando assim a sua estadia, no Planalto, em 1509.

Continuando a citação de velhos documentos, lê-se, na «Sesmaria de Pero Góis» — dada por Martim Afonso em 10 de Outubro de 1532 e lavrada pelo escrivão Pero Capico — que «João Ramalho e António Rodrigues eram estantes naquelas paragens», naquela data, havendo, portanto, de 15 a 20 anos; nas obras de Pedro Taques, em referência a António Rodrigues, contemporâneo de Ramalho, afirma-se que o primeiro chegou a S. Vicente, em 1501; ainda Almeida Prado, na «História dos Primeiros Povoadores, assevera que Álvares

Cabral deixou, em 2 de Maio de 1500, em Porto Seguro, dois degredados, um dos quais era Afonso Ribeiro e, quanto ao bacharel de Cananeia, diz-se que desembarcara da armada de Gonçalo Coelho.

De toda esta diversidade de opiniões e de datas e depois da leitura das Cartas Jesuíticas enviadas pelo mais categorizado Inaciano do tempo ao Provincial da Metrópole P.^o Simão Rodrigues, conclui o douto colaborador da «Brotéria» Sr. P.^o Serafim Leite, quanto ao Patriarca dos Bandeirantes, que a sua chegada ao Brasil pode talvez fixar-se entre 1508 e 1511.

* * *

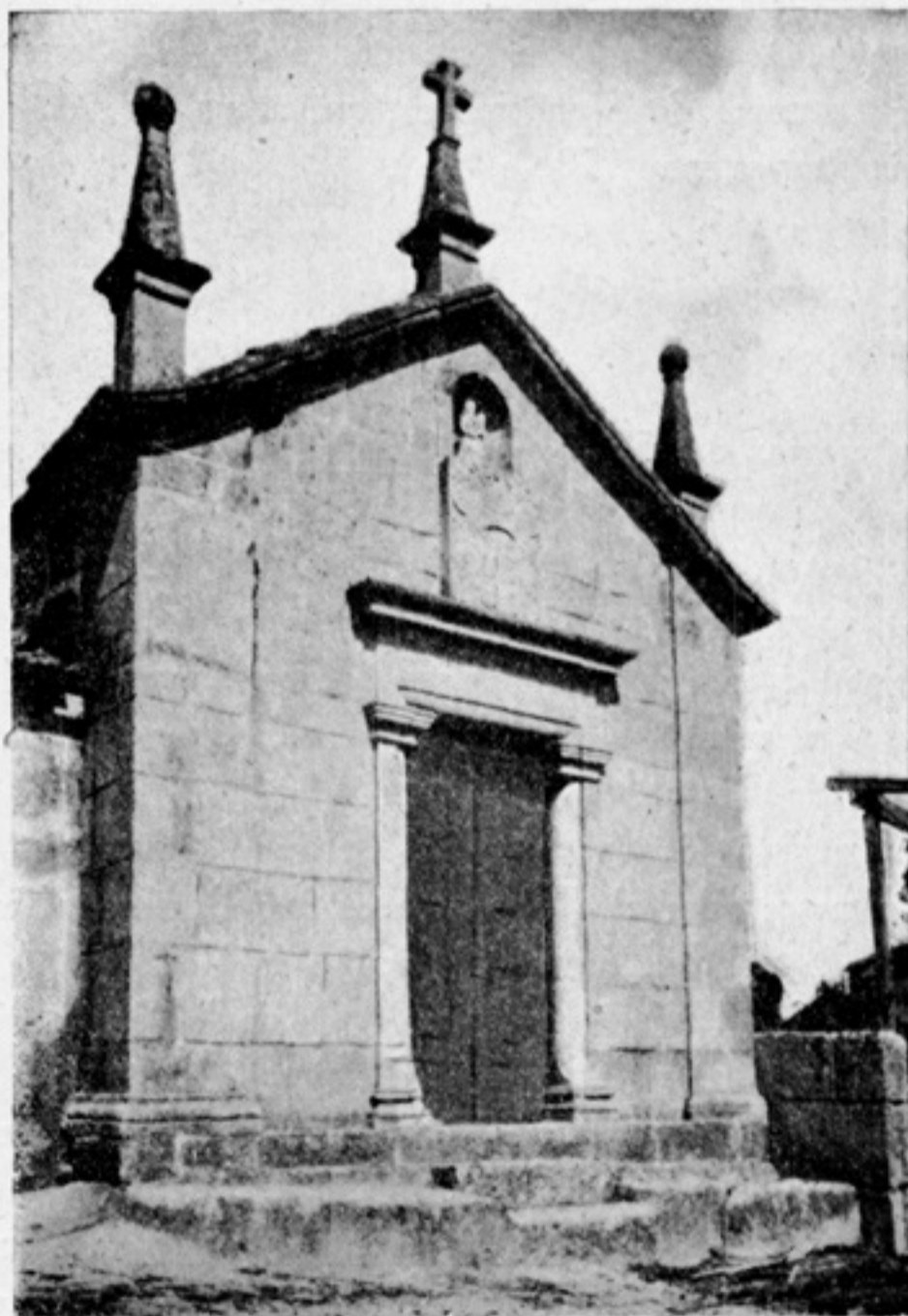
Uma gravura da «História da Colonização Portuguesa no Brasil» representa a chegada ao porto de Tumiaru da armada de Martim Afonso de Sousa, primogénito do alcaide-mor de Bragança Lopo de Sousa, futuro capitão-mor do Mar da Índia, antecessor de D. João de Castro no Governo do Oriente e que é afinal o primeiro colonizador da grande série, em Terras de Santa Cruz e designadamente do litoral de Santos e do Planalto.

Em Tumiaru, residia há muito António Rodrigues — contemporâneo, como se disse, de João Ramalho, no Brasil e talvez mesmo chegado ao litoral antes do grande Beirão de Vouzela. A referida gravura documenta ainda a fundação da vila de S. Vicente, em 1533, na barra do mesmo nome e não longe de Santos e Bertioga.

Outro desenho reproduzido na referida «História» respeita à ida do capitão-mor ao porto de Piassaguera, na raiz da Serra de Parana-piacaba, de onde, guiado por João Ramalho, havia de subir ao planalto de Piratininga, «através da floresta ínvia e dos piores caminhos do mundo, pondo-se assim em contacto com a estrada fluvial do *Tieté*, para, em 10 de Outubro de 1532, ali assinar a Sesmaria de Pero Góis, que é a primeira medida que dá início à Colonização e, portanto, à aplicação de leis que vinham já do tempo do Rei Formoso, distribuindo-se, desde logo, terras, «desde o litoral à selva, vencendo-se a mata e o índio» e alargando-se ou legalizando-se os poderes de João Ramalho, fundador da povoação de Santo André — o primeiro baluarte lusitano em terras do sertão brasileiro, onde Ramalho intro-

duziu os nossos processos de administração, as nossas artes, costumes, língua e religião, habituando os índios a vestir as «enjúrias particulares» e dando-lhes «todos os outros bens da vida segura e conversável».

A este respeito, lê-se na «História da Colonização».



Capela da Casa da Laja — Fataunços

«Se exceptuarmos a ascensão paulista para os campos de Piratininga, guiada por João Ramalho, a colonização do Brasil, no início de Quinhentos, é quase exclusivamente litorânea.»

«Na Idade Média Brasileira, João Ramalho assume as proporções de um vulto legendário. Como tal o viram os primeiros e ingénuos historiadores; e ainda hoje o visionamos hérculeo e tisonado do

sol, a barba copiosa e hirsuta, empunhando a lança como o Wotin da floresta e no rosto estampada a taciturna concentração de uma vaga saudade.

Quem era? Donde vinha? Que tragédia marítima ou ignoto crime o arremessou ao litoral inóspito e solitário, entre os Guianazes e os Tupiniquins?

Certamente a pintura romântica eleva à dignidade de princeza a companheira de João Ramalho; mas os delineamentos gerais da narrativa não exorbitam da verosimilhança e podem conservar-se na História essas conjecturas plausíveis, que não atraçoam os desígnios nem lhes comprometem a gravidade».

III

Ao iniciar-se no século XV pela Inclita Geração a expansão Portuguesa no Mundo, surgiram duas concepções políticas: *A do Infante D. Pedro*, «que pugnava pela política tradicional portuguesa de fomento da população, da lavoura, da pesca e do comércio marítimo» e a do seu irmão *Infante D. Henrique*, que, «alucinado pelo Mar e pelas lendas da Geografia Medieval, tinha a ambição de criar um grande império e das riquezas próprias da Renascença».

Aclamado D. João III, previsto o declínio da nossa acção no Oriente pela falta de recursos financeiros para cumprir os Regimentos e levar a cabo os planos de alguns Viso-Reis e correndo, por outro lado, as mais extraordinárias e aliciantes notícias acerca do aparecimento de metais preciosos na América, as Costas Brasileiras começaram a ser infestadas por aventureiros de vários países europeus e, designadamente, pelos terríveis corsários franceses, determinando, por isso, esta gravíssima situação o emprego imediato de providências ou seja a organização e partida da expedição militar e naval de Cristóvão Taques e, pouco depois, da de Martim Afonso de Sousa, já referido.

Tinha este último capitão-mor, pelo seu Regimento, a missão de «descobrir os rios, entre os quais, indubitavelmente, o da Prata e estabelecer um ou mais grupos de povoamento europeu, de domínio político e administrativo» e, de passo, «varrer os estrangeiros da Costa Brasi-

leira», que tínhamos descoberto, e ainda o encargo de «promover a prospecção de metais» (1).

Havendo partido de Lisboa, em 3 de Dezembro de 1530, Martim Afonso ancorou, entre outros portos, em Cabo Verde, Fernando de Noronha, Pernambuco, Rio de Janeiro e Cananeia, para, desistindo de ir com a sua nau até ao Rio da Prata, regressar um pouco mais ao Norte e fixar-se, em 22 de Janeiro de 1532, em *S. Vicente*, próximo da actual cidade litorânea de Santos, onde viria a estabelecer uma Capitania-mor e ser Donatário (2).

Foi, nestas últimas etapas, que encontrou o bacharel Cosme Fernandes, Francisco Chaves e mais cinco ou seis castelhanos, e, em *S. Vicente*, António Rodrigues.

Comandando uma grande esquadra, com o seu irmão Pero Lopes e outros, o número e tonelagem de barcos jamais vistos naquelas paragens causaram o assombro e o pavor dos índios e daí resultou o aviso aos Guianazes e, entre eles, ao Régulo Tibiriçá para se levantarem, em pé de guerra e em massa, contra os indesejáveis visitantes lusitanos.

Em tão crítica emergência, surgiu, porém, para Martim Afonso a inesperada salvação, quando ao seu encontro foram do planalto da Cordilheira Marítima o seu compatriota João Ramalho e o sogro Tibiriçá, não como inimigos mas sim como fraternos aliados e gentis hospedeiros para receberem o enviado de D. João III de braços abertos

(1) Conforme se lê a páginas 440 e seguintes do Tomo 1 — Parte 1 — da obra do nosso ilustre amigo e eminente Historiador e Professor das Universidades do Brasil — Senhor Doutor Jaime Cortesão — obra editada pelo Instituto Rio Branco e constando de nove volumes, sob o título *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, a produção do ouro, no país irmão, seria, no reinado de D. João V, segundo uns cálculos, de 1.800 arrobas anuais e, segundo outros e pela estatística oficial, que incluía as quintagens, apenas de 1.156 arrobas em pó.

(2) A nau capitania de Martim Afonso naufragou, como é sabido, na costa sul do Brasil, e após uma conferência com os seus oficiais, foi resolvido que a exploração do Rio da Prata fosse feita pela nau de Pero Lopes, aguardando 34 dias o comandante M. Afonso o regresso de seu irmão mais novo». Vide *H. da Colonização*.

*

As capitánias tinham *foral* — «direitos, foros, tributos, e coisas que nas terras se regia ao Rei e ao Donatário.»

e lhe prestarem o indispensável auxílio militar e político, de que tanto carecia e lhe havia de permitir vencer as restantes hordas armadas de índios; e, criadas as vilas de *S. Vicente*, em 1553, e a de *Piratininga* ⁽¹⁾ — primeiros padrões urbanos portugueses daquele paralelo — com informações completas acerca dos aborígenes do planalto, assentou desde logo, o primeiro Grande Povoador nas bases da colonização do *Hinterlande Santista*, onde apenas havia encontrado dois brancos: *João Ramalho* e *António Rodrigues*, casado este depois com a baptizanda do P.^o José de Anchieta Antónia Rodrigues, filha do cacique Pequerobi, do Ururai.

(1) O Visconde de Porto Seguro, a páginas 150-52 e 53 da *Hist. Geral do Brasil*, 5.^a edição, diz assim: «M. Afonso de Sousa não quis, porém, limitar-se a fundar uma só vila (a de São Vicente). À vista das informações que lhe deu João Ramalho, assentou reforçar esta com outra povoação sertaneja que ao mesmo tempo servisse de guarda avançada para as futuras conquistas da civilização. Foi a aldeia de Piratininga que Martim Afonso escolheu para fundar a colónia ou vila sertaneja cujo governo militar confiou a João Ramalho, com o pomposo título de guarda-mor do campo.»

*

Pero Lopes de Sousa, testemunha de vista durante os primeiros quatro meses de vida das duas colónias portuguesas — a marítima e a do planalto — escreve: «Repartiu o capitão-mor (M. Afonso) a gente nestas duas vilas e fez nelas officiais; e pôs tudo em boa ordem de justiça. Várias terras de São Vicente e de Piratininga destinou ele desde logo, como era natural, para rocios e logradouros dos dois concelhos, aos quais fixou os termos que julgou necessários.»

Vide capitão Sarmiento Pimentel, escritor conhecido, em artigo do jornal *República*.

*

Do *Diário da Navegação de Pero Lopes* — irmão de Martim Afonso — consta também, quanto à segunda vila fundada por este: «Guiado por João Ramalho, fundou Martim Afonso de Sousa então uma vila à borda dum rio que se chama Piratininga, a nove léguas de S. Vicente.» Esta povoação, porém, diga-se de passagem e conforme o confirmam alguns autores, não chegou a ter vida municipal ou só a teve efémera.

*

E ainda outra nota do «Códice» da época — fls. 26 v.^o e 27 se regista: Na ilha de S. Vicente, Martim Afonso «fez hu vylla e outra nove leguoas detro pllo sertão aborda dum Rio que se chama pirätininga» — Vide *João Ramalho* — por A. Taunay.

Uma medida de justificada prudência levou Martim Afonso a proibir, no começo, o acesso ao Planalto dos seus Colonos Metropolitanos e que, portanto, Piratininga fosse imediatamente habitada; mas «afirma-se na História da Colonização do Brasil» é irrecusável ter sido Ele quem, em terras de Tibiriçá, lançou as sementes, depois transplantadas pelos jesuitas, da futura cidade de S. Paulo, não muito distante da vila de S. André da Borda do Campo, fundada por João Ramalho».

Mas, a propósito da «transplantação pelos Jesuitas», escreveu, com o seu espírito conciliador, o douto P.^o Serafim Leite: «A primeira fundação de Piratininga, a vila de Santo André são actos em função da futura cidade de S. Paulo, mas com maior propriedade de imagem, talvez ainda sob a forma de himeneu da nova terra. A gestação imediata de S. Paulo, tal como se assegurou em definitivo, foi a reunião das três Aldeias numa»; e nós acrescentaremos, seguindo Afonso Taunay e outros historiadores, que o desenvolvimento ou engrandecimento de S. Paulo foram a consequência do desaparecimento total, sem que de tais burgos ficasse o mais pequeno vestígio, da vila de Santo André da Borda do Campo, fundada por João Ramalho, de Inhapuambuca, Inhapuambussu ou ainda o Inhapuambussi, sede do governo de Tibiriçá e finalmente de Gerabatiba, capital dos domínios de Caiubi.

Dada a divergência de opiniões de Mestres consagrados de História acerca da fundação de S. Paulo, esquecendo-se mesmo os sacrificios e actos comprovados de Ramalho e até a acção inteligente, mesmo genial e patriótica, do P.^o Manuel da Nóbrega, facto este que levou alguns facciosos inacianos a escreverem que, «se Nobrega é o principal fundador de S. Paulo, José de Anchieta é o principal dos fundadores (1)» (*Brotéria*, fasc. 5.^o, Novembro, 1953, Sr. P.^o Sera-

(1) Numa conferência que realizámos em 1927, a propósito da *Expansão Portuguesa no Mundo* e focando a diferença de processos de colonização empregados, na América, pelos dois Povos Peninsulares, escrevemos:

«É curioso acentuar ainda que, no tocante à nossa feição marítima de povo peninsular, são diferentes as características de Lusos e Espanhóis.

Assim, Portugal Colonial teve, por excepção, um Pero Coelho, cujas brutalidades, no Novo Mundo, foram aliás castigadas pelo Monarca.

A Espanha apresenta-nos, como tipo e modelo de colonizadores, os seus Cortezes e Pizarros, procurando exterminar os indígenas americanos, em caçadas

fim Leite), julgamos do nosso dever, para melhor julgamento dos factos por leitores imparciais, acrescentar mais algumas sintéticas notas biográficas de João Ramalho, da autoria de Tito Lívio Ferreira e com a responsabilidade oficial da Comissão do Monumento de S. Paulo ao grande Vouzelense do século XVI:

Em 1532, Martim Afonso sobe ao Planalto, a convite de João Ramalho, em casa de quem se hospeda e a quem nomeia Guarda-mor do Campo de Piratininga; em 1549, ergue João Ramalho, a pedido

com cães de fila e alimentando os cães de caça com pedaços dos corpitos de crianças, cruelmente trucidados à vista das próprias mães.

Diferenças bem marcantes nos processos de ocupação põem elas à evidência, esmagando raças vencidas, a ferocidade do Ibero Primitivo, encarnado no Espanhol da Idade Moderna.»

*

A obra missionária de Portugal no Brasil tem dois grandes símbolos: o P.^o Manuel da Nóbrega e, mais tarde, o P.^o António Vieira.

Quanto à acção de José de Anchieta, depois do que atrás reproduzimos acerca dos seus compatriotas espanhóis, bastará transcrever agora o que o ilustre escritor e antigo oficial do Exército Sr. capitão Sarmiento Pimentel publicou, a seu respeito, e que pedimos vénia para também aspar:

«Mãos e braços fortes, penso eu, devia ter Anchieta, pois Pero Roiz o dá como professor do carrasco, que Mem de Sá levou na segunda conquista do Rio de Janeiro. Parece que o algoz, já cansado, levava muito tempo a enforcar os herejes franceses, que caíram prisioneiros. Anchieta tomou-lhe o barão e de um só puxão guindou na roldana pelo gasganete o mísero «convertido» até ele dar a alma ao Criador.

Fernão Cardim, Pero Roiz, Patermina, Sebastião Beretário, Fr. Vicente de S. Salvador, Simão de Vasconcelos, António Franco, todos se referem a este caso feioso, que a Igreja ainda não perdoou a Joseph de Anchieta, apesar das virtudes que lhe concedeu Clemente XII. É por isso mesmo que o «beato» não é santo.

São os Jesuítas que relatam a façanha carrasqueira e que alguns jacobinos agravaram, como Artur Heulhard, João Francisco Lisboa, Henrique Leal, João Ribeiro e outros.

Ele mesmo Anchieta escrevia, em 1554: «nenhum ou certamente muito pouco fruto se pode colher deles (os índios) se a força e o auxílio do braço secular não acudirem para os domar e submeter ao jugo da obediência.»

É por tudo isto que cada vez admiramos mais a obra portuguesa de Além-mar, em todos os tempos, e até a dos nossos Grandes Missionários e repelimos a ideia do P.^o Anchieta se antepor ao nosso tolerantíssimo P.^o Nóbrega e ser aquele o símbolo do proselitismo religioso de Portugal no Novo Mundo.

do P.^o Leonardo Nunes, uma ermida consagrada a Santo André da Borda do Campo; a 8 de Abril de 1533, Santo André é elevada à categoria de vila e Ramalho faz, à sua custa, o Paço Municipal, o baluarte e as trincheiras com artilharia, e Tomé de Sousa, primeiro Governador-Geral do Brasil, nomeia João Ramalho Alcaide-mor do Campo de Piratininga.

Depois, o P.^o Nóbrega, guiado por um filho de João Ramalho, transpõe a Serra, em companhia do P.^o Manuel de Paiva, primo de João Ramalho, nascido, em 1511, em Água de Areiro (Águeda) e, estabelecido o contacto, tornam-se amigos todos estes personagens. E, como remate e pedra de toque do patriotismo de Ramalho, acrescentaremos: em 1557-1558, Ramalho é eleito vereador da Câmara de Santo André; em 1560, o mesmo, pelo imperativo das circunstâncias e por motivos que adiante referiremos, consente na mudança da Câmara Municipal, da população e do próprio pelourinho de Santo André para junto do Colégio de Piratininga, fundado por Nóbrega em 25 de Janeiro de 1554; em 1552-1563-1564, João Ramalho, em face de perigo iminente, aceita a eleição popular para capitão-mor de Piratininga e defende esta vila do assalto dos Tamóios, salvando-se, desta forma, a *Civilização Portuguesa* ⁽¹⁾; em 1563, mantendo-se o alerta contra os Tamóios, os vereadores de S. Paulo reclamaram a Ramalho contra a escassez da pólvora; em 1564, porém, derrotado o inimigo e

⁽¹⁾ «O ataque de 1562 a S. Paulo foi prenhe de terríveis consequências pelas precárias condições de defesa, em que se achava a vila. Naqueles dias de Julho (10 e seguintes), jogou-se a sorte da Civilização no Planalto e por um triz esteve o povoamento branco na iminência de ser lançado ao Litoral. Sucederam estes acontecimentos após o estabelecimento dos Franceses em Guanabara, encorajando os Tamóios, inimigos dos Tupis, a subir pelo Paraíba aos Campos de Piratininga, que, a pouco e pouco, os Portugueses e os seus filhos lavravam; matavam e roubavam, salteando e causando inquietações a S. Paulo e aos índios aliados.

João Ramalho e Tibiriçá, com a sua gente fiel, foram os verdadeiros antemurais da vila de Piratininga. O Colégio dos Jesuítas foi transformado em Hospital de Sangue e, enquanto durou a luta, os Padres e os convertidos rezavam na Igreja, a isto atribuindo Anchieta o triunfo contra tão terríveis inimigos.

Depois da vitória, a vila de S. Paulo fortificou-se. E com o Planalto firme, já Nóbrega podia dar assistência militar ao Rio de Janeiro contra o perigo que ameaçava a unidade territorial do Brasil, em Guanabara. No Rio, haviam de bater-se heróicamente Estácio de Sá e Arigboia.»

eleito vereador da Câmara de S. Paulo, Ramalho recusa o mandato; ainda em 1564, retirado muito longe, no vale do Paraíba, já nada faz em defesa de S. Paulo, pois, além de velho, não se resignava o fronteiro



Capela de S. Frei Gil de Vouzela
(O Fausto Português)

de Santo André ao lugar de *segundo em Roma*; e, finalmente, em 3 de Maio de 1580, como já foi dito, após 70 anos de estada no Brasil, faz o seu testamento, vindo a morrer, em 1582, em lugar desconhecido da selva, o «homem de ferro», que, antes de jantar, segundo a tradição, fazia nove léguas a pé.

IV

Como é sabido, o P.^o *Simão Rodrigues* foi o quinto dos nove primeiros companheiros de S. Inácio de Loiola, organizador da Companhia de Jesus, destinada a fazer a Evangelização Cristã nas terras descobertas e conquistadas pelos Portugueses e Espanhóis, nos séculos XV e XVI, e veio para Portugal, em 1540; para, no Oriente e no Brasil, orientar a missão das novas Províncias.

Era natural de Vouzela, filho de Gil Gonçalves e de Catarina de Azevedo, parente consanguíneo, segundo a tradição, de S. Frei Gil, e por afinidade da família do *Decepado do Toro*, tendo sido graduado em Filosofia pela Universidade de Paris, onde se relacionou com o fundador da Companhia.

Estava Simão Rodrigues destinado a dirigir a Cristianização das Terras de Santa Cruz, quando, à última hora, impedido pela doença, teve que ser substituído pelo P.^o Manuel da Nóbrega, natural do Minho e Bacharel em Cânones, que para ali veio a partir, com vários companheiros, em 1549, quando da viagem de Tomé de Sousa, instalando, logo após a sua chegada, um *Colégio na Baía* e nomeando para seu Reitor o P.^o Manuel de Paiva, de Águeda, que ali se conservou de 1551 a 1552; e como em S. Vicente — a boca do sertão ⁽¹⁾ — há muito existiam portugueses e era um centro comercial conhecido, seguiu para lá o P.^o Leonardo Nunes, que, sem demora, fundou o segundo *Colégio da Companhia*, inaugurado com a presença do P.^o Nóbrega no dia 2 de Fevereiro de 1553—festa da Nossa Senhora da Candelária — e frequentado pelos rapazes que o seu Director foi recrutar ao Planalto de Piratininga, calcurriando o duro trilho dos índios e de João Ramalho.

Sòmente, após estes factos, o P.^o Nóbrega, em 9 de Julho de 1553, veio a receber, na *Vila Vicentina*, a *Carta Patente de Provincial da Companhia*.

Activo e de perturbante iniciativa como era e prossequindo aliás no desempenho da missão que lhe fora confiada, resolveu Nóbrega

(1) A este respeito, escreveu Afonso Taunay: «E a fama do porto de S. Vicente, como boca do sertão, não tardou em chegar à Península Ibérica».

deixar, no litoral, apenas os padres estritamente necessários ao serviço religioso normal e mudar o Colégio dali para o *Planalto de Piratininga* (29-8-1553), em lugar afastado de Santo André da Borda do Campo, de que os Jesuítas não gostavam, e na mesma já despovoada Aldeia que fundara Martim Afonso ou seja *num dos melhores e mais vistosos pontos desse delicioso País, situado debaixo do trópico austral*, livre do bulício do tráfego entre o Mar e o Interior sertanejo.

A distribuição dos cargos directivos, na nova instalação, foi a seguinte: — *Reitoria* — na ausência do P.^o Nóbrega — o P.^o Manuel de Paiva; Professor de Latim e de Gramática — o espanhol das Canárias — P.^o José de Anchieta; e regente da «*Scola Cantorum*» — o irmão António Rodrigues; a inauguração solene do estabelecimento, «*numa pequena casa coberta de palha*», teve lugar a 25 de Janeiro de 1554 — data da Conversão de S. Paulo e de tal invocação e padroeiro surgiu o *Colégio de S. Paulo de Piratininga* e depois mesmo o nome da própria cidade *de S. Paulo*.

Não levou muito tempo que os treze ou quatorze padres da Companhia estabelecidos no Planalto, irradiando à volta do Colégio, fundassem os núcleos de acção missionária de *Piratininga* (Agosto de 1553), *Maniçoba* (Setembro), *Geribatiba* (Junho de 1554?) e *Ibirapuera* (pouco depois).

Sendo muito diversos senão inteiramente opostos os fins a atingir pelos colonos e mercadores de Santo André em relação aos Religiosos da Companhia e demais a mais havendo-se voluntariamente isolado estes últimos no Planalto, mantiveram-se João Ramalho e sua geração mameluca afastados e por vezes em manifesta hostilidade aos Missionários, até que o perigo do assalto dos Tamóios e «*outras razões*» levaram, em 1560, o P.^o Nóbrega, apoiado numa petição de três aldeias com data de 15 de Junho de 1553, a solicitar do Governador Mem de Sá — então triunfante dos Tamóios no Rio de Janeiro — a providência legal da *transmigração* da Vila de Santo André da Borda do Campo e dos seus moradores para S. Paulo de Piratininga, determinação a que João Ramalho disciplinada e patrioticamente obedeceu, «*apesar de poder deixar de o fazer por ser no Planalto senhor absoluto e de incontestável prestígio*», sugeitando-se a demolir ele próprio a sua Vila, a desmanchar as suas exíguas tábuas e até a mudar, para junto do Colégio, aquele pelourinho — símbolo das regalias da

sua terra adoptiva — tão solenemente inaugurado pelo Loco-Tenente de Martim Afonso de Sousa, em 8 de Abril de 1553.

A decisão de João Ramalho de sacrificar inteiramente o produto da sua assombrosa actividade, durante dezenas de anos, foi precedida pelo do cacique Caiubi — ancião que deixou na selva suas roças e demais haveres — e pela do próprio sogro de Ramalho, Martim Afonso de Tibiriçá, mais preocupados os dois chefes indígenas com o bem das almas do que com quaisquer outros interesses.

* * *

Muito havia que referir acerca de tal *transmigração* e das circunstâncias em que João Ramalho foi compelido a aceitar uma medida legal, que era a consequência de uma imposição dos Padres da Companhia, sobretudo do P.^o Leonardo Nunes, tornada possível pelo acordo imediato do Governador Mem de Sá, devotado e íntimo amigo do P.^o Nóbrega.

Os factos que a tal respeito omitimos não interessam, porém, demais à História, na qual se registam sempre actos humanos de grandeza a par de pequenas misérias, tanto mais que, em relação ao P.^o Leonardo Nunes — Beirão de S. Vicente da Beira (Guarda) — há que registar, no seu activo de missionário e de homem, uma exemplar coerência de princípios e uma abnegação sem limites pelos seus semelhantes, bastando para o provar referir a sua attitude, digna das páginas da História Trágico-Marítima, quando do naufrágio de 30 de Junho de 1554, animando os moribundos seus companheiros na comum desgraça.

Nestas circunstâncias, para fecharmos este capítulo, não querendo nem podendo, de nenhum modo, diminuir o valor e acção dos Grandes Homens da Ocupação do Brasil como Martim Afonso, o P.^o Manuel da Nóbrega e tantos outros, muito menos podemos deixar em lugar secundário o nosso conterrâneo João Ramalho.

Neste propósito e porque o Patriarca dos Bandeirantes é, em verdade, uma das maiores figuras nacionais de antanho — *Símbolo da raça e Glória da Pátria* — entregamos ao julgamento dos leitores desta Revista e sobretudo aos ilustres filhos de Vouzela a apreciação final dos documentos que seguidamente se arquivam, uns da auto-

ria de historiadores brasileiros de renome e outros dos nossos *Acadêmicos* e *Homens de Letras*, também notáveis pelo seu talento e cultura, e todos respeitantes às comemorações do 4.º Centenário de Santo André da Borda do Campo e do de S. Paulo.

V

Documentos justificativos da notável acção de João Ramalho como Construtor do Brasil, no Século XVI:

Extractos dos discursos proferidos, em 5 de Fevereiro de 1953, na Inauguração do Monumento a João Ramalho e na Comemoração do IV Centenário da Fundação de Santo André da Borda do Campo:

* * *

Discurso do Senhor Coronel Tenório de Brito, iniciando o movimento pró-monumento de João Ramalho, em 5-11-952:

... ..
«Dir-se-á que S. Vicente é a célula mater do Brasil; por conseguinte, está ali no sentido jurídico a primeira autoridade do Brasil e naturalmente de S. Paulo. Mas que, na verdade, S. Paulo nasceu em S. André da Borda do Campo é um facto incontestável e que ninguém de boa fé poderá negá-lo. E que raça magnífica nasceu deste casamento do português João Ramalho com a nossa avó tradicional, com a nossa avó Isabel, a Bártira de Tibiriçá! Os feitos dos Paulistas estão aí para atestarem a grandeza desse casamento e dessa progénie magnífica. Mas é facto que João Ramalho foi o homem providencial à civilização portuguesa na América.»

*

Discurso do professor Senhor Doutor José do Amaral Vagner, em 5-11-952:

... ..
«Era João Ramalho o homem da lenda, o homem da conquista. Essa terra se faz grande, porque nasceu da lenda. O que foi a Gré-

cia, a Hélade antiga, senão o produto de todas as lendas? O que foi Roma senão a História da Loba? O que seriam os três primeiros cantões da Suíça sem a história de Guilherme Tell? O que seria o Brasil sem João Ramalho? João Ramalho aqui se planta em época Pré-Colombiana, por naufrágio ou por desterro... para iniciar, paralelamente com os homens favorecidos pelo poder real, as grandes conquistas de Portugal, nos Séculos XV e XVI. *Das Praias Vicentinas* escala a Serra e vem unir-se à nossa velha e querida avó Bártira, descendente do temeroso Tibiriçá, que dá-lhe a oportunidade da progénie, que se transforma naqueles troncos gigantes, que constituem as grandes famílias de S. Paulo. É a lenda ao serviço do homem, nas suas grandes realizações.

... ..
 E desse tempero de sentimentos surge esta Pátria imensa, admirável, ligada, desde os seus primeiros instantes, àquela gente que até hoje nos acompanhou, no triunfo e na derrota, no pranto e na alegria.

*

Discurso do vereador de S. André Ex.^{mo} Senhor Mário Andreu Medeiros Rein, no acto da entrega solene do monumento pela Colónia Portuguesa:

... ..
 «Esta cidade, quatro vezes secular, em todos os cantos, em todas as ruas e praças, inscrevia nomes inexpressivos, relembrando homenagens sem o porte e a significação histórica de João Ramalho. Esquecia, sem que para isso houvesse a explicação, o do herói máximo, do seu fundador, daquele mesmo que, «por vozes e eleição», se tornou defensor de S. Paulo de Piratininga. Por mais que se intente, não havia explicação para o descaso.»

*

Discurso do Senhor Doutor Lencastre da Veiga, representante do Senhor Embaixador de Portugal:

... ..
 «Não entrarei no terreno das controvérsias, sobre a data exacta, os motivos e a forma da chegada do Patriarca; não abordarei também

as teses várias sobre a figura ilustre do filho de Portugal. Permitti-me apenas salientar dois aspectos da sua personalidade marcante: *Uma*, a do seu civismo, pois que João Ramalho acatou, embora maguadamente e com desespero, a Ordem do Governador, que determinou se destruísse Santo André e se transportasse sua população para S. Paulo; o outro aspecto, que é grato recordar, é que João Ramalho, com a sua palavra, convenceu Tibiriçá a receber cordialmente Martim Afonso e sua gente.»

*

Discurso do eminente historiador Tito Lívio Ferreira:

.....

«Assim, desde João Ramalho, pulsa, dentro de nós, no substracto da nossa Raça, esse instinto vital de permanência na Terra de Santa Cruz. Condensado nas reservas sociais, biológicas e dinâmicas do nosso povo, esse impulso viril de preservação e defesa, precisa de ser averbado e afervorado. Com ele unimos e entrelaçamos, dentro da unidade nacional, o Brasil de ontem, o Brasil de hoje e o Brasil de amanhã. Formamos com ele o espírito de brasilidade, cujas origens se adensam profundamente no cerne sadio da nossa raça.»

*

Discurso do Senhor Engenheiro Hugo de Macedo:

*

Justificação dos títulos de João Ramalho.

.....

«A Colónia Portuguesa confiou-me a honrosa incumbência de, em seu nome, vos dirigir a palavra e vos exprimir a sua particular satisfação em poder oferecer à Cidade, neste dia 8 de Abril, o documento esculpido na pedra e fundido no bronze indeformável, que resume o trabalho aturado das pesquisas históricas, que se desenvolvem há cerca de trinta anos e que vieram iluminar, com um clarão intenso, a vida magnífica da grande figura que foi João Ramalho.»

*

Títulos de João Ramalho

.....
Fundador de Santo André da Borda do Campo.

*

«Há quatrocentos anos, meus senhores, havia já João Ramalho preconizado para Santo André, quando do seu primeiro contacto com o Planalto, as possibilidades extraordinárias que actualmente apresenta. Não é obra por acaso. Certamente a escolha do seu primeiro foro nestas paragens, porquanto *home branco*, isolado e aventurando-se no meio da floresta inóspida e do gentio por vezes hostil, vencendo obstáculos e mais obstáculos, não fixaria seu acampamento sem madura reflexão e inteligente decisão.»

*

Primeiro Fronteiro da Civilização, na selva Brasileira.

*

«Primeiro Fronteiro evoca primeiros contactos com este Mundo Imenso que era a Selva Brasileira, pois tudo era imenso, de facto:

O Mundo Físico, o Mundo Humano, o Mundo Animal e o Mundo Vegetal. Só e sempre só, entra o herói neste continente sem fim, resiste, avança, vence e em seguida convence, para enfim criar um Mundo Novo, que é o Brasil de hoje.

*

Enfim, Patriarca dos Bandeirantes.

.....

«Conquistar é fácil, manter é muito mais difícil. João Ramalho conquistou, pode dizer-se, o Brasil com a sua personalidade e firmou-se graças às suas qualidades raciais, que fizeram dele um Grande Chefe.

...Graças à sua actuação enérgica e comedida, permaneceu este Brasil unido e forte, vinculado à tradição portuguesa, que resultados tão brilhantes trouxera.»

«Em João Ramalho — (escreveu Tito Lívio Ferreira) — Patriarca dos Bandeirantes — se estrutura a obra gigantesca dos Portugueses da Colonização Portuguesa do Brasil, cuja fecundidade criadora e realista não encontra exemplo na «História da Colonização dos Tempos Modernos.»

E é assim que, como em 1580, quando falece o Patriarca dos Bandeirantes, respeitado pelos patrícios portugueses e pelas autoridades Vicentinas, hoje reverenciamos a sua memória, para que o seu exemplo magnífico seja uma lição preciosa para gerações vindouras.»

Afonso Taunay e Tito Lívio Ferreira explicam, noutro passo, ainda estes atributos de João Ramalho:

Símbolo da Raça
Orgulho da sua Grei
Glória de duas Pátrias

e Wasington Luís assim o denomina:

Pai do primeiro Paulista

«João Ramalho uniu os Brasilíndios e os Portugueses há quatrocentos anos e hoje prossegue a sua obra fecunda, unindo ainda mais Brasileiros e Portugueses — disse, prestes a concluir, o senhor Engenheiro Hugo de Macedo.»

VI

COMEMORAÇÃO DO 4.º CENTENÁRIO DE SÃO PAULO

Discursos proferidos em Portugal, segundo os extractos de alguns jornais:

*

Do Sr. Doutor Jaime Cortesão, na Sociedade de Geografia:

«A fundação de S. Paulo foi um acto fluído no tempo e múltiplo na acção, com profundas raízes pré-históricas, mas cuja realiza-

ção, sob a espécie histórica, decorrera entre os anos de mil quinhentos e trinta e dois a mil quinhentos e sessenta. Atribuir-lhe uma data fixa, como a de 25 de Janeiro de 1554, representa uma simplificação simbólica, útil sim, para efeitos comemorativos, mas indicando o risco de nos fazer esquecer o significado completo e mais substancial da fundação.

Citou o desencontro de opiniões sobre os nomes dos fundadores e data da fundação de S. Paulo, particularizando as duas maiores divergências em Stefan Zweig, que concentra em Nóbrega os méritos totais da fundação e em Capristano de Abreu, que atribui a fundação a Martim Afonso de Sousa e seus guias e companheiros, desde 1530, ou seja 24 anos antes da data celebrada de 25 de Janeiro.

Definiu as condições em que Martim Afonso realizou a dupla fundação das vilas de S. Vicente e de Piratininga, em 1532, depois de levados a cabo os primeiros objectivos da expedição, entre os quais fixar os limites do Brasil, de modo a envolver na soberania portuguesa o Vale Platino.

Explicou as razões por que os habitantes da primeira vila de Piratininga vieram a dispersar-se, após o que disse como e porque o P.^o Manuel da Nóbrega, por sugestão do P.^o Leonardo Nunes, fundou a aldeia de Piratininga apenas com índios catequisados ou catecúmenos e no mesmo lugar «onde Martim Afonso primeiro povoou», segundo as próprias palavras do segundo fundador.

Caberiam, pois, a Nóbregia os méritos geniais da fundação?

O sr. Doutor Jaime Cortesão afirmou que, pelo contrário, eles pertencem a Martim Afonso de Sousa e aos seus companheiros e para demonstrá-lo serviu-se novamente de um dos seus grandes mapas.

Também por esse mapa se via o traçado do meridiano de Tordesilhas, conforme o concebia Martim Afonso, nos roteiros das suas expedições e se depreendem as intenções, ao fundar Piratininga.

Apesar de todos estes méritos do P.^o Nóbrega, que reconheceu, afirmou o sr. Doutor Jaime Cortesão não ser científico nem justo, nem sequer patriótico, varrer da cena das comemorações Martim Afonso.

Aos Portugueses não pode ser indiferente que o capitão-mor da expedição de 1560 e os seus companheiros tivessem realizado uma fundação do Estado, com a afirmação implícita de um largo plano

de expansão geográfica aliada à consciência de que lançavam na terra americana os fundamentos de uma civilização secular de alto sentido civil e religioso.

Mas, em 1560, graças ainda ao esforço de Nóbrega, a pequena aldeia se consolidou pela junção dos moradores de Santo André da Borda do Campo, em parte remanescentes da primeira aldeia de Piratininga.»

*

Discurso do nosso ilustre amigo e Senhor Professor Doutor Mendes Correia, no Centro dos Estudos Brasileiros do Porto:

.....

«Detém-se depois na análise dos factos naturais. Mas a acção humana não pode também deixar de ser invocada.

Martim Afonso de Sousa e o P.^o Manuel da Nóbrega têm um pressentimento genial na instalação do núcleo humano de S. Paulo, no século XVI. Mas, ainda quanto à fundação de S. Paulo, ele, conferencista, não é exclusivista. Reconhece o papel de João Ramalho, de Anchieta e de outros.

S. Paulo é a realização colectiva, em que o próprio índio desde o cacique Tibiriçá, sogro de João Ramalho, tem uma participação fundamental, como mais tarde tantos emigrantes de outras nações, colaboradores prestimosos da grandeza paulista.»

*

A Sociedade de Geografia de Lisboa associou-se, com uma série de celebrações em curso, à comemoração do 4.^o Centenário da Fundação de São Paulo (Brasil). O presidente da colectividade, Senhor Professor Mendes Correia, proferiu, a propósito de tal comemoração, em 13 de Janeiro do ano corrente, ao microfone da Emissora Nacional, mais as palavras que se seguem:

«A oportunidade imposta pela celebração de uma grande data no Brasil e em Portugal leva-me a interromper na palestra de hoje a explanação que vinha fazendo sobre a população de Timor Português

e da Indonésia em geral, a propósito de uma recente visita minha àquelas paragens distantes. Devo dizer hoje algumas palavras sobre o 4.º Centenário (cuja celebração se iniciou na semana finda) da fundação da Cidade de São Paulo, e essas palavras têm aqui duplo cabimento, quer na evocação de razões científicas explicativas do processo de formação e desenvolvimento da grande metrópole sul-americana, quer pela alusão à actividade cultural de que esta tem sido, e continua sendo, a sede, em matéria de investigação e de difusão científica.

Eu reconheço que de Timor ao Brasil, do Extremo Oriente ao país sul-americano, à gloriosa nação luso-americana, é um grande salto no espaço, é uma distância enorme. Mas as viagens rápidas estão nos hábitos do nosso tempo, e esta efectuamo-la em pensamento, sem sairmos de Lisboa, numa geografia feita de estudo e de evocações de viagens passadas, realizamo-la num intervalo de breve quarto de hora, quase sem sairmos de casa, sem abandonarmos as nossas ocupações habituais, as tarefas correntes da nossa vida de trabalhador intelectual, as nossas obrigações oficiais de todos os dias.

Ninguém levará a mal esta rápida interrupção que faço nas impressões que vinha dando do Oriente, desde que uma comemoração luso-brasileira de vulto não deve passar sem eco, embora ligeiro e desprezioso, nesta série de palestras (1).

Estão em curso, todos o sabem, as celebrações do 4.º Centenário da fundação da Cidade de São Paulo, e nelas participam solidários o Brasil e Portugal, como se impunha, não apenas pelo facto de todos os grandes acontecimentos num dos Países interessarem igualmente o outro, como pelo papel indiscutível que na génese e progresso da magnífica urbe tiveram os Portugueses.

Assim, em Lisboa, Porto e Coimbra, iniciaram-se, no dia 25 do mês que finda hoje, as comemorações do centenário da fundação da metrópole paulista. Na Assembleia Nacional, referiram-se ao assunto o Prof. Mário de Figueiredo e o Conselheiro Albino dos Reis, o primeiro, *leader*, o segundo, Presidente daquela Câmara, ambos numa saudação ao Brasil e a São Paulo, em que se não esqueceu o papel lusitano na unidade brasileira e no acontecimento histórico comemo-

(1) Série intitulada «A Ciência ao serviço da Humanidade».

rado, acentuando-se o enternecido carinho com que Portugal acompanha a vida e o progresso do grande País irmão.

À noite, na Academia das Ciências de Lisboa, a eloquência elegante e culta de Júlio Dantas, eminente Presidente da corporação, e o verbo inspirado e sugestivo do Embaixador Olegário Mariano, diplomata distinto que é um admirável poeta luso-brasileiro, abriram brilhantemente, com a expressiva presença do Chefe da Nação Portuguesa e do elemento oficial e acadêmico, o ciclo das comemorações no nosso País. De manhã, a Câmara Municipal de Lisboa descerrou solenemente a lápida com o nome do Padre Manuel da Nóbrega, um dos gloriosos fundadores de São Paulo, numa rua da parte nova da capital, e à tarde, com a assistência do Chefe do Estado, inaugurou no Palácio Galveias uma Exposição Comemorativa, cuja organização fora dirigida pelo ilustre director do Arquivo Histórico do Ultramar, Dr. Alberto Iria.

Mas, como disse já, o dia 25 foi, pelo mesmo fundamental motivo, assinalado com celebrações noutros pontos do País, como no Centro de Estudos Humanísticos que o Município do Porto e o Instituto de Alta Cultura criaram na cidade do Porto, e pela Universidade de Coimbra que, como a Casa do Duque de Lafões na capital, está ligada por tantos memoráveis e inextinguíveis laços à história da cultura brasileira. Recordemos, por exemplo, os nomes ilustres de: José Bonifácio de Andrada e Silva, o estadista brasileiro que foi estudante e professor em Coimbra e secretário da Academia das Ciências de Lisboa; Alexandre Rodrigues Ferreira, antigo aluno da Universidade que esta indicou para as notáveis explorações de geografia e história natural que ele realizou no interior do Brasil; um sem-número de figuras ilustres da cultura e da história do Brasil que fizeram os seus estudos em Coimbra. Numa sessão anterior, a 25, a Academia Portuguesa da História, pela palavra fluente, erudita e brilhante do seu Presidente, o Prof. Caeiro da Mata, evocara já a data que se ia pròximamente comemorar.

Em seguida ao dia 25, outras celebrações se realizavam, como em Lisboa as conferências dos ilustres historiadores Profs. Damião Peres, Orlando Ribeiro e Lopes de Almeida e rev. Domingos Maurício, no Palácio Galveias, e a conferência de quinta-feira do notável escritor e historiador Dr. Jaime Cortezão na Sala *Portugal* da Sociedade de

Geografia de Lisboa, a prestigiosa colectividade que, com a presença do Sr. Embaixador do Brasil e do Sr. Ministro Miguel Pile, presidente da Comissão Oficial Portuguesa das comemorações, assim iniciava o seu ciclo próprio destas, não podendo por todos os motivos alhear-se das mesmas, quer pela sua tradição de estudos e manifestações luso-brasileiras, quer pelas razões afectivas e históricas que a prendem, que prendem Portugal ao Brasil, quer ainda, muito especialmente, pelo valor dos argumentos geográficos na explicação científica dos acontecimentos comemorados, valor que Jaime Cortezão pôs em destacado relevo ⁽¹⁾.

A série de actos e celebrações do Centenário — como do, quase simultâneo, da reocupação de Pernambuco pelos Portugueses, após o domínio holandês ali — continua, sabendo eu, por exemplo, que o Grupo de Estudos Brasileiros do Porto tem um programa de realizações suas a tal respeito.

Por hoje, além de assinalar o que fica exposto, pretendo apenas ainda, num rapidíssimo bosquejo, salientar como São Paulo e a sua grandeza actual são consequência, resultados, de factores naturais e humanos múltiplos, e, entre estes, de factores não só individuais, por mais meritórios, heroicos e geniais que sejam — como são — mas também de factores colectivos, e ainda de factores catalíticos e de factores permanentes e contínuos, em suma de uma *sinergia*, de um *sincretismo* histórico-geográfico, que, sem diminuir o valor de cada um desses elementos causais, é além de tudo a expressão da complexidade etiológica dos processos desta ordem. Estamos todos habituados a ouvir frases destas: se não fosse Napoleão ou Alexandre terem feito isto ou aquilo, se não fosse um lance de bom ou de mau humor de um imperador, de um estadista ou de um general, a face da história teria mudado. Talvez em muitos casos assim fosse, mas muitas vezes a acção e a visão individuais não são mais do que a tradução de imperativos múltiplos, de factos e vontades pre-existentes, de potencialidades

(1) O sr. presidente da Sociedade de Geografia tratou do mesmo assunto numa conferência que, a convite do Grupo de Estudos Brasileiros do Porto e sob o título de «São Paulo no quadro geográfico sul-americano», realizou em 8 de Março no salão nobre da Faculdade de Engenharia da Universidade portuense.

várias, a expressão de um determinismo mais amplo, mais complexo e profundo.

Preston James, o geógrafo norte-americano, ocupando-se de São Paulo, diz que foi originada numa missão católica quinhentista, e, sem se deter mais no assunto, entra na conjugação dos aspectos actuais daquela cidade e do respectivo Estado com o condicionalismo geográfico correspondente. Parece-nos demasiado sumária esta referência à origem de São Paulo. Mas, até no ponto de vista dessa origem, há que invocar a genial visão do ou dos que podemos e devemos considerar o fundador ou os fundadores de São Paulo, as condições locais, as condições geográficas e históricas gerais. É inegável que Martim Afonso de Sousa, já antes da data que se comemora, teria tido, como Jaime Cortezão pôs agora em relevo na sua conferência da Sociedade de Geografia, a visão das condições privilegiadas daquelas paragens para o seu destino no povoamento, na colonização, na economia, na história política do Brasil. Mas, consciente ou inconsciente desse destino, João Ramalho já antes ali lançara as bases de um povoamento luso americano. O glorioso Padre Manuel da Nóbrega ali ergueu um colégio de jesuítas na data que se celebra presentemente, e fundou a povoação de São Paulo, para a qual vieram depois os moradores de Santo André do Campo, fundação do pioneiro da colonização portuguesa na altiplanície de Piratininga, quase a bem dizer o pioneiro da colonização portuguesa no Brasil, em larga escala e com profundas e definitivas raízes que nada mais apagará.

O cacique indígena Tiribicá, sogro de João Ramalho, foi, como outros aborígenes índios, elemento auxiliar, colaborador importante, senão é devido ao índio um papel esclarecedor decisivo, além do que desempenha na formação antropológica e psicológica da mamelucagem paulista, realizadora notável de tantos feitos brilhantes, seja nas *bandeiras* de exploração e expansão, seja no desenvolvimento maravilhoso da cidade de São Paulo. Os combatidos *reinóis* ou *emboabas*, os Portugueses recém-chegados do reino, também têm um lugar de relevo na empresa grandiosa. Quando o não tivessem, ficaria ainda grande quinhão de glória para Portugal e para os Portugueses, quer nas iniciativas da fase da fundação, quer pelo que na glória mameluca provinha do sangue luso que corria e corre nas veias dos Paulistas mais genuínos, mais autenticamente Brasileiros ou americanos de origem.

Não devemos negar, nenhum Português deve negar, a realidade e o valor do concurso que pelos séculos fora as iniciativas portuguesas vieram tendo, em São Paulo e em todo o Brasil, de múltiplos e importantes elementos de outros países, além dos aborígenes. Esse concurso começa com outro jesuíta, o Padre Anchieta, nascido nas Canárias de ascendentes espanhóis e que dali foi aos doze anos para o Brasil, nunca mais tendo voltado ao seu berço natal e tendo realizado nas terras de Santa Cruz a tarefa grandiosa de apostolado e estudo dessas terras e de da sua gente, que lhe deram a um tempo quase a glória da santidade e, de qualquer modo, a das mais maravilhosas tarefas, de altas e luminosas benemerências. Mas o Padre Anchieta, ao contrário do que se tem pretendido tendencialmente nalguns meios brasileiros, não tirou nada da sua glória como fundador de São Paulo ao Padre Manuel da Nóbrega, que o antecedeu quatro anos na sua ida para o Brasil, pois foi com o governador Tomé de Sousa em 1549, ao passo que Anchieta foi para ali com a segundo governador-geral, Duarte da Costa, em 1553 e em situação hieràrquicamente modestíssima em relação à do que foi provincial da Companhia de Jesus no Brasil. Aliás Tomé de Sousa também visitara a região de Piratininga e estivera em Santo André do Campo.

A epopeia bandeirante, que tanto ampliou e enraizou a acção politicamente unificadora e econòmicamente estimulante que os Portugueses tiveram na formação e no desenvolvimento do Brasil, exerceu-se sob várias modalidades, como estabeleceram o saudoso amigo Oliveira Vianna e o autor da *História Geral das Bandeiras Paulistas*, o também querido amigo, felizmente de boa saúde, Afonso de Taunay, além de outros autores brasileiros que, como aqueles, fazem justiça à acção portuguesa. Constituída a base de São Paulo, irradiam dali os vários tipos de bandeiras para o sul, para oeste, para noroeste, para norte e até para nordeste. Com o acrescentamento da importância e da função de São Paulo, instalavam-se pelo interior os núcleos de ocupação e povoamento. O papel inicial nessa expansão cabe sobretudo ao movimento pastoril, às empresas pecuárias, que ficaram conhecidas pelo nome de *currais*. Vieram depois a instalação agrícola, a fazenda, a sedução mineira das esmeraldas e do ouro, a indústria açucareira, o engenho, mais tarde o surto do café. E ao curral, à fazenda, ao engenho, à lavra mineira, sucediam o arraial, a povoação, a vila,

Durante o século XIX, surgiram as cidades, a estruturação política e social que originou os Estados e a federação do Brasil, por fim a urbe de tipo mais ou menos euro-americano. Alcântara Machado, na sua recepção na Academia Brasileira de Letras, começou o seu discurso (em que descreveu admiravelmente a nossa Coimbra e sem nunca ali ter estado, como lhe ouvi a ele próprio, ainda em 1934, no Rio), Alcântara Machado, repito, começava o seu discurso de ingresso na Academia com estas palavras: «Paulista sou há quatrocentos anos», palavras que denotam o vigor e a antiguidade das raízes da mentalidade e da independência paulista, as quais coexistem, aliás, (ou os implicam mesmo) com os mais nobres sentimentos de patriotismo brasileiro, uma generosa e grata admiração pelo esforço luso na génese e na prosperidade do grande país sul-americano. A documentação que ele publicou na sua notável *A Vida e a Morte do Bandeirante* instrui-nos eloquentemente sobre a psicologia do paulista nesse período histórico. Recentemente li os interessantíssimos trabalhos de Richard Morse, da Universidade de Columbia, de Nova Iorque, sobre a evolução de São Paulo no século XIX, durante o qual ela passa da condição quase provinciana ou semi-rural à de urbe grandiosa, núcleo activo de concentração e irradiação culturais e económicas, em proporções que mal se poderiam imaginar nos começos humildes, a partir de S. Vicente e de Santo André do Campo, mesmo na São Paulo erguida pelo Padre Manuel da Nóbrega com o colégio jesuítico da Piratininga, e até ainda na São Paulo provinciana do meado do século XIX.

Estudos importantes de demografia, sociologia, antropologia física e cultural, ecologia humana, etc., honram a cultura paulista contemporânea, como outras manifestações de labor científico, cujo esboço ficará para outro ensejo. Por hoje direi que aqueles estudos dão a medida do progresso de São Paulo, da sua importância funcional, não apenas no quadro da vida brasileira mas no da América do Sul. Trajectória empolgante e assombrosa a do núcleo de povoamento, cujas humildes origens agora se celebram e cuja antevisão pelos fundadores de São Paulo é nimbada pelos fulgores da divinação genial e pelo esplendor de uma glória imorredoura».

*

Discurso do Senhor Doutor Júlio Dantas, ilustre Presidente da Academia de Ciências de Lisboa:

«A fundação da vila de S. Paulo de Piratininga pelos Portugueses, nos meados do Século XVI, revestiu-se de um duplo interesse para Portugal, para o Brasil e para o Mundo. Em primeiro lugar, porque, no Alto da Serra do Mar, a nove léguas da costa, é hoje uma das maiores cidades da América, metrópole deslumbrante de mais de dois milhões de almas, onde trabalham os mais laboriosos povos da Europa e da Ásia — portugueses, italianos, espanhóis, franceses, alemães, russos, sírios, arménios, japoneses e chineses; em segundo lugar, porque a primitiva povoação de S. Paulo — mão cheia de casas que mal cabiam num ninho de andorinha, pobre burgo apostólico que se tornou, mercê das suas condições de defesa e da direcção das suas estradas fluviais, o centro de onde irradiou o verdadeiro movimento de expansão, de penetração e domínio, que ia abrir à Coroa de Portugal as maravilhas do sertão americano.

.....
Três homens foram os fundadores: *Manuel da Nóbrega*, chegado em 1549 na armada de Tomé de Sousa — pulso de ferro, vontade forte, primeiro grande estadista brasileiro; *José de Anchieta*, o S. Francisco de Assis do sertão americano, prodígio de humildes, milagre de fé, que ajudou com as suas mãos débeis a construir o Colégio, que desbravou os caminhos da Serra, aprendeu o Tupi, compôs a primeira gramática da língua geral, escreveu na areia da praia, com o seu báculo, o primeiro poema — «Virgem que o Brasil conheceu»; o velho *João Ramalho Maldonado*, de Vouzela, arribado à América, quarenta anos antes de Manuel da Nóbrega, degredado ou naufrago, povoador número um do Brasil, desde 1530 guarda-mór das terras altas em nome de El-Rei D. João III, Beirão duro, fragueiro, hirsuto, sem um cabelo branco na cabeça e na barba aos sessenta e cinco anos, andando sem fadiga nove léguas por dia, o primeiro *homem das botas*, que atirou fraternalmente índios e jesuítas para os braços uns dos outros e abriu à Civilização o «Inferno Verde» da Floresta Brasileira.»



JOÃO RAMALHO, NA FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

CONCLUSÕES DO SR. PROF. DOUTOR MARQUES GUEDES

(Artigo do *Primeiro de Janeiro* — Porto)

.....
«Estão, pois, em presença três teses sobre a fundação de São Paulo:

I — a de que o primitivo núcleo da cidade foi o aldeamento de Santo André, fundado no Planalto de Piratininga pelo português João Ramalho Maldonado da vila beiroa de Vouzela e habitado por ele e pela sua numerosíssima prole...;

II — a de que a origem de São Paulo foi a aldeia ali fundada em torno do Colégio estabelecido pelo P.^o Nóbrega, aldeamento no qual veio a fundir-se o de João Ramalho;

III — a de que a cidade de São Paulo foi fundada naquele planalto para ser a capital política da colónia, pelo almirante Martim Afonso de Sousa, mandado pelo Rei D. João III para expulsar da costa os corsários franceses e para tal munido de poderes que faziam dele o Governador das terras oficialmente reconhecidas por Pedralvares.

.....

A tese do João Ramalho, de que se fez eco, com brilho e vigor, o emérito Presidente da Academia, é a que se me afigura de aceitar.

É incontroverso e incontrovertível que um português, de nome João Ramalho Maldonado, já estava estabelecido no Piratininga, quando ali chegaram os portugueses, que tinham subido de Santos pela Serra do Mar.

.....

Seja como for, bem poderiam afinal conciliar-se as duas teses. (primeira e segunda).

Das duas aldeias, a que prevaleceu, absorvendo a outra, foi a de São Paulo, que veio afinal a dar o nome à cidade. Mas a prioridade cronológica coube, sem dúvida, à de Santo André.

«A terceira tese foi defendida por Jaime Cortesão, na Sociedade de Geografia, onde explanou sugestivamente, com a sua reconhecida autoridade de historiador e cartógrafo, que a vila de São Paulo foi escolhida por Martim Afonso de Sousa com intenções políticas e estratégicas, no centro de uma Rosa de Ventos, que comandava todas as direcções da expansão colonizadora e que, seguindo os cursos dos grandes rios da região, olhava para a outra Banda do Atlântico, para Angola, que haveria de ser o reservatório da mão-de-obra escrava para as fazendas e os engenhos dos açúcares do Nordeste.»

VII

Factos e documentos que explicam as relações pouco amistosas existentes entre alguns jesuítas e João Ramalho:

*

«Os jesuítas da idade heróica da Companhia no Brasil eram homens empolgados pela mais violenta ascese de fé, naquele surto de extraordinária veemência da era de S. Francisco Xavier.»

*

«O P.^o Leonardo Nunes pretendia o saneamento moral contra as mancebias, saneamento social contra o cativo injusto dos índios.»

*

«João Ramalho—escreveu o ilustre jesuíta P.^o Serafim Leite—era casado em Portugal, quando chegou ao Brasil e juntou-se com várias mulheres, entre as quais Bártira, filha de Tibiriçá. A sua influência era incontestada, mas a sua situação de família irregular, o que levou o vigário da terra a excomungá-lo.»

*

«Porque esta terra está tão estragada que é necessário levantar alicerces de novo — afirmou o Apóstolo ao acusar Ramalho — «o mais antigo dela, cuja vida toda e a dos filhos era conforme à dos índios e uma «pedra scandali» para nós, porque a sua vida é principal estorvo para com a gentildade que temos, por ser ele muito conhecido e muito aparentado com os índios.»

*

«Indo o P.^o Leonardo de Sousa a Santo André, vendo entrar o velho português na tosca capelinha, onde dizia missa, convidou-o a retirar-se. Depois da missa, o P.^o Nunes foi ameaçado com um varapau por J. Ramalho e seus filhos.»

*

«Mostrava-se Ramalho recalcitrante em ceder às exigências dos missionários e irritado porque estes lhe não levantaram a excomunhão e acusou alguns padres de também pecarem contra a castidade, o que levou Nóbrega a tomar drásticas medidas acerca dos seus colaboradores, depois de averiguar que era verdadeira a acusação contra um deles (mameluco).»

*

«Tanto Ramalho com seus filhos não simpatizavam com os jesuítas, porque estes lhe tiravam os índios dos seus trabalhos e, depois de estabelecida a povoação de Piratininga, eles se opuseram ao aumento de Santo André, acabando por pedir a Mem de Sá que obrigasse aqueles a viver em São Paulo.»

*

«Desde que Nóbrega conheceu Ramalho ficaram amigos. Nas cartas de Anchieta, ainda se encontrará contra seus filhos e contra ele próprio alguma catilinária; nas do Superior, não. Parece que a escolha do dia consagrado à morte de S. João Baptista (29-9-1553) obedecia a uma intenção de obséquio ao velho chefe branco do Planalto.»

«E como remate ou ponto final nestes dissídios, vamos transcrever de páginas 123 e seguintes do livro *João Ramalho* de Afonso Taunay — a carta do P.^o Manuel da Nóbrega, enviada por este ao P.^o Luís Gonçalves da Câmara, em 31 de Agosto de 1553:

«I. H. S. Pax Christi. Esta escrevo a V. R.^a, estando no sertão desta capitania de S. Vicente, onde fiquei este ano, vindo da armada».

.....

Neste campo está João Ramalho, o mais antigo homem que está nesta terra. Tem muitos filhos e é muito aparentado em todo este sertão. E o mais velho deles levou agora comigo ao sertão por mais autorizar o nosso ministério. João Ramalho é muito conhecido e venerado entre os gentios, e tem filhas casadas com os principais desta Capitania e todos estes filhos e filhas são duma índia filha dos maiores e mais principais desta terra. De maneira que nele e nela e em seus filhos esperamos ter grande meio para a conversão desses gentios. Este homem, para minha ajuda, é parente do P.^o Paiva e cá se conheceram. Quando veio da terra, que haverá 40 anos e mais, deixou a sua mulher lá viva, e nunca mais se soube dela, mas que lhe parece que deve ser morta. Deseja casar-se com a mãe destes seus filhos. Já para lá se escreveu e nunca veio resposta deste seu negócio. Portanto, é necessário que V.^a Rev.^a envie logo a Vouzela, terra do P.^o Mestre Simão, e da parte de Nosso Senhor lho requeira, porque, se este homem estiver em estado de graça, fará Nosso Senhor por ele muito nesta terra.

.....

Já tenho escrito que nos alcancem do Papa faculdade para nos dispensar em todos estes casos, com os homens que andam nestas partes infieis. Porque uns dormem com duas irmãs e desejam, depois que têm filhos uma, casar-se com ela e não podem.

.....

Se o Núncio tiver poder, hajam dele dispensa particular para este mesmo João Ramalho poder casar com esta índia, não obstante que houvesse conhecido outra irmã e quaisquer outras parentes dela.

.....

Nisto se fará grande serviço a Nosso Senhor. E se isto custar alguma coisa, ele o enviará de cá em açúcar. Haja lá algum virtuoso que lhe empreste, porquanto um achei nestas necessidades e com grande desejo de ver tantas almas remediadas».

*

«Julga Serafim Leite que «as investigações efectuadas em Vouzela deram, de certo, resultados positivos, a saber, a existência, ainda ali, da legítima esposa de João Ramalho.

.....

O caso teve solução, embora se ignore qual fosse, mas o certo é que uma carta de Nóbrega de 1545 diz que, posto remédio, «gosam já de paz e tranquilidade».

A excomunhão, em que incorrera o povoador, antes e independentemente da chegada dos jesuítas, foi também levantada».

«Acostumado à liberdade agreste e autoritária do campo, vivia retirado da vila e não queria nada nem com brancos nem com padres.»

Em 1568, estando doente, foi confessado e comungou. Salvou-se da enfermidade e ainda viveu alguns anos. Em 1580, testou, não figurando, como sua mulher, Isabel, mas sim como criada, no instrumento notarial. Não sendo possível o matrimónio, por causa da existência certa ou presumível da mulher legítima, nem sendo praticável a separação de Isabel, por causa de tantos filhos e sobretudo por causa da avançada idade de ambos, crê-se que a solução teria sido abandonar Isabel o título de esposa e tomarem o compromisso de que guardariam continência (*João Ramalho*, pág. 127).

*

VIII

VILA DE SANTO ANDRÉ DA BORDA DO CAMPO

O PAÇO MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ — O PELOURINHO —
AS POSTURAS MUNICIPAIS — NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO
DO POVOADO E SUA ORGÂNICA ADMINISTRATIVA,
JUDICIAL, ECONÓMICA E MILITAR. DIVERSOS CARGOS

Mesmo sem vastos e profundos conhecimentos da Pré-História e ciências subsidiárias ou auxiliares, todos sabemos, melhor ou pior, que a vida do homem começou, no nomadismo, pela caça e pela pesca,

seguida, no sedentarismo, pela pastorícia e cultura do solo. Assim, temos, na primeira fase, a dura vida das tendas e das cavernas; na segunda, a vida das citânias e dos castros, com os seus *fundus* ou quintas, evoluindo até à *villae*, *aldeia* e *cidade*. Por outras palavras, estabelecido e enraizado nos costumes e espírito de *vizinhança*, nasceu a aldeia e a vila, que, engrossando ou alargando-se, deu o *concelho*, com o seu foral e vida social organizada em municípios, quando da dominação romana no *Mundo Antigo*.

Iniciada a ocupação lusitana no Brasil, mergulhado na selvajaria e com suas raças e tribos antropófagas, guerreando-se constantemente, a estruturação do *Mundo Novo* foi obra digna dum Hércules.

A tal respeito, lemos algures: o Brasil é a consequência dos esforços dum só povo: o português, auxiliado pelo *mameluco*, sua criação étnica, e pelo escravo negro, numa época em que todos os povos da Europa utilizavam ainda os escravos.»

*

«Havia na vila ramalhense uma palhoça, pelo menos, destinada a reuniões da nóvel municipalidade, pois em diversos pontos aludem os termos às *casas do côselho desta dyta vila*. Em sua praça principal, erguia-se o pelourinho.»

*

Ordenado o pagamento a *bastião roiz* quinhentos reis «de feitio e carregamento de *huns septos* para o pelourinho e de *does banquos*».

*

Requeru o procurador Francisco Pires aos vereadores que mandassem pôr no pelourinho argola e cepo «como em as *vyllas e sydades* se costumava» e foi-lhe respondido que «no presente não tinha o *concelho* dinheiro e era pobre e o não podia fazer».

*

No inventário dos bens municipais de 1556, registavam-se «umas *balanças de pau*, com um peso de ferro de quatro *arrateis*».

*

O juiz Paulo de Proença, chefe do executivo municipal, condenou o João Pires Gago — por não ter mandado «halimpar os monturos» — em quinhentos reis de multa. Reclamou da exorbitância, mas não foi atendido.

*

Os vereadores, quando não compareciam às sessões, eram multados em «um tostão branco».

*

Aos juizes, prefeitos da época, pagavam-se apenas oitocentos reis anuais: dous cruzados.

Em 1555, demitia-se o juiz Francisco Alves e reclamava da Câmara os trezentos reis de saldo de propinas, que lhe ficou a dever a municipalidade. Foi-lhe deferido, mas apenas depois de prestar contas.

*

«Às eleições municipais convocavam-se todos os moradores: era o sufrágio universal em Santo André. Assim, consta da acta de 3-11-1555 que, «havendo os officiaes mandado chamar o povo, cada um deu a sua voz de procurador do concelho», saindo «por vozes da dita câmara» Alvaro Annes, morador na dita villa. Convocado o eleito, compareceu logo e prestou juramento aos «santos havangelhos».

*

Para fazer uma praça dos bens de orfãos, nomeou-se um porteiro «ad hoc», para servir na dita praça», mas por eleição popular.

*

Emprestava a municipalidade dinheiro aos seus munícipes. A João Pires Gago exigiu-se a caução dum arcabuz e dum machado.

*

A 12-2-1556, apregoando o almotacé Paulo Proença as novas posturas municipais, declarou que a medida de meio alqueire fora afe-rida pela de Santos, afirmando que por ela pagara dous tostões.

*

As concessões de terrenos, no rocio da vila, fazia-as Braz Cubas — natural do Porto (Metrópole) e fundador de Santos — como capi-tão-mór e ouvidor da Companhia de São Vicente — ou o próprio poder municipal.

*

Baltazar Nunes requereu «para se alargar para a beira do campo, visto ter necessidade que lhe dessem terra». Despachou o juiz António Cubas que os oficiais demarcassem o lote concedido e cobrassem «dous tostões», visto o concelho *ser* pobre.

*

Deliberou-se em sessão que «quem tiver terra no termo da vila seja obrigado, dentro dum ano, a fazer casa. Quem tiver concessão de *sesmaria*, era obrigado, dentro dum ano, a «pratar mātintos, em a dita terra, sob pena de a perder por voluta e os capitães a poderem dar a queê a pedir».

*

Na sessão da Câmara de 12-2-1556, requereu o procurador Gonçalo Fernandes o cumprimento das posturas sobre «vaquas e por-quos não apastorados», que seriam multados em um tostão por cabeça e recolheriam ao curral do concelho. Havendo reclamado os pobres e pedido a substituição da multa por outra que «fosse honesta» foi reduzida a meio tostão. E outrossim se pagasse por cabeça de porco um vintem.

*

Defendiam os cultivadores as roças, matando o gado às frechadas. A 23-9-1556, ordenou a câmara aos criadores que, dentro dum mês, «tapassem ou guardassem as suas roças, de maneira que não recebesse o povo perda».

«Em 1557, determinou-se que, dentro dos muros da vila, se não admittissem privadas, pelo seu mau cheiro de que se queixavam muytos». Multa de dez tostões a quem desobedecesse».

Numa povoação de palhoças instituiu-se, em 29-8-1556, «uma pena de 50 reis a quem das cerquas da villa para dentro» usasse tirar fogo sem ser em panela».

*

«A João Ramalho, como capitão-mor e alcaide-mor e guarda deste câçpo, requeria o procurador Francisco Pires, a 30-7-1557, que não cumprisse o mandado da capitania de S. Vicente para irem homens para a fortaleza de Bertioga e que mandasse os homens que estavam fora «vyr a vyber em a villa por serviço de Ds. e del Rey nosso sôr».

*

Houve também notícia que certos homens pretendiam emigrar e que «serto ome hos cõmpelia p.^a que cõ elle fossem p.^a ho mar». Se isto continuasse, o engajador seria multado em *quinze cruzados*.

*

A 10-9-1556 mandou multar em quinhentos reis Diogo Freire por sair da vila sem licença e a 21-8-57 a Câmara tomou providências contra o costume perigoso dos moradores se irem todos a um tempo para as suas roças. Se tal se fizesse, «fycava a villa sem gente»; deveria sair «a metade hũ dya, outra metade outro dya, de maneira que não fique a vylla sem jente», e quem fizer o contrário será multado em cento e cinquenta reis «por quada vez que fosse achado».

*

Fica João Ramalho encarregado de não deixar passar para o sertão pessoa alguma, sem autorização do capitão-mór de S. Vicente.

*

Embora houvesse necessidade de povoar S. André, impunha-se apenas aceitar, como moradores, brancos e índios sadios e fortes. Tinha a Câmara de decidir da sua admissão na vila e assim, a 7-11-56, Manuel Ribeiro requeria que o houvessem como seu morador, alegando que, «na vila, tinha casa e roças e vacas e mulher». Foi deferida a petição.

*

A 8-1-1557, protestava a Câmara contra o procedimento do capitão-mor Jorge Ferreira pelo facto de se recusar a despachar papéis relativos ao renovamento da municipalidade, ameaçando responsabilizá-lo pelas «denefycações da vylla e bês d'orfão, que por falta de justiça» se perdessem.

*

Os novos edis juraram aos «sãotos avãogelhos» bem cumprirem o seu mandato e «cõ sãs cõsyemcyas hos sobreditos fizessem justiça às parte e guardassem ho segredo da justiça»; e tomando o compromisso «pormetiam a bem da vylla e proll do povo a fazer pollo juramento que tomarão».

*

Em sessão de 12-2-1556, Gonçalo Fernandes, procurador do povo, pedia a destituição do escrivão Simão Jorge, pois desempenharia «grão cargo de consciência» ocupá-lo este funcionário, porque pencia a Justiça.

*

Desta organização administrativa e militar resultou que J. Ramalho, governando oitocentos brancos apenas, podia pôr em campanha

«cinco mil arcos». Apesar disso, como já foi dito, acatou a ordem de Mem de Sá e arrazou a sua vila e com seus filhos foi morar junto àqueles «cujos intentos eram diametralmente opostos aos seus», na frase exacta de Frei Gaspar da Madre de Deus.

*

Extinta a vila de Santo André e criada a de S. Paulo, após o ataque dos Tamóios, tomava a última Câmara a deliberação de que «nenhum homem morador em S. Paulo dali se ausentasse sem licença dos officiais, sob pena de multa de cinco cruzados e seis meses de degredo», igual pena cumprindo, por inspiração de João Ramalho, aqueles que porfiavam residir fora do recinto fortificado. Foram também proibidas as viagens para o Mar.

*

Em 1563, como também já foi escrito, a Câmara reclamava de João Ramalho providências contra a escassez da pólvora e dos paiois.

*

Quando em 1573, Ramalho, já homisiado na selva do Paraíba, voltou a S. Paulo, hospedou-se em casa de Luís Martins, diz a acta da Câmara de quinze de Fevereiro. Ali foi instado pelo Concelho, para que aceitasse a eleição, o que ele recusou.

*

Texto duma acta:

«Aos outo dyas do mes de fevereiro da dyta era asyma escryta se ajūtaram hos ofysyaes da caza do cōselho aōde derão jurãm. to a symão Jorge e a João Ramalho a saber a João Ramalho de vereador e a symão Jorge de juyz ordinayro desta dyta villa e llogo perãote mym lhe foy dado juram.to dos sãotos evãogelhos em que puzerão a

mão que bem e verdadeyram.te e cõ sãs cõsyensyas farão seus ofysyos segũdo o sôr Ds lhes der a emtêder em que prmeterão faze verdade como dyto tenho e o asynarão todos aquy. Eu Dyoguo fiz escryvã da camara ho escrevy. E o dyto juram.to foi dado em esta camara e casa do cõselho e o vereador f.co Alvaro enes e o asynarão como dyto tenho Eu sobredito que ho escrevy — Simão Jorge J.º ⊃ Ramalho. Alvaro Annes.

*

CARGOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO
DE SANTO ANDRÊ

ANO DE 1555

Juises: Paulo Proença, Francisco Alves, António Cubas.

Vereador: Garcia Rodrigues.

Procurador do Concelho: João Fernandes, Alvaro Annes.

Escrivão: Gaspar Nogueira.

Almotacés: João Pires Gago, Alvaro Annes, António Cubas.

Alcaide: Francisco Alves, João Galego, Baltazar Nunes.

Aferidor: João Rodrigues.

ANO DE 1556

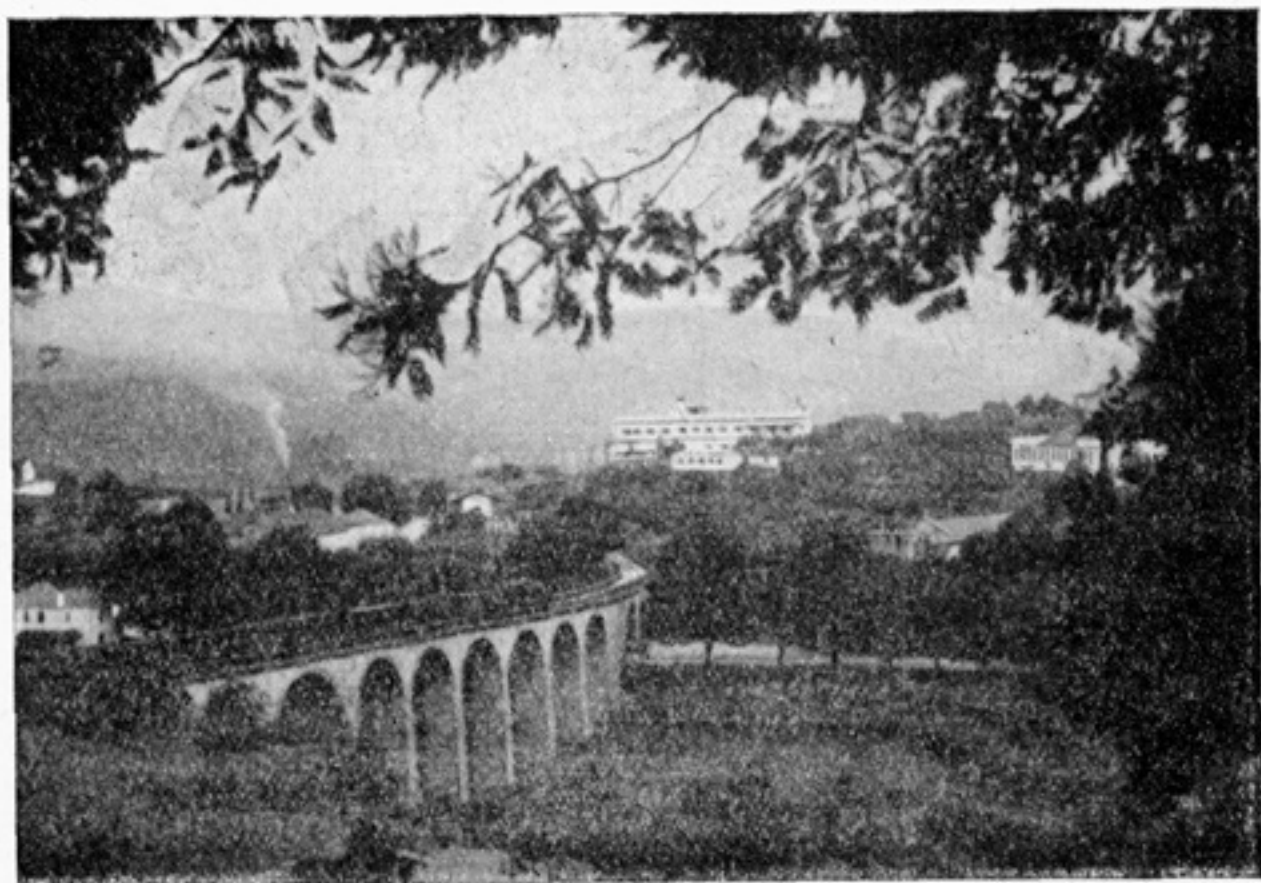
.....
Rendeiro: João Galego.

Capitão e alcaide-mór: João Ramalho.

ANO DE 1557

.....
Porteiro: João Galego.

Alcaide-mór: João Ramalho.



Ponte do Caminho de Ferro e Palácio-Hotel Mira Vouga — Vouzela

IX

BANDEIRANTES

A EPOPEIA DOS BANDEIRANTES,
SEGUNDO O SENHOR DOUTOR JÚLIO DANTAS.

JOÃO RAMALHO E OUTROS BANDEIRANTES

*

«Pela Páscoa — quando o gramal verde recobria os campos como um tapete real, as primeiras colunas de ocupação caminhavam para o Oeste, seguindo as linhas de água, colunas de soldados, de agricultores, de escravos negros dos engenhos?

Não. Colunas de gado, manadas de bois ruivos e pacíficos, que iam tomar posse da terra, fixando, onde conviesse, os currais, núcleos das futuras povoações. À frente dessas manadas intermináveis, que avançavam sempre, houvesse o que houvesse, pelas quebradas, pelas coi-

badas, pelos ribeirões, ia a cavalo, impassível, o «Vaqueiro», não apenas um homem, mas, no Brasil heróico, uma instituição — centauro de bronze, com a sua vara ferrada, o seu largo chapéu de coiro, a sua faca e a sua forquilha, «lusíada do sertão», como lhe chamou Pedro Calmon, para quem não havia selvas, nem feras, nem raios, nem tempestades capazes de o deter, na sua marcha implacável.

Depois, em seguida ao gado, avançou o homem. A vila de S. Paulo constituiu-se centro de organização das «Bandeiras», a princípio simples empresas de povoamento; depois, incursões armadas para a caça do índio, cujo braço era necessário à economia da grei; e por último os Bandeirantes — mais trágicos ainda, da caça ao ouro e aos diamantes, bandos organizados de mulatos e de mamelucos — bravos como a bravura, obra do sangue português, armados até aos dentes de arcabuzes, de trabucos, de clavinotes, de machados, seguidos de um tropel de índios e de negros, mineiros, garimpeiros, faiscadores, e comandados por um *capitão do mato*, paulista ou vicentino, esbelto senhor branco de engenhos e de curral e quem diz branco diz português, ou neo-português, atirado de repente para a opulência ou para a morte.

Atrás das bandeiras desfraldadas, torrentes humanas, arrastavam-se, dia e noite, pelas planícies e pelas florestas, lutavam com os índios e com as onças, escalavam as montanhas inacessíveis, morriam afogados nos pântanos em que se debruçavam para beber, caíam devoradas de febre, rolavam pelos desfiladeiros, de fraguedo em fraguedo, esfarrapadas, despedaçadas, iluminadas de fé, de ambição e martírio.

*

João Ramalho é «o pró-homem, o Patriarca das Bandeiras prodigiosas, anexadoras de milhões de quilómetros quadrados — castelhanas à fé dos tratados — ao nosso *Património Nacional*. Se a preciência dos séculos lhe foi apanágio, deve o imortal alcaide-mór do Campo ter expirado à feição dos homens que antevêm a vastidão das grandes obras, de que foram iniciadores. A sua descendência inumerável e impetuosa assegurara já a obra de expansão, depois levada a cabo. E um por um desfilam depois os Bandeirantes, já de calções de couro, nos exércitos de S. Paulo, em demanda do sertão.

É a bisneta de Ramalho — *Bernarda Luíz*, filha do Carvoeiro, antepassada dos Buenos, com a sua mesnada de sertanistas ilustres: o primeiro em Anhanguera e o segundo, incorporando a vastidão goiana do Brasil.

É *Jerónimo Bueno*, indo de longada perecer às mãos dos *Guia-crús*, junto do Paraguai.

É a terneta *Leonor Domingues*, a matriarca dos *Camargos*, era *Fernando Camargo Ortiz*, que iria varrer os guerens das margens do *Paraguassú*.

Era *Tomás Lopes Camargo*, que, no Espinhaço, minerava o ouro e fundava a vila do Ouro Preto. Era depois o apossador do Piauí, aquele formidável *Domingos Jorge Velho*, terno de sua filha *Antónia de Macedo*, um dos indomáveis vencedores do deserto.

Era o maior de todos os sertanistas, *António Raposo Tavares*, que batia os leões castelhanos, obrigando-os a deixar o *Guará* deserto.

Eram ainda os feitos das bandeiras de S. Paulo, com os mineradores do ouro de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, com a arrancada que daria o Rio Grande do Sul ao Brasil, com o arredondamento do Império Luso-Brasileiro, na Colónia do Sacramento.

Era o Ciclo de *Fernão Dias Pais*, *Sebastião Pais de Barros*, *Brites Peixoto*, *Moreira Cabral*, *Morais Navarro* e tantos outros.

Cristalizava-se o Brasil ao Sul, enquanto na Amazónia *Pedro Teixeira* ia até à Foz do Napo, alguns anos antes dos paulistas de *António Raposo Tavares* sulcarem as águas do Rio Maior, executando o maior períplo da história da descoberta continental sob um comando lusíada, que pode ombrear com *Bartolomeu Dias* e *D. João de Castro*. (Veja-se *João Ramalho*, pág. 44 e verso).

*

X

JOÃO RAMALHO E SUA DESCENDÊNCIA NO BRASIL

NOTAS GENEALÓGICAS

Dissemos já noutro lugar que *João Ramalho* havia constituído o seu lar, em *Santo André da Borda do Campo*, com *Bártira*, filha de *Tibiriçá*, ao depois baptizada com o nome de *Isabel Dias*.

Deste casal, resultou, segundo Américo de Moura, a seguinte descendência, em parte também já referida:

I — *André Ramalho*, nascido entre 1513 e 1520, talvez o primogénito e desta forma o escolhido para guia do Padre Nóbrega, em 1553, quando este subiu, pela primeira vez, ao Planalto. Em 1556, André Ramalho já tinha roças em S. André. Foi almotacé em 1557 e casou com Ana Pais.

II — Joana Ramalho nasceu entre 1515-1522 e casou, antes de 1540, com Jorge Ferreira, capitão loco-tenente de S. Vicente de 1543-51 do Donatário de S. Amaro; e de 1567 a 1571 foi capitão-mór de S. Vicente.

Estabeleceu os cunhados na Ilha de Guiabé; abriu o primeiro caminho entre Santos e S. Vicente; vendeu terras a Braz Cubas e foi Condestável da fortaleza de Bertioga, em 1552.

III — *Victório Ramalho* nasceu entre 1516-1526.

IV — *António de Macedo* nasceu entre 1521-1528 e teve terras com os seus irmãos em Guiabé e, em 1580, uma «sesmaria», com o pai e os irmãos, para os lados do Ururai.

V — *Helena de Macedo*.

VI — *Afonso Dias*, filho ou, talvez melhor, neto de João Ramalho.

VII — *Francisco Ramalho de Macedo* — O Tamurutaca — senhor da aldeia de Guanga, falecido em 1618. Foi personagem de grande relevo, nos primeiros anos de S. Paulo e soldado da Bandeira de seu Pai.

VIII — *Isabel Cubas*, casada com o seu parente Afonso Dias, do qual foi a segunda mulher.

IX — *Marcos Ramalho*, nascido entre 1523-1530.

X — *Antónia Quaresma*, nascida entre 1517-1534 e casada, ao que se disse, com Bartolomeu Camacho.

*

Embora não constem do testamento de João Ramalho — feito em 3-5-1580 — no tabelião de S. Paulo Lourenço Vaz — e com

a assistência de Pedro Dias e quatro testemunhas—Silva Leme cita-lhe ainda os seguintes filhos:

XI — *Catarina Ramalho*, ascendente do Bispo Conde de Coimbra D. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho — sétimo neto de João Ramalho — que viveu nos começos do século XIX. Foi este prelado, que, vangloriando-se da sua ascendência nobre do Patriarca, se opôs ao casamento dum parente com uma simples burguesinha. *Catarina Ramalho* casou com Gonçalo Camacho; deste casal nasceu Ana Camacho, casada, por sua vez com Domingos Luís — o Carvoeiro; e deste último casal descendeu Bernarda Luís Camacho, casada com Amador Bueno da Ribeira.

XII — Ainda é citada, como filha de João Ramalho, *Beatriz*, casada com Lopo Dias. Entretanto, como também lemos noutros documentos, é mais natural que esta *Beatriz* fosse filha de Tibiriçá e, portanto, cunhada de João Ramalho.

XI

OS RAMALHOS DE PORTUGAL E SEUS PARENTES

«*A família deste apelido já existia no séc. XI, porque um Gonçalo Nunes Ramalho casou com Ana de Gouveia, filha de João de Gouveia, senhor de Valhelhas, Almendra, Castelo Melhor, Castelo Bom, etc., e de sua mulher Leonor Gonçalves Ataíde, dos quais procedem os Ramalhos de Queiroz, conforme parece. O apelido, pela ausência de preposição, mostra vir de alcunha. Assinalam-lhe armas esquarteladas (citadas noutro lugar). Estas armas são as de Queiroz, que vinham de Ana de Gouveia, por sua avó paterna, Leonor Alves de Queiroz, filha de Fernão Álvares de Queiroz, fidalgo galego, que passou a Portugal e que teve o senhorio de muitas terras, entre elas as de Valhelhas*» (1).

(1) Vide *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. xxiv.

ARVORE GENEALÓGICA N.º 1

TORRE DO TOMBO

Ramalhos — Mesa Censória — Geneal — Maço 4 — N.º 331

Ramalhos

§ 1

- 3 — *Luís Ramalho casou com Luísa Botelho, filha de..., e tiverão:*
- 4 — *Lourenço Ramalho. Casou com D. Maria Botelho, filha de Sebastião Botelho e de D. Violante Rodrigues, e tiverão:*
- 5 — *Manuel Ramalho Botelho, que casou com D. Lucrecia e Maria Ramalho, sem geração.*
- 5 A — *Luís Botelho.*
- 5 B — *D. Anna Ramalho Botelho, mulher de seu 2.º primo Manuel Ramalho Botelho, com geração.*

§ 2

- 2 — *D. Maria Ramalho, filha de..., casou com João Pedro Machado, filho de... e de S. Romão de Argos, e tiverão:*
- 3 — *Manuel Ramalho Botelho. Casou com D. Barbara Malheiro, filha de João Machado e de D. Bernarda Malheiro e tiverão:*
- 4 — *Manuel Ramalho Botelho. Casou com sua prima D. Anna Ramalho Botelho, filha de Lourenço Ramalho e de Maria Botelho (§ 1) e tiverão:*
- 5 — *Fr. Manuel de Santa Tereza, carmelita.*
- 4 A — *D. Luís de..., frade crúzio.*
- 5 B — *Lourenço.*
- 5 C — *Francisco.*
- 5 D — *Alexandre.*

5 E — D. Ricarda Inácia, mulher de Francisco Mendes Pinto,
5 F — Rosa; 5 G — D. Jacinta; 5 H — D. Angélica.

Nota:

Estes elementos foram-nos fornecidos pelo sr. Dr. Alcino Manuel da Silva, da Torre do Tombo.

ÁRVORE N.º 2

Ramalhos

N.º I — *Pedro Gonçalves Ramalho*, filho de..., casou com Joana Mendes da Silva, irmã de Custódio da Silva, pai doutro Pedro Silva.

Tiveram:

N.º II — *Vasco Ramalho*, casado em 1557 com Maria Rodrigues, filha de Francisco Dias e de Inês Gomes. Vasco Ramalho foi Juiz de Borba.

Tiveram:

- a) Padre Francisco Dias, que instituiu Capela;
- b) Maria da Silva, que casou com Bento Dias Painho.

Vide título Painhos.

c) Joana Mendes, a quem seu irmão Padre Francisco deixou 200\$00 mil reis para o seu casamento.

N.º II A — Padre Luís Ramiro da Silva.

N.º II B — *Margarida Vaz*, filha de Pedro Ramalho — N.º I. — c.c. Rui Gomes Gatão.

Tiveram:

III — *Maria Martins* — c.c. Luís Mendes Pipeiro.

Tiveram:

- a) João Gomes;
- b) Maria Gomes — casada c. João Pipeiro e do casal nasceu Catarina de Oliveira Franco — Vide título *Velhos*.

c) António Mendes Pipeiro, c.c. Isabel Freire de S. Tiago, em 1640, em Rio de Moínhos (Castendo).

Tiveram:

IV — D. Maria Freire, c.c. Belchior Cordeiro.

Vide título Lameiras.

V — O n.º III A — João Gomes Pipeiro — filho de Maria Mz — c.c. Constância Caiola.

Tiveram:

VI — *Luís Mendes da Silva*, que fez uma justificação de Nobreza, no qual jurou o Padre Luís Ramalho, Francisco Dias Pericoto e Luís Alves Pericoto — e foi escrivão Manuel Mendes Coelho, como se diz no título *Pericotos*. Vide Felgueiras Gayo — Tomo 25.º

ÁRVORE N.º 3

RAMALHOS DE FATAUNÇOS (VOUZELA)

1.º RAMO

I — *José Cardoso Homem de Figueiredo* casou com Maria do Carmo, filha de Francisco Marques e de Bárbara Joaquina.

IA — João Cardoso, irmão de José Cardoso Homem de Figueiredo, casou com Ana de Sousa.

O casal n.º I teve:

II — *Carlos de Sousa Ramalho* — professor do Banho, freguesia de Várzea — casado com *Maria José de Sousa Ramalho*, ambos de Fataunços.

Tiveram:

III — *Aires de Sousa Ramalho*, nascido em 24-3-1871, c.c. D. Amélia Marques de Sousa Ramalho, sua prima (abaixo).

III A — *Gualdim de Sousa Ramalho* — nascido em 15-2-1877.

III B — *Américo de Sousa Ramalho* — nascido em 19-1-1880.

III C — *Ana de Sousa Ramalho*, casada com o Major Fernandes, nasceu em 21-6-1874.

Tiveram:

IV — Tenente Coronel Ramalho Fernandes, distinto oficial da G. N. R. em Coimbra, c. geração:

IV A — Major Luís Gastão Ramalho Fernandes.

2.º RAMO

I — *António Marques de Sousa Ramalho* — c. c. Joaquina de Sousa Ramalho — filha de José Fernandes da Corredoura e de Maria da Nazaret — de Vermilhas.

Tiveram:

II — *José Marques de Sousa Ramalho* — c.c. Joaquina Maria do Rosário.

Tiveram:

III — *Padre Amadeu de Sousa Ramalho* — nascido em 18-8-1886.

III A — *Padre António de Sousa Ramalho* — nascido em 6-3-1876. Prior da Conceição Nova — Lisboa — Falecido.

III B — *José de Sousa Ramalho* — nascido em 8-1-1873. C. geração.

III C — *D. Amélia de Sousa Ramalho* — nasceu em 17-1-1875. Casou com seu primo Aires (acima).

ÁRVORE N.º 4

HOMENS, LOUREIROS E SEQUEIRAS, DE VENTOSA,
S. PEDRO DO SUL, E DE FATAUNÇOS

I — *António Homem de Loureiro Sequeira* casou com *Maria José Figueiredo e Menezes*.

Tiveram:

II — *António Homem de Loureiro Sequeira*, nascido em Vila Nova (Ventosa) em 4-8-1844. Obteve o título de Visconde de Carvalhais, quando residia no Brasil.

II A — *João Homem de Loureiro Sequeira* — o João Homem, de Carvalhais (S. Cruz da Trapa) — que gastou a fortuna e depois viveu pobremente na casa Malafaia, em Santa Cruz da Trapa e morreu em Prazias (Ventosa).

II B — *Maria do Patrocínio de Loureiro Sequeira*, casada com António Cardoso do Amaral, de Ansara (Ventosa).

Tiveram:

III — José Homem Cardoso, aj. de Cons. do Registo Civil de Vouzela, casado e com geração conhecida. É falecido.

Notas:

João Rodrigues de Sequeira Loureiro, casado com *Isabel Montanha*, foi capitão-mor da Comenda de Ansemil e demais Coutos da Ordem de Malta. Tiveram vária descendência: um dos ramos é o dos *Sequeiras Olivas e Sousa*, de Casfreiras (Sátão); outro é o de *Perpétua de Sequeira Loureiro*, do Reguengo de Carvalhais (S. Pedro do Sul), representado hoje pelos *Correias de Oliveira*, de S. Pedro do Sul, que também tiveram casa no Reguengo, de Fataunços.

*

Estão organizadas as árvores geneológicas das nobres famílias dos *Loureiros*, *Sequeiras*, *Homens* e *Figueiredos*, apelidos que figuram nas famílias dos *Ramalhos*, de Fataunços, do Visconde de Carvalhais e doutros. (Seguem adiante notas extraídas dos registos paroquiais de Vouzela e Fataunços).

ARVORE N.º 5

VELHOS

N.º I — Diogo Velho, a quem o Rei D. Afonso V concedeu o privilégio de fidalgo, viveu na Quinta de Cepões — Viseu — e era filho de Afonso Velho, porteiro-mor de D. Duarte e de D. Maria Pimentel. Casou Diogo Velho com Inez de Almeida.

Tiveram:

N.º II — Fernão Velho de Azevedo, casado com D. Maria Rebelo, filha de Rodrigo Rebelo, general na Índia, e de Iria Lopes.

Tiveram:

N.º III — António de Azevedo Pimentel, que foi Comendador da Idanha-a-Velha e casou com D. Isabel Fernão Galache, de Castela.

Tiveram:

N.º IV — Fernão de Azevedo Pimentel, casado com D. Maria de Brito, filha de João Homem de Brito e de Clara Tavares e neta paterna de Vasco Homem de Brito, cavaleiro de S. Tiago, e Comendador de S. Vicente da Beira.

*

Gonçalo Velho Cabral descobriu as ilhas de S. Miguel e de Santa Maria e pertence a outro ramo dos Velhos.

ARVORE N.º 6

OS VALGODES DE VOUZELA

Foi o antigo Presidente da República do Brasil sr. Doutor Wasington Luís que, nas suas aturadas e frutuosas investigações acerca de João Ramalho, averiguou que o último apelido de Catarina Afonso Balbode, mãe do Patriarca dos Bandeirantes, derivava do nome da povoação e Quinta de Valgode, situada nos subúrbios da vila de Vouzela, onde aquela senhora parece ter residido no século XVI.

A esta conclusão deve ter chegado por informações que lhe prestou um distinto magistrado da sua intimidade, também por laços de ordem sentimental e até material ligado à vila de Vouzela.

E nada admira que assim fosse, visto que outras famílias vouzelenses também ainda hoje usam aquele apelido de Valgode, devendo, de passagem, dizer-se que o não fazem por motivos de prosápia genealógica, pois jamais tiveram conhecimento da existência de elementos da antiga nobreza nos seus antepassados.

Outrossim conservam o apelido de *Vacas* — ou o seu diminutivo *Vaquinhas* — que pertenceu à mulher de João Ramalho, chamada, como se disse, Catarina Fernandes das Vacas.

Estas curiosas coincidências não podem, ao que nos parece, ser desprezadas, quando pretendemos conhecer a descendência em Vouzela de João Ramalho.

*

Na Quinta de Valgode, a que nos vimos referindo, viveram, na verdade, os antepassados dos actuais *Valgodes* de *Vouzela*, muito conhecidos em toda a *Região de Lafões* e aparentados pelo casamento com a família *Morais Carvalho*, da qual foi ilustre ornamento o sr. Dr. Alberto António de *Morais Carvalho*, nascido, naquela vila, em 1801, emigrado político durante as lutas liberais e a cuja memória e altos serviços prestados à *Causa da liberdade* os nossos conterrâneos prestaram justa homenagem, dando o seu nome a uma das suas praças e erigindo-lhe aí mesmo um grandioso monumento em mármore.

*

I — *António Luís Duarte*, de *Lordelo do Ouro*, foi oficial do Exército Libertador da Cidade Invicta e nesta se bateu heróicamente. Casou com *Ana de Jesus Rodrigues Valgode*, falecida, em 8 de Maio de 1916, com cerca de 92 anos, pelo que se presume haver nascido em 1824.

Seus pais viveram em Valgode e por causa duns foros que deixaram de pagar perderam a propriedade, que deve ter passado à posse plena da família de *Joaquim Teles Malafaia* e, após várias peripécias, é hoje de *António Loureiro Cardoso* $\frac{399}{400}$ e $\frac{1}{400}$ do sr. Dr. *Gil Alcoforado*, da *Casa da Sernada*.

Uma sobrinha de *Ana de Jesus Valgode* era chamada *Maria Vaquinhas* e este último nome é dado ainda hoje a outra sobrinha bisneta de *Ana*, de forma que a tradição do apelido *Vacas* e *Vaquinhas* — que veio de *Catarina Fernandes das Vacas* — conserva-se.

O casal n.º 1 teve:

II — *Luís Soares Valgode*, antigo escrivão notário de *Vouzela*, pessoa inteligente e culta, jornalista, poeta, investigador e escritor, autor e até actor dramático, havendo, neste campo cultural, prestado à sua terra assinalados serviços.

Luís Valgode casou, em primeiras núpcias, com D. Maria Vitória Moraes e tiveram:

III — *Rodrigo Soares Valgode*, funcionário de Finanças, casado com D. Maria Santana Bragança Valgode, das Termas de S. Pedro do Sul.

Tiveram:

IV — *António Bragança Valgode*, casado com D. Maria Jacinta Félix, com geração;

IV A — *José Bragança Valgode*, solteiro;

IV B — D. Maria Lúcia Bragança Valgode, também solteira, todos residentes em Lisboa.

III A — *António Soares Valgode* foi jornalista e escritor e morreu no Porto.

III B — D. Alzira Valgode Amoroso Lopes vive no Porto e é hoje viúva do distinto architecto Amoroso Lopes, e do casal nasceu o actual director dos monumentos nacionais do Centro (Coimbra) sr. architecto Amoroso Lopes.

III C — D. Camila Valgode, que vive no Brasil.

*

Em segundas núpcias, *Luís Soares Valgode* casou com D. *Amélia de Moraes Carvalho* e tiveram:

IV — D. *Amélia de Moraes Carvalho Simões da Silva*, casada com Horácio Simões da Silva, fundador do *Notícias de Vouzela*, quinzenário regionalista, e ausente em África.

VA — Capitão Luís Alberto de Moraes Carvalho, distinto ooficial do Exército e artista pintor. Casado e com geração.

VB — José Soares de Moraes Carvalho, falecido em Moçambique.

*

Além desta descendência legítima ainda de Leonor de Bruno teve Luís Valgode mais os seguintes filhos:

VI — Zulmiro Soares Valgode;

VI A — D. Lucília Soares Valgode, casada com Américo Gomes e com geração;

VI — D. Ercília Soares Valgode, casada com João Matos e com geração.

Nota — Com tão numerosa prole, não admira que Luís Valgode fosse descendente de João Ramalho, como nos garantem ter ele dito em família.

A respeito da descendência deixada, nos campos da Piratininga, por João Ramalho, conta-nos o ilustre sacerdote sr. P.^e Alberto Lopo de Andrade, que viveu longos anos em S. Paulo, que, após uma conferência sobre os Bandeirantes realizada pelo Prof. Dr. Hernâni Cidade e em face dum reparo daquele nosso amigo de, na magistral lição, não ter sido citado o nome do Patriarca, o eminente catedrático, embora em tom de blague, se saíra com esta pergunta: é exacto ter J. Ramalho deixado 5.000 filhos em S. Paulo?!!

*

NOTAS EXTRAÍDAS DOS REGISTOS PAROQUIAIS
DE VOUZELA E FATAUNÇOS
E RESPEITANTES À NOBREZA DE LAFÕES

Nascimentos:

A 6-2-1502, foi baptizado *Caetano*, filho de Fernando de Almeida Novais e mulher Maria de Resende, moradores na Quinta do Paço — Calvos.

A 12-5-1559, foi baptizada *Ana*, filha de Francisco de Melo, de Vouzela. Padrinho Manuel Vilhegas do Casal e sua mãe Ana de Lemos.

A 5-8-1653, baptizou-se *Manuel*, filho de D. Carlos e de D. Maria.

Padrinhos: Carlos Girão — do Ribeiro — e Ana Pais de Lemos, mulher de Manuel Homem, do Casal.

A 24-4-1655 foi baptizada em Fataunços *Maria*, filha de D. Carlos e de D. Maria, moradores em Asneiros.

A 6-2-1680, foi baptizada *Violante*, filha de Carlos Girão e D. Eufémia, do Ribeiro.

A 5-10-1699, foi baptizada *Micaela*, filha de Damião Homem Cardoso e de Josefa Cardoso, de Calvos.

A 14-5-1752 — nascimento — de *José*, filho de Cláudio Homem Teles, natural de Freixo de Serrazes, e de D. Maria Jacinta Vasconcelos Pereira Teles e Almeida, natural de Valgode, neto pat. do capitão Cláudio Homem Teles, natural de Serrazes, e de sua mulher D. Maria Josefa de Almeida, natural do Freixo, e mat. de Francisco Vasconcelos Pereira, e de D. Antónia de Saraiva São Paio Teles, natural de Valgode.

A 14-3-1756, baptizou-se *José*, filho de Fradique José da Mota e Almeida, já referido.

A 17-3-1762, baptizou-se *Barbara*, filha de Bento de Sousa Melo e de D. Josefa Teresa, neta pat. de Luís Sousa e Melo e de Teresa, solteira.

A 21-5-1763, baptizou-se *Francisco*, filho de Caetano Soares de Melo e de Engrácia Maria de Almeida, neto pat. de José Soares de Melo e de Domingas Francisca.

A 4-2-1770, baptizou-se *Bernarda*, filha de José de Sousa Melo e de D. Joana Maria Eufrazia de Melo, neta pat. de Luís de Sousa e Melo e de Eufémia Marques e mat. de Pedro Barreto de Sousa Girão, da Quinta do Ribeiro

A 5-11-1771, baptizou-se *Pedro*, filho de Fradique José da Mota e de D. Florença de Sousa Menezes, neto pat. de António de Almeida e de Eufémia Teresa da Mota e mat. de José de Sousa Girão e de D. Maria da Conceição Seixas, de S. Miguel de Outeiro.

A 8-9-1774, foi baptizada, em Vouzela, *Maria*, filha de Dr. António Valério de Lemos e Almeida e de sua mulher D. Joaquina Inocência, neta pat. de Francisco de Lemos de Barros e de D. Antónia Tereza de Almeida e neta mat. de João Couceiro Lançarote Coelho da Costa, natural de Maranhão e de sua mulher D. Tereza Quitéria de Figueiredo da Costa e Melo, de Estarreja.

A 9-3-1775, baptizou-se *Maria*, filha de Caetano Soares de Melo e de Engrácia Maria de Almeida, moradores na Quinta do Casal.

A 2-12-1775, baptizou-se *António*, filho de Fradique José da Mota e Almeida e de D. Maria Florença de Sousa Menezes, já referidos.

A 22-1-1776, baptizou-se *Ana*, filha de Nicolau de Almeida Soares de Melo e de D. Francisca.

A 14-11-1779, baptizou-se *José*, filho de Carlos Girão, natural da Laje, Fataunços, e de Maria Ventura de Figueiredo. Nasceu na Quinta da Continha.

A 27-12-1781, baptizou-se *Francisco*, filho do Dr. Luís Fernandes de Almeida e Sousa, natural de Freixo e de D. Elvira de Melo Vasconcelos, natural de Vouzela; neto pat. de Luís Fernandes, natural de Gandomil (Braga) e neto mat. de Manuel Bernardo Pereira de Melo, natural de Paços de Vilharigues; e de sua mulher D. Brízida de Melo, natural de Sendim, em (Lamego).

A 9-1-1782 — Baptizou-se *Paulo*, filho de José Homem Teles de São Paio, natural da Quinta de Valgode e de sua mulher D. Angelina Leonor de Moura, natural de Esgueira (Aveiro), neto pat. de Cláudio José Homem Teles, de Freixo, e de D. Maria.

A 23-11-1783, baptizou-se *Pedro*, filho de Dr. Francisco António da Gama e Matos, natural de Arcozelo dos Maias, e de D. Antónia Joana Pinto de Azevedo Alcoforado, natural de Vouzela, neto pat. do Dr. José da Mota Nunes da Cruz, de Arcozelo das Maias, e de D. Maria Josefa de Lemos e Melo, de Farminhão, e neto mat. de João Pinto de Azevedo e Alcoforado, natural de Vouzela e de D. Maria José do Amaral Bandeira.

A 16-7-1786, baptizou-se *Justino*, filho de António Aires Pinto de Barros, natural de Vouzela e de D. Maria Bernarda da Gama, natural de Arcozelo das Maias, neto pat. de António Pinto de Barros e de sua mulher D. Maria Josefa Bandeira.

II PARTE

*

A NOBREZA DE PORTUGAL E JOÃO RAMALHO
— CAVALEIRO FIDALGO DE D. JOÃO II
E PATRIARCA DOS BANDEIRANTES

*

COMUNICAÇÃO AO COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO
DE SÃO PAULO

*

Todos os autores que de assuntos mobiliárquicos se vêm ocupando são unânimes em considerar a velha Nobreza Peninsular constituída por *ricos-homens*, *vassalos* e *infanções*, títulos depois substituídos por *duques*, *príncipes* e *marqueses* e, noutro plano, por *escudeiros* e *cavaleiros*.

Com D. Afonso V, a conveniência de premiar em Portugal altos serviços militares prestados nas praças conquistadas do Norte de África levou aquele Monarca a estabelecer os novos títulos de *fidalgos-escudeiros* e *fidalgos-cavaleiros*.

Eram *escudeiros* os jovens *pagens*, que levavam os escudos dos cavaleiros, os *donzéis*, e os que pelejavam a pé com escudo e espada, formando assim a base da Nobreza; e chamavam-se *cavaleiros* os personagens que pertenciam às *Ordens de Cavalaria* ou possuíam o mesmo grau nas *Ordens Honoríficas*.

As necessidades de defesa nacional e as da própria organização administrativa do País e mesmo os serviços internos da manutenção da Ordem Pública determinaram, por outro lado, que os nossos antigos Reis criassem vários cargos, tais como os de *capitães-mores*, *alcaldes-mores* e *guardas-mores* e ainda outros de idêntica denominação mas inferior categoria.

Os *capitães-mores* exerciam funções nas empresas marítimas e nas terrestres e, nestas últimas, pelo *Regulamento das Companhias de*

Ordenanças de 1570, actuavam em extensas áreas territoriais, chamadas Comarcas.

Pertencia aos generais das províncias a nomeação de tais entidades, sob proposta das Câmaras municipais, feitas em listas tríplices, nas quais as edilidades somente podiam incluir os nomes de pessoas nobres, cristãs e desinteressadas.

Os *alcaides-mores*, segundo Santa Rosa de Viterbo, eram governadores duma *fortaleza*, *castelo* ou *vigia*, e mesmo duma *Província* ou *terras defensáveis* e tinham a obrigação de abastecer tais fortificações ou zonas, com guarnições, armamentos e alimentos, durante as guerras e, no tempo de paz, desempenhavam simples missões policiais, subordinadas aos Corregedores.

Eram nomeados os *alcaides-mores* da Província pelos *alcaides-mores do Reino* e daí o terem aqueles de prestar juramento de fidelidade nas mãos dos Soberanos e de se sujeitarem a ser punidos pelo crime de lesa-majestade, sempre que, na «defensa das suas praças, cometessem as mais leves faltas».

Somente se escolhiam e nomeavam *alcaides-mores* «pessoas de muita satisfação, honra e sangue e alguns *forais* determinavam mesmo «que os *alcaides-mores* fossem cavaleiros-fidalgos, que vingassem quinhentos soldos», o que levou D. Afonso V à providência geral dos *alcaides-mores* serem fidalgos de pai e mãe e terem de viver permanentemente nos seus castelos.

Finalmente, chamavam-se *guardas-mores* os oficiais que comandavam os archeiros ou alabardeiros da Casa Real, os *guardas-mores da Universidade* e os *guardas-mores da Torre de Tombo*, além doutros funcionários, como noutra lugar e oportunidade já afirmámos.

*

Conforme vimos referindo, em artigos da imprensa diária e mesmo em semanários e já consta de extenso trabalho que antecede ou serve de base à presente *Comunicação*, sob o título — *João Ramalho — Cavaleiro-fidalgo* — e destinada ao *Colóquio Luso-Brasileiro de São Paulo* — o *Patriarca dos Bandeirantes* era natural da vila de Vouzela, distrito de Viseu, filho de João Velho Maldonado e de Cata-

rina Afonso Valbode, e casou, naquela vila lafonense, com Catarina Fernandes das Vacas.

Embarcado para o Brasil em data incerta, antes ou depois do seu descobrimento, apareceu, no porto de S. Vicente, a *Martim Afonso de Sousa*, quando da primeira viagem deste a *Terras de Santa Cruz*, e com o enviado de D. João III subiu então a *Cordilheira Marítima* até ao *Planalto de Piratininga*, para, logo de seguida, o *Grande Povoador* ali estabelecer e fixar um núcleo populacional português, bem próximo de *Santo André da Borda do Campo*, primeiro burgo que marcou a presença dum *branco* junto à selva ignota e imensa.

Da relevante actuação, naquelas paragens da Grande Nação Americana, de João Ramalho e sobretudo da sua intervenção no esboço da estrutura administrativa do País Irmão constituem documentação ou prova suficiente os seguintes passos do notável livro do insigne Historiador Paulista Sr. Doutor Afonso Taunay — *João Ramalho e Santo André da Borda do Campo*, que pedimos vénia para resumir nestas laudas:

1.º «Descobriu Frei Gaspar da Madre de Deus o testamento original do grande povoador, averbado no Cartório de Notas da vila de S. Paulo pelo Tabelião Lourenço Vaz aos 3 de Maio de 1580.» À factura do dito testamento, além do referido Tabelião, assistiram o juiz ordinário Pedro Dias e quatro testemunhas, as quais todas ouviram as disposições do testador. Ele duas vezes repetiu que tinha alguns 90 anos de assistência nesta terra, sem que algum dos assistentes lhe advertisse que se enganava, o que certamente fariam, se o velho por caduco errasse a conta.»

2.º «Em 1564, eleito vereador à Câmara de S. Paulo, João Ramalho escusou-se, alegando ser maior de 70 anos. Pela hipótese de Frei Gaspar contaria 89 anos de idade.»

3.º Noutro documento descoberto por Wasington Luís, lê-se: «Hum manuscrito velho que tinha Francisco Godoi Moreira diz que antes dos Portugueses virem povoar o Brasil (a expedição de Martim Afonso), viera primeiro João Ramalho que em Portugal havia sido escudeiro da Senhora Rainha e que por delitos que na Corte fizera o mandaram lançar nesta costa, onde hoje hé a vila de Santos.»

4.º «Do Testamento do dito Ramalho (Cartório de Notas, caderno rubricado por João Soares — Título Abril — 1580 —

folhas 10) consta ser ele natural de Bousella, comarca de Viseo, filho de João Velho Maldonado e sua mulher Catherina Affonso de Balbode e que do tempo que a esta terra (o Brasil) viera se casara com uma moça que se chamava Catherina Fernandes das Vacas e que lhe parece que no tempo que della se partio para vir para cá que ficara prenhe e que isto haverá alguns 90 anos (eu leio 70) que elle nesta terra está. Enquanto Frei Gaspar no Testamento leu alguns 90 anos. o sobrinho de João Teixeira de Carvalho leu alguns 70 anos.»

5.º A páginas 73 do livro do Sr. Doutor Afonso Taunay, lê-se ainda: «O Ramalho foi cavaleiro, guarda-mor do Campo e alcaide-mor, mas não se sabe quem lhe conferiu estas honras, se El-Rei se o Donatário.» Wasington Luís comentou estas notas, em longo e notável estudo, e tirou delas conclusões favoráveis a João Ramalho.

6.º «Se, em 1564, João Ramalho contava mais de 70 anos ou sejam 75, a sua idade andava por 91 anos. E mais, se veio casado em 1490, deve ter nascido em 1470 e portanto contava 110 anos ao testar.»

7.º «Bastava a declaração de se achar Ramalho no Brasil havia alguns 90 anos para dar ao documento um valor inestimável.»

8.º Num manuscrito ou Códice existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Códice encerrando papéis relativos ao Casamento do Desembargador Manuel Ramos de Azevedo Coutinho Ramalho, invoca o Bispo Conde de Coimbra o testemunho de Livro Único da Câmara da Vila de Santo André, a páginas 1, 3 e 18, para provar que João Ramalho — o famoso português da nobre geração dos Ramalhos da Comarca de Vouzela, na Beira, como testemunhava o inventário de sua filha Catarina Ramalho, fora capitão-mor e alcaide-mor de Santo André, em 1530.» E noutro ponto do Códice referido lê-se: — «serviu João Ramalho os Senhores Reis D. João III e D. Sebastião, sendo capitão-mor, Governador e alcaide-mor da Vila de Santo André.»

9.º Do Livro de Actas da Câmara de S. Paulo consta também o seguinte: «A João Ramalho como capytão e alcaide-mor e guarda deste cãopo requeria o procurador do concelho Francisco Pires a 30 de Julho de 1557, que não deixasse cumprir um mandado do capitão-mor da Capitania de S. Vicente Joaquim Ferreira.»

10.º E finalmente a Carta do Padre Manuel da Nóbrega, de 31 de Setembro de 1553, endereçada para Portugal ao Padre Luís Gonçalves da Câmara, alude à necessidade de mandar a Vouzela — terra do Padre Simão Rodrigues — saber se ainda ali vivia a mulher de João Ramalho.



Dos factos que vimos de relatar e articulamos, desde um a dez, podem tirar-se, desde já, as seguintes conclusões:

a) João Ramalho Maldonado ou simplesmente João Ramalho, natural de Vouzela, distrito de Viseu, desempenhou, no século XVI, em Santo André da Borda do Campo e em S. Paulo (Brasil), os cargos de capitão-mor, alcaide-mor, e governador-mor do Campo;

b) Esses cargos foram criados ali apenas depois da chegada a S. Vicente, actual porto de Santos, e ao Planalto de Piratininga, de Martim Afonsa de Sousa, enviado de D. João III e fidalgo português de sangue real, conhecedor de todas as regras da Cavalaria e da Heráldica, e única pessoa com plenos poderes daquele Monarca para escolher e nomear funcionários para a administração que se esboçava e respectivos serviços de ocupação militar territorial;

c) Do confronto de números e de datas, respeitantes à idade e permanência no Brasil de João Ramalho, até à data do seu testamento — 1580 — ou ao ano da sua morte — possivelmente 1582 — podemos deduzir ainda:

d) Se, na data de 1580, João Ramalho tinha 90 anos de Brasil, havia ali chegado em 1490, isto é, 10 anos antes de Pedro Álvares Cabral; mas, se, no seu Testamento, devemos ler apenas 70, a sua fixação, em Terras de Santa Cruz, foi em 1510, o que nos parece mais aceitável, visto que nem Pero Vaz de Caminha nem Pero Lopes de Sousa jamais se referiram à chegada do Patriarca ao Brasil, em época pré-Cabralina; e ainda

e) Se, como adiante se verá, em 1487, João Ramalho já existia em Portugal e tinha então de idade, entre 15 e 18 anos, porventura 17, ele teria nascido em 1470 e conseqüentemente, em 1580, tinha 110 anos, e, em 1582, se ainda vivia, teria 112. Todos estes

números e contas são admissíveis e foram já referidos pelo eminente historiador Sr. Doutor Afonso Taunay, sem que este ilustre Académico tivesse aliás conhecimento do documento que adiante se lerá e nos serve de plena e cabal justificação.

Outras operações poderemos ainda fazer à margem dos nossos pareceres, tais como:

1580-1487 = 93 (anos decorridos desde que J. Ramalho se lançou na vida até à data de testar).

1487-1470 = 17 (idade que teria Ramalho, em 1487, quando, terminada a situação de pagem e de escudeiro, foi registada a sua presença na Corte como cavaleiro).

*

Após este esborço da acção de João Ramalho no Brasil, sabendo-se que, nos Paços de D. João II e depois nos de D. Manuel, se formaram, moral e mentalmente, os homens das Descobertas e Conquistas do século XVI, temos bem definida a personalidade de João Ramalho — «escudeiro da Rainha», em Portugal, e em Terras de Santa Cruz o obreiro da estrutura jurídica do primeiro município sertanejo — *Santo André da Borda do Campo* — trabalho que só poderia ser levado a efeito por um Colonialista que bem conhecesse a tradição municipalista da Raça, a orgânica das Capitánias-mores e Donatárias — sistema habitual da Colonização Portuguesa, com «seus forais, direitos, foros, tributos e coisas», pagas aos Reis e Donatários».

Situado, desta forma, na História da Colonização Portuguesa do Brasil no lugar que lhe compete, João Ramalho Maldonado deixa de ser, como pretenderam os detractores da sua acção e até da sua memória, o homem vulgar do tráfego, entre o *Litoral* — boca do sertão dominada por António Rodrigues — e o *Interior de Santo André*; e os sucessores dos seus conterrâneos Vouzelenses podem hoje orgulhar-se da *Sua obra no Novo Mundo*, recebido, acatado e acarinhado pelos Índios de Tibiriçá, desde a primeira hora da sua ascensão ao Planalto e, depois e sempre, considerado colaborador imprescindível da Obra Portuguesa, planeada e levada a efeito pelas duas figuras máximas da Colonização e das Missões Religiosas — Martim Afonso de Sousa e Padre Manuel da Nóbrega.

*

Na Beira Alta e em particular na Região de Lafões, houve sempre, noutras eras, amplos domínios dos Reis e da melhor Nobreza do País.

Os concelhos, coutos, reguengos e, conseqüentemente, os forais e pelourinhos que se conhecem e, além disso, as próprias Capitánias Mores e simples Companhias de Ordenanças, as figuras dos grandes guerreiros e dos Santos — Duarte de Almeida — O Decepado — e S. Frei Gil de Vouzela — são, de resto, mais um testemunho de que a nossa Pátria Regional foi, como um dia afirmou o nosso ilustre Director e amigo Sr. Dr. Lucena e Vale, o verdadeiro Solar de Raça.

Com efeito, só no concelho de Vouzela, entre muitas outras, mencionarei as seguintes Casas Solarengas: *A Casa da Cavalaria*—dos Almeidas do Decepado; a *Casa de Prazias* — dos Abreus Melo e dos Alcoforados; a *Casa de Silvite* — dos Aires de Gouveia; a *Casa dos Távoras* — da Vila; a *Casa de Cambra* — dos Alcoforados; a *Casa de Valgode* — dos Ramalhos Maldonados (?), dos Homens Teles de São Paio e dos Malafaias; a *Casa da Sernada* — dos Alcoforados; a *Casa dos Girões* — da Vila; a *Casa da Torre* — dos Lemos (Bandavizes); a *Casa dos Girões Ribeiro* — da quinta do Ribeiro e da Laje, em Fataunços; a *Casa da Laje* — dos Girões e dos Sosas Melo; a *Casa do Paço* — de Calvos — dos Almeidas Novais e doutros; a *Casa de Calvos* — dos Couceiros da Costa; a *Casa de Asneiros* — dos Homens Cardoso; a *Casa da Praça* (Fataunços) — dos Sosas e Melo Menezes e Castro; as *Casas de Fermil*, de *Figueiredo das Donas*, de *Mossâmedes*, do *Paço de Queirã*, de *Vilharigues* e finalmente a *Casa da Rua* — de Cid Aires, em Alcofra.

*

Segundo o *Brasonário de Portugal* — do falecido professor dr. Armando de Matos, os *Ramalhos* usavam um brasão assim esquartelado: I e IV de preto, com seis crescentes de vermelho; II e III também de preto, com um leão de púrpura. Timbre: o leão do escudo.

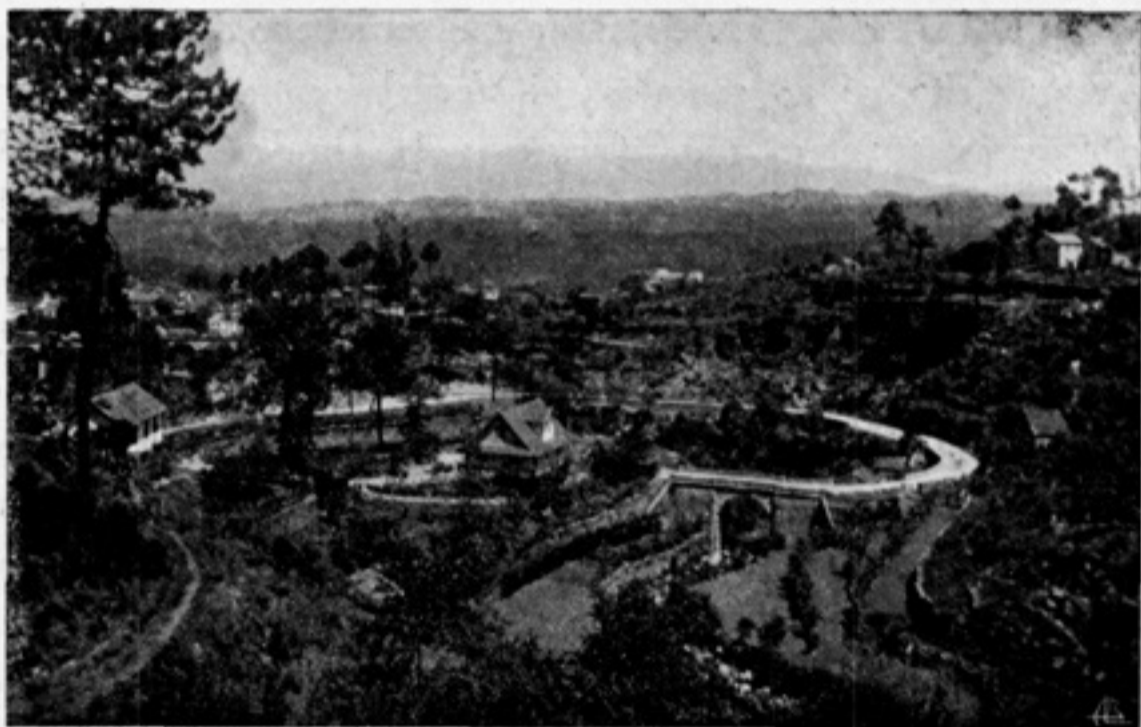
Quanto aos *Maldonados*, o brasão tinha o fundo vermelho, com cinco flores de lis de ouro. Timbre, um leão sainte de ouro, carregado de uma flor de lis vermelha na espádua.

E finalmente os *Velhos* (de Diogo Velho):

Esquartelado: o I e IV, de vermelho, cinco vieiras de ouro; o II e III de azul, semeado de flores de lis de ouro. Timbre: Chapéu de negro com uma vieira de ouro.

*

Ramalhos, Velhos e Maldonados, apelidos do pai de João Ramalho e doutras famílias espalhadas à volta de Viseu, pertencem,



Arredores de Vouzela

na verdade, à melhor Nobreza do País e muitos deles mantiveram, através das gerações, o Dom; na Quinta de Valgode, existiu sempre uma casa solarenga, habitada por fidalgos de apelidos diferentes dos Ramalhos.

Porque se perdeu ou desapareceu dali, nos moradores, o apelido Ramalho, embora se mantivesse na vizinha freguesia de Fataunços, em Lamego, em Condeixa-a-Velha, — termo de Coimbra — e noutras partes?

Não sabemos responder; entretanto, a não se ter extinguido a descendência metropolitana da Patriarca, a título de explicação e

porque João Ramalho — degredado ou náufrago no Brasil — ali constituiu nova família e abandonou a que deixou em Vouzela, tal facto poderia ter levado o seu descendente, se existiu, mudando de apelido, a seguir este exemplo:

«João Gonçalves Gomide assassinou sua mulher D. Leonor de Albuquerque. Por tal motivo, seu filho Gonçalo deixou de usar os apelidos do pai, seguindo simplesmente o da mãe, o mesmo fazendo Afonso de Albuquerque — segundo Viso-Rei das Índias — neto do assassino.» Vide «Afonso de Albuquerque» — do nosso parente, antigo e ilustre oficial de Marinha Senhor Comandante José Moreira de Campos.

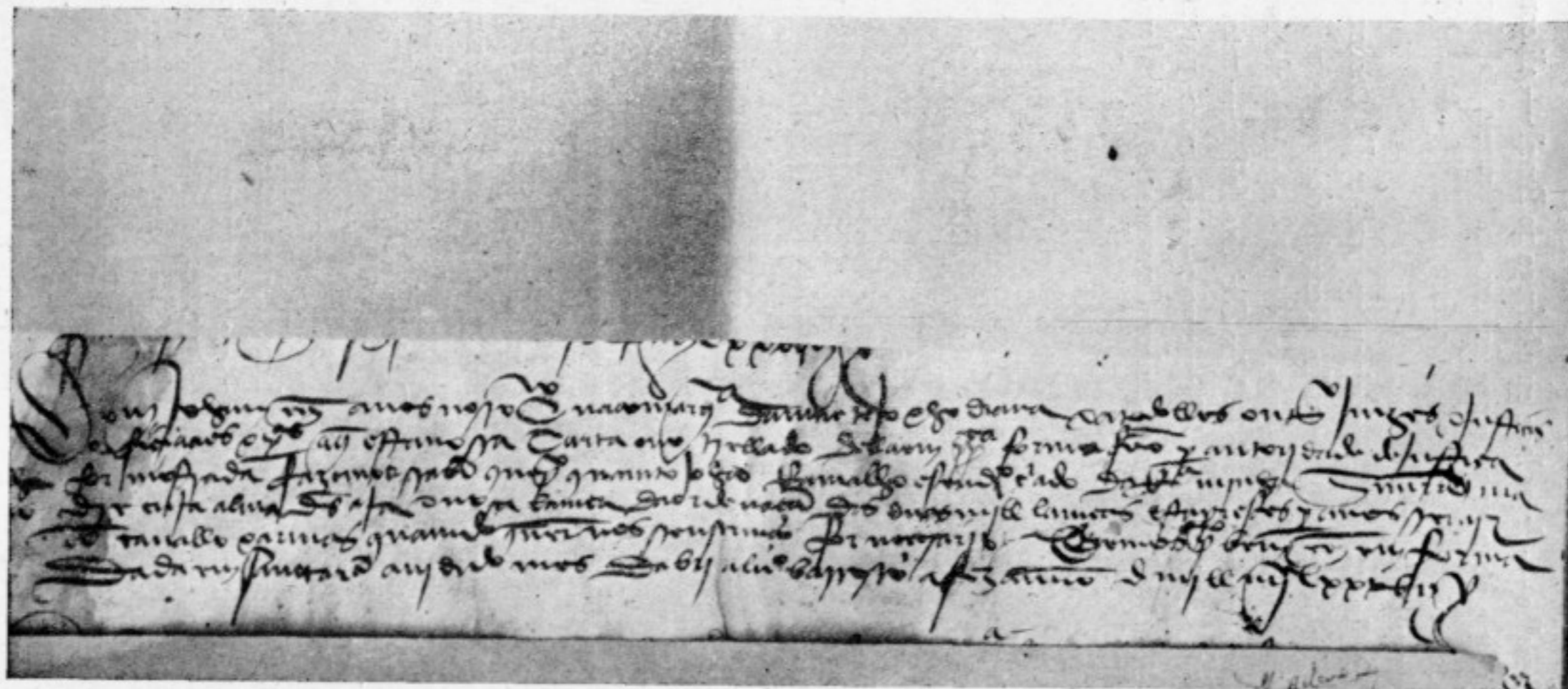
*

JOÃO RAMALHO — CAVALEIRO FIDALGO DE D. JOÃO II

*Torre do Tombo — Chancelaria de D. João II — Livro 20
Privilégios — folhas 27-verso*



Redigidas quase todas as anteriores notas e quando nos propúnhamos dar por findo o trabalho monográfico sobre João Ramalho, grande Português do período áureo da nossa Expansão no Mundo, o nosso distinto amigo, antigo e ilustre colega Sr. Doutor Alcino Manuel da Silva, actualmente alto funcionário da Torre do Tombo, enviou-nos a certidão que lhe havíamos requerido e que representa a justificação do que se vem afirmando sobre João Ramalho — escudeiro da Rainha e cavaleiro fidalgo de D. João II. Segue-se o texto da Carta ou traslado:

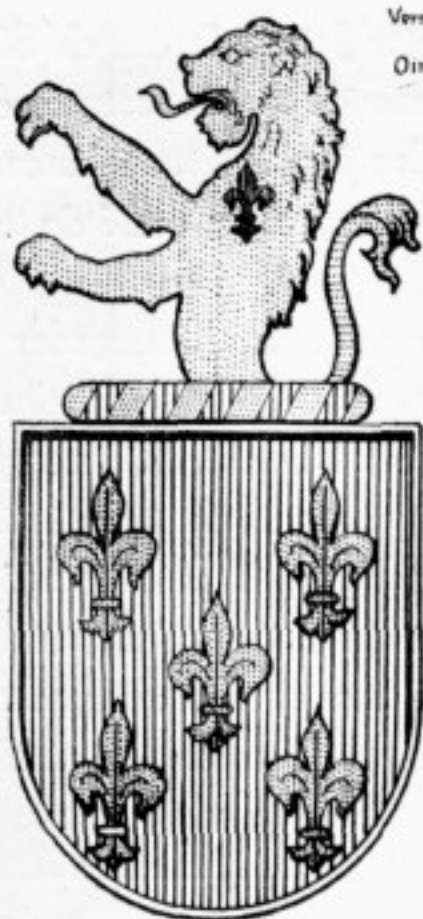
«Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa, faço saber, que havendo-me sido requerido por Alcino Manuel da Silva da parte de Cristóvão Moreira de Figueiredo que no Arquivo Nacional da Torre do Tombo se lhe passasse por certidão o teor da carta de privilégio concedida a João Ramalho, que se encontra registada a folhas vinte e sete verso do livro número vinte da Chancelaria de Dom João Segundo e obtendo despacho favorável do Director



Fotocópia da Carta de Privilégio concedida a João Ramalho, que se encontra registada na Torre do Tombo, a folhas 27, do L.º n.º 20 da Chancelaria de D. João II, e foi mandada tirar pelo distinto funcionário sr. Dr. Alcino da Silva, gentileza que agradecemos




LEGENDA

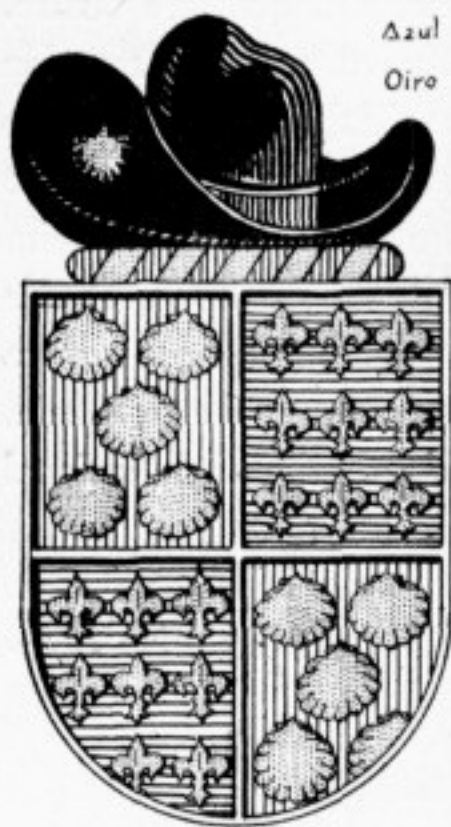
Vermelho 
 Ouro 



MALDONADO

LEGENDA

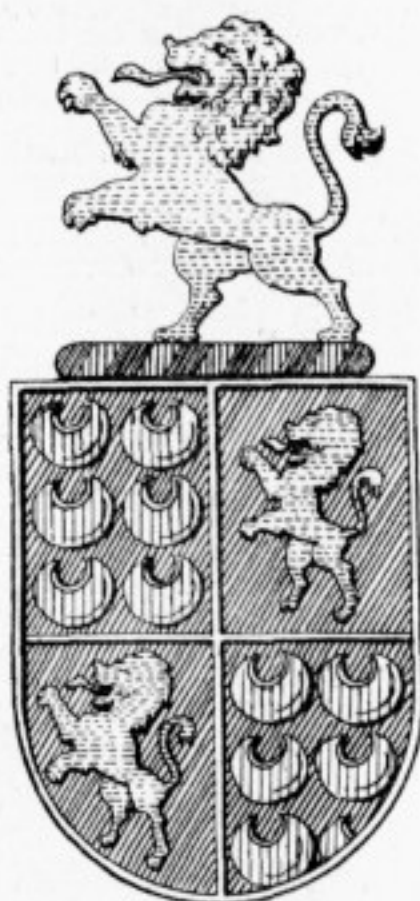
Vermelho 
 Azul 
 Ouro 



VELHO (DE DIOGO VELHO)

LEGENDA

Vermelho 
 Púrpura 
 Prata 



RAMALHO

do mesmo Arquivo o Doutor João Martins da Silva Marques, no dia um do mês de Maio do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, em cumprimento se procedeu à competente busca, e na espécie acima citada foi achado o documento pedido, que é do teor seguinte: —

Dom Joham etcotra a vos nosso Corregedor na comarqua damtre tejo e hodianana e a todollos outros juizes e justiças officiaaes e persoas a que esta nossa Carta ou o trelhado della em puprica forma fecto per autorydade de justica for mostrada fazemos ssaber que por quanto joham Ramalho escudeiro criado da Rainha mjnha Senhora j madre cuja alma Deos aja e nosa lamça da ordenaçam das duas mjll lamças esta prestes pera nos ssevjr com cavallo e armas quamdo quer no sseu serviço for neçesaryo Temos por bem etcotra em forma Dada em Santarem a tres dias do mes Dabril alvaro barroso a fez anno de myll quatrocentos oitenta e sete

E não se continha mais na dita carta de privilégio concedida a João Ramalho aqui trasladada bem e fielmente a rogo do suplicante Alcino Manuel da Silva da parte de Cristóvão Moreira de Figueiredo e lhe mandei passar esta, a qual valerá, salvo ulterior disposição, quanto em direito possa valer. — Dada em Lisboa e neste Arquivo, ao primeiro do mês de Maio do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro. — Foi conferida pelo Director do mesmo Arquivo, que nela mandou pôr o selo em branco do Arquivo, e a assinou e rubricou em todas as suas páginas, nos termos do artigo vigésimo quarto, número quarto, do Decreto de catorze de Julho de mil novecentos e dois, e tabela primeira a ele anexa do mesmo Decreto. Esta vai escrita em quatro laudas de papel selado, e paga os emolumentos fixados pelo Decreto lei número dezanove mil novecentos e trinta e um, artigo cento e oitenta e sete, Laurentino Baptista Soares, segundo Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a fez. Rasurei na página um da linha seis a palavra «carta» e também rasurei na página um da linha vinte e um a palavra «persoas». O Director, a) João Martins da Silva Marques.»



ADITAMENTOS

I

Podendo suscitar-se ainda dúvidas acerca de *João Ramalho Maldonado*, natural de Vouzela e fundador de S. André da Borda do Campo, quanto à sua plena identificação com *João Ramalho, cavaleiro fidalgo de D. João II*, ao qual se referem os documentos anteriores, oriundos da Torre do Tombo, no intuito de evitar perdas de tempo aos críticos que apodaram de «judeu, homem vil e analfabeto» aquele nosso Conterrâneo, esclarece-se, duma vez para sempre, que os dois nomes atrás referidos correspondem à mesma pessoa, como o prova o trecho duma carta do activo, prestante e prestigioso funcionário da Torre do Tombo Sr. Dr. Alcino Manuel da Silva, que segue:

«Lisboa — Torre do Tombo
24 de Maio de 1954.

Meu caro amigo Moreira de Figueiredo

.....
Consultadas as Chancelarias desde D. João II a D. Sebastião não encontrei mais qualquer referência a outro João Ramalho nobre (escudeiro, cavaleiro, etc.).
.....

Amigo sempre ao dispor

(a) *Alcino Manuel da Silva*»

II

Encarregado, há cerca de um ano, da publicação em Portugal duma *Notícia Histórica* que correspondesse, dentro das nossas escassas possibilidades, ao valor e acção de *João Ramalho Maldonado* no

planalto da *Cordilheira Marítima* e na posse para tal fim de preciosos documentos oriundos da *Cidade Bandeirante*, aguardámos sempre, desde a primeira hora do nosso compromisso, com natural e justificada ansiedade, a visita à nossa modesta *Casa da Beira* do eminente Historiador e nosso velho e querido Amigo sr. Doutor Jaime Cortesão, que, no segundo semestre do ano findo, em missão de estudo do Governo Brasileiro, percorreu várias Bibliotecas e Museus da Europa e muito especialmente os do nosso País.

Se tal visita se tivesse realizado, trocaríamos impressões com o insigne professor do Curso de Diplomatas do Itamarati e dele receberíamos as necessárias lições e directivas para nos desobrigarmos com êxito do referido compromisso.

Tão confiados estávamos que o encontro com o ilustre homem público teria lugar, mais semana menos semana, que, por motivo e por doença accidental, não nos deslocámos a Lisboa, quando na Sociedade de Geografia o sr. Doutor Jaime Cortesão ali realizou a sua notável conferência sobre a fundação da cidade de S. Paulo e por conhecermos a vida do trabalho permanente e exaustivo de S. Ex.^a não ousamos sequer pedir-lhe depois uma sùmula da sua lição magistral, limitando-nos a aproveitar e utilizar, no trabalho ou estudo que vimos fazendo, os extractos dos grandes diários, tanto mais que a estas circunstâncias se juntou o facto do sr. Doutor Jaime Cortesão, em 7 de Janeiro do ano corrente, nos enviar uma carta, comunicando-nos que «*com grande mágoa, constatava que, desta vez, não poderíamos encontrar-nos, mas tinha grandes esperanças de que esse momento não tardaria, pois tencionava regressar a Portugal ainda este ano*».

Partido de novo para o Brasil o bom Amigo na referida data e porque a solução a seguir projectada ainda era excelente, dispusemo-nos a ir de longada a S. João do Campo — termo de Coimbra — onde estava gozando merecidas férias o sr. Dr. Armando Cortesão, também escritor e cartógrafo de relevo mundialmente conhecido, certos que S. E.^a cordealmente nos receberia na sua *Casa das Rosas* e nos traduziria fielmente o pensamento do seu irmão Dr. J. Cortesão sobre a fundação de S. Paulo.

Nova decepção, porém, tivemos, quando este escritor, na volta do correio — 30 de Abril último — também nos noticiava a sua saída para o estrangeiro.

*

Após o exposto, restava-nos utilizar os elementos que já possuímos e nada de concreto afirmarmos sobre S. Paulo, pois nos faltava a autoridade para emitirmos opinião, entre tão doutos quão por vezes apaixonados investigadores e historiadores.

Surgiu, porém, nesta hora, desoladora, na página de *Artes e Letras do Primeiro de Janeiro*, a notícia do seu ilustre organizador sr. Dr. Jaime Brasil de que tinha em seu poder um artigo sobre S. Paulo do sr. Dr. Jaime Cortesão.

Por várias vias nos apressámos a pedir o seu empréstimo por alguns dias e, com o aval do sr. Dr. Bartolomeu Severino, que garantiu a devolução do ensaio, passamos agora a transcrever dele os seguintes passos:

MARTIM AFONSO DE SOUSA E A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

A TERRA E O HOMEM

«Os factores geográficos provocavam o povoamento dos campos de Piratininga; os homens interpretam esses factores e realizam a fundação de S. Paulo. Se não tomarmos consciência plena daquelas influências e do poder compreensivo e criador do homem, não podemos fixar a importância excepcional da missão de Martim Afonso de Sousa na história do Brasil, e compreender a série dos seus esforços na fundação de vilas e reconhecimento do sertão.

Quando Martim Afonso chegou ao Brasil, ou melhor, quando Pedro Álvares Cabral aportou às suas costas, já os índios seguramente conheciam grande parte dessas facilidades, em particular os caracteres essenciais dos campos de Piratininga como ponto de partida e cais de embarque de uma rosa dos ventos para o mar e para o interior do continente. E não se esqueça nunca que S. Paulo e o porto de S. Vicente formam, sob o ponto de vista da geografia económica, um organismo único.

.....

 Desde os começos do descobrimento dos litorais que alguns colonos, compelidos pelo rigor penal ou por acasos do naufrágio, como o bacharel de Cananeia, António Rodrigues, João Ramalho, Henrique Montes, Francisco Chaves, Gonçalo da Costa e os náufragos das expedições castelhanas, lançadas às praias atlânticas da América austral, percorriam as costas, desde S. Vicente até ao Prata, os rios que nelas desaguam e o «hinterland» próximo, trocando entre si informes e elaborando uma geografia de conjunto, que assentava essencialmente no fundo cultural dos aborígenes.

Dentre os nomes que acabamos de citar, um merece desde já especial atenção: João Ramalho, que, desde cedo, conheceu os campos de Piratininga, ali se estabeleceu, fez repetidamente o intercâmbio entre o porto de S. Vicente e os sertões de serra-acima e se tornou como que um chefe de tribo indígena, conhecia seguramente, através das ligações intertribais e talvez das suas próprias experiências, as possibilidades essenciais de expansão económica que oferecia o planalto e as grandes vantagens do Tiété como caminho fluvial.

João Ramalho é verdadeiramente o segundo e sólido elo, a seguir a Aleixo Garcia, que estabelece a continuidade histórica directa com Martim Afonso.

Os dois representam as primeiras vigorosas determinações que inspiram e guiam o fundador, na sua dupla fundação, tão orgânicamente travada, das vilas de S. Vicente e Piratininga.

*

O TRATADO DE TORDESILHAS E OS FUNDAMENTOS PRÉ-HISTÓRICOS DO BRASIL

Depois do trabalho de Erland Nordeuskjold sobre a difusão na América do Sul dos primeiros elementos de cultura europeia — animais domésticos, plantas e ferramentas — introduzidas pelos portugueses, pode afirmar-se que muitos dos últimos seguiram, nos primeiros anos do século de Quinhentos, uma estrada natural que ia da região entre S. Vicente e Cananeia ao Paraná e ao Paraguai e das últimas ramificações deste pelo Guaporé e o Madeira, até ao Amazonas.

.....
Muito cedo os Portugueses tiveram a intuição da unidade geográfica, económica e humana, que havia de servir de base à formação do Estado Brasileiro. Data do reinado de D. Manuel a consciência daquele complexo político e a ambição de dar como limites ao Brasil o delta amazónico e o estuário do Prata. Na carta de Lopo Homem, de 1519, duas bandeiras portuguesas, colocadas respectivamente ao norte do Amazonas e ao sul do Prata, reivindicam a soberania nacional sobre o «Magnus Brasil», intercalado entre aqueles dois rios e a que uma longa legenda, inscrita no alto da Costa, atribui caracteres de unidade natural, económica e humana.
.....



MARTIM AFONSO NO VELHO MUNDO

Até que ponto a Martim Afonso cabe a honra dos empreendimentos que levou a termo no Brasil?

.....
Cedo deu provas de visão política, pois, tendo começado a servir como aio do príncipe D. João, desobedeceu às ordens de D. Manuel que o mandou regressar à casa do Duque de Bragança, à qual pertencia. Empenhou-se o rei na ordem e porfiou Martim Afonso na inobediência, com prejuízo dos bens e mercês, que lhe foram retirados, para guardar ou afectar fidelidade no serviço do príncipe.
.....

Constância e fidelidade no serviço ao futuro monarca e o parentesco com o Conde de Castanheira, futuro ministro de D. João III, explicou em grande parte a sua escolha para comandante de expedição de 1530.
.....

Todos estes factos mostravam genuinidade e lealdade de português e de servidor, qualidades comuns aos seus compatriotas nesse tempo.

A isto devemos acrescentar certa braveza e orgulho, tão pouco raros na classe nobre a que pertencia.
.....

*

A EXPEDIÇÃO AO BRASIL DE 1530-1533

.....

Por outro lado, as relações entre a Corte Portuguesa e a Espanhola, no que respeita ao conflito de soberanias na América, eram de tensa desconfiança. Se a escritura de Saragoça regulava, em 1529, o conflito sobre a posse das Molucas e fixava a posição do contra meridiano de Tordesilhas no Pacífico, os dois Estados espiavam-se com ciúme nas respectivas empresas que se dirigiam à América do Sul ou mais concretamente ao Rio da Prata e aos países que o vizinhavam.

.....

A expedição de Martim Afonso correspondia, pois, a esse complexo problema de uma soberania que o monarca e o seu Conselho pretendiam limitar pelo Amazonas e o Prata e dilatar até à posse das sonhadas minas.

.....

Estes diplomas acentuam muito, como se vê, a parte descobridora e colonizadora da Missão de Martim Afonso. Por outros documentos... se pode concluir que as maiores preocupações do monarca visavam o *assento da terra*, a exploração do Rio da Prata e a busca de qualquer coisa que ele não declara, mas que bem podemos imaginar se trate das minas dos metais preciosos.

Quais os resultados, sob o ponto de vista geral, da expedição?

A Pero Lopes de Sousa devemos o *Diário da Navegação*, que, apesar de truncado, constitui ainda a fonte principal e indispensável para a história da expedição de M. Afonso.

.....

Como Diogo Leite percorreu toda a costa leste-oeste, com as duas caravelas do seu comando, até ao Equador, o que facilmente se verifica pelo mapa de Gaspar Viegas (1534) e podemos concluir que a expedição de M. Afonso, num praso relativamente curto, bordejou ou explorou as costas da América do Sul, situadas entre o delta amazónico e as profundidades do estuário-platino, de tal sorte que o *Diário* de Pero Lopes se tornou uma das fontes clássicas do descobrimento dos países latinos, na primeira metade do século de Quinhentos.

FUNDAÇÃO DE S. VICENTE DE PIRATININGA

Dois actos de M. Afonso explicam, a nosso ver, a fundação de S. Vicente e de Piratininga: as duas expedições enviadas pelo capitão-mor, sertões a dentro, uma desde o Rio de Janeiro, a outra, da Cananeia.

Eis como o *Diário* de Pero Lopes se refere à primeira:

Do Rio de Janeiro mandou o capitão quatro homens pela terra dentro e foram e vieram em dois meses e andaram pela terra dentro quinze léguas; e as sessenta e cinco delas foram por montanhas muito grandes e as cinquenta foram por campo mui grande e foram até darem com um grande rei, senhor de todos aqueles campos e lhe fez muita honra e veio com eles até os entregar ao capitão e lhe trouxe muito cristal e deu novas que no rio do Paraguai havia muito ouro e prata.

.....

Os índios não ignoravam seguramente esse caminho; as razões geográficas explicam que ao cabo dele os indígenas tivessem notícias das riquezas do Paraguai; as razões históricas que um chefe dos campos de Piratininga como Tibiriçá, habituado ao trato dalguns portugueses como João Ramalho, não hesitasse em acompanhar os expedicionários até à baía do Guanabara e ao encontro do capitão-mor no engodo dos presentes do adventício, cuja excelência já a prática lhe ensinara.

.....

Confirmadas por Francisco Chaves as notícias que o chefe indígena dos campos de Piratininga levava ao Rio de Janeiro, M. Afonso resolve-se a mandar uma expedição bem mais numerosa que a primeira aos afluentes do Paraná, continuados pelos do Paraguai.

A 5 de Fevereiro de 1532, entrava no porto de S. Vicente a caravela de Santa Maria do Cabo, que M. Afonso tinha mandado ao porto dos Patos.

.....

«Resolve-se por consequência desde logo fundar as duas vilas de S. Vicente e de Piratininga, dando-lhes as sólidas bases duma

fundação oficial e pôs tudo em boa ordem de justiça, de que a gente toda tomou muita consolação como verem povoar vilas e ter leis e sacrifícios e celebrar matrimónios e viverem comunhão das artes e ser cada um senhor do seu e vestir (?) as injúrias particulares e ter todos os outros bens da vida segura e conversável.»

Estas frases de Pero Lopes de Sousa revelam, na sua pitoresca singeleza, a consciência e o sentido da missão civilizadora iniciada.

Esses «bens da vida segura e conversável», isto é, a divisão do trabalho, a organização das classes na base da propriedade individual, justiça mantida pelo poder civil e a moral pela religião — conceitos que se dizem em frases tão breves — representavam o esforço de muitos povos e muitas cidades e eram, por isso mesmo, pouco menos que inacessíveis às tribos aborígenes.

Este contraste entre dois mundos, pela primeira vez na história, realizado com tão violenta oposição, continha em si o germe dum conflito inevitável.

... ..

Eis, a nosso ver, as razões que em última análise e segundo uma hierarquia de valores determinaram o fundador de S. Vicente e de Piratininga: antes de mais nada, a posição geográfica das duas povoações, complementares uma da outra, a primeira porto excelente, a pequena distância da segunda; e esta sobre o curso dum dos afluentes do Paraná é de todos eles o que mais se aproxima do litoral. A dupla fundação rasgava um pórtico para a expansão e a unificação territorial do Brasil.

... ..

O segundo factor que seguramente influiu na iniciativa de Martim Afonso foi a existência dum pequeno núcleo de colonos, constituído principalmente pelo bacharel de Cananeia, por António Rodrigues e João Ramalho, na região escolhida, sendo que um deles, o segundo, habitava o porto de S. Vicente e o terceiro fazia, quando menos, frequentes e demoradas visitas aos campos de Piratininga.

*

A EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFONSO
A LUZ DA CARTA DE GASPAR VIEGAS

«Mas a maior novidade geográfica do mapa de Gaspar Viegas e a que mais esclarece as intenções de M. Afonso ao fundar S. Vicente e Piratininga é o traçado do Rio da Prata, no seu desdobramento em Paraná e Paraguai.

... ..

Desta inferência perfeitamente legítima, resulta ainda que os primeiros colonos lançados às costas, que medeavam entre S. Vicente e Cananeia e, mais que todos, João Ramalho, estavam informados das facilidades de posição enunciadas no mapa de Gaspar Viegas, pois faziam parte dum fundo cultural dos aborígenes, anterior sem dúvida à chegada dos primeiros europeus ao Continente. Esta conclusão leva ainda a crer que João Ramalho é o mais directo precursor de Martim Afonso no conhecimento geográfico e o elo que liga a fundação de Piratininga ao envio dos quatro expedicionários desde o Rio de Janeiro, e aos informes que em Portugal devem ter inspirado o regimento da expedição.

Em conclusão: Martim Afonso ergue-se no átrio da história da colonização do Brasil como o homem que relanceou as grandes possibilidades da fundação de Piratininga — S. Paulo, que haviam de torná-la o centro da formação territorial do novo Estado.»

JAIME CORTESÃO

*

NOTAS FINAIS

TRÊS DOCUMENTOS

O sr. Dr. Afonso Taunay, autor de vários livros sobre a história de S. Paulo e João Ramalho, nos quais temos baseado as nossas notas acerca do Patriarca dos Bandeirantes, que vamos dar por conclusas,

publicou, em 25 de Janeiro passado, mais um interessante estudo no diário *Estado de S. Paulo*, do qual respigamos mais esta afirmação:

«Nele João Ramalho se destaca como legítimo representante da energia espantosa desses Portugueses sobre quem poder não teve a morte, legítimo membro da grei de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, de Bartolomeu Dias e de Afonso de Albuquerque.»

*

Interessados numerosos Vouzelenses espalhados pelo Mundo que a sua terra, através das forças vivas e do seu Município, prestassem, desde já, também homenagem ao seu conterrâneo ilustre João Ramalho, tomou o sr. Dr. Telmo Teixeira, um novo cheio de sonhos e comprovado espírito bairrista, a iniciativa, de acordo com a Comissão de Festas do Castelo, de solicitar à Câmara Municipal que desse o nome de João Ramalho a um dos novos arruamentos da Vila. Acedeu, de bom grado, a Municipalidade e a solenidade vai ter lugar, no próximo dia 1 de Agosto, pelas 15 horas, como já foi publicamente anunciado. Para que, porém, não julguem precipitada a deliberação e falha de justificação histórica, vamos a seguir publicar mais alguns documentos, encerrando este estudo e de passo certificar todos os nossos conterrâneos que ele mereceu acolhimento oficial em S. Paulo e do próprio Presidente da Comissão Erectora do Monumento a João Ramalho, Santo André da Borda do Campo, distintíssimo engenheiro sr. Hugo de Macedo.

I

... Senhor Professor Moreira de Figueiredo:

«Sòmente agora, de Lisboa, onde me encontro em escala, em viagem do Brasil para França, onde vou fixar residência, venho agradecer-lhe a gentileza das publicações que V. teve a bondade de me enviar e que muito me interessavam. O Senhor Professor Doutor Joaquim de Carvalho teve a boa lembrança de me enviar alguns jornais, contendo artigos sobre o Grande Beirão que foi João Ramalho e a quem os Portugueses residentes em Santo André da Borda do Campo

quiseram honrar, erguendo-lhe uma estátua, em granito e bronze. Ao deixar o Brasil definitivamente, foi para mim uma grande satisfação ter encontrado um punhado de Portugueses, conscientes dos seus deveres, para em conjunto lembrar aos Brasileiros de hoje a figura extraordinária do Patriarca dos Bandeirantes, na ocasião do IV Centenário da fundação da cidade.

Era tanto mais necessária a manifestação que promovemos que a população de Santo André é hoje, na sua grande maioria, de origem italiana e com tendência forçosamente a esquecer-se do passado remoto da terra em que vive. Esperamos brevemente ter a oportunidade de rever a Pátria e ter o grande prazer de cumprimentar V.

Entretanto, peço a V. para aceitar os protestos da minha admiração e estima.

Lisboa, Paquebot Louis Lumière — 30 de Maio de 1954.

(a) HUGO DE MACEDO»

II

Reitoria da Universidade de S. Paulo

IV Centenário de S. Paulo

Secretaria de Congressos

Excelentíssimo Senhor:

Vai realizar-se o segundo Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, tendo-se reunido o primeiro em Washington em 1951. Uma das secções do Colloquium é relativa à história Luso-Brasileira.

Juristas e Historiadores do Brasil e de Portugal devem tomar a si o estudo e o exame histórico de pontos ou teses condizentes com este ideário.

.....

Permito-me solicitar a V. que se digne colaborar para o bom êxito do certame em via de realizar-se, escolhendo assunto da sua predilecção.

Contando com a colaboração que, certamente, não nos há-de faltar da parte de V., valho-me do ensejo para apresentar-lhe os meus protestos de alto apreço e sincera estima.

(a) AURELIANO LEITE

Presidente da Comissão do Colloquium

III

Reitoria da Universidade de S. Paulo

Departamento de Cultura e Acção Social

S. Paulo, 14 de Junho de 1954

... Sr. Cristóvão José Moreira de Figueiredo

Rua de Serpa Pinto — Viseu — Portugal

Na qualidade de coordenador do segundo Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, tenho o prazer de me dirigir a V., a fim de acusar o recebimento da tese que nos enviou, subordinada ao título: «A Nobreza de Portugal e João Ramalho — Cavaleiro fidalgo de D. João II e Patriarca dos Bandeirantes.»

Na altura própria, sua tese será encaminhada à competente Comissão Relatora.

Atenciosamente

(a) ANTÓNIO SOARES AMORA

Director-Geral

Nota: Acompanharam este ofício um convite e os respectivos impressos para tomarmos parte directa no Colloquium, convite que declinamos.

*

CONCLUSÕES

Alongámos por certo demasiadamente este estudo acerca de João Ramalho e de S. Paulo, porque, sendo o assunto quase novidade para a maioria do povo português e até dos nossos Conterrâneos e tendo, por outro lado, o Patriarca sido vítima das mais injustas acusações — *nada menos que traficante, esclavogista, antropófago, analfabeto, etc., etc.* — impunha-se-nos, para destruir tanta torpeza e vilania, documentarmos o mais completamente possível e, por isso, recorreremos à melhor fonte brasileira — o sr. Dr. Afonso Taunay — referindo, com a devida autorização, *pari e passu*, os seus relatos, na intenção de realizarmos trabalho honesto e correndo mesmo o risco da Crítica, que nada constrói e sobretudo desinteressadamente, nos chamar plagiários.

Chegados à oportunidade de, sobre o assunto, dizermos toda a verdade e tirarmos conclusões, ainda queremos servir-nos, para o efeito, de escritor autorizado, que, conhecendo como nós, ou mesmo melhor que nós, Afonso Taunay e Jaime Cortesão, pode interpretar, como se torna mister, o pensamento destes Autores e reproduzi-lo com fidelidade.

Tem a palavra, pois, o sr. Dr. Jaime Brasil :

A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO EM «O ESTADO DE S. PAULO».

Os leitores que se interessam pelos problemas históricos, e também pelas falsificações da História, decerto acompanham quanto tem sido escrito e dito sobre a fundação da cidade de São Paulo, cujo quarto centenário está a ser celebrado este ano. Os que analisam esses problemas desapaixonadamente — ou antes: apenas com a paixão da verdade e da justiça histórica — terão toda a vantagem em conhecer o monumental número de *O Estado de S. Paulo*, publicado com data de 25 de Janeiro último. Tem 160 páginas e, se nem todas são de texto, este predomina largamente, de modo que, em livro, daria vários volumes. Firmam os estudos nele publicados alguns grandes historiógrafos do Brasil e outros especialistas das ciências que se prendem com os descobrimentos dos Portugueses e a colonização da terra brasileira.

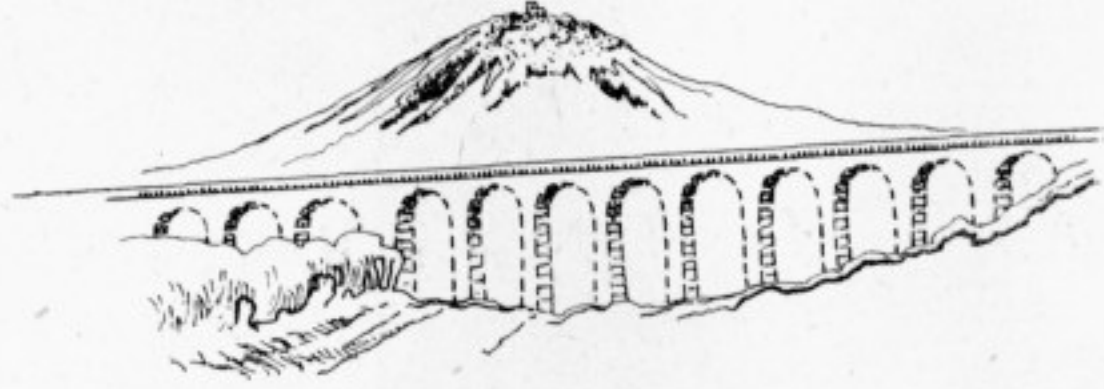
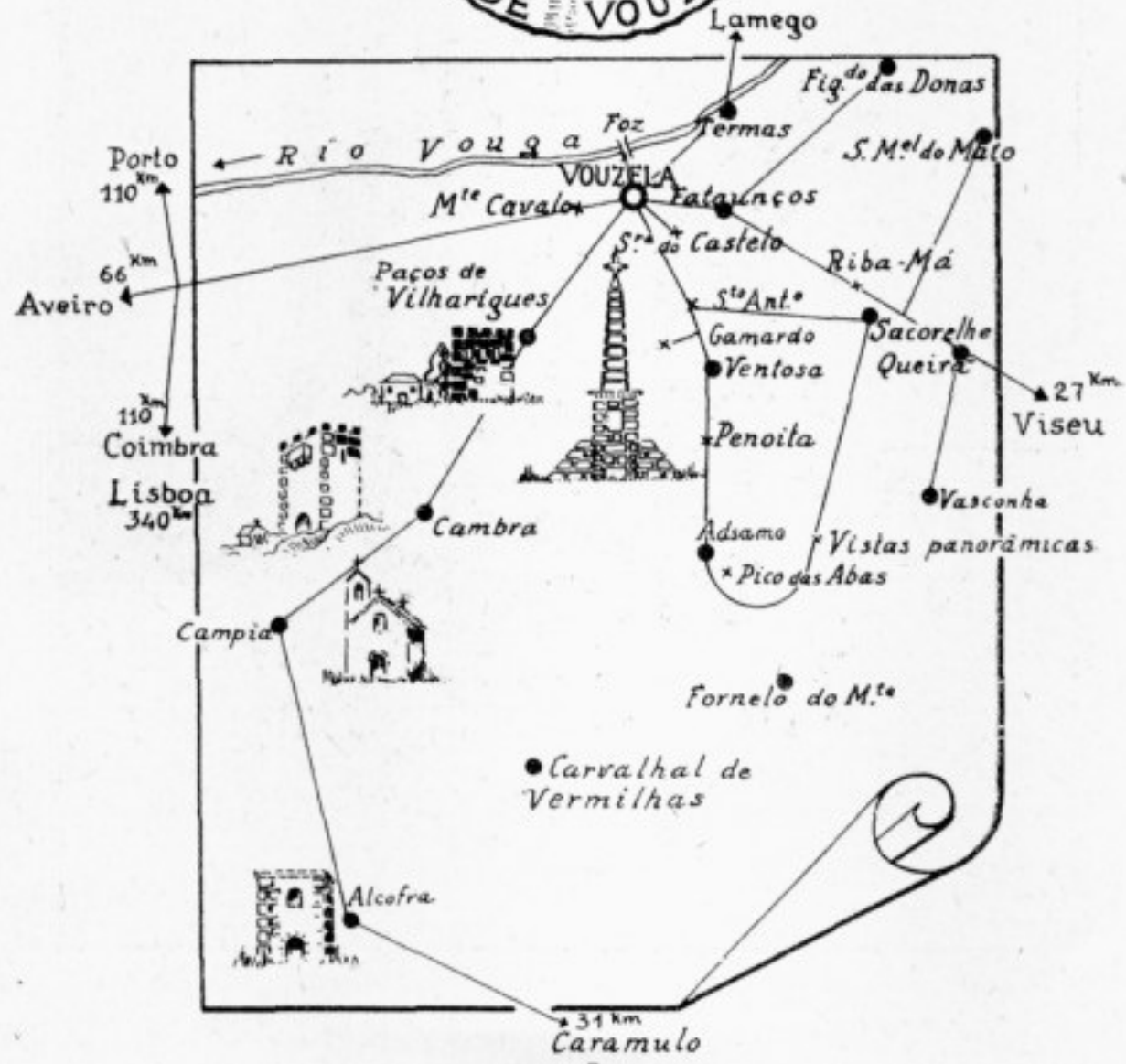
Entre esses valiosos trabalhos, avulta o do historiador Afonso de E. Taunay sobre «João Ramalho e São Paulo». Não cremos que jamais tenha sido publicado estudo tão completo sobre a personalidade desse grande português, que foi, de facto, o fundador de São Paulo, pois de direito só o poderia ser o donatário e representante do rei, Martim Afonso de Sousa. Afonso de E. Taunay, patriarca dos estudos históricos no Brasil, compara o grande português João Ramalho a Vasco da Gama, Pedro Álvares, Bartolomeu Dias e Afonso de Albuquerque.

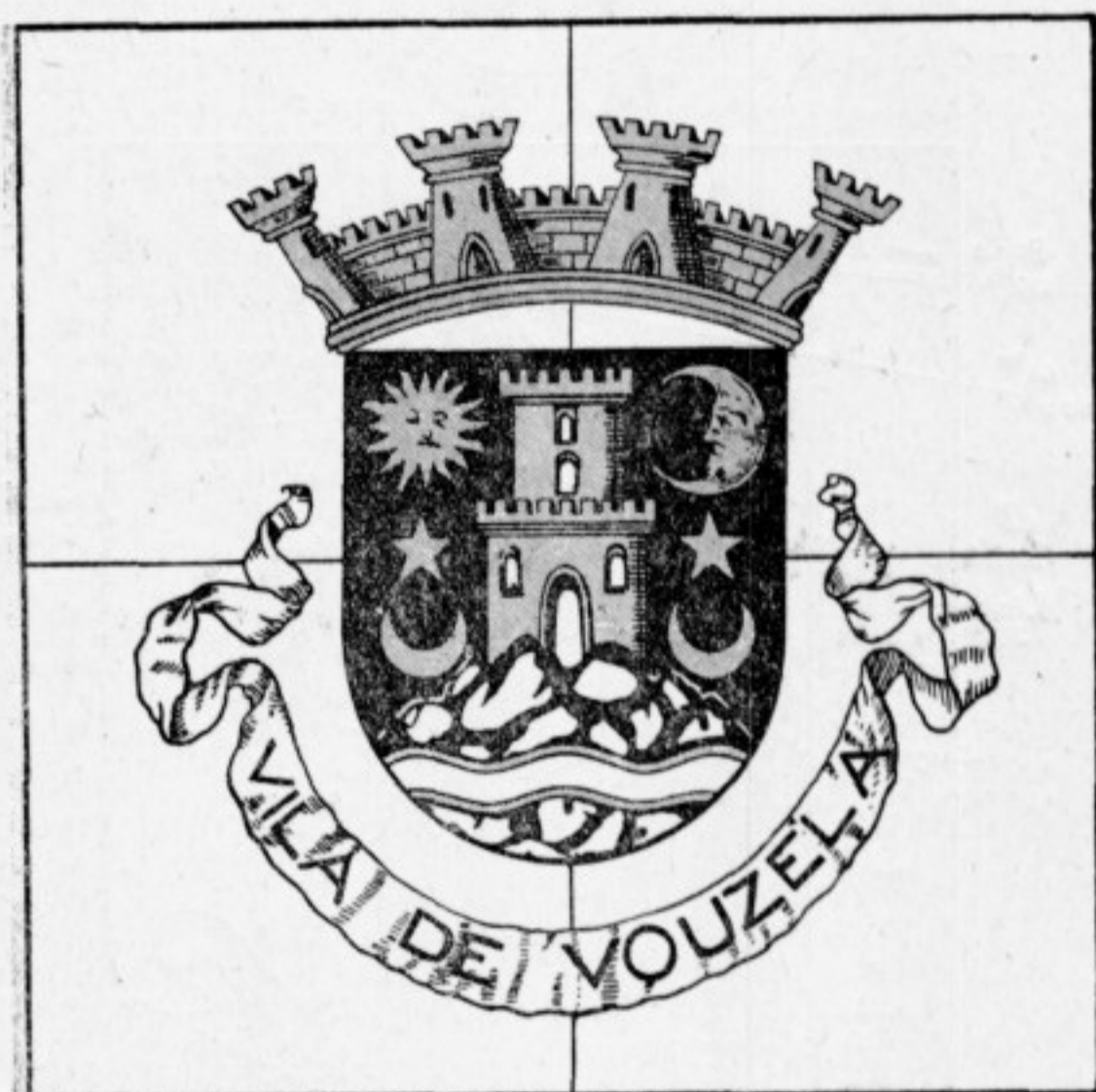
Não se limita a esse paralelo. Resume e transcreve quanto tem sido publicado sobre o primeiro dos bandeirantes, desde as suas origens, cuja lição exacta se deve ao Presidente Washington Luís, passando pela sua chegada ao Brasil, (provavelmente em 1517); a sua acção junto do chefe local Tibiriçá; as desavenças com os jesuítas; a reconciliação com estes, graças ao Padre Manuel da Nóbrega; até a sua morte sobre a qual ainda paira o mistério.

O trabalho de Afonso de E. Taunay é um acto de justiça histórica e uma lição dada aos historiadores portugueses, que ignoram ou minimizam o papel primacial desempenhado por João Ramalho na ocupação e colonização do «hinterland» brasileiro.

Para salvar a honra dos historiadores de Portugal, que têm deixado correr as falsificações históricas acerca da fundação de São Paulo, Jaime Cortesão, mestre da História das navegações e descobrimentos dos Portugueses, publica, naquele número do jornal paulistano, o estudo «Martim Afonso de Sousa e a Fundação de São Paulo», no qual a verdade é largamente exposta e demonstrada com os documentos dos tombos portugueses e outros, que estudou.

Se Martim Afonso de Sousa se desinteressou do Brasil e lá se demorou pouco tempo, num lamentável erro de visão, não deixou de ser o fundador legítimo, em 1532, das vilas de São Vicente e de Piratininga, a última das quais havia de ser a próspera cidade actual. Era ele o único com poderes para tais actos de posse de Estado e exercício da soberania. No *Diário* da Armada, que escreveu Pero Lopes de Sousa, irmão do capitão-mor, é que vem o assento de baptismo de Piratininga e não em qualquer outro documento escrito vinte anos depois.





COMEMORAÇÃO DO IV CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

Promovida pelo *Instituto*, realizou-se no seu salão nobre, no dia 25 de Janeiro de 1955, uma sessão comemorativa do IV Centenário da Fundação de São Paulo, à qual assistiram numerosos Sócios e Autoridades civis, militares e religiosas.

Tomaram parte como oradores, os sócios brasileiros Aureliano Leite e José Pedro Leite Cordeiro e os sócios portugueses Joaquim de Carvalho e Nuno Simões, cujos discursos e alocuções se publicam a seguir, precedidos das apresentações feitas pelos sócios Diogo Pacheco de Amorim, Francisco Teixeira de Queirós e Torquato de Sousa Soares.

ALOCUÇÃO DO DR. DIOGO PACHECO DE AMORIM

SENHOR BISPO AUXILIAR DE COIMBRA
SENHOR PRESIDENTE
SENHOR SECRETÁRIO DA EMBAIXADA
BRASILEIRA
EX.^{mas} AUTORIDADES
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Não podendo o Sr. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, ilustre presidente do *Instituto* de Coimbra, assistir a esta sessão, infelizmente por motivo de doença, vejo-me obrigado, por dever de ofício, a fazer as suas vezes. É, pois, em seu nome e no da Direcção do *Instituto* de Coimbra que tenho a honra de apresentar a V. Ex.^a Rev.^{ma}, Senhor Bispo Auxiliar de Coimbra, a V. Ex.^a, Senhor Vice-Reitor da Universidade, ao Senhor Secretário da Embaixada do Brasil, às Ex.^{mas} Autoridades aqui presentes, aos ilustres oradores desta sessão

e a V. Ex.^{as}, minhas Senhoras e meus Senhores, as saudações mais respeitadas e os nossos agradecimentos pelo relevo que vieram dar a esta sessão com a sua comparência.

*

* *

Para comemorar o 4.^o Centenário da Fundação de S. Paulo, houveram por bem o Sr. Presidente do *Instituto* e a sua Direcção preparar uma sessão solene em que fossem oradores dois sócios brasileiros ilustres, devotados amigos de Portugal; e dois sócios portugueses, igualmente notáveis, dedicados amigos do Brasil e profundos conhecedores dos seus problemas.

Entre os sócios brasileiros, os dois escolhidos foram o Sr. Dr. Aureliano Leite, advogado e publicista, da Academia Paulista de Letras e Presidente do 2.^o Colóquio Luso-Brasileiro, e o Sr. Dr. José Pedro Leite Cordeiro, do Instituto Histórico e Geográfico, professor da Universidade Católica de S. Paulo, ambas figuras de grande relevo na intelectualidade brasileira. Não tendo podido comparecer pessoalmente estes dois oradores, mandaram os seus discursos que serão lidos dentro de momentos.

*

* *

De entre os sócios portugueses foram escolhidos para oradores desta sessão os Srs. Drs. Joaquim de Carvalho e Nuno Simões.

Fazer a apresentação destes ilustres consócios a uma assembleia tão distinta como esta, seria inutilidade descabida e não têm essa intenção as duas palavras que vamos dirigir-lhes.

*

* *

O Dr. Joaquim de Carvalho é formado pela Universidade de Coimbra, em Direito e Letras; doutor «honoris causa» pelas Universidades de Mompilher e Salamanca; sócio efectivo da Academia das

Ciências de Lisboa; membro da Academia Internacional de História das Ciências e do Instituto Internacional de Filosofia. Tomou parte em vários congressos internacionais, em Espanha, Inglaterra, Holanda e Portugal.

Foi a S. Paulo na qualidade de *professor visitante*, honra de que só outro professor português compartilhou.

Dentre os numerosos trabalhos com que tem honrado as letras pátrias, destacaremos: — *Estudos sobre a cultura portuguesa no século XV*; *Estudos sobre a cultura portuguesa no século XVI*; *António Gouveia e o Aristotelismo da Renascença*; *Leão Hebreu, filósofo*; *Descartes e a cultura filosófica portuguesa*; *Oróbio de Castro e o espinosismo*; *Galileu e a cultura portuguesa sua contemporânea*; *Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara*. São inúmeros os artigos com que tem ilustrado diversas revistas nacionais e estrangeiras. É condecorado com a Legião de Honra.

Professor querido e admirado pelos seus alunos, o Dr. Joaquim de Carvalho é um dos mais ilustres ornamentos da nossa Universidade.

*

* *

O Sr. Dr. Nuno Simões é também filho espiritual de Coimbra, pois aqui tirou a formatura em Direito que concluiu em 1913, tendo sido um dos mais brilhantes espíritos da sua geração.

Desde estudante que traçou as linhas mestras da sua acção pública, cujos objectivos têm sido, no país, o regionalismo e a política económica; no exterior, as nossas relações com as Províncias Ultramarinas, com o Brasil e a nossa antiga aliada, a Inglaterra. O Sr. Dr. Nuno Simões só em curto lapso de tempo teve filiação partidária. Não obstante, foi Governador Civil de Vila Real, ainda não volvidos dois anos sobre a sua formatura e de tal modo se houve no desempenho deste espinhoso cargo que por lá foi eleito deputado em três legislaturas sucessivas. Ministro do Comércio em 1921, sobraçou a mesma pasta em mais dois Ministérios.

Governador Civil aos 21 anos, Deputado aos 24, Ministro aos 27, para político sem filiação partidária são sucessos dignos de menção.

Desde estudante que o Sr. Dr. Nuno Simões revelou autêntica vocação de publicista, colaborando na imprensa diária de Lisboa e Porto, designadamente n' *O Primeiro de Janeiro*, em que ainda hoje escreve. Em 1919, apesar das paixões políticas que dilaceravam a nação, o Dr. Nuno Simões fundou em Lisboa o diário *A Pátria*, jornal aberto a todas as correntes de opinião, destinado à defesa e difusão da política construtiva a que sempre se devotara.

O Sr. Dr. Nuno Simões fez parte do corpo redactorial da *Révue Économique Internationale* e dirigiu a revista *Atlântida*.

Últimamente tem colaborado também no *Jornal do Comércio*, de Lisboa; no *Notícias*, de Lourenço Marques; em *A Ilha*, jornal de Ponta Delgada; e em jornais brasileiros: — *O Observador Económico e Financeiro*; *Diário de Notícias* e *Diários Associados*.

Desde novo que Nuno Simões se revelou conferencista de garra. Logo em 1916 publicou uma conferência literária com o simpático título de «Gente risonha».

E para só nos referirmos às primeiras e às últimas de que temos conhecimento, citaremos: «O conceito e a evolução do luso-brasilismo» (1945); «O estado actual das relações luso-brasileiras» (1950); «Actualidade e permanência do luso-brasilismo» (1953), feitas no Porto, Lisboa e Coimbra. Neste mesmo ano de 1953 foi condecorado pelo Governo Brasileiro com a Ordem do Cruzeiro do Sul.

*

* *

*

Nuno Simões é também abalizado economista e tem dedicado ao estudo dos problemas económicos nacionais o melhor do seu tempo. Para o mostrar, basta a enumeração dos principais trabalhos que tem publicado sobre este assunto: — *As nossas relações comerciais com a Inglaterra* (1931); *Os vinhos do Porto e a defesa internacional da sua marca* (1932); *O Ultramar como fornecedor e cliente das indústrias metropolitanas* (1933); *O Brasil e a emigração portuguesa* (1934); *Vinhos da Madeira* (1935); *Pescarias e Conservas de peixe* (1936); *Os Portugueses no Mundo* (1940); etc.

Para me não alongar, referir-me-ei apenas ao último citado — *Os Portugueses no Mundo*. É uma minuciosa descrição das diversas comunidades portuguesas espalhadas por todas as nações. Que saibamos, é obra única no género na literatura portuguesa

*

* *

No campo da economia, o Sr. Dr. Nuno Simões é não só o escritor, o polemista, o homem de pensamento; mas também o homem de acção. Desde que deixou o cargo de Secretário do Supremo Tribunal Administrativo, em 1935, que se dedicou à economia prática, desempenhando com grande sucesso o papel de consultor económico de diversas empresas.

*

* *

Disse um biógrafo de Newton que as ideias mais fecundas de cada pensador são as da sua juventude para quem lhes ficar fiel. Basta a enumeração dos títulos das obras e conferências do Dr. Nuno Simões para se ver que S. Ex.^a ficou fiel às directrizes que a si mesmo traçou na mocidade, o que é raro no presente século.

DISCURSO DO DR. AURELIANO LEITE.
APRESENTAÇÃO E LEITURA
DO DR. FRANCISCO TEIXEIRA DE QUEIRÓS

Cabe-me a honra e o regalo intelectual de transportar para aqui as expressivas palavras com que o ilustre brasileiro Aureliano Leite, paulistano insigne, quis contribuir para o brilho desta sessão soleníssima, soleníssima pelo facto que comemora e pelos confrades que a ilustram com a sua presença. É que a cidade de São Paulo é das poucas que têm certidão de idade e é o seu nascimento que aqui estamos a comemorar.

Aureliano Leite — Publicista, Advogado, Membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico de São Paulo — foi Presidente do 2.º Colóquio Luso-Brasileiro, realizado em São Paulo em Agosto do ano findo.

Tem uma vasta obra de escritor, de historiador e de jornalista. Dela devemos destacar porém a *História da Civilização Paulista*, que teve uma edição monumental no ano findo — neste ano do centenário —, o romance histórico — *Amador Bueno, o aclamado, os Episódios do Exílio*, com largas referências a Portugal e a curiosíssima monografia: *Influência de uma família paulista do Século XVI nos destinos do Brasil*.

Disse eu que trazer aqui as palavras do ilustre brasileiro não era só uma honra mas um regalo intelectual também. É que Aureliano Leite é um amigo de Portugal como só os brasileiros sabem ser, quando o são.

Profundamente afecto à cultura portuguesa, S. Ex.^a soube sentir com uma palpitante clarividência — gratíssima para nós — que Portugueses, ou lá ou cá, ou sejam emigrantes, com mais ou menos permanência no Brasil, ou sejam dos amigos que nunca o puderam palmilhar, constituem para o Brasil no conjunto das Nações, uma Nação diferente de todas as outras. Uma nação que não pode ser, que não é uma Nação estrangeira. E as intervenções entusiásticas do ilustre brasileiro no Parlamento Federal contribuíram para o estabelecimento no Brasil de um estatuto jurídico à parte para os portugueses.

E quando, um dia, não pelo fatalismo geográfico que nos fez navegadores, mas por misteriosas e persistentes influências étnicas, o Brasil com Portugal, numa margem e noutra do Mar, fizerem do Atlântico um Lago Lusíada além da campã, «se memória desta vida se consente», Aureliano Leite poderá reconhecer em Glória: Eu fui dos pioneiros desta obra de gigantes.

E agora são estas as palavras do ilustre sócio deste *Instituto*:

NOBILÍSSIMOS CONFRADES DO INSTITUTO
DE COIMBRA:

Começo por ajoelhar-me com amor e respeito ante a velha e sábia Coimbra, *alma mater* de onde jorrou a claridade que iluminou por tão longo tempo o imensurável solo do Brasil.

Outras influências culturais, sem dúvida, penetraram também o nosso país, depois de sua total emancipação política. Mas, para todos aqueles que encontram as suas raízes étnicas na gloriosa Lusitânia e delas receberam o forte sangue, embora temperado pelo sal da terra, Coimbra continua a ser a fonte fundamental de nossa ilustração, se não directamente haurida por nós mesmos, ao menos por nossos respeitáveis ascendentes de quem recolhemos os resíduos morais.

Na verdade, qual de nós, criaturas deste quase continente americano, alumiado pelas cinco estrelas famosas que Mestre João, subalterno de Pedro Álvares Cabral, antes de todos estudou, não possui um avô aí nessa Universidade multissecular, vestindo a indefectível capa, negra e rota, de seus gárrulos estudantes, e tomando parte no «perpétuo lausperene de risos», que à Coimbra já chamou a pena vivaz de Brás Buriti?

Eu, por exemplo, que na minha humildade aqui me vos apresento, tive dois ou três, mas não quero citar senão um, o Dr. José da Silveira e Sousa, natural da bela Tomar e pai de Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, sagrada como a «Heroína da Inconfidência Mineira». Foi esse homem de leis quem ensinou porventura aos nossos primeiros advogados do interior a devoção pelo patrono universal da nobre classe, trazendo para a ilustre São João del Rey, del Rey D. João V, a imagem, em tamanho natural — e que lá ainda é venerada — de Santo Ivo, das páginas inigualáveis de Ernesto Renan, seu conterrâneo.

Justificada assim a minha sinceríssima veneração pela velha e sábia Coimbra, aproveito a feliz oportunidade para agradecer a minha entrada no seu prestigioso e já secular sodalício, já agora, credor meu de dois créditos consideráveis — o primeiro, admitindo-me no seu quadro de imortais, vindo buscar-me no longínquo Brasil para colocar-me entre as suas notáveis e eminentes figuras lusitanas — o segundo, e sem dúvida incomparavelmente mais importante, dedicando toda esta significativa sessão a homenagear o IV Centenário da Cidade de São Paulo.

Pensando-se bem, Coimbra nem podia, nem devia ficar ausente das festividades com que, em toda a parte, por assim dizer, em todo o mundo, neste ano de Cristo de 1954, se comemora aquela efeméride. É que São Paulo, conquanto urbe, hoje, de tipo americano do Norte e de vasta população, a maior do Brasil, a fim talvez de realizar a profecia histórica de um antigo estudante coimbrão — José de Anchieta, jovem soldado de Manuel da Nóbrega — São Paulo de todas as cidades do Novo Mundo, foi a que mais guardou de sua madre certas características imutáveis.

É lembrar que, durante quase um século, o centro de educação e cultura da metade meridional do Brasil manteve-se aqui, exercido em toda a sua plenitude pelo Curso de Direito, depois, Academia de Direito, hoje, Faculdade de Direito, estabelecida inteiramente nos moldes da Universidade lusa fundada por D. Dinis, ao alvorecer de vossa heróica nação.

Quando publiquei pequeno livro de memórias de estudante, em 1927, ofereci-o à Faculdade de Direito de São Paulo, chamando-lhe o «maior laboratório de homens do Brasil». Agora, lendo o judicioso discurso de posse do actual Governador Civil de Coimbra, vejo que essa ilustre autoridade considera a vossa Universidade «Imenso laboratório de almas, em que se preparam os fermentos destinados a levedar a grande massa da nação, dando-lhe as virtudes de coesão, de disciplina e de resistência moral que lhe permitem fazer face à fúria das tempestades e até aos destinos do homem».

Observo com alegria que não foi só a metologia no ensino de humanidades e do direito e a própria ciência jurídica de Coimbra que influíram na nossa Faculdade, como lembrou em notável discurso

o Prof. José Soares de Melo — foi também o processo de modelagem, a maneira de plasmar valores humanos.

E, ainda, não só isso. Coimbra não desempenhou nem desempenha só o papel de preceptora política e social das mais prestigiosas de Portugal, mas galgou e mantém o primado da arte de escrever e produzir ficção, na prosa e no verso. E esse domínio, por sua vez, atravessou o Atlântico e alcançou franco proletoismo entre nós. Contra ele, como lembrou Álvaro Lins, repetido por Cassiano Ricardo, insurgiu-se Álvares de Azevedo, o inolvidável poeta de *Lira de 20 anos*, devoto de Byron e Schelley, realizando, à sua maneira, um processo de luta contra a tutela de Portugal.

Resultam de tudo isso e permanecem vivas, ligando as duas urbes, afinidades que a tirania do tempo custará a destruir entre a vossa Coimbra e a nossa São Paulo, para não dizer, as nossas Coimbra e São Paulo, tanto uma e outra amam coimbrãos e paulistas.

Afora essas razões especiais, existem outras de ordem geral, que justificam ou explicam o affecto recíproco e a admiração mútua entre as duas notáveis cidades, representando cada uma, de seu lado, as duas culturas exponenciais dos dois povos irmãos, sem querer de forma alguma menosprezar Lisboa e Rio de Janeiro, Porto e Salvador, Évora e Recife, e outros centros populacionais de lá e de cá.

É que, se de Portugal tiveram muitas vezes os Paulistas provas diferentes de reconhecimento pelos seus feitos, foram principalmente eles que deram ao império luso as proporções imensas que o velho reino pôde ostentar, por três séculos contínuos. Já alguém lançou com autoridade incontestável a imagem histórica de que eles, os Paulistas, completaram, em terra, o que os nautas lusos praticaram nos oceanos nunca dantes navegados — descobrimentos e senhoreamentos.

Oferece-se com efeito portentosa a obra dos filhos de Piratininga correspondendo à obra dos gigantes portugueses que enchem as páginas da história do mundo. Abra-se um mapa do Brasil. Nos seus muito vastos oito e meio milhões de quilómetros quadrados, em todos os rumos da rosa dos ventos, ficaram as pegadas dos homens do planalto vicentino. No Norte e no Sul, no Oeste e em Leste, sem faltarem as direcções intermediárias, por toda a parte, nas serranias e planícies, deixaram os bandeirantes, filhos de lusos e gente nativa, supostos autóctones, os sinais inconfundíveis de sua passagem e estada, ou

melhor, os marcos de sua conquista e posse para a Coroa e a futura nação brasileira.

Afonso de Taunay, indefesso batalhador e mestre de nossa história, logrou desenhar num grande mapa a expansão geográfica atingida pelos chamados, ora portugueses de São Paulo, ora mamelucos de São Paulo. Relanceando-se nesse gráfico os olhos de ver é que se vai compreender bem os conceitos de escritores como Robert Southey e August de Saint-Hilaire — o primeiro, dizendo por palavras suas, um tanto diferentes, *se os espanhóis de Santa Cruz de la Sierra possuísem o denodo dos Paulistas, seriam senhores de Mato Grosso e Goiás*; o segundo, declarando que, quando se observa o que fizeram os Paulistas, é-se levado a convencer que se está em frente de uma raça de gigantes.

E tudo isso, toda essa adição formidável de jornadas terrestres, devassando e conquistando sertões intérminos, salteados os seus actores por febres, índios e feras, vencendo a sede e a fome, levados nem sempre pela cobiça individual, mas por um imperativo racial e político, para plantar nos extremos da América do Sul o pavilhão português! Que tudo fizeram por e para Portugal, alguns episódios de nossa história provam-no de sobejo.

Nem a poderosa dominação espanhola de longos sessenta anos, que deixou, em especial, sulcos fundos em São Paulo, através das autoridades e importantes famílias andaluzas que aí se instalaram e se enraizaram, a tal ponto que o próprio idioma vernáculo se acastelhanizou — nem a poderosa dominação espanhola logrou extirpar da Capitania o sentimento português.

Deposto no vosso reino o locotenente do derradeiro príncipe de Madrid e restaurada a autêntica monarquia portuguesa, os espanhóis de nossa região escolheram entre eles o mais prestigioso e capaz para torná-lo «Rei de São Paulo». Recaiu a escolha na figura patriarcal de Amador Bueno. Mas Amador Bueno, contra dois costados sevillhanos, possuía dois outros luso-indígenas. De um lado, era Pires, de outro, bisneto do Cacique Tibiriçá, o defensor da civilização iniciada em terras de Piratininga pelo valoroso Capitão-Mor Martim Afonso de Sousa.

Pois bem, quando menos se esperava, vence nesse grande Bueno, o nosso primeiro estadista colonial, a progénie do nativo e do luso,

que o leva a pregar nos seus apaniguados uma peça terrível. De pesada durindana em punho, enfrenta o povo alvoroçado e brada, muitas vezes:

— Rei não quero ser. Portugal já tem o seu legítimo Rei. É ele D. João IV, Duque de Bragança. Por ele darei minha vida.
— E acrescentou, enfático, repetindo várias vezes: Viva D. João IV, nosso Rei e Senhor!

Desse episódio, que teve outras emocionantes cenas, resultou, sem dúvida, a integridade deste imenso Brasil, com a sua configuração geográfica actual quase completada sob D. João V, auxiliada pelos trabalhos diplomáticos de outro paulista de prol — Alexandre de Gusmão, considerado hoje o avô, o patrono-mor de nosso Ministério das Relações Exteriores.

E foi no solo de São Paulo que um glorioso príncipe luso, D. Pedro, primogénito de D. João VI, veio declarar livre o reino do Brasil e transformá-lo num Império Soberano.

São Paulo, depois de certa decadência, passou a ser, pelo esforço dos que aqui vivem, Paulistas autênticos, filhos de outros Estados e outras nações, entre estes, incontáveis portugueses, o mais progressista fragmento do Brasil, sem que isto, consoante proclamou Afrânio Peixoto, possa despertar a inveja má, nascida em almas inimigas, mas sim a inveja boa, que não infelicitá, de irmãos menos favorecidos da fortuna, que reconhecem naquele a capacidade de dirigi-los e orientá-los, para o bem geral.

SENHORES:

As festas solenes que a douta e culta Coimbra oferece à cidade de S. Paulo, no seu IV Centenário, a sinceridade e a beleza de que se revestem, demonstram de maneira tocante que as grandes figuras de sua inteligência e sabedoria conhecem bastante, em extensão e minúcias, o passado brasileiro e, em particular, o passado de nosso quadrisseccular burgo jesuítico.

Confessando alto e bom som a nossa gratidão pelo que de valioso e inolvidável Portugal nos deu, rogo-vos permissão para concluir como principiei, ajoelhando-me ante a velha e sábia Coimbra, *alma mater* de onde jorrou a claridade que iluminou por tão longo tempo o incomensurável solo do Brasil.

DISCURSO DO DR. JOAQUIM DE CARVALHO

«SAO PAULO E O BRASIL QUE SE CONSTRÓI»

Non ducor, duco, (não ando ao mandado, comando) é a divisa, desassombrada e altiva, da cidade de São Paulo. Nenhuma outra se excogitaria mais conforme à índole da gente onde se gerou o bandeirante e ao esforço da localidade que ascendeu de paupérrimo aldeamento sertanejo de há quatrocentos anos, estabelecido na colina entre o Anhangabaú e o Tamanduateí, à capitalidade da poderosa e atractiva metrópole dos nossos dias, «a cidade do Mundo que mais cresce». No domínio da acção, a divisa como que condensa a gesta assombrosa que concorreu, como nenhuma outra, para o estabelecimento das fronteiras geográficas do Brasil; e no domínio moral, ela enlaça o denodo da iniciativa ao amor da independência, um e outro timbre e glória da gente paulista e seu máximo contributo para a consciência patriótica brasileira.

As concisas e densas palavras latinas são, assim, a um tempo, suma e guião da história paulista, no íntimo e na desenvolução uma história voltada predominantemente para o Brasil que se constrói, que não para o Brasil que se continua.

Fundação inicial de reinóis, na qual se associaram solidariamente o agente do Estado e o missionário da Igreja, mantida e consolidada por descendentes de Portugueses e por Caboclos, a povoação de São Paulo é testemunho admirável da evolução de um território a meio social de características peculiares e, por fim, a componente da alma brasileira e da confederação política do Brasil.

Esta linha ascendente partiu do arraial, que foi, a um tempo, atalaia e centro missionário, passou pela organização da Capitania e pela da Província, para culminar na do Estado, de poderosa influência na vida da actual Confederação. A sua força criadora procede, radical e originariamente, da colonização e da compleição portuguesas, sem cujas temeridades e desconfianças, tendências e repulsas, virtudes e defeitos, se não compreende cabalmente, mas desenvolveu-se com as exigências do meio físico e social e adquiriu vulto próprio com o sentimento da brasilidade, cuja índole assimiladora acrisolou, numa só

alma, as múltiplas tendências de variadas gentes e raças. Sem a realidade histórica portuguesa não é compreensível nem explicável a realidade brasileira, porque Portugal e o Brasil são países que a geografia distancia e fez diferentes mas que a História, sob um ponto de vista, separou e, sob outro, uniu, ou, mais propriamente, tornou inseparáveis por alguns vínculos psicológicos e algumas estruturas e comportamentos sociais. A correlação com Portugal é uma realidade, mas não menos real é a formação do sentimento brasílico nos tempos coloniais e cuja desenvolvimento se constituiu em consciência brasileira própria, irreduzível, absorvente e integrativa.

Vista de fora, principalmente em relação à fragmentação do império espanhol das Índias, a unidade política do Brasil, inquebrantavelmente mantida através da imensidade do território, da diversidade das regiões, dos contrastes dos regimes de vida e das vicissitudes do acontecer histórico, é algo de extraordinário, para não dizer de misterioso; e, vista de dentro, olhos postos nos matizes e cambiantes da agremiação social, não é menos extraordinária e misteriosa a força coesiva da consciência nacional brasileira, que assimila, conforma e engloba numa só comunidade de esperanças e de destino, ao calor da sensibilidade afectiva, a multiplicidade dos elementos étnicos que compõem a população e a variedade das estruturas e áreas culturais em que ela se diversifica.

Sociologicamente, o Brasil não foi descoberto nem achado, mas sim construído, dado que as suas fronteiras geográficas foram estabelecidas pela vontade, a sua vida social modelada pela confluência do adventício, do indígena e do meio, e a sua cultura transplantada, assimilada e por fim recriada com desígnio nativa ou constitutivamente brasileiro. É, na plenitude do termo, um país jovem, com todas as seduções e leviandades da juventude, cuja consciência nacional, tão cordial, fremente e suspicaz, não tem ainda, felizmente, as arestas rígidas e cortantes que o tempo talha e petrifica nas consciências que envelhecem ou se deixam envelhecer.

Nascida em meio físico e cultural característico, com exigências e anelos privativos, a consciência da brasilidade apresenta uma marcha constitutiva própria, com marcos salientes de progressão, que aliás a desviam mas ainda a não desligam das raízes e vincos da compleição

portuguesa. A sua génese e constituição são por demais subtis e complexas para se deixarem aprisionar por simplificações e esquematismos. Penso, não obstante, que, sem grande violência, se podem assinalar a sucessão e correlativa integração de quatro convergências na formação da consciência nacional brasileira.

A primeira, na ordem do tempo e do sentido aglutinante e conformativo, procede directamente da estruturação administrativa da Colónia e da hierarquia e solidariedade dos respectivos organismos e circunscrições territoriais. Desde a primeira hora, as regiões recém-descobertas e ocupadas foram consideradas pela Metrópole como parcelas de uma unidade, que as necessárias e inevitáveis divisões administrativas não fraccionavam e muito menos separavam.

A segunda, de sentido territorial, é a noção do Brasil como unidade espacial. Para a consciência portuguesa, o Brasil foi sempre um todo único que somente para efeitos administrativos se dividia em circunscrições; e para os nados luso-brasileiros, esta consciência da unidade do território que constitui o país, embora não forme um Estado, manifesta-se já no século XVII, sentida e activamente, na solidariedade prestada por Baianos e Paulistas à luta dos Pernambucanos contra o invasor holandês, a qual, também, já teve a contribuição do homem de cor.

Foi esta consciência territorial como que a base física do curso psico-social em que a cultura portuguesa se mesclou com a cultura local, confluindo ambas num ritmo e com exigências que tendiam para a diferenciação, do que, aliás, deu testemunho eloquente o padre António Vieira.

A quarta, finalmente, deu-se pela concomitância destes sedimentos, tendências e factores no sentido da vida autónoma, independente e responsável, em virtude da acção sinérgica da Geografia e da História, do meio físico e do homem, da sociedade e dos interesses, das incompreensões e das determinações, do inevitável e do casual.

Todas as regiões colaboraram no processo constitutivo da consciência nacional brasileira, umas mais activamente do que outras e cada uma com o alento vital da sua idiossincrasia peculiar: o Cearense, de inteligência aberta e ágil, com a alma temperada na resistência às calamidades da terra adusta e calcinada; o Pernambucano, com o sentimento arreigado da continuidade das gerações e com o respeito da hierarquia social; o Baiano, com o enlevo do verbo, a sedução do

ritmo e a volúpia dos sentidos, em comunhão com a terra radiosa onde se compenetraram como em sítio algum as maneiras de ser do Ameríndio, do Europeu e do Africano; o Mineiro, com o sentimento da seriedade da vida e a doçura do trato; o Fluminense, com a ironia pronta e fácil e a satisfação do viver; e o Gaúcho, com o garbo e a desenvoltura da vida larga e franca. Na construtura de múltiplas disposições e virtualidades que é a alma brasileira, cuja nota dominante Paulo Prado pensou ser a tristeza e Ribeiro Couto, porventura com mais acerto, pensa ser a cordialidade, o Paulista tem também o seu contributo, que é o do espírito inovador e progressivo. Este é o vinco característico da alma paulistana, coerente, aliás, com a índole da sua gente, que se não afeiçoa à mentalidade de herdeiro, com a naturalidade da sua terra, que nunca se deixou enlear e imobilizar na contemplação do passado, e com o seu destino histórico, que é o de ocupar a vanguarda do Brasil que se constrói.

Sem violentar grandemente a complexa variedade dos factos e das circunstâncias, pode dizer-se que, no Brasil Colonial, dominou a política da convergência do Indígena e do Português numa vida comum, o que, aliás, é característica geral da colonização portuguesa, e a do estabelecimento e segurança das fronteiras geográficas; e que o Brasil independente teve por objectivos capitais a preservação da unidade territorial, a estruturação da ordem político-jurídica, a constituição de uma cultura com raízes nacionais, a dignificação da vida humana e a criação de condições económicas propícias à valorização do país e à elevação do nível de vida dos seus habitantes.

Todas estas exigências e solicitações foram servidas, quando não comandadas por Paulistas; daí, a importância e o alto significado de São Paulo na História do Brasil.

Foi no campo de São Paulo que a miscigenação euro-brasilica adquiriu, desde a primeira hora, maior extensão e, sobretudo, maior alcance, pois em parte alguma das terras recém-descobertas há notícia de tão numerosa descendência mameluca como a de que foi tronco João Ramalho. O aparecimento do lendário vouzelense no planalto de Piratininga, do qual foi o primeiro colonizador, é um mistério, mas não é mistério o êxito da convivência que logrou estabelecer com o Índio nativo, a qual foi condição prévia do aldeamento missionário, fundado pelo padre Manuel da Nóbrega, nem tão-pouco o alcance

social do cruzamento de sangues, que está na raiz étnica da gente paulista, cosmopolita pela ascendência, como nenhuma outra do Brasil moderno.

Dezoito anos após a fundação de São Paulo, em 1562, já os Portugueses, Mamelucos e Índios defendiam o seu paupérrimo arraial contra os Tamoios, confederados e instigados por Franceses. Foi esta a primeira afirmação de lealdade da gente paulista a Portugal, ao depois tão afincadamente reiterada, designadamente após a Restauração de 1640, e foi também a primeira manifestação dos sentimentos e rasgos que nutrem e confirmam a suprema expressão do génio paulista: o bandeirismo

As entradas, monções e bandeiras assinalam, com efeito, a suprema afirmação da gente paulista durante o Brasil colonial. Empreendimentos de rasgo individual ou de determinação política, as bandeiras exigiram dotes extraordinários de arrojo, de decisão e de energia, mas não se compreendem nem explicam cabalmente sem as circunstâncias peculiares do meio. É que a vida no burgo de São Paulo foi arrastada e pobre até ao primeiro terço do século passado. O isolamento a que o condenava o difícil e perigoso caminho do mar, a 65 quilómetros da costa, que hoje se percorrem facilmente na admirável via Anchieta, e a pobreza do campo circundante, sem mimos nem produtos ricos, impuseram ao Paulista como que a insularidade. Ao contrário do homem do litoral, no Nordeste, que mantinha frequente contacto com a Metrópole, quanto mais não fosse pela exportação do açúcar, cuja produção e riqueza estruturou a vida social nestas paragens, o Paulista, até à plantação dos cafezais, nos meados do século passado, não teve ao seu alcance explorações e produtos cuja exploração lhe proporcionassem um nível de vida elevado. Isolado no altiplano, na posição moral de fronteiro e de vigia, condenado a uma vida de restrições, sem o afluxo de imigrantes, o cruzamento com o sangue índio tornou-se normal e a endogamia, uma imposição das circunstâncias. Daqui, etnicamente, o Caboclo, e, psicológicamente, a compleição *sui generis* do Paulista, a qual deu ser e constância ao empreendimento das «bandeiras», geradas e sustentadas pela miragem da riqueza e cuja gesta está para o sertão e para as terras virgens do interior como as navegações dos nossos capitães dos séculos XV e XVI para o conhecimento das rotas e ancoradouros do mar-oceano.

Pela imposição do meio físico e das circunstâncias económicas, o bandeirante nasceu da luta pelo desafogo da existência e desenvolveu-se como acontecimento humano de exigências próprias e como fenómeno colectivo de extraordinárias consequências políticas. Como homem, o bandeirante carecia de um tonus vital, de uma capacidade de decisão e de uma atitude interior que o capacitassem para dominar os escrúpulos morais, os perigos físicos ou os simples obstáculos naturais, mas isto, sendo muito, é quase nada perante as consequências do Bandeirismo na ordem política, pela conquista de territórios e sua integração na unidade político-administrativa do Brasil, e na ordem moral, pela constituição de um estilo de vida e de um ideal colectivo.

Nenhum outro povo americano tem páginas análogas às da epopeia bandeirante, graças à qual se incorporaram na soberania do Brasil as terras do actual território do Estado de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso, quase todo o Pará e grande parte de Minas Gerais, num total aproximado de seis milhões de quilómetros quadrados. Onde outro António Raposo Tavares que, nos meados do século XVII, vai de São Paulo ao Paraguai, ao Maranhão, ao Amazonas, à região de Quito e, no regresso, atinge Gurupá, cerca de Belém?

Este assombro de audácia e de determinação creio não ter tido ainda entre nós o público reconhecimento que merece. A sua gesta é bem o símbolo da expansão geográfica do bandeirismo e da atitude que levou o grande Euclides da Cunha a escrever «que a tradição heróica das entradas constitui o único aspecto original da História brasileira», e Rui Barbosa, o verbo de bronze e a consciência do Direito, a dizer, com não menos acerto e razão, que se «não fora o arrojo desses caçadores de homens» gente «mais ardida que os primeiros conquistadores», e a costa do Brasil ao Sul de Paranaguá seria, hoje, espanhola, espanhóis veríamos os sertões de Mato Grosso e Goiás, outro povo ocuparia as nossas melhores zonas, respiraria os nossos ares mais benéficos, cultivaria as nossas mais desejadas terras».

O que São Paulo fez nos séculos XVII e XVIII pela expansão geográfica do Brasil, contra as ambições de Castelhanos e Criolos, vai fazê-lo, no século XIX e no actual, pela elevação da vida cívica e pelo progresso económico e social. O bandeirismo muda de direcção,

mas é o mesmo o espírito de determinação e igual a tenacidade de ânimo. E assim é que todas as grandes causas que configuram a fisionomia do Brasil contemporâneo encontraram em São Paulo o mais caloroso apoio, quando não o rasgo inicial e decisivo. Quis o destino que fosse em São Paulo, numa colina da margem do Ipiranga, que D. Pedro proclamasse a Independência, e o facto coerente com a história paulista, reveste-se, não só de grande simbolismo mas também, ao que penso, de significado, pela manutenção e preservação da unidade brasileira.

Não é, porventura, legítima a conjectura de que outra seria a extensão territorial do Brasil se tivessem vingado a Inconfidência Mineira e a Revolução pernambucana de 1817?

O sentimento do particularismo paulista é, sem dúvida, uma realidade psico-social, mas o sentimento da brasilidade não é menos real e constante na sua gente mais responsável e representativa, ao longo dos quatrocentos anos que agora se comemoram. Daí, dentre outros testemunhos, ter sido em São Paulo que, a par do Recife, a mocidade se instruiu nas disciplinas jurídicas, em condições que não só imprimiram ao burgo paulista a fisionomia de uma cidade universitária, como deram alento às efusões românticas da Pauliceia e à preparação séria dos futuros parlamentares do Império.

Por isso, Rui Barbosa chamou *alma mater* do ensino jurídico brasileiro à Faculdade de Direito instalada no antigo convento paulista de São Francisco, da qual o doutor conimbricense José Maria de Avelar Brotero, sobrinho do insigne botânico, emigrado no tempo de D. Miguel, foi um dos dois mestres aos quais coube a instauração do ensino jurídico no alvor da Independência.

Foi em São Paulo que a campanha abolicionista ecoou com mais vibração e, sobretudo, decisão, pois em parte alguma do Brasil o braço do escravo foi substituído nas fazendas e nas oficinas em tão larga escala pelo contrato do imigrante livre da Europa, principalmente da Itália e da Espanha. As consequências sociais deste acontecimento foram extraordinárias, bastando notar que a imigração branca removeu definitivamente os receios suscitados pela elevada percentagem do homem de cor no conjunto da população, aliás muito menor no território paulista do que noutros Estados do Nordeste, o da Baía à cabeça.

Foi, ainda, em São Paulo que o regime republicano com o ideário de que Rui Barbosa foi propugnador convicto, convincente e clarivi-

dente, encontrou não só algumas das suas mais vigorosas raízes da consolidação, como alguns dos seus mais notáveis presidentes e estadistas.

Finalmente, foi em São Paulo que, mais extensa e intensamente, o café adquiriu o valor de riqueza nacional, como outrora, e a seu tempo, o haviam adquirido o açúcar no Nordeste, a mineração em Minas Gerais e a borracha na Amazónia, e, com ela, o progresso assombroso da metrópole paulista e o seu extraordinário desenvolvimento industrial, sem par na América do Sul, condicionado, em boa parte, pela ciência posta verdadeira e eficazmente ao serviço do país.

Há trinta anos, Paulo Prado, o inteligentíssimo ensaista do «Retrato do Brasil», terminava esse livro encantador que é a *Paulística*, perguntando «para que desconhecido caminho marchava o Paulista». Creio que a resposta é só uma e não oferece dúvida. Os povos conhecem-se pela sua História, tal como os indivíduos se conhecem pelas suas acções. Quatro séculos de existência sem quebra das determinações do génio nativo e um presente que, além de afirmar a exuberância de todas as manifestações da vida, revela os germes potenciais de novos empreendimentos da actividade e da cultura, não deixam margem a qualquer dúvida ou hesitação sobre o futuro progressivo e criador da terra e da gente paulistanas.

Podem as circunstâncias mais ou menos momentâneas arrastar algumas nuvens que toldem ou escureçam o horizonte; porém, não haja dúvida de que São Paulo é a terra do Homem que se faz por si e a cujo anseio não condizem as ideias, os sentimentos e as instituições que limitam, enquadram e imobilizam.

Para a sua índole, que nasceu portuguesa de sangue e de tendências, sòmente contam e valem a capacidade e as realizações, e não a posição que se herda ou ocupa. Daí a História de São Paulo ser a história constante, renovada e por assim dizer quotidiana, da independência e da expansão da actividade. Os actos, que não as palavras, são a expressão do seu génio. Daí, ainda, a missão indispensável de São Paulo na vida do Brasil. Se o Nordeste e Minas Gerais fazem sentir à consciência brasileira a exigência de coesão que procede da herança das gerações, São Paulo faz-lhe sentir que o Brasil é um país jovem, mais carregado de responsabilidades no futuro que de vínculos

do passado, e com elas a exigência viva e actuante do espírito de adaptação, de assimilação e de criação.

A vida das nações que alcançaram a consciência da própria individualidade afirma-se ao longo da História pela conversão do que é universal ou lhes é estranho em nacional e pela projecção do seu nacional na vida universal. Na vida concreta e até agora vivida pelo Brasil tem predominado a assimilação e a conversão do alienígena em indígena e do universal em nacional, mas são já bem visíveis os anúncios e testemunhos dos novos tempos em que a grande Nação arrancará do seu génio nativo contribuições decisivas e fecundas para a história humana e universal, em campos diversos dos da sensibilidade e da Arte, designadamente nos da Ciência, na qual aliás já tem o seu nome inscrito com benemérito e glorioso reconhecimento.

Comemorar São Paulo neste dia festivo é, pois, admirar quatro séculos de História produzida e abrir um crédito ilimitado à História que o futuro desvendará para glória do Brasil.

DISCURSO DO DR. J. P. LEITE CORDEIRO
APRESENTAÇÃO E LEITURA
DO DR. TORQUATO DE SOUSA SOARES

Fácil tarefa é esta de vos apresentar o Prof. Doutor José Pedro Leite Cordeiro, porque a sua obra já o apresentou há muito ao público português, que com tanto interesse acompanha sempre as manifestações de inteligência, de sensibilidade e de saber dos mais altos espíritos do Brasil.

De facto, o Dr. Leite Cordeiro, que é médico ilustre e historiador que sabe manejar os textos e haurir deles a gama complexa dos factos que fazem a História; que é mestre na Universidade Católica de São Paulo e membro eminente do Instituto Histórico Brasileiro e da nossa Academia Portuguesa de História; que é autor de uma obra que é realmente grande — basta referir, para assinalar o seu mérito científico, dois estudos fundamentais: *São Paulo e a invasão holandesa no Brasil* e *Braz Cubas e a Capitania de S. Vicente*, que são padrão imorredouro das glórias de Portugal de além-mar — de facto, o Prof. Leite Cordeiro apresenta-se a si mesmo.

Quase ao acaso, abro a sua bela colectânea de discursos — «Frases esparsas» —, e, ao deparar com expressões a transbordar de amor por Portugal, não resisto à tentação de as lembrar a V. Ex.^{as} com a emoção que não pode deixar de nos fazer vibrar perante sentimentos tão nobres e tão nobremente manifestados:

«É Portugal — diz o insigne paulistano — o glorioso e heróico país que integrou a pátria brasileira na órbita da civilização, que a acompanhou, tal qual padrinho carinhoso, à pia baptismal, que a orientou com a paciência e as condescendências de pai, que a chegou e defendeu com todas as forças de mãe extremosa, e que lhe deu, na hora exacta da maioridade, as energias varonis de um príncipe lusitano, para que, embora emancipados, os brasileiros pudessem avaliar quanto devem a Portugal!

«Após a emancipação política preparada e tão sàbiamente aconselhada por El-Rei D. João VI — prossegue o egrégio historiador — continuaram o Brasil e Portugal, a palmilhar a senda fraternal do mútuo compreendimento. Ambos se deram as mãos para o mundo sen-

tir, mais forte do que nunca, a amizade que nos entrelaça, o amor que nos une, tudo o que há de belo, de solidário e de eterno na maviosa língua portuguesa.

«Não há coração brasileiro — com que transparente sinceridade o assegura! — que deixe de pulsar aceleradamente ante o evocar das velas enfunadas em que a cruz de Cristo anunciou por todos os mares o valor da gente lusitana»!...

Por isso, bem posso dizer — e com tanta mais convicção quanto é certo que, assim, não faço senão traduzir o sentimento unânime desta assembleia — que o nosso eminente confrade está neste momento, por um milagre de affecto e de gratidão, no coração de todos nós!

Tem a palavra o preclaro historiador, que nos vai expor a acção do Padre Manuel da Nóbrega nas Terras de Santa Cruz.

*

* *

As minhas primeiras palavras devem ser de emocionado e profundo agradecimento não só pela escolha do meu nome para ocupar tribuna tão alta, mas também pela realização desta homenagem ao IV Centenário da Fundação de São Paulo, efeméride que, em sendo paulista e brasileira, não deixa de ser essencialmente portuguesa, já que nela festejamos um dos muitos marcos luminosos com que os gloriosos heróis lusitanos iluminaram as suas rotas através de mares e terras na faina meritória de cristianizar e civilizar.

Daqueles cujo verbo devesse e pudesse hoje ser aqui ouvido, escolheram o mais deslustrado de todos, attitude que só posso explicar sopesando aquilo que sinto constantemente a transbordar da alma: a minha conhecida admiração e o meu sabido amor pela tão justamente famosa e celebrada *Terra Portuguesa*. Eis, pois, os motivos da escolha para que vos viesse falar este obscuro paulista: — os sentimentos por mim devotados a Portugal e mais o orgulho em descender eu dos primeiros lusitanos que, no quinhentismo, fecundaram e civilizaram o meu querido São Paulo.

A fundação, cujo IV Centenário hoje comemoramos, cabe indiscutivelmente ao benemérito português Padre Manuel da Nóbrega,

espírito de larga visão, que nos impressiona profundamente quando estudamos a sua vida exemplar, activa e tão efectivadora. Podemos considerá-lo o maior estadista do Brasil durante o século XVI, devendo-lhe, entre outras realizações, a fundação de São Paulo e o Armistício de Iperoig onde se viu secundado por José de Anchieta, e, se não fosse a sua decisiva actuação junto a Estácio de Sá, o Rio de Janeiro não teria sido fundado na ocasião em que o foi.

Tal a projecção do extraordinário jesuíta no cenário histórico do quinhentismo, que Mem de Sá, ao enviar o sobrinho, Estácio de Sá, para expulsar da Guanabara os calvinistas, advertiu-o: — «Podendo tomar conselho com o Padre Nóbrega, não obrasse coisa de importância sem ele». E quando o valoroso Estácio encontrando-se no Sul da Colónia, sentiu, diante de sérias dificuldades, uma certa descrença na possibilidade de cumprir a missão de que fora incumbido, Nóbrega sustentou-lhe o ânimo. Ao soldado de Cristo perguntou o soldado do rei: — «Padre, que contas darei a Deus e a El-Rei se deitar a perder esta Armada?» Ao que Manuel da Nóbrega respondeu: «Senhor, eu darei contas a Deus de tudo e, se for necessário, irei à presença do Rei e responderei aí por vós». Amparado, moral e espiritualmente, por Nóbrega, que não mediu esforços para completar, na Capitania de São Vicente, os recursos humanos e materiais de que necessitava a Armada de Estácio de Sá, partiu este em direcção ao Rio de Janeiro, conseguindo levar a cabo a sua missão: expulsar os franceses da baía de Guanabara e fundar a cidade de São Sebastião.

Diante de um acervo tão inestimável de serviços prestados ao Brasil, o Padre Manuel da Nóbrega não havia recebido, até há pouco tempo, os galardões que bem merece. Em seguida à publicação das Cartas Jesuíticas reunidas em três volumes pela Academia Brasileira de Letras, sob a orientação benemérita de Afrânio Peixoto, à biografia de Manuel da Nóbrega levada a efeito por Mariz de Moraes, e depois da admirável obra do Padre Serafim Leite — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ganhou difusão, começou a ser conhecido mais amplamente, o elevado actuar histórico de Nóbrega, e horizontes mais largos se abriram aos investigadores de nosso passado que, cada vez mais, vêm estudando e colocando em seu devido lugar a obra realmente prodigiosa daquele discípulo de Santo Inácio.

O primeiro inacino a conhecer o Planalto de Piratininga foi Leonardo Nunes, o famoso padre voador, *Abarebebe*, na linguagem indígena. Viera à Capitania de São Vicente em missão de catequese por mandado de Nóbrega. Chegado a São Vicente, desenvolveu actividades e galgou a Serra do Mar, perlustrando o Altiplano, onde já existia o núcleo de Santo André da Borda do Campo. Desaveio-se, porém, com João Ramalho, e, quando Manuel da Nóbrega, em companhia de Tomé de Sousa, 1.º Governador Geral do Brasil, visitou o Sul da colónia, encontrou em desavença o Patriarca do Campo e o já célebre *Abarebebe*.

Analisemos o que então se passou. Padre Leonardo Nunes queixou-se ao chefe dos jesuítas não só de João Ramalho mas também daqueles que viviam sob a sua influência e orientação. Nóbrega ouviu-o atentamente, serenou os ânimos exaltados, sufocou rancores e harmonizou desentendimentos, preparando o caminho para a definitiva instalação da Companhia de Jesus no Sul do Brasil. Após o regresso de Tomé de Sousa para a Baía, Manuel da Nóbrega inaugurou oficialmente, aos 2 de Fevereiro de 1553, o Colégio dos Meninos de Jesus na Vila de São Vicente, já iniciado por Leonardo Nunes quando ali aportara três anos antes. Decorridos cinco meses, chegava a Salvador da Baía o 2.º Governador Geral, Duarte da Costa, e os Padres Luís da Gram, Brás Lourenço e António Pires, além dos irmãos João Gonçalves, Gregório Serrão, António Blasques e José de Anchieta. A mesma armada trazia a notícia da criação da Província Jesuítica do Brasil e da nomeação de Manuel da Nóbrega para Provincial.

Uma das primeiras determinações do futuro fundador de São Paulo foi enviar Leonardo Nunes para a Baía, a fim de acompanhar alguns missionários ao Sul da Colónia, onde chegariam, na véspera do Natal, José de Anchieta, Gregório Serrão, Afonso Brás e Vicente Rodrigues. A viagem de Leonardo Nunes devia encerrar outro objectivo: afastá-lo do cenário em que permanecia João Ramalho, para que serenos continuassem os ânimos.

No espaço de tempo que durou a viagem de ida e de volta de Leonardo Nunes, Manuel da Nóbrega, acompanhado pelo irmão Pero Correia e por um dos filhos de João Ramalho, visitou o Alti-

plano da Serra do Mar, conhecendo de perto os domínios de Tibiriçá onde não deixou de perscrutar o horizonte longínquo em busca do Paraguai, de outras terras, de outras nações gentílicas a conquistar para a sua fé e para a sua religião. Certificou-se da uberdade do solo e da amenidade do clima, e, na colina estratégica, entre o Anhangabaú e o Tamamduateí, divisou o local propício para a fundação. Seduzia-o a região futuramente descrita por José de Anchieta como «Grandes campos, fertilíssima de muitos pastos e gados, de bois, porcos e cavalos... e abastada de muitos mantimentos».

Até então, os columins de Piratininga vinham recebendo ensinamento em São Vicente, mas a seus pais muito facilitaria uma escola no Altiplano. Além disso, os moradores do núcleo ramalhense da borda do campo, alguns dos quais estavam desencaminhados de Deus, necessitavam assistência espiritual mais constante. A habilidade de Nóbrega fizera-o amigo de João Ramalho e com estes vieram os guaianases, tendo à frente o cacique Tibiriçá. Ia tudo às maravilhas. Por ordem do provincial, uma nova Casa Jesuítica elevar-se-ia em breve no solo brasileiro, a casa planaltina, constituída na sua essência por uma escola e por uma igreja, embriões da futura vila de São Paulo. Aliás, referindo-se aos meninos, Nóbrega recordaria mais tarde a gênese da fundação: «Os coloquei em casa de seus pais em Piratininga, onde por sua contemplação principalmente *fiz aquela Casa*».

José de Anchieta assim descreveu a fundação: — «Mudou o Padre Manuel da Nóbrega os filhos dos índios do campo a uma povoação nova chamada Piratininga, *o que os índios faziam por ordem do mesmo padre para receberem a fé*». Vemos assim que é o próprio José de Anchieta — errôneamente apontado por muitos como o fundador de São Paulo — quem declara ter sido Padre Manuel da Nóbrega o fundador do Colégio de Piratininga.

Interessado por João Ramalho, que já era o Patriarca da futura Raça de Gigantes, Nóbrega escreveu para Portugal buscando notícias da esposa que Ramalho deixara no reino havia mais de quarenta anos. Fazia-se necessário, se possível, legalizar a união do Patriarca do Campo com Isabel, princesa guaianá, cujos filhos e filhas já haviam constituído famílias cristãs na terra, as primeiras famílias paulistas, e Ramalho «Desejava muito casar-se com a mãe destes seus filhos. Já para lá se escreveu e nunca veio resposta deste seu negócio». Assim,

grangeando simpatias e amizades, e executando um programa de acção intensa e realizadora, o discípulo de *Loiola* continuou a faina do Novo-Mundo que iniciara na Baía em 1549.

Bem estudadas as condições geográficas do Planalto Piratiningano, bem reflectido e amadurecido o seu plano, voltou *Nóbrega* para o litoral onde recebeu os novos missionários trazidos por *Leonardo Nunes*, bem como a notícia da sua nomeação para Provincial no Brasil. Passaram-se as festas do Natal e raiou finalmente a gloriosa madrugada de 25 de Janeiro de 1554, quando se inaugurou a casa jesuítica do altiplano. O primeiro acto dos missionários foi a homenagem a Deus, através do seu culto, a celebração do santo sacrifício da Missa. A bênção do Altíssimo caiu sobre o campo de Piratininga, fecundou-o, fertilizou-o e transformou-o na majestosa e pujante Metrópole actual.

Nas elucubrações de *Manuel da Nóbrega*, e erecção da Casa Piratiningana obedecia a um plano ou de ataque ou de defesa. Ela seria a reserva da lusitanidade, o baluarte das realizações jesuíticas no Sul do Brasil. Se os franceses tomassem pé no litoral guanabarrino, como sucedeu no ano seguinte, *Ramalho*, *Tibiricá* e os *Inacinos* resistiriam vantajosamente no Planalto. Nas pontas das flechas guaianases, nas páginas do Evangelho e no fio cortante das espadas lusitanas, esbarrariam as hostes calvinistas, dando tempo e alento aos portugueses para defenderem o seu direito de posse.

Se o inverso acontecesse, se os Calvinistas nada tentassem, São Paulo constituiria um dos baluartes da conquista portuguesa, o ponto de partida para o Paraguai, para as montanhas andinas, para o interior, como os bandeirantes realmente viriam a fazer no século imediato. A clarividência de *Nóbrega* sempre defendeu esse plano estratégico, digno de um arguto chefe militar e de um hábil político. Tendo transferido para serra-acima parte da escola vicentina iniciada por *Leonardo Nunes*, dando assim o primeiro alento a São Paulo, bateu-se pela sua manutenção no Altiplano; e, quando, em 1561, parte do Colégio de Piratininga foi mudado para São Vicente, protestou enèrgicamente, o que valeu ter permanecido no Planalto a maioria dos Padres sob a chefia do Superior *Vicente Rodrigues*, processando-se então um simples desdobramento e não uma transferência, o que garantiu a tão necessária permanência portuguesa nas

margens do Tamanduateí, haja vista a vitória de 1562, graças à qual puderam os lusitanos considerar definitivamente assestada a sua instalação serra-acima.

Da visão genial de Nóbrega, das suas determinações como Provincial da Companhia de Jesus no Brasil, surgiu São Paulo, por ele sempre carinhosamente defendido e cuidado, engrandecido e fortalecido, pois a própria transferência de Santo André para São Paulo, — o que tornou mais forte o reduto português no Planalto de Piratininga, — também foi obra sua. Provam-no suas próprias palavras em carta endereçada ao Provincial da Companhia de Jesus em Portugal: — «Também me parece que se devia dizer a Martim Afonso e a Sua Alteza que, se quer que aquela Capitania se não despovoe de todo, que dêem liberdade aos homens para que os do campo se ajuntem todos juntos no rio de Piratininga onde eles escolherem e os do mar se ajuntem também todos juntos onde melhor for por estarem mais fortes, porque a causa de despovoarem é fazerem-nos viver na Vila de Santo André da Borda do Campo, onde não têm mais que farinha e não se podem ajudar do peixe do rio porque está a três léguas daí, nem viverem em parte conveniente para as suas criações; e se os deixassem chegar ao rio tinham tudo, e sossegariam».

Manuel da Nóbrega, além de fundar São Paulo, nunca o perdeu de vista, sempre o amparou, sempre o vigiou, sempre o defendeu nas suas actividades de maior estadista no Brasil do século XVI. Este foi o seu papel não só na fundação mas também na conservação de São Paulo de Piratininga. A ele cabem as glórias da idealização, da efectivação e da conservação daquele rico património.

*

* *

Como vimos, a actuação de Manuel da Nóbrega não se limitou apenas à fundação mas estendeu-se também à preservação de São Paulo. Para esta, manifestou-se várias vezes de modo positivo. No espírito do Governador Mem de Sá influiu decididamente a fim de que o pelourinho de Santo André fosse transferido para São Paulo. E as suas actividades tão efectivas junto a Estácio de Sá nos trabalhos da expulsão dos franceses e da fundação do Rio de Janeiro, revelam-nos

os cuidados especiais que dedicava ao Sul da colônia a perigar em mãos calvinistas e tendo encastoadada no seu interior, como atalaia avançada do catolicismo e do lusitanismo em terras da América, a heróica e admirável Piratininga onde já começara a se caldear a «Raça de Gigantes».

Nóbrega, além de fundar São Paulo, amparou-o e defendeu-o nos primeiros anos, côm-scio da sua importância estratégica e já divi-sando, numa visão profética, o que os paulistas valeriam, de início, para Portugal e, ao depois, para o Brasil.

DISCURSO DO DR. NUNO SIMÕES

Sendo a primeira vez que me encontro nesta Casa, depois da honra que se dignaram dar-me, fazendo-me ingressar nos seus quadros e na mais elevada categoria dos seus sócios, quero começar por agradecer ao Instituto esta alta distinção e, com todos os confrades, formular votos pelo completo restabelecimento do nosso venerando Presidente Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho.

A seguir dirijo ao Prof. Pacheco de Amorim os meus agradecimentos por haver querido associar o meu pobre nome a esta manifestação cultural! do encerramento do ano jubilar do IV Centenário de São Paulo e pelas palavras tão generosas com que tocou o coração do seu velho admirador e companheiro de doutrinação em prol da criação de uma mentalidade e de uma consciência económica, tão necessárias ao estudo e solução dos problemas essenciais da vida portuguesa.

Ao ratificar-me há dias o convite para participar na homenagem de hoje tive ocasião de dizer-lhe quão árida e fatigante seria a minha colaboração. Menos pelos números indicadores da prosperidade e grandeza de São Paulo—de que dispunha em abundância—do que pela dificuldade em alinhá-los, sistematizá-los e resumi-los de modo a não cansar a vossa atenção e a evitar obstruir escusadamente a vossa memória.

Desculpai-me, pois, se a recusa da minha exposição, ao contrário dos meus desejos, vos der a noção dessa dificuldade.

E deixai-me neste novo ensejo da grande cruzada da comunidade luso-brasileira dizer-vos com que alegria e apreço vejo, dia a dia, crescerem e valorizarem-se as virtudes e os méritos da Coimbra universitária e cultural que tem no activo de contributos para essa comunidade a actuação triunfal da sua Missão Universitária e a obra de irradiante influência do seu Teatro de Estudantes além dos êxitos da ocupação por professores seus e dos mais brilhantes—dos quais um e dos primeiros se fez já ouvir esta noite: o Dr. Joaquim de Carvalho—de cátedras universitárias brasileiras.

Que esse movimento prossiga e se fortaleça com a adesão calorosa não só de Mestres e estudantes, como até aqui, mas com a cooperação de todos os portugueses cultos e bem intencionados, aptos a

compreenderem os altos objectivos políticos, culturais e sociais da concepção e efectivação desse *Common wealth*.

No notabilíssimo ensaio em que definiu a «Missão de São Paulo», Alceu de Amoroso Lima enumerou como elementos integradores da nacionalidade brasileira, a tradição, o progresso e o equilíbrio, isto é, a fidelidade ao passado, a vocação do futuro e a relação e ligação entre os dois.

Esses elementos não só devem abranger o todo nacional mas residir em cada uma das suas partes constitutivas.

Nenhuma delas tem o exclusivo de qualquer desses elementos e apenas pode caber-lhe a sua representação principal, pois se não trata de elementos hierárquicos mas equivalentes.

Das três regiões culturais em que o Brasil se divide, no conceito de Tristão de Athayde, o Norte representa a tradição; o Sul simboliza o progresso e o Centro significa o equilíbrio. Assim o Recife será a capital da tradição; São Paulo, a do progresso e Belo Horizonte, a do equilíbrio.

Nos três Estados de Pernambuco, São Paulo e Minas, sem que qualquer deles tenha hegemonia sobre os mais, avultam, pois, os três elementos agregadores da nacionalidade brasileira.

O bandeirismo não foi senão a primeira e grande mostra da vocação paulista, revelando a sua predestinação histórica para a delimitação geográfica das fronteiras do império português na América. Mas, ao mesmo tempo, a afirmação de uma consciência indomável, em face do centralismo da Metrópole. Os paulistas, se organizaram a penetração para a prêa dos índios e busca dos metais preciosos: — desde logo povoamento e riqueza; trabalho e capitais; — enfrentaram firmemente o fisco da metrópole, não deixando aos cobradores de El-rei de Portugal que passassem de Santo André da Borda do Campo, pois lá iriam espontaneamente as gentes de Piratininga, pagar os seus tributos.

Este sentido cumulativo de cidadania e de expansão não se deteve nos três primeiros séculos de delineamento geográfico e consolidação de fronteiras. Prosseguiu e prolongou-se com o bandeirismo agrícola do café em que se gerou, pela entrada e fixação dos imigrantes

e pela acumulação de capitais, o bandeirismo industrial, principalmente na primeira metade deste século. Ao movimento nativo das bandeiras com suas marchas iniciais de conquista, para o interior, sucedeu o espraiamento quase insensível das ondas da imigração e das vagas pacificadoras da cana, do café e do algodão, precedendo o arroubo urbano, ambicioso e improvisador, dos arranha-céus, verdadeiras torres de babel da nossa era, habitadas por gentes de todas as cores e de todas as línguas e que, pelo poder de fusão étnica da terra roxa e pela força de comunicação do nosso idioma, cedo se volverão brasileiros e paulistas dos melhores.

São Paulo torna-se, assim, o centro e o condutor do progresso económico do Brasil, apesar da sua área ser só duas vezes e meia a de Portugal. Esse progresso fundou-se na configuração geográfica e na fertilidade do solo, mas também e sobretudo, no carácter enérgico do paulista, temperado e fortalecido pelo cruzamento com o imigrante. O desenvolvimento agrícola que acompanhou esse cruzamento permitiu uma capitalização intensa, geradora de poderosos empreendimentos industriais, servidos por um aparelhamento técnico eficiente que, rapidamente, deu lugar à formação de pequenas cidades, entre as quais uma boa rede de comunicações e transportes estabeleceu relações e comércio, fáceis e intensos.

O paulista, pela sua vontade forte, pelas suas qualidades combativas e pelo seu espírito prático foi, porém, a base primeira do progresso económico de São Paulo.

Referindo-se aos velhos paulistas independentes, voluntariosos, enérgicos e inconformistas, dizia o Governador do Rio, Pais Sande:

«Todos são briosos, valentes, impacientes da menor injúria, ambiciosos da honra, amantíssimos da sua pátria, benéficos aos forasteiros, adversíssimos a todo o acto servil pois até aquele cuja muita pobreza lhe não permite ter quem o sirva, se sujeita, antes, a andar muitos anos pelo sertão, em busca de quem o sirva, do que servir a outrem um só dia.

Os filhos primeiro sabem a língua do gentio do que a materna e todos saem do berço com a doutrina da conservação da sua liberdade».

Se, nos velhos tempos, assim era, o paulista mudou pouco, desde então. O seu carácter manteve-se: iniciativa, tenacidade, espírito de realização e de comando, continuam a ser as suas qualidades dominantes. Prefere agir, realizar e fazer, a discutir ou a projectar.

Dizia-me, uma vez, risonho, o prestigioso e venerando presidente Dr. Washington Luís que, não sendo paulista de origem, tanto se deixou imbuir do espírito bandeirante e tanto contribuiu, como historiador e como homem do Estado, para o enaltecimento de São Paulo, que o paulista ronca muito, mas «quando diz que faz, faz mesmo».

É um realizador, um construtivo e onde está, torna São Paulo e o seu espírito presentes. E vai estando por todo o Brasil, felizmente.

Pelo recenseamento de Agosto de 1872 a população da província de São Paulo estava longe do milhão de habitantes. Pelo de Dezembro de 1890, já o excedia muito. Em Dezembro de 1900 a população do Estado atingia 2.282.279.

Vinte anos depois, tinha duplicado. Em 1940 ultrapassou bastante os 7 milhões. Nos dez anos seguintes, cresceu de quase dois milhões ficando, em meados de 1950, em 9.179.231.

Em 1872 São Paulo participava em 8,3 % da população brasileira. Em 1950 essa participação subira para 17,6 %.

Por idades a população paulista distribuía-se: 58 % tinham entre 15 e 60 anos, 38 % de 1 a 14 e só 4 % contavam mais de 60.

Segundo a cor, a população de São Paulo assim se distribuía: 7.823.111 ou 85,6 % eram brancos e os restantes pretos, amarelos e pardos.

Quanto à cultura, mais de metade da população sabia ler e escrever.

No quadro urbano, estavam domiciliados 3.235.602 dos quais sabiam ler 80 %; no quadro suburbano 983.844 dos quais 65,8 % alfabetizados e no quadro rural 3.577.411 em que apenas 40 % o eram.

Da população paulista com 10 anos e mais, em 1950, 1.449.396 pessoas viviam da agricultura, da pecuária e da silvicultura; 1.258.930 trabalhavam nas indústrias e nos transportes; e 290.440 no comércio.

As actividades domésticas ocupavam 2.804.493. A prestação de serviços absorvia 413.144. As profissões liberais: 26.395. Em actividades sociais empregavam-se 114.574. Na Administração, incluindo a segurança pública e defesa social, 92.244. Em condições inativas eram consideradas 451.650. E em actividades não declaradas ou não definidas havia 5.623.

São Paulo é, depois de Minas, o Estado com maior número de municípios. Tem 369, dos quais 113 com mais de 20.000 habitantes. A mais baixa densidade demográfica é em Presidente Epitácio: pouco mais de 2 habitantes por quilómetro quadrado. A mais elevada é em São Caetano do Sul: 2.493, muito superior à da própria cidade de São Paulo que é de 1.380.

A população residente nas cidades do Estado de São Paulo ascendia, em 1950, a 4.552.092 habitantes. Nenhum outro Estado da Federação tem número de cidades que se compare a São Paulo nem agrega nelas tão grande população. Em cidades de até 5.000 habitantes residiam 493.995. De 5 até 10.000, o número de habitantes era de 415.212. De 10 a 20.000 havia 394.431. De 20 até 50.000 eram 597.198. De 50 até 100 mil, 435.856. De 100 até 200 mil, eram 198.405. De mais de 200.000 eram 2.017.025.

Na população recenseada, em 1950, eram brasileiros natos 8.440.768, sendo 65.888 naturalizados e 627.433 estrangeiros. Havia 1.064.009 que eram originários de outros Estados. Paulistas, nas outras Unidades da Federação, havia 507.248.

Depois de Minas que tinha nos outros Estados 1.367.239 dos seus naturais, era São Paulo que maior número dos seus tinha espalhados pelo Brasil. Só no Paraná, ao presente, o Estado de mais febril actividade da Federação, havia 352.471 paulistas, constituindo o maior núcleo de brasileiros não paranaenses.

Foi a imigração europeia, sem dúvida, que marcou o início do ciclo do progresso económico de São Paulo. Na segunda metade do último quartel do século passado, a situação das lavouras do Estado levou os Prados, pela previsão do próximo fim de mão-de-obra escrava, à organização da primeira grande empresa para introdução de colonos italianos. A estes seguiram-se famílias de espanhóis, alemães, centro-europeus e até de portugueses que abandonaram o tradicional núcleo da sua fixação: o Rio de Janeiro.

A colonização agrícola, por imigrantes italianos principalmente, desenvolve-se e prospera de modo extraordinário, fazendo prosperar a economia de São Paulo e do Brasil.

Entre 1887 e 1899 eleva-se a 831.842 o número de imigrantes italianos no Brasil, que vão principalmente dirigidos a São Paulo.

A média anual, nesse período, atinge cerca de 70.000 unidades. Foi o período áureo da imigração europeia e da de origem italiana, superior esta e a grande distância, da das outras origens.

Em 1890-1899 entraram no Brasil 690.365 italianos. Desses, 62 % dirigiram-se a São Paulo, contratados por empresas particulares, com apoio do Governo Estadual. E tal foi o resultado dessa imigração, de carácter agrícola acentuado, que, em 1906, os italianos possuíam no Estado 5.197 propriedades agrícolas.

Foi já neste século que a imigração de portugueses, espanhóis e de outras origens se consolidou e desenvolveu.

De 1900 a 1913 inclusive, a entrada de portugueses no Brasil foi de 427.167 ou em média anual de 30.500, números redondos. Mas só nos últimos tempos a imigração dos nossos voltou a preferir S. Paulo.

Enquanto, de 1910 a 1952, entraram em São Paulo, 231.095 italianos, os portugueses foram 341.191, os espanhóis 225.092; os japoneses 189.238 e os alemães 60.216.

Pelo Censo de 1920, os italianos eram, em São Paulo, 398.797 ou 48,66%. Seguiam-se os espanhóis com 171.289 ou 20,64%. Os portugueses estavam em terceiro lugar: 167.198 ou 20,15%. Os japoneses ocupavam o quarto mas só com 24.435 ou menos de 3%.

Era, então, de 93,3 % a população estrangeira.

Pelo Censo de 1940, a de origem europeia diminuiu. Os italianos desceram para 28%. Seguiam-se os portugueses: 20,38% e os japoneses: 17%. Os espanhóis baixaram para 16, enquanto os alemães muito mais do que duplicaram.

A população estrangeira de origem europeia em 1940 baixou para 78%, tendo a origem asiática subido para 20%.

Nos imigrantes espontâneos, entrados pela primeira vez em São Paulo, em 1952, e que foram 44.081, os portugueses participaram com 19.007, os espanhóis com 10.221, os italianos com 6.989, os libaneses com 2.133 e os alemães com 1.310.

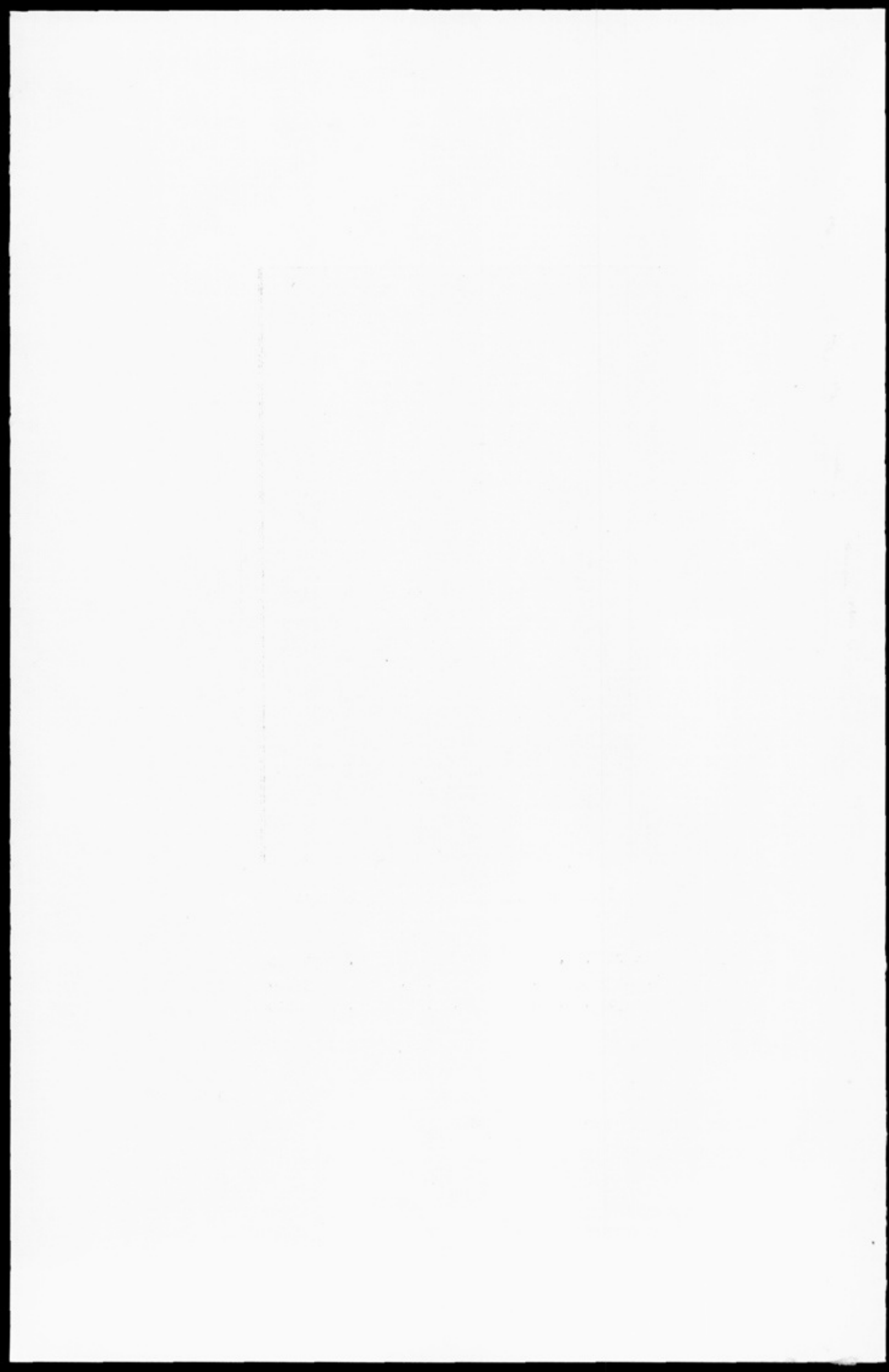
É certo que, enquanto retornavam 1.636 portugueses e 383 espanhóis, os retornados italianos foram 1.632, a que se acrescentaram 7.314 imigrantes, pela primeira vez, mas dirigidos.

A partir da primeira década deste século a imigração de origem europeia procura mais a indústria do que a agricultura, esta mais tarde, especialmente entregue aos colonos japoneses.



Colar e insígnia do *Instituto de Coimbra*
(Em tamanho reduzido)

Colar	720\$00
Miniatura	35\$00
Estojo	90\$00



Para se ver, porém, a participação dos estrangeiros no aumento da população paulista, basta dizer que, em 1934, numa população que, na capital, era de pouco mais de um milhão de habitantes: 1.033.202, exactamente, os filhos de matrimónios estrangeiros eram 471.642, ou 55,33 %; os de matrimónios brasileiros eram 340.939 ou 32,09 % e os filhos de brasileiros e estrangeiros eram 120.621, ou 11,68 %.

Até o princípio do século as actividades paulistas foram principalmente ou quase exclusivamente agrícolas.

Nos fins do século XVII a indústria rudimentar existente era a de fabrico de marmelada para consumo e exportação.

O mais, pequeno e puro artesanato, aparte tentativas da indústria têxtil, manual e escrava e da indústria siderúrgica, rudimentar e de exploração real.

Ferreira Lima diz que essas foram as principais actividades fora da agrícola, realizadas em Piratininga, durante 300 anos de vida colonial, em contraste com a riqueza e prosperidade da indústria açucareira, no Nordeste do Brasil.

Apesar da abertura dos portos do Brasil ao comércio estrangeiro, nos princípios do século passado, e da revogação da proibição da indústria manufactureira no Brasil, os privilégios tarifários à Inglaterra, em 1810, retardaram a industrialização. As primeiras relativamente grandes indústrias no Brasil foram as de siderurgia, explorada em várias fábricas, e os engenhos de açúcar que, em 1808, eram já, em São Paulo, 458 com 901 alambiques de aguardente, distribuídos por Itú, Sorocaba e Campinas.

Por esse tempo a indústria mecânica de tecidos de algodão e de lã dava os primeiros passos.

Todas as primeiras fábricas de tecidos tiveram, porém, vida efémera.

O inquérito industrial de 1836, em São Paulo, além de uma actividade artesanal já considerável, com centenas de profissionais dos officios, inventariou 467 engenhos de açúcar, 404 destilarias, 119 engenhos de descasque de arroz e 17 de café, 41 fábricas de serração e 3 de manipular tabacos.

Na produção figuravam, além dos géneros dessas indústrias, o óleo de amendoim, chapéus, esteiras e cerâmica grossa para construção.

Em meados do século XIX, a indústria paulista já incluía fábricas de tecidos de algodão e seda, chapéus, licores, velas, charutos e curtumes, potassa, gás hidrogénio, fundição, galvanoplastia e máquinas agrícolas.

A indústria açucareira tomou, então, grande desenvolvimento em Piracicaba, Capivari e Lorena.

Em 1881, inventariam-se 9 fábricas têxteis, com uma produção de quase 2 milhões de metros de tecidos, 240 toneladas de fio e 14.000 dúzias de meias.

Em 1887 as fábricas siderúrgicas tinham já considerável produção de ferro, gusa, forjados e laminados.

As fábricas de fio e tecidos de algodão aumentaram para 12, com 4.000 contos de capitais, 1.600 operários e uma produção de 12 milhões de metros de pano. Novas fábricas de chapéus, gelo, banha e fósforos se haviam fundado.

A província de São Paulo contava uma população de 1.220.394 habitantes dos quais 67,7 % eram brancos. Havia 7 bancos operando na província, dos quais 2 ingleses.

De 1800 a 1900 as plantações paulistas de café aumentaram de 106 milhões de pés para 525 milhões e as exportações de 1.200 mil sacas para 9.281 mil. Surgem, então, os saldos favoráveis do balanço comercial do Estado e do Brasil. Estão criadas as condições indispensáveis para o grande surto industrial bandeirante, pelos capitais acumulados e pelas disponibilidades de mão de obra, facultadas pela imigração.

Em 1900 havia, já, no Estado 165 estabelecimentos industriais, dando trabalho a 50.000 operários e tendo uma produção avaliada em 70.000 contos. Nesses estabelecimentos incluíam-se 19 fábricas têxteis com 5.000 operários e uma produção de 54 milhões de metros; 7 fábricas de chapéus com 800 operários; 7 de calçado com 1.000 operários; 10 de bebidas com 700 operários; 14 de metalurgia com 2.000 trabalhadores; 13 de serração, marcenaria, mobiliário e tapeçarias; 7 de massas alimentícias; e 8 de roupas feitas. Numerosas eram as manufacturas de menos significação, quanto ao número

de trabalhadores, mas com grande variedade de produtos: lapidação, sabão, graxas, brinquedos, vidraçarias, fósforos, colas, velas, produtos farmacêuticos, etc.

Por esse tempo, a mão de obra de origem paulista mal atingia 10 % dos quadros do operariado industrial.

Sete anos depois, já o inquérito industrial assinalava 334 estabelecimentos industriais com um capital de 128 mil contos e com um valor de produção de 120.000.

Em 1910, São Paulo avantajava-se muito aos outros Estados na sua actividade industrial.

O Censo geral de 1920 considerou consolidado o primeiro lugar de São Paulo com 4.145 estabelecimentos, mais de meio milhão de contos de capital, 84.000 operários e uma produção de quase um milhão de contos.

O consumo da energia eléctrica passou a ser um dos melhores índices do progresso industrial de São Paulo. Em 1907 eram provenientes de vapor 73,23 % da energia, 21,87 % de hidráulica, 0,47 % de gás e só 4,29 % de electricidade. Treze anos depois, a electricidade participava em 47,2 % e 36,2 % eram de vapor, o resto sendo de outras origens. A preponderância da electricidade firma-se e vai-se consolidando.

Em 1940 os estabelecimentos industriais mais do que triplicaram; os capitais da indústria aumentaram mais de 14 vezes; mais do que triplicou também o operariado; e o valor da produção subiu para 7.601 milhões de cruzeiros ou mais de oito vezes.

Nessa altura, já o valor da produção manufactureira excedia o da agrícola.

O sector industrial tomou em São Paulo precedência absoluta sobre todas as demais actividades económicas.

Em 1950, o Censo industrial atribuiu a São Paulo 24.519 estabelecimentos. Capital aplicado: 22.734 milhões. Número de operários: cerca de 500 mil. Força motriz consumida: 1.063.232 cavalos vapor. O valor da produção industrial ascendeu a uns 55 mil milhões de cruzeiros. Nestes, os maiores participantes foram, das indústrias alimentares: quase 12 mil milhões e meio de cruzeiros; da indústria têxtil: cerca de 12 mil milhões; química e farmacêutica: uns 5 mil milhões; metalurgia: mais de 4 mil milhões; transformadoras de metais

não metálicos: quase dois mil milhões e meio; construção civil: cifra idêntica; oito grandes grupos de indústrias, entre mil e dois mil milhões, cada.

Nesse ano a indústria paulista pagou de salários mais de 7 mil milhões de cruzeiros e consumiu mais de 26 mil milhões, em matérias primas e embalagens. Só por Santos entraram 3.318 milhões de matérias primas; 1.740 milhões de combustíveis e 1.374 milhões de máquinas industriais.

Não me permite a estreiteza de tempo discriminar a posição das principais indústrias no quadro paulista da produção.

Ao esforço quantitativo correspondeu a preocupação qualitativa e muitas foram as novas indústrias implantadas.

A conquista do mercado interno por grande número de produtos fabricados em São Paulo tornou-se uma realidade e, mais, esses produtos passaram a figurar significativamente na exportação.

Em consequência deste meio século de industrialização brasileira, e muito especialmente paulista, os quadros do comércio exterior do Brasil alteraram-se profundamente.

Os produtos de consumo imediato que predominavam na importação do Brasil, no começo do século, deram lugar aos combustíveis, maquinaria, matérias primas, veículos e outros meios de produção que vão sendo, agora, a parte principal dos ingressos de mercadorias.

Mas se a produção industrial aumentou, desenvolvendo muito a vida urbana, a electricidade, a banca e os transportes, as comunicações e o comércio interno e exterior, não há dúvida de que a crise do café, pela concorrência da produção de outros países e pelas oscilações do consumo mundial, determinou o alargamento e variação das produções agrícolas e a expansão da agricultura.

As principais lavouras do Estado: algodão, amendoim, arroz, banana, café, chá, feijão, laranja, mamona e milho que, em 1937, representavam um valor de 2.894 milhões de cruzeiros, subiram, em 1952, a 20.230 milhões. No mesmo período a exportação, pelo porto de Santos, de géneros dessas lavouras subiu de 2.132 milhões de cruzeiros para 11.400 milhões.

São Paulo que, em 1921-25, participou em média anual em 52 % da exportação brasileira, manteve, em 1936-40, essa percentagem e,

em 1946-50, ficou em 51 %. Em 1950-52 São Paulo participou em 49 % da produção brasileira de café, em 58 % da de algodão, em 34 % da de arroz e em 21 % da de milho.

O valor da produção agrícola-industrial de São Paulo foi calculada, em 1950, em 87.444 milhões de cruzeiros, dos quais 70 mil milhões para a indústria e 17.444 milhões para a agricultura. A proporção seria, respectivamente, de 80 para 20 %.

As principais produções agrícolas continuam a ser, para exportação, o café e o algodão que, em 1952, representaram respectivamente 9.293 milhões de cruzeiros e 5.392 milhões e, para consumo interno, principalmente o arroz e o milho que, no mesmo ano, foram avaliadas em 2.243 e 1.800 milhões de cruzeiros, respectivamente.

Em 1920 havia em São Paulo 80.921 propriedades agrícolas com uma área de 13.883 mil hectares. Em 1948 passaram a ser 278.981 com 23.718 mil hectares. Em 1950 subiram para 294.330, sendo 165.019, de área até 48 hectares e 54.444 com área de 48 a 97 hectares.

No rebanho brasileiro, São Paulo tem o terceiro lugar quanto a bovinos e equinos, depois de Minas e do Rio Grande do Sul, com respectivamente 13,9 e 11,7 % do total. Na restante pecuária a posição de São Paulo é ainda significativa quanto a suínos (12,7 %) e a muares (19,9 %). Nos caprinos e ovinos a participação de São Paulo é reduzida.

Mas o índice maior do desenvolvimento industrial de São Paulo é, como disse, o da evolução da produção e consumo de energia e sobretudo de energia eléctrica. O gráfico que representa a sua evolução é a própria evolução de São Paulo que demonstra.

Em 1920 a força motriz instalada, no Brasil, era de 363.296 C.V. em que São Paulo participava com quase um terço. Vinte anos depois, a força motriz subiu no Brasil para 1.186.358 C. V. e em São Paulo para 443.635. Em 1950 os números foram respectivamente de 2.667.017 e de 1.063.232.

Em 31 de Dezembro de 1952, a potência instalada das geradoras termo e hidro-eléctricas brasileiras era de 1.975.055 KW. A São Paulo cabiam 858.543 ou 43 % do total.

Da potência instalada em São Paulo, 22.776 KW eram de origem térmica e 838.767 de origem hidráulica.

De 1930 a 1952, o aumento da potência instalada em São Paulo foi de 163 % na hidro-eléctrica, em relação a 154 % em todo o Brasil; e de 68 % na termo-eléctrica em relação a 150 %. O consumo domiciliar de electricidade foi, em 1952, de 474 milhões de KWh em 1.305 milhões, de todo o Brasil.

Em São Paulo o programa de aplicação do potencial instalado eleva-se a 2.117.320 C. V.

Apesar disso, São Paulo é um grande consumidor de lenha e de carvão vegetal. Em 1949, para 81.289.738 m³ de lenha consumidos, a São Paulo couberam 5.666.613. E para 604.111 T. de carvão vegetal, São Paulo participou em 120.812.

Para obterem travessas de caminho de ferro e combustíveis, o Governo, o Estado e as empresas ferroviárias mantêm grandes plantações de eucaliptos.

A Companhia Paulista, em 1952, produziu 461.030 m³ de lenha; a Mogiana, no mesmo ano, 186.875 e a Sorocabana, em 1951, 147.692.

No território paulista funciona uma das três refinarias de petróleo existentes no país, a I. M. E. com uma capacidade de 850 barris diários.

Recentemente instalaram-se novas refinarias e algumas estão em via de instalar-se.

Entre Santos e São Paulo há uma conduta de óleo que, nos primeiros 10 meses de 1953, transportou 1.941 milhões de litros. Em 1952 os combustíveis e carburantes importados por São Paulo somaram mais de 2 milhões e meio de toneladas e 1.741 milhões de cruzeiros.

Em 1867 iniciou-se a viação acelerada em São Paulo num percurso de 19 Km. Em 1872 já havia 139 Km. de linha. Em 1952 a rede ferroviária elevava-se a 7.737 Km., ou 20,9 % de todo o Brasil. Da rede paulista 939 Km. eram electrificados em 1.934 que o eram, em toda a Federação.

Em 1952 a Paulista, com 2.156 Km. de extensão, transportou 12 milhões de passageiros, 605 mil animais, 178 mil toneladas de bagagem e encomendas, 303 mil toneladas de café e 3.121 mil toneladas de mercadorias diversas. Para uma receita de 687 mil contos, uma despesa de 613 mil ou um saldo positivo de exploração de 74 mil.

No mesmo ano, a Sorocabana, com 2.171 Km., transportou 15 milhões de passageiros, 230.383 animais e 4.818 mil toneladas de mercadorias.

Teve ela, também, saldo positivo mas muito inferior ao da Paulista. A Mogiana com 1.959 Km. acusa déficit.

A Santos a Jundiaí, com 139 Km., transportou, em 1952, 38.041 mil passageiros e 7.037 mil toneladas de carga e tem uma exploração lucrativa.

A Araquara transportou, no mesmo ano, 2.084 mil passageiros e 456 mil toneladas de bagagem e mercadorias.

A Noroeste, em 1951, transportou 2.209 mil passageiros e 780.195 toneladas de bagagem e mercadorias. A sua exploração é deficitária.

A São Paulo-Minas, Campos de Jordão e Montalto e algumas pequenas linhas regionais completam a rede ferroviária de São Paulo.

A rede de estradas, em fins de 1952, elevava-se a 89.357 Km. mas sendo só 232 Km. pavimentados, 7.945 que deverão já está-lo e 81.180 Km. de jurisdição municipal. O movimento das estradas São Paulo-Santos e São Paulo-Campinas foi, em 1952, respectivamente de 1.905.459 e 1.368.657 viaturas.

A Presidente Dutra (Rio-São Paulo) tem 397 Km e, em 1952, teve um tráfego de 1.822.080 veículos.

Estão em construção as estradas São Paulo-Belo Horizonte e São Paulo-Sorocabana.

Em 662.944 veículos automóveis existentes, em 1952, no Brasil, 243.108 ou 36,70 % pertenciam a São Paulo.

O Estado de São Paulo tinha, em 1951, 56 aeroportos em que embarcaram 603.568 passageiros e desembarcaram 589.378.

A carga movimentada nesse ano foi de 23.114 toneladas e o correio de 347 toneladas.

Santos é o porto marítimo de São Paulo. Em 1952 entraram nele 4.476 navios com 12 milhões de toneladas de arqueação.

En fins do século passado o tráfego de Santos era de 125.000 toneladas.

Em 1922 já excedia milhão e meio e presentemente aproxima-se de 7 milhões. Em 1952, só por Santos, entraram 3.460 mil toneladas de combustíveis, matérias primas e maquinaria no valor de 6.431 milhões de cruzeiros. Entre 1901 e 1950 a importação média anual do Estado foi de 32 % de toda a importação brasileira. Em 1946-50 atingiu em média 43 %.

A média do valor da exportação de São Paulo nos primeiros 50 anos deste século vai a 47 % do valor da exportação total brasileira.

Em 1910 foi de 30 % somente. Em 1934 subiu a 56 %.

Em 1946-50 o Brasil importou, em média anual, 19.553 milhões de cruzeiros e São Paulo 8.404 mil.

As exportações médias anuais foram, respectivamente, de 21.234 e 10.722 milhões.

Nesse período, enquanto o saldo positivo do Brasil foi de 1.682 milhões, o de São Paulo foi de 2.317.

O café representou no valor total médio da exportação do Brasil, nesse quinquênio, 48 %.

No valor médio da exportação de café do Brasil, o da de São Paulo elevou-se a 67 %; e no da exportação de São Paulo a do café foi de 64 %.

O comércio de cabotagem de São Paulo em 1947-51 foi em média anual de 1.032 mil toneladas no valor de 6.443 milhões de cruzeiros.

A importação em 1951 foi de 4.332 milhões de cruzeiros e a exportação de 4.200 milhões.

O comércio, por vias internas, excluídos o Ceará e Minas, somou em 1950, 1.469 mil toneladas no valor de 8.383 milhões de cruzeiros.

Possui o Brasil uma rede bancária que, entre bancos nacionais e suas agências; agências de bancos estrangeiros; casas bancárias e

suas agências, soma 3.216 unidades. São Paulo participa nela com 1.198 ou 37 %.

Desses 1.198 há 49 matrizes de bancos nacionais e 54 de casas bancárias. As agências dos primeiros incluindo o Banco do Brasil vão a 1.071; de bancos estrangeiros são 15 e de casas bancárias 9.

Os capitais dos bancos, em São Paulo, somam 3.420 milhões de cruzeiros para 9.277 milhões que totalizam os do Brasil.

As reservas bancárias vão a 1.283 milhões em 7.308 milhões que são o total do Brasil.

Os depósitos bancários em São Paulo representam 31 % dos do Brasil. Os empréstimos bancários atingem igual percentagem.

Havia no Estado de São Paulo, em fins de 1952, 414 cooperativas com 166.009 sócios e um capital de 256 milhões de cruzeiros.

Na mesma altura a receita total arrecadada no Estado de São Paulo excedeu 24.000 milhões assim distribuída: receita federal, 11.639 milhões; estadual: 9.885 e municipal: 2.720.

A dívida interna do Estado era, em 1952, de 6.709 milhões e a do município de 1.632.

Na bolsa de valores de São Paulo foram, no mesmo ano, transaccionados 548 milhões — valor de venda — de títulos particulares.

São Paulo dá a mais alta contribuição, quer em valor absoluto quer por habitante, para a produção nacional.

Em 1952 a renda do Brasil, incluindo as despesas intermediárias da agricultura, atingiu 310 bilhões de cruzeiros. São Paulo participou nela em 107 bilhões ou 35 %. Sendo a população de São Paulo apenas 18 % da do Brasil, cada paulista produziu em consequência, 2 vezes e meia mais do que os outros brasileiros.

À maior industrialização do Estado bandeirante se deve essa diferença que se projecta nas possibilidades de emprego e nos padrões de vida.

Cada paulista produziu em 1952, em média Crs. 11.165, enquanto cada brasileiro, fora de São Paulo, produziu só Crs. 4.544 e a capitação média nacional foi de Crs. 5.716.

À existência da maior população activa em São Paulo e à sua concentração nos meios urbanos, se deve em grande parte essa superioridade.

A preferência de localização das indústrias nos aglomerados urbanos representa maior variedade de ocupação, maior poupança de esforços por mais meios mecânicos de os suprir e maior desenvolvimento da economia monetária, por mais intensa circulação do rendimento e expansão das comodidades.

Entre 1920 e 1950 o número dos indivíduos em idade mais activa aumenta extraordinariamente em São Paulo. O grupo de idades entre 15 e 59 anos é, pelo censo de 1920, de 53,4; pelo de 1940, de 55,3 e pelo de 1950, de 57,6 %.

Para esse aumento contribuiu, sem dúvida, a presença de imigrantes cujo afluxo é mais acentuadamente de adultos. Mas a imigração quer de nacionais quer de estrangeiros tem, nos últimos tempos, oscilado muito com as alterações do mercado de trabalho, por virtude das restrições de energia eléctrica, das dificuldades de importação de matérias-primas e de maior atracção de trabalhadores nacionais para certos Estados em que os empreendimentos se afiguram mais fáceis e remuneradores, como no caso do Paraná.

Na distribuição da população brasileira por actividades em 1950, verifica-se uma percentagem mínima da ocupada nas indústrias de transformação, sempre melhor remuneradas, enquanto que, na da população paulista, a situação é diferente. Dos brasileiros 61 % consagram-se à agricultura, à pecuária e às indústrias extractivas, só 13 % trabalham na indústria transformadora e 26 % dedicam-se ao comércio, banca e transportes.

No quadro das actividades paulistas os trabalhadores agrícolas, da pecuária e das indústrias extractivas são só 43 %. Nas fábricas e oficinas há 24 %; e 33 % vivem para o comércio, transportes e outros serviços. Se se considerarem os brasileiros não paulistas, o sector primário do trabalho representa 65 %; o da transformação só 10 % e o restante só 25 %.

Transferido o exame para a participação das actividades na renda nacional, São Paulo distribui, assim a sua renda: 32,5 % provém do agro-pecuária, 23,9 % da indústria, incluindo minas e 43,6 % do comércio, banca, transportes e outros serviços.

E se a análise vai ao confronto da capitação da produtividade, verifica-se que a de São Paulo é, no sector primário, de mais 153 % do que no resto do país; no secundário de mais 31 % e no terciário de mais 27 %, o que na média total representa mais 91 %.

O rendimento médio das culturas por hectare, em 1948-50, na lavoura paulista, era 12 % superior à do resto do país.

Em 13 géneros agrícolas principais, a lavoura paulista conseguiu uma diferença para mais de rendimento, de 112 %, do que as do resto do país. A área média cultivada por pessoa activa era, em 1950, em São Paulo, de 3,4 hectares e fora, de 1,5 ha. para uma média nacional de 1,8 ha. Por unidade de área, São Paulo requer 43 % de mão de obra em média da empregada nos outros Estados.

O valor, por hectare cultivado, é 35 % mais alto do que no resto do Brasil.

A lavoura de São Paulo é mais progressiva e dispõe de mais máquinas, fertilizantes e insecticidas. Além disso, o café e o algodão valorizaram-se muito.

A renda *per capita* do trabalhador agrícola paulista é 153 % superior à dos do resto do país.

À indústria cabem na formação da renda paulista 24 % do total. Por pessoa empregada na indústria o resultado obtido é de Crs. 21.068 ou mais 31 % do que para o resto do país.

O salário dos operários é de Crs. 12.000 ou mais 40 % do que os não paulistas.

Isso permite maior oportunidade de emprego pelo estímulo às actividades marginais: mercados locais para os produtos; oficinas de reparações de utensilhagem; instituições para formação e treino de técnicos.

São Paulo concentra 44 % do capital aplicado na indústria brasileira e 40 % da força motriz instalada. A capitação do capital aplicado é por operário de Crs. 46.900 e a da força motriz de 2,2 C. V.

Os níveis de renda de São Paulo são, assim, os mais altos do país, salvo no Distrito Federal. E o seu desenvolvimento foi intensíssimo na década entre o censo de 1940 e o de 1950.

Reduzindo a 100 os números do primeiro desses Censos, o índice de crescimento foi para a população 127, para a população activa.

remunerada, 131; nas actividades primárias, 96; nas secundárias, 187, e nas terciárias, 176.

O índice, para o valor da produção, foi na agrícola: 458; na extractiva: 296; e na industrial: 719.

Para a receita fiscal arrecadada o índice foi de 594. Para o número de operários 178; para o capital aplicado 1.021 e para a força motriz instalada 240.

Mas se o progresso do Estado de São Paulo se processa da maneira espantosa por que procurei descrevê-la, referindo alguns dos seus índices, o crescimento da cidade é mais surpreendente e desconcertante ainda. Há que considerá-lo verdadeiramente desproporcionado.

Um cronista brilhante, Joel Silveira, escrevia há dias:

«A cidade, porém, havia crescido mais do que os homens e os havia derrotado. Os planos imaginados para cinquenta e um anos não resistiram mais do que cinco ou dez. E quando a cidade ganhou o seu dois milionésimo habitante, era um gigante manietado por mil dificuldades e carências.

... ..

«Apesar disso a cidade cresce. A água não chega mais às torneiras, a energia já não atende às mil indústrias, 140.000 casas na periferia não têm luz eléctrica. Mas a cidade cresce, se espraia como uma onda incontida, sobe vertical como uma floresta compacta».

Comparada com algumas grandes metrópoles, nos cinco continentes, a capital bandeirante cresce, em meio século, nove vezes e meia, enquanto as que mais crescem, o fazem entre 1,5 e cinco vezes.

Onde, em 1900, havia 239.000 habitantes passou, em 1950, a haver 2.227.000. Em 1953 calculava-se já em 2.800 mil habitantes a população da capital.

O Rio era, em 1900, três vezes mais populoso do que São Paulo. Em 1950, São Paulo vê a sua população aproximar-se da do Rio.

Nova York em 50 anos, aumenta 2 vezes e meia. Tóquio 4 e meia. Melbourne 3. E o mesmo o Cairo.

No quadro das principais cidades das Américas, São Paulo ocupava, em 1950, o sexto lugar, depois do Rio de Janeiro, e antes de Filadélfia. No quadro das grandes cidades do mundo cabia-lhe o 16.º

Nas da América do Sul o seu lugar era o 3.º

Na cidade havia em 1950, 300.430 estrangeiros em relação a 195.881 no Distrito Federal. Oitenta por cento dos habitantes da cidade sabiam ler.

De 1942 para 1952 a área construída do município de São Paulo subiu de 1.511 para 1.624 Km.².

Os prédios existentes subiram de 225 mil para 399 mil. As construções licenciadas, de 1.937 mil para 2.176 mil.

Em 1952, foram construídos 17.375 prédios; 9.937 apartamentos; 84 fábricas e 1.616 armazéns. Foi, nos últimos 12 anos, aquele em que se construíram mais apartamentos e mais armazéns. Em 1946 haviam sido construídas 250 fábricas. Em 1949 a construção de prédios atingiu 19.024.

A rede de água subiu de 1.428 mil metros para 1.887 mil. A de esgotos de 792 mil metros. A de iluminação de 21 mil focos para 22.000. A rede telefónica da cidade ia a 166.623 unidades.

Em 1949 o movimento anual de vendas nos estabelecimentos industriais da capital foi de 32.453 milhões de cruzeiros para uma produção industrial de 39.710 milhões. A rede bancária do município somava 357 estabelecimentos ou 27,2 % do Estado.

Cento e dez mil veículos motorizados servem a cidade. Os transportes colectivos, em 1952, movimentaram 742 milhões de passageiros.

Possui a cidade 172 hospitais e 368 centros de saúde.

Não me cabe citar, aqui, os estabelecimentos de ensino primário, médio, especial e superior de cuja difusão provém, em grande parte, o desenvolvimento material de São Paulo de que julgo ter conseguido dar-vos uma pálida imagem.

Acabais de fazer comigo um longo itinerário estatístico — longo e árido, sem dúvida, — na evolução económica de São Paulo cuja grandeza actual um espantoso espírito de realização pôde promover e assegurar. Privei-me de apresentar as razões culturais, digamos científicas dessa grandeza.

Outrem teve a honrosa incumbência de expor-vos — e com que admirável consciência e compreensão, clareza e brilho! — esses fundamentos.

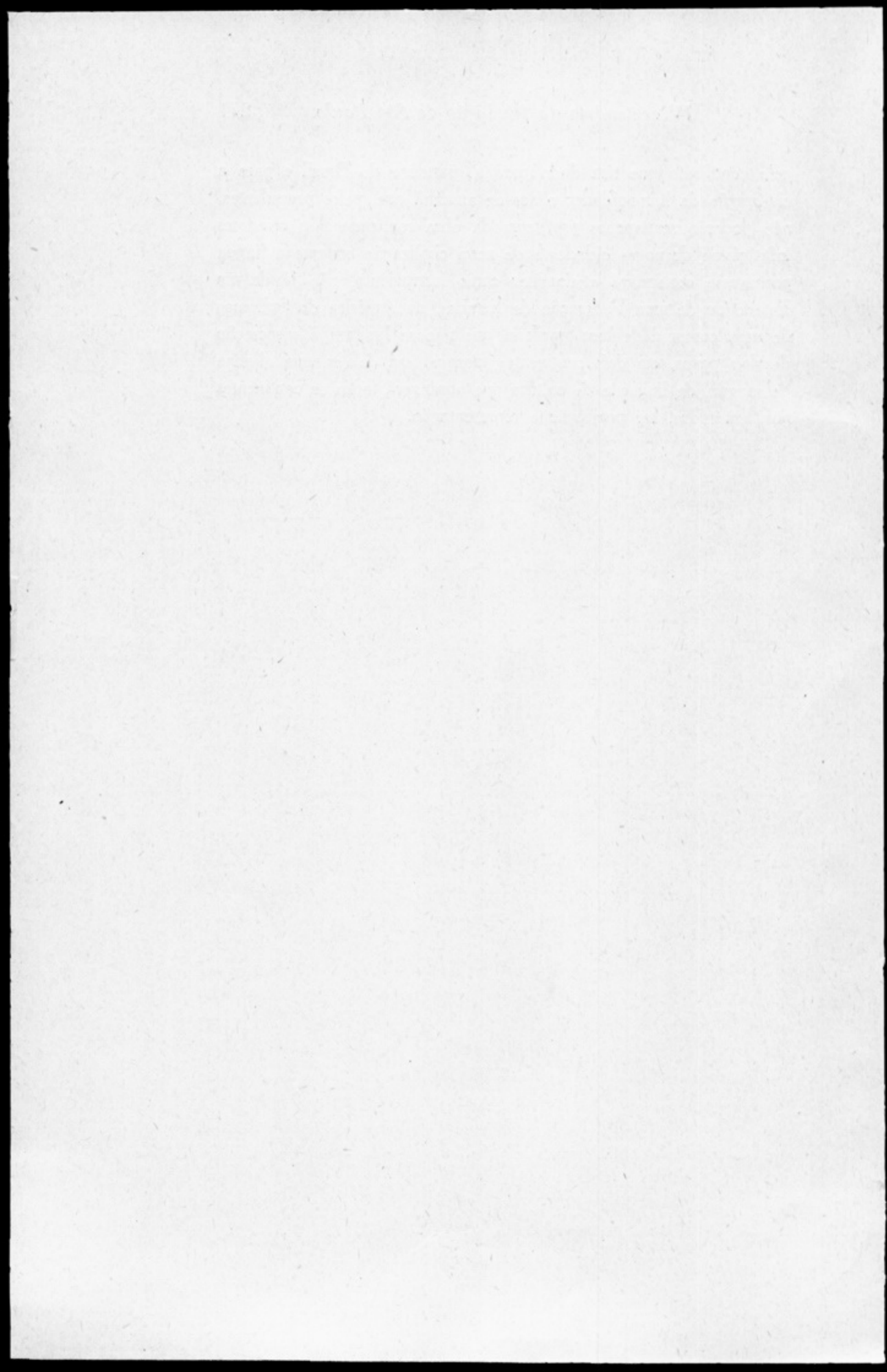
Nem sequer aludi ao esforço magnífico de preparação e ensino profissional que em São Paulo prossegue no Liceu de Artes e Ofícios, com milhares de alunos, e em cuja direcção ficou inapagável a memória da competência e da devoção do grande português que se chamou Ricardo Severo.

Não há dúvida — e tive já ocasião de repetidamente o escrever, — depois que em 1930 visitei São Paulo pela primeira vez, — que no progresso económico da cidade e do Estado tem tido uma participação, tão vasta como iniludível, o desenvolvimento do ensino primário, médio, especial e superior que não tem par em toda a Federação.

Quem assim vota ao ensino, nos seus diversos graus, uma tal atenção e desvelo e possui a organização insuperável das escolas e universidades de que disfruta o Estado bandeirante, tem diante de si um futuro próximo que ninguém poderá ultrapassar.

Por mim e tendo a noção desse futuro esplendoroso que crises passageiras de crescimento não conseguirão retardar nem comprometer, só me resta concluir, pedindo-vos desculpa da extensão do informe. Mas não quero acabar, sem antes erguer o meu louvor à terra feracíssima, excepcionalmente dotada e localizada, pelo regime das chuvas e pelo curso dos rios, para ser um enorme reservatório de água e de energia; o meu louvor a São Paulo quatrocentão; o meu louvor à sua população ousada e tenaz, que assegurou o desbravamento do solo ubérrimo, abrindo-o e doando-o, depois, a homens de todos os países e de todos os continentes que se superaram a si próprios na edificação de uma Metrópole e de um Estado que, pela língua, pela religião e pelos costumes, será perpétua honra e glória dos descobridores do Brasil e dos fundadores de Piratininga; louvor também ao sentido realizador de quem, em metade de um século, construiu uma cidade moderníssima e vasta e nela reuniu e concentrou uma indústria poderosa, simultaneamente estruturando um Estado que é, sem dúvida, sob o ponto de vista agrícola, industrial e comercial, o mais progressivo e o mais rico da Federação brasileira e um dos mais ricos e prósperos do mundo; louvor ainda aos portugueses que lançaram as fundações da urbe e do Estado e mais tarde puderam, por fortes correntes de imigração própria, participar largamente no engrandecimento de ambos; e finalmente e sempre, louvor aos paulistas, aos de ontem e de hoje.

pelo contributo que têm dado para a grandeza do Brasil e para a civilização da humanidade; e aos de amanhã que, pelos precedentes, não poderão ser apenas *profiteurs* da obra realizada mas criadores infatigáveis de novas cidades e de nova civilização em que a língua portuguesa continuará a dominar como instrumento, não já de um Estado ou de uma Federação de Estados, na América do Sul, mas de uma comunidade luso-brasileira que não se limitará à associação de dois povos, em dois continentes, porque terá de ser uma aliança de sangue, de língua e de cultura que abrangerá todos os continentes por, em todos, ter projecção e representação.



ÍNDICE POR AUTORES

	Págs.
ADRIÃO MARTINS AMADO — <i>Durante o Ostracismo</i>	42
DIOGO PACHECO DE AMORIM — <i>Elogio histórico dos Doutores Francisco de Miranda da Costa Lobo e Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo</i>	1
MOREIRA DE FIGUEIREDO — <i>João Ramalho. Patriarca dos Bandeirantes — Filho de Vouzela</i>	114
S. SÁNCHEZ ROIZ — <i>Energia de la materia.</i>	34
<i>Comemoração do IV centenário da fundação de São Paulo</i>	223

ÍNDICE POR ARTIGOS

	Págs.
<i>Comemoração do IV centenário da fundação de São Paulo</i>	223
<i>Durante o Ostracismo</i> , por ADRIÃO MARTINS AMADO	42
<i>Elogio histórico dos Doutores Francisco de Miranda da Costa Lobo e Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo</i> , por DIOGO PACHECO DE AMORIM	1
<i>Energia de la materia</i> , por S. SÁNCHEZ-ROIZ	34
<i>João Ramalho. Patriarca dos Bandeirantes — Filho de Vouzela</i> , por MOREIRA DE FIGUEIREDO	114

